

Roger Lee Pessoa de Jesus

O SEGUNDO CERCO DE DIU (1546)

Estudo de História Política e Militar

Dissertação de Mestrado em História, na área de especialização em Época Moderna, orientada pelo Doutor João Marinho dos Santos e coorientada pelo Doutor Vitor Luís Gaspar Rodrigues, apresentada ao Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

O SEGUNDO CERCO DE DIU (1546)

Estudo de História Política e Militar

Ficha Técnica:

| | |
|-------------------------------|---|
| Tipo de trabalho | Dissertação de Mestrado |
| Título | O SEGUNDO CERCO DE DIU (1546). ESTUDO DE HISTÓRIA POLÍTICA E MILITAR |
| Autor | Roger Lee Pessoa de Jesus |
| Orientador | Doutor João Marinho dos Santos |
| Coorientador | Doutor Vitor Luís Gaspar Rodrigues |
| Júri | Presidente: Doutora Maria Margarida Sobral da Silva Neto Vogais: 1. Doutor Francisco José Rogado Contente Domingues 2. Doutor João Marinho dos Santos 3. Doutor Vitor Luís Gaspar Rodrigues |
| Identificação do Curso | 2º Ciclo em História |
| Área científica | História |
| Especialidade | Época Moderna |
| Data da defesa | 7-XI-2012 |
| Classificação | 18 valores |



AGRADECIMENTOS

Um trabalho como o que se apresenta a seguir nunca é fruto apenas de uma pessoa. É o resultado das mais diversas relações que se estabelecem entre o autor e um conjunto alargado de pessoas que contribuem (implicitamente ou não) na elaboração do estudo. Esta dissertação não é excepção à regra, e aqui agradeço a todos os que, de uma forma ou de outra, concorreram para a sua realização.

Em primeiro lugar, aos meus orientadores. Ao Professor Doutor João Marinho dos Santos, por me ter guiado desde os tempos da licenciatura nos meandros da Expansão Portuguesa e por ter desde cedo incentivado e apoiado para a elaboração deste estudo. Pelo caloroso acolhimento nesta área de investigação e pelo constante acompanhamento dos trabalhos, bem como pela possibilidade de participar em actividades do Centro de História da Sociedade e da Cultura, muito lhe devo. Ao Doutor Vitor Luís Gaspar Rodrigues, por ter aceite ser co-orientador, pelas valiosas correcções e sugestões e as sempre profícuas conversas em torno da presença portuguesa no Oriente e das suas estruturas militares, estou profundamente reconhecido.

Ao Professor Doutor José Manuel Azevedo e Silva que, não tendo sido meu docente da licenciatura ou do mestrado, sempre se interessou pelo trabalho desenvolvido e se prontificou a ler o texto, procurando a sua inteligibilidade e os seus sentidos, deixo aqui expressa a minha gratidão a mais alta estima e consideração.

À Professora Doutora Maria do Rosário Morujão, que acompanhou o evoluir deste estudo e auxiliou na revisão dos documentos transcritos, um sentido obrigado.

É também devido um agradecimento ao Professor Doutor Walter Rossa que me apresentou à equipa de estudo do património de influência portuguesa no Mundo, em especial ao Nuno Grancho, ao Sidh Mendiratta, à Vera Domingues e à Lisa Relvão a quem também agradeço pelos proveitosos resultados das várias conversas e sessões de trabalho.

Ao Anísio Saraiva, pelo interesse demonstrado na temática e pela proveitosa troca de ideias tida ao longo deste ano.

Ao Pedro Pinto, do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, pela generosidade em partilhar os resultados das suas pesquisas, sugerindo pistas valiosas a desenvolver futuramente.

Ao grupo de amigos e colegas que se reúne quase diariamente (e quase religiosamente, diria) no antigo Instituto de História de Expansão Ultramarina da Faculdade de Letras devo um apoio quotidiano e persistente. Ao Joel Sabino, Nuno Oliveira e Ricardo Rodrigues, por constituírem excelentes colegas de trabalho nas comemorações dos quinhentos anos da presença portuguesa e da acção de Afonso de Albuquerque no Oriente. Ao Bruno Costa, Bruno Lobo e Joel Santos pelas palavras de incentivo tidas nos meses a fio onde o principal tema de conversa recaía inevitavelmente sobre o segundo cerco de Diu. Ao Miguel Pacheco e Ricardo Vicente, acérrimos defensores da Ciência da Informação, por trilharem o cerco comigo, à medida que este se aproximava do seu fim. À Ana Rita Rocha o meu muito obrigado pelas valiosas sugestões, críticas e debates ao trabalho feito e por fazer. À Marta Santos, um sentido agradecimento, pelo apoio constante e por estimular o trabalho através das mais diversas sugestões e críticas, bem como pelo interesse mostrado por esta temática. À D. Conceição França, antiga funcionária do referido IHEU (e actualmente do Instituto de História Económica e Social da mesma Faculdade), pelo carinho demonstrado nestes anos e pela prontidão em ajudar em qualquer domínio.

A última palavra é dedicada à família. As palavras são insuficientes para agradecer todo o apoio e incentivo dado ao longo dos anos, possibilitando-me seguir o que realmente queria. Aos meus pais, um obrigado será sempre pouco, pela dedicação, pelo esforço e por me oferecerem um ensino ao qual nunca tiveram acesso. À minha irmã, responsável pelo meu interesse pela leitura desde cedo, por ter acreditado em mim e nas minhas capacidades. Este trabalho é-lhes inteiramente dedicado.

RESUMO

A presente dissertação estuda o segundo cerco à fortaleza portuguesa de Diu, pelas forças do sultanato do Guzerate, capitaneadas por Coge Sofar, mercador e senhor de Surrate, que teve lugar entre Abril e Novembro de 1546. Acontecimento de incontestável importância para o “Estado da Índia”, este cerco não apenas definiu parte da governação de D. João de Castro (1545-1548) mas também representou a derradeira tentativa guzerate para retomar a fortaleza de Diu, entregue aos portugueses em 1535. Procuramos, numa primeira fase, compreender o contexto político desta operação militar, apresentando os principais momentos das relações luso-guzerates, desde a chegada de Vasco da Gama ao Índico, em 1498, até 1546. Encetamos de seguida uma análise das forças sitiadas guzerates e da defesa portuguesa. Pretendemos observar as estratégias, os efectivos, a organização dos homens, o armamento, as técnicas e as tácticas utilizadas, bem como as motivações e algumas vivências que definiram o cerco. Analisando este evento no contexto da arte da guerra quinhentista europeia e oriental, o nosso estudo pretende contribuir para um melhor conhecimento do fenómeno bélico na Expansão Portuguesa na Ásia.

ABSTRACT

This work analyzes the second siege of the Portuguese fortress of Diu, laid by the forces of the Sultanate of Gujarat, commanded by Khwaja Safar, merchant and lord of Surat, between April and November of 1546. This siege, of undeniable importance to the Portuguese "State of India", has defined part of the government of D. João de Castro (1545-1548) and represented the last Gujarati attempt to retake the fortress of Diu, delivered to the Portuguese in 1535. The first goal is to understand the political context of this military operation, presenting the most important moments of the relations between Portugal and the Gujarat Sultanate since the arrival of Vasco da Gama in the Indian Ocean, in 1498, until 1546. In a second moment, we examine the Gujarati forces and the Portuguese defense. Our purpose is to observe the strategies, the recruitments, the organization of men-at-arms, the weapons, techniques and tactics used, as well as the motivations and some life experiences that have defined this siege. This study aims to understand this event in the European and Eastern types of warfare of the sixteenth century, and to contribute to the knowledge of the Portuguese warfare in Asia.

*Persas feroces, Abassins e Rumes
Que trazido de Roma o nome tem,
Varios de gestos, varios de costumes
Que mil nações ao cerco feras vem
Farão dos ceos ao mundo vãos queixumes
Porque huns poucos a terra lhe detem,
Em sangue Portugues juram descritos
De banhar os bigodes retorcidos.*

Luís de Camões – *Os Lusíadas*. Lisboa: em casa de Antonio Gonçalvez, 1572
c. X, e. 68, fl. 172

ABREVIATURAS MAIS FREQUENTES

| | |
|--|---|
| O.C.D.J.C. | <i>Obras completas de D. João de Castro</i> |
| <i>Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)</i> | Carta de D. João de Castro a D. João III, de 16-XII-1546 in <i>Obras completas de D. João de Castro</i> , pp. 281-321 |
| <i>Hist. Quinhentista</i> | <i>História Quinhentista (inédita) do segundo cêrco de Diu...</i> |
| <i>Tratado Segundo Cerco de Diu</i> | Tratado sobre o segundo cerco de Diu in <i>História Quinhentista (inédita) do segundo cêrco de Diu...</i> , pp. 1-105 |
| <i>Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)</i> | Carta de D. João de Mascarenhas a D. Luís, de 8-XII-1546 in <i>O segundo cerco de Diu visto por D. João Mascarenhas: uma carta e seu contexto historiográfico</i> |
| C.D.J.C. | <i>Crónica de Dom João de Castro</i> |
| C.V.R.D.J.C. | <i>Crónica do Vice-Rei D. João de Castro</i> |
| C.S.L. | <i>Colecção de São Lourenço</i> |

INTRODUÇÃO

Em 1555, o Pe. Fernando Oliveira afirmava no seu tratado que «a guerra pretende justiça e engano, verdade e mentira, crueza e piedade, conservar e destruir»¹. Destacava, desta forma, um conjunto alargado de objetivos (e quase requisitos) deste fenómeno tão frequente nas sociedades. No tempo da *Arte da Guerra no Mar*, o reino português expandia-se para territórios longínquos e desconhecidos mesmo dos europeus, lugares que o imaginário popular povoara de abismos, seres monstruosos e gentes incomuns. Aberta a passagem entre o mundo europeu e o mundo oriental, a presença portuguesa fixara-se à volta das fortalezas dispersas pelo Índico-Pacífico. Ao comércio juntava-se obrigatoriamente a guerra, criando um binómio que caracterizou a Expansão lusa.

A primeira armada de Vasco da Gama não apenas iniciou as trocas culturais e económicas, mas também apresentou um poder militar para o qual os potentados locais ainda não se encontravam prontos. Não obstante a pólvora e os seus efeitos já serem conhecidos, a superioridade tecnológica portuguesa marcou a viragem do comércio marítimo oriental – uma nova potência militar e económica entrava em jogo e desafiava as estruturas já existentes. Esta presença forçada, firmada por “canhões e velas” (ao

¹ Fernando Oliveira – *Arte da Guerra no Mar. Estratégia e guerra naval no tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Edições 70, 2008, c. XIV.

jeito de Carlo Cipolla²), virá a destabilizar o “sistema” montado, colocando em perigo a dominância dos mercadores muçulmanos espalhados por toda a costa asiática. A guerra (feita pelas forças locais) servia como meio de combater e expulsar a presença do elemento externo ao quadro político oriental. Assim, os portugueses cedo se viram confrontados com a resistência local, enveredando por uma política de luta armada para impor a sua vontade de dominar o comércio das especiarias.

A presente dissertação pretende analisar um confronto militar concreto, enquadrado neste clima de tensão político-comercial: o segundo cerco de Diu. Episódio conhecido da expansão portuguesa, o segundo assédio a esta fortaleza portuguesa deu-se entre Abril e Novembro de 1546, num ataque das forças do sultanato do Guzerate, capitaneadas inicialmente por Coge Sofar, que apenas terminou com a batalha a 10 de Novembro.

A história militar portuguesa tem vindo a ganhar novos contornos nas últimas décadas. A própria renovação da historiografia militar contribuiu largamente para este fenómeno, abrindo portas para novas leituras e interpretações da guerra, incluindo a vertente da história da expansão – veja-se, a mero título exemplificativo, os estudos de Vítor Luís Gaspar Rodrigues³, João Marinho dos Santos⁴, Francisco Contente Domingues⁵, Nuno Varela Rubim⁶ e José Virgílio Amaro Pissarra⁷. A recente colecção da editora Tribuna da História – *Batalhas de Portugal* – tem vindo a investir no estudo e na divulgação dos principais confrontos militares da História de Portugal. No caso que

² Carlo M. Cipolla – *Canhões e Velas Na Primeira Fase Da Expansão Europeia: 1400-1700*. Lisboa: Gradiva, 1989.

³Veja-se, por exemplo, Vítor Luís Pinto Gaspar da Conceição Rodrigues – *A Evolução Da Arte Da Guerra Dos Portugueses No Oriente (1498-1622)*. Lisboa: IICT, policopiado, 1998, e do mesmo autor *A organização militar do Estado Português da Índia (1500-1580)*. Lisboa: IICT, dactilografado, 1990, ou ainda «A Guerra na Índia» in Manuel Themudo Barata e Nuno Severino Teixeira (dir.) – *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2, coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 198-223.

⁴ João Marinho dos Santos – *A Guerra e as guerras na expansão portuguesa (séculos XV e XVI)*. Lisboa: GTMECDP, 1998.

⁵ Francisco Contente Domingues – *Os navios do mar oceano: teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: CEH, 2004; *Navios e Viagens. A experiência Portuguesa nos Séculos XV a XVIII*. Lisboa: Tribuna da História, 2008 e «O poder naval português: um conceito em discussão», *Revista de História das Ideias*, 2009, pp. 275-292.

⁶ Nuno Varela Rubim – *A Organização e as Operações Militares Portuguesas no Oriente, 1498-1580» in volume 1: Geografia e Viagens*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2012; «Artilharia naval dos descobrimentos» in Luís de Albuquerque (dir.) – *Dicionário de História dos Descobrimientos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 89-93; «Notas sobre os armamentos marroquinos e português nos séculos XV e XVI» in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 2004-2005, vol. 66, pp. 17-52.

⁷ José Virgílio Amaro Pissarra – *A armada da Índia. Cômputo, tipologia e funcionalidade das armadas de guerra portuguesas do oriente (1501-1510)*. Lisboa: policopiada, 2001 e *Chaul e Diu – 1508 e 1509. O domínio do Índico*. Lisboa: Tribuna da História, 2002.

nos interessa, veja-se a aposta feita na releitura da batalha de Chaul e Diu⁸ (1508 e 1509), dos Alcaides⁹ (1514), a conquista e a perda de Ormuz¹⁰ (1507 e 1622), na tomada de Goa¹¹ (1510) e de Malaca¹² (1511), na campanha da Etiópia¹³ (1541-1543) e até na batalha de Alcácer-Quibir¹⁴ (1578). Estes estudos não são mais do que peças de um “puzzle” em construção: a reconstituição da guerra (estrutura, organização, etc.) e das guerras portuguesas nos territórios ultramarinos. Desta forma, a nossa investigação pretende contribuir para este xadrez, colocando nitidamente mais uma peça no tabuleiro, oferecendo uma visão de conjunto desta operação militar guzerate que abalou o “Estado da Índia” e que perdurou na memória colectiva militar como grande feito de armas.

Não obstante as diversas análises dedicadas à expansão lusa no Oriente, a presença portuguesa no sultanato do Guzerate, isto é, na costa de Cambaia, tem sido consideravelmente esquecida¹⁵. Alguns autores estrangeiros dedicaram, em tempos, alguma atenção a esta problemática, deixando, no entanto, muitas questões em aberto¹⁶. No que diz respeito à presença militar, poucos estudos têm contemplado inteiramente os feitos de armas portugueses na região – o primeiro cerco de Diu, em 1538, carece de um estudo aprofundado, apesar da riqueza de informações por se tratar de uma ofensiva otomana com a colaboração de Cambaia.

O cerco de 1546 foi abordado em diversas ocasiões, enquadrado na governação do “Estado da Índia” de D. João de Castro (1545-1548). Todavia, as referências cingem-

⁸ Referido anteriormente.

⁹ João Paulo Oliveira Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues – *Batalha dos Alcaides – 1514. No apogeu da presença portuguesa em Marrocos*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

¹⁰ Dejanirah Couto e Rui Loureiro – *Ormuz – 1507 e 1622. Conquista e perda*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

¹¹ João Paulo Oliveira Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues – *Conquista de Goa – 1510-1512. Campanhas de Afonso de Albuquerque, Volume I*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

¹² Vítor Luís Gaspar Rodrigues e João Paulo Oliveira e Costa – *Conquista de Malaca – 1511. As campanhas de Afonso de Albuquerque, Volume II*. Lisboa: Tribuna da História, 2012.

¹³ Luís Costa e Sousa – *Campanha de Etiópia, 1541-1543. 400 Portugueses em socorro do Preste João*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

¹⁴ Luís Costa e Sousa – *Alcácer Quibir, 4 de Agosto de 1578. Visão ou delírio de um rei?* Lisboa: Tribuna da História, 2009.

¹⁵ Salientamos, como excepções, e a título exemplificativo, o estudo de André Teixeira – *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*. Lisboa: FCSH-UNL, policopiado, 2010 ou o estudo de Carla Alferes Pinto - «A Misericórdia de Diu: o castelo, a igreja e o hospital» in Avelino Freitas de Menezes e João Paulo Oliveira Costa e (coords.) – *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Lisboa: CHAM, 2007, vol. II, pp. 771-784. Como estudo clássico, não esqueçamos A.B. de Bragança Pereira - «Os Portugueses em Diu» publicado em diversos fascículos *d'O Oriente Português*, entre 1935 e 1938 (Nº 11-14 e 18-21).

¹⁶ M. N. Pearson – *Merchants and Rulers in Gujarat: The Response to the Portuguese in the Sixteenth Century*. New Delhi: Nunshiram Manoharlal, 1976; K.S. Mathew – *Portuguese and the Sultanate of Gujarat, 1500-1573*. Delhi: Mittal Publications: Distributed by Mittal Publishers' Distributors, 1986; Geneviève Bouchon – «Pour une histoire du Gujarat du XVe au XVIIe siècle» in *Inde Découverte, Inde retrouvé (1498-1630). Études d'histoire indo-portugaise*. Lisboa/Paris: FCG/CNCDP, 1999, pp. 359-373.

se ao enquadramento político e à simples narração dos acontecimentos. As próprias biografias de Castro referem largamente o feito de armas, mas apenas como ponto fulcral da sua governação, seguindo uma descrição cronológica do cerco¹⁷. Conhecido e exaltado durante os séculos XVI e XVII, o assédio a Diu foi frequentemente tomado como exemplo da guerra portuguesa no Oriente, quer por ter sido uma luta contra as forças locais, quer pela árdua e longa resistência dos sitiados.

O primeiro objectivo do nosso trabalho é, assim, colmatar essa lacuna existente na história militar portuguesa, procedendo a uma análise cuidada e o mais completa possível deste cerco. Pretendemos, para isso, compreendê-lo no seu tempo, relacionando este ataque guzerate com a tentativa de combater a implantação portuguesa neste território. Objectivamos também analisar o cerco por uma dupla vertente: primeiro, observando as forças sitiadas, enquadrando-as com a poliorcética e a arte da guerra oriental; em segundo, examinando a defesa portuguesa, centrada primeiramente em Diu e depois em Goa e nas restantes fortalezas da costa indiana.

Tentámos fugir do mero registo cronístico, isto é, da simples narração do cerco (dos seus principais acontecimentos) de Abril a Novembro de 1546. Procurámos analisar cada lado em confronto de uma perspectiva quase temática, a partir de diversas questões levantadas, como a estratégia encetada, o planeamento logístico, a disposição dos efectivos ou o armamento em uso. Esperamos compreender as dinâmicas existentes, quer nas potências em confronto, quer na própria organização e respectiva estrutura militar das forças presentes em Diu.

Para isso, procedemos a uma leitura aprofundada e sistemática das principais fontes escritas relacionadas com o cerco¹⁸. Encetámos, como não podia deixar de ser, uma análise comparativa dos dados obtidos, de forma a encontrar uma linha narrativa coerente e coesa, tentando recriar os longos seis meses e meio de assédio. Nesse sentido, foi necessário seleccionar o tipo de fontes a utilizar. Conforme a tipologia

¹⁷ Vejam-se Elaine Sanceau – *D. João De Castro*. Porto: Livraria Civilização-Editora, 1978; J.B. Aquarone – *D. João De Castro, Gouverneur Et Vice-roi Des Indes Orientales, 1500-1548: Contribution à L'histoire De La Domination Portugaise En Asie Et à L'étude De L'astronautique, De La Géographie Et De L'humanisme Au XVIe Siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968; António Borges Coelho – *O Vice-Rei Dom João De Castro*. Lisboa: Caminho, 2003; José Manuel Garcia - «D. João de Castro: um homem de guerra e ciência» in Francisco Faria Paulino (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*. CNCDP, 1995, pp. 13-48 – esta obra será doravante somente citada como *Tapeçarias de D. João de Castro*.

¹⁸ Veja-se a breve resenha historiográfica sobre o cerco, de José Manuel Garcia – «A Historiografia Quinhentista do Segundo Cerco de Diu», *Mare Liberum*, nº 9, Março de 1995, pp. 133-137.

proposta por Vitorino Magalhães Godinho¹⁹, demos relevo ao epistolário, e às fontes de construção no eixo temporal, isto é, às fontes narrativo-descritivas. Enquanto feito militar de considerável impacto na Índia Portuguesa e na Europa, o segundo cerco de Diu foi responsável por uma série de crónicas e textos laudatórios dedicados à resistência portuguesa e à acção do capitão da fortaleza e do governador do “Estado da Índia”. Também tivemos em conta, quando necessário, as ditas *Tapeçarias de D. João de Castro*²⁰, enquanto fonte iconográfica (e cultural de uso), por forma a ilustrar algumas questões relevantes, como o armamento utilizado.

Preferimos, no entanto, tratar a correspondência privada. Assim, recorreremos especialmente a três autores: Leonardo Nunes, D. João de Mascarenhas e D. João de Castro. O primeiro²¹, homem de armas presente naquela época no Oriente, embarcou na armada de socorro de D. Fernando de Castro, filho do governador, estando em Diu durante a maior parte do tempo do assédio – terá até ficado queimado nas mãos pela explosão de um dos baluartes da fortaleza. Escreveu não apenas um relato dedicado inteiramente a este cerco, conhecido como *Tratado sobre o segundo cerco de Diu* (manuscrito publicado no século passado por António Baião e, entretanto, desaparecido²²), mas também uma crónica do governo de D. João de Castro (documento actualmente existente na Houghton Library da Universidade de Harvard (E.U.A.) e publicado pela primeira vez por J. D. M. Ford em 1936²³). De Mascarenhas, capitão da fortaleza aquando do cerco de 1546 e segundo testemunha aqui referida, destacamos a larga correspondência trocada com o próprio Governador, durante o cerco, e a longa missiva escrita ao infante D. Luís e ao Conde de Castanheira, narrando toda a operação guzerate²⁴. Do último autor, destacamos também o grande epistolário ainda existente

¹⁹ Vitorino Magalhães Godinho – *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar* – séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difel, 1990, pp. 537-538.

²⁰ Existentes (na sua maioria) no Kunsthistorisches Museum de Viena e publicadas em *Tapeçarias de D. João de Castro*.

²¹ Sobre este autor veja-se José Manuel Garcia – *A historiografia portuguesa dos descobrimentos e da expansão portuguesa (séculos XV a XVII): autores, obras e especializações memoriais*. Porto: FLUP, tese de doutoramento policopiada, 2006, vol. I, p. 281.

²² António Baião – *História Quinhentista (inédita) Do Segundo Cerco De Dio...com a Correspondência Original, Também Inédita, De D. João de Castro, D. João De Mascarenhas e Outros*. Coimbra: Imprensa da Universidade: Academia das Ciências de Lisboa, 1927. Doravante referida apenas como *Hist. Quinhentista*.

²³ J.D.M Ford – *Crónica de Dom João de Castro*. Cambridge: Harvard University Press, 1936. Uma nova edição (em português actualizado) foi publicada em 1989, na colecção *Biblioteca da Expansão Portuguesa*, da Alfa. Crónica abreviada seguidamente como C.D.J.C.

²⁴ Encontramos toda a correspondência trocada com o governador em Armando Cortesão e Luís Albuquerque (ed.) - *Obras Completas De D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1976 e 1982, vols. III e IV (que passamos a abreviar como O.C.D.J.C.) e em apêndice à crónica publicada por António Baião. Tendo em conta os diversos erros de transcrição e de

entre as diversas personalidades do “Estado da Índia” (capitães da fortaleza e demais fidalgos) e a longa carta enviada a D. João III, em finais de 1546, narrando todos os aspectos da sua governação até aquele momento, incluindo a descrição pormenorizada do assédio à fortaleza lusa²⁵. Recorremos também a um vasto conjunto de correspondência, trocada sobretudo com o Governador durante os meses de cerco, especialmente a partir das fortalezas próximas de Diu (como Baçaim e Chaul).

Optámos ainda (na análise do próprio cerco) pela utilização de três crónicas (fontes descritivo-narrativas), cuja leitura nos pareceu fundamental. A primeira é da autoria de D. Fernando de Castro, neto de D. João de Castro, e dedicada precisamente à governação do avô²⁶. Como sabemos, este cronista teve acesso à documentação original, lendo o valioso epistolário hoje existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o que, não obstante as suas lacunas e deturpações, permite-nos uma imagem consideravelmente rigorosa dos acontecimentos. Seguidamente aproveitámos também as indicações de Diogo do Couto, na sua *Ásia*. Como mostrou Rui Loureiro²⁷, grande parte do texto deste autor foi baseado na própria crónica de D. Fernando de Castro, não obstante trabalhar «com maior liberdade outras fontes»²⁸. Por fim, pareceu-nos adequado ter em conta Gaspar Correia e as suas *Lendas da Índia*, dado o seu profundo conhecimento da presença portuguesa no Oriente e de ter tido ao seu dispor «vários testemunhos escritos e orais»²⁹.

Na escolha destas fontes, também foram tidos em conta diversos outros autores – como os textos de Damião de Góis, Diogo de Teive, Jacinto Freire de Andrade, Jerónimo Corte-Real e Francisco de Andrade. No entanto, facilmente nos apercebemos que todos estes textos secundários foram baseados nos testemunhos atrás mencionados, constituindo assim um conjunto de fontes trabalhadas com o objectivo de divulgar e engrandecer a acção portuguesa. Esta documentação sofreu também aquilo que John Keegan apelidou de «efeito da rã transformada em boi», isto é, o empolgação

leitura truncada das *Obras Completas*, optámos por recorrer frequentemente às transcrições de Baião, oferecendo uma leitura mais segura da documentação. Quanto a carta ao infante D. Luís, foi publicada por José Manuel Garcia e Maria João Quintans - «O segundo cerco de Diu visto por D. João Mascarenhas: uma carta e o seu contexto historiográfico» in *Mare Liberum*, N° 5, Julho 93, pp. 139-150.

²⁵ Correspondência também publicada na obra anteriormente referida – *Obras Completas*...

²⁶ *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, (transcr. e notas) Luis de Albuquerque e Teresa Cunha Matos. Tomar: Escola Superior de Tecnologia de Tomar/CNCDP, 1995 – crónica referida futuramente como C. V.R.D.J.C. Sobre este cronista: José Manuel Garcia – *A historiografia portuguesa dos descobrimentos e da expansão*..., pp. 102-104.

²⁷ Rui Manuel Loureiro – *A Biblioteca de Diogo do Couto*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998.

²⁸ José Manuel Garcia – «A Historiografia Quinhentista do Segundo Cerco de Diu», *Mare Liberum*, n° 9, Março de 1995, pp. 137.

²⁹ *Ibidem*.

propositado dos feitos «[...] por aqueles cujas reputações possam ganhar ou perder consoante a descrição que fazem»³⁰. Tal conceito pode (e deve) ser adaptado à cronística quinhentista tendo em conta o seu papel na construção da imagem do próprio reino e do “Estado da Índia”. Também algumas fontes que seleccionámos padecem deste problema – a comparação dos diversos testemunhos permitiu-nos, na medida do possível, uma leitura aproximada à realidade histórica, expurgando todo o material laudatório e em parte deturpado.

Infelizmente, a nossa análise utiliza quase unicamente material de origem portuguesa. Alguns estudos de âmbito geral, dedicados à guerra na Índia ou à presença portuguesa nesse espaço, tentaram colmatar a impossibilidade de recorrer a fontes locais orientais. Esta falha deve-se, sobretudo, à inexistência de fontes indianas nas bibliotecas à nossa disposição e à nossa falta de meios para adquirir pessoalmente a documentação publicada. Estamos cientes das falhas inerentes a um trabalho desta natureza e com estas restrições de consulta, no entanto, esperamos ter contornado esse problema enquadrando e compreendendo o cerco e as suas diversas facetas no seu próprio tempo e espaço³¹.

Para atingir os objectivos a que nos propomos, estruturámos a presente dissertação em três capítulos. A primeira situa-se nitidamente na área da história política e da diplomacia. Encontramos aí desenhado o quadro das relações encetadas entre os portugueses e o Guzerate, isto é, entre a estratégia régia e a sua respectiva aplicação no terreno pelos governadores e vice-reis, procurando firmar a presença no Norte da península Indiana. Interessa-nos, numa primeira instância, compreender o espaço envolvente e a importância de Cambaia para as várias cidades-mundo existentes no Índico-Pacífico. Num segundo momento, observaremos, da chegada de Vasco da Gama (onde imediatamente a armada se depara com a primazia de Cambaia no Oceano Índico, quer na costa oriental de África quer em Calecute) ao cerco de 1546 (passando por todas as tentativas de conquista desta fortaleza), as principais linhas de força que guiaram os planos da Coroa para esse sultanato indiano³².

³⁰ John Keegan – *O rosto da batalha*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, p. 25.

³¹ Neste sentido, entendemos recorrer sempre à versão portuguesa de nomes orientais de pessoas e lugares. Temos, no entanto, clara noção de que, por exemplo, os nomes de Coge Sofar e Rumeção correspondem a Khwaja Safar e Rumi Khan (sendo que este último advém do título concedido pelo Sultão do Guzerate, substituindo o seu verdadeiro nome na cronística portuguesa: Muharram) – para estes cf. K.S. Mathew – «Khwaja Safar and the Indo-Portuguese Trade» in *Portuguese and the Sultanate of Gujarat...*, pp. 41-53.

³² Chamamos a atenção para o facto de também termos utilizado, nesta parte, as crónicas de João de Barros e de Fernão Lopes de Castanheda, enquanto fontes fundamentais para o estudo da época em apreço.

Os dois capítulos seguintes do estudo abordam directamente o segundo cerco de Diu, numa perspectiva, tanto quanto possível, militar. Optámos por reparti-las pelas forças em confronto – uma primeira dedicada aos sitiados, seguida da análise dos sitiados. Assim, foi claramente nosso objectivo captar e interpretar grande parte das temáticas escolhidas em ambas as partes, de forma a encontrar a diferença das dinâmicas militares presentes, tornando-se assim possível observar as estratégias encetadas pelo sultão guzerate e pelo seu principal capitão, Coge Sofar, e a resposta portuguesa de Mascarenhas e Castro; comparar os efectivos presentes e a organização e disposição do arraial de Cambaia e da fortaleza cercada; confrontar o tipo de armamento utilizado pelos homens de armas de ambos os lados; e também observar as diversas fases do cerco (pelas tácticas e técnicas utilizadas pelos guzerates) e a consequente reacção lusa ao assédio.

De forma a completar o estudo aqui apresentado, anexámos um conjunto de materiais relevantes para o presente tema. Transcrevemos dois documentos não publicados: a carta de D. Fernando de Castro ao irmão, D. Álvaro de Castro, datada de 5 de Maio, e o rol de homens conhecidos, mortos durante o cerco. Juntámos também um conjunto de cartografia fundamental para se compreender o Guzerate, o espaço da fortaleza e do seu território envolvente – reconstituímos a estrutura do forte antes do cerco e propusemos alguns esquemas de interpretação das diversas fases da operação. Adicionámos ainda alguma iconografia pertinente ao nosso tema, apresentando, entre outros, alguns pormenores das já referidas *Tapeçarias de D. João de Castro* e do códice iluminado do *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, da autoria de Jerónimo Corte-Real³³, bem como ainda algumas fotografias da fortaleza actual, de forma a ilustrar concretamente o espaço tantas vezes referido.

Conforme o exposto atrás, tentámos privilegiar a interpretação em detrimento da simples leitura e descrição dos acontecimentos que assolaram o “Estado da Índia”, entre Abril e Novembro de 1546. A existência de uma multiplicidade de pequenas referências relevantes dificultou a nossa tarefa. Estamos cientes de que a metodologia analítica aqui encetada possuirá falhas e lacunas, e que, enquanto resultado de uma investigação sujeita a um tempo restrito, será sempre passível de ser revista, melhorada e acrescentada. Todavia, procurámos oferecer uma perspectiva sistémica e que pensamos

³³ Tal códice foi reproduzido em Jerónimo Corte Real – *Sucesso do Segundo Cerco de Diu : Códice Cadaval 31 – ANTT*, introd. Martim de Albuquerque. Lisboa: INAPA, 1991 e encontra-se actualmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Cadaval, Códice 31 – passaremos a referir este arquivo como A.N.T.T.

permitir a compreensão do segundo cerco de Diu nas suas múltiplas vertentes, contribuindo deste modo para o conhecimento deste episódio na arte da guerra e nas guerras levadas a cabo pelos portugueses de Quinhentos.

Capítulo 1

DIU: DA CHEGADA DE VASCO DA GAMA AO SEGUNDO CERCO

1. O espaço

Em 1515, Duarte Barbosa (no seu *Livro do que Viu e Ouviu no Oriente*) informava-nos que Diu tinha «[...] mui bom porto e de mui grande escala e de mui grão trato e navegação de naos que de todas as partes veem com todas sortes de mercadorias, a saber, do Malavar, Batecalá, Goa, Dabul e Chaul. Os deste Dio navegam pera Adem, Meca, Zeilá, Barborá, Magadaxo, Brava, Melinde, Mombaça, Xael e Ormuz e pera todo seu reino»³⁴. Este pequeno excerto salienta o carácter marcadamente estratégico da cidade de Diu, localizada a sul da península de Katiavar, no Guzerate, na costa noroeste da Índia.

Nos alvares do século XVI, e até à cedência da cidade aos portugueses, em 1535, este porto encontrava-se sob domínio do sultanato do Guzerate – ou reino, como lhe chamaram os portugueses –, o qual havia emergido, no primeiro quartel do século

³⁴ Duarte Barbosa – *O Livro de Duarte Barbosa*, Edição Crítica e Anotada por Maria Augusta Veiga e Sousa. Lisboa, IICT, 1996, vol. I, pp. 195-196. Passaremos a abreviar esta obra somente como *O Livro de Duarte Barbosa...*

XV, da desagregação do colossal sultanato de Deli. Controlando uma vasta zona costeira, o Guzerate compreendia uma área de influência considerável – veja-se o aparelho militar guzerate, abrigando no seu seio, no século XVI, destacamentos turcos, iranianos ou ainda da Arábia e da Abissínia³⁵.

O factor geográfico foi decisivo para a afirmação deste sultanato no Índico. Retenhamos que o Guzerate se consolidou pela sua auto-suficiência económica. Em concreto, a nível agrícola, era «o reino em sii grande, muito abastado, de todo género do trigo cevadas milho legumes fruticos»³⁶, e na indústria os panos ali produzidos suplantavam quaisquer outros, constituindo para-moeda fundamental para o mundo do sueste asiático - «aqui se fazem muitos panos d’algodão brancos delgados e grossos e outros pintados de todas as sortes, deles tecidos e, outros pintados depois em forma, e assi muitos panos de seda de muitas cores e feições, chamelotes de seda e veludos baxos de todas cores e satins evelutados pintados, trafetás, alcatifas de todas as cores grossas»³⁷.

No comércio, as redes traçadas pelas embarcações provenientes de Cambaia levavam todos estes produtos para outros mares, designadamente para o Golfo Pérsico, Mar Vermelho ou, ainda, para Bengala, Malaca, Molucas. Em obra dedicada ao Guzerate, o historiador Michael Pearson chega a afirmar que os comerciantes de Cambaia eram «os mais importantes mercadores de todas as rotas “internacionais”»³⁸ existentes no Índico-Pacífico e, por sua vez, Geneviève Bouchon considera o Guzerate, nos finais do século XV, como a «maior potência económica do oceano Índico»³⁹.

A superioridade económica da cidade portuária de Cambaia (situada precisamente no golfo com o seu nome) levou à forte associação deste lugar ao próprio sultanato – encontramos assim referências portuguesas ao Reino de Cambaia para designar o todo. Destacamos ainda as cidades de Champanel (com uma presença mais constante da corte), Ahmedabad, Baroda, Baroche e, na costa Surrate, Reinel, Damão, Baçaim e, claro, Diu.

³⁵ Geneviève Bouchon – «Un monde qui change» in Claude Markovitz (dir.) – *Histoire de l’Inde Moderne, 1480-1950*. Paris: Fayard, 1994, p. 44.

³⁶ Armando Cortesão – *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1978, p. 163. Citada doravante apenas como *A Suma Oriental*...

³⁷ *O Livro de Duarte Barbosa*..., p. 208. Sobre a importância destes tecidos para a compra de cravo das Molucas veja-se, entre outros, Luíz Filipe F.R. Thomaz – «Maluco e Malaca» in *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, pp. 558-560.

³⁸ Tradução nossa de M. N. Pearson – *Merchants and Rulers in Gujarat*..., p. 10.

³⁹ Tradução nossa de Claude Markovits (dir.) – *Histoire de l’Inde Moderne*..., p. 26.

Este último porto apresentava-se como grande entreposto da região e com uma dinâmica marítima considerável. Pela sua localização geográfica (às portas do golfo de Cambaia, evitando ter de aí entrar), por aí passavam as principais rotas das especiarias – a longa e conturbada viagem desde a Insulíndia cruzava-se com os produtos vindos de Adem e Meca, e da costa oriental de África⁴⁰. Nas palavras de Magalhães Godinho, «[...] Diu e outros portos próximos desempenhavam o papel de escalas principais para a pimenta de Samatra, o cravo das Molucas, a maçã e a noz de Banda»⁴¹.

Quanto ao impacto do Guzerate no mundo Índico, Tomé Pires diz-nos que «Cambaia lamca dous braços: com ho dereito aferra Adem e com o outro Malaqua como navegacoes mais principaes, e aos outros lugares como a menos principaes»⁴². Relativamente ao entreposto malaio, o mesmo autor dirá: «nom pode viver Malaca sem Cambaya nem Cambaya sem Malaqua»⁴³. Tal afirmação ilustra perfeitamente a interdependência existente entre estes dois mercados asiáticos⁴⁴.

Nos alvares do século XVI, quando os portugueses se iniciaram nas lides orientais, Diu encontrava-se em franca expansão. O governo na cidade tinha sido entregue a Malik Ayaz, oficial de origem ainda duvidosa (Geórgia ou Rússia são possibilidades apontadas⁴⁵) ao serviço do sultão de Cambaia Mahmud Shah I. A cidade foi-lhe entregue «por ser a menos cousa de Cambaia»⁴⁶, procurando assim o Sultão que Malik Ayaz a desenvolvesse⁴⁷. Através de uma rigorosa administração, que atraiu os mercadores do Índico, Diu cresceu e desenvolveu-se rapidamente. O governador expandiu a cidade, fortificando a ponta da ilha e erguendo um baluarte frente à

⁴⁰ Sobre este assunto, veja-se o que nos diz Vitorino Magalhães Godinho – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, 2ª ed., vol. III, p. 116. Sobre o comércio com a costa oriental de África e o papel dos mercadores guzerates, cf. Manuel Lobato - «Relações Comerciais entre a Índia e a Costa Africana nos Séculos XVI e XVII. O papel do Guzerate no Comércio de Moçambique», *Mare Liberum*, nº 9, Março de 1995, pp. 157-173 e Edward A. Alpers – «Gujarat and the Trade of East Africa, c. 1500-1800» in *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 9, No. 1, 1976, pp. 22-44.

⁴¹ Vitorino Magalhães Godinho – *Ob. cit.*, p. 116. Sobre a representação de Cambaia e de Diu aos olhos dos portugueses, veja-se o estudo de João Marinho dos Santos – *Os Portugueses em viagem pelo Mundo. Representações Quinhentistas de cidades e vilas*. Lisboa: GTMECDP, 1996, pp. 172-185. Sobre a vertente comercial deste sultanato, confira-se também o estudo de Surendra Gopal – *Commerce and crafts in Gujarat, 16th and 17th centuries. A study in the impacto of European expansion on precapitalist economy*. New Delhi: People's Publishing House, 1975.

⁴² *A Suma Oriental...*, cit., p. 199.

⁴³ *A Suma Oriental...*, cit., p. 202.

⁴⁴ Veja-se a perspectiva de K. M. Mathew - «Maritime Trade of Gujarat and the Portuguese in the Sixteenth Century» in *Mare Liberum*, nº 9, Março de 1995, p. 188.

⁴⁵ Veja-se o artigo de K.S. Mathew – «Malik Ayaz and the Portuguese Trade with India» in *Portuguese and the Sultanate of Gujarat...*, pp. 24-40.

⁴⁶ *A Suma Oriental...*, cit., p. 165.

⁴⁷ K. S. Mathew – *Ob. cit.*, p. 55.

fortaleza, rodeado de água, que se encontrava ligado a esta e à margem oposta, através de uma cadeia de ferro, o que impedia a circulação das embarcações conforme a sua vontade. Este desenvolvimento levou conseqüentemente à afirmação deste porto e à existência, em parte, de uma rivalidade económica crescente entre Diu e Cambaia, não obstante a cidade de Malik Ayaz ser nitidamente um centro periférico face à cidade-mundo principal do Guzerate⁴⁸.

Diu surge, assim, aos olhos dos portugueses, como uma cidade costeira fortificada, mercantil e com uma localização invejável.

2. As relações luso-guzerates

O primeiro contacto dos portugueses com o Guzerate no Índico deu-se na costa oriental africana, na viagem capitaneada por Vasco da Gama. Além dos vários mercadores de Cambaia que aí se encontravam a comerciar, João de Barros indica-nos que o piloto responsável por guiar a expedição portuguesa de Melinde até Calecute era muçulmano e de origem guzerate⁴⁹. Optámos pela versão apresentada por Barros por nos parecer a mais verosímil. O autor diz-nos, ainda, que o seu nome era Malemo Caná, sabendo nós que tal advém dos nomes sânscritos mu'allim e kanaka, cuja tradução é mestre piloto e conhecedor das estrelas⁵⁰. Já Fernão Lopes de Castanheda indica-nos somente que este era um «[...] piloto guzerate chamado Canaqua»⁵¹. O texto mais antigo desta viagem – o relato atribuído a Álvaro Velho – fala-nos, no entanto, de «[...] huum piloto christão»⁵². Como explicar esta discrepância? Relembremos que em todo este relato, os hindus são confundidos com cristãos (veja-se o célebre episódio de Vasco da Gama num templo hindu, acreditando ser uma igreja cristã). Estariam, portanto, na presença de um piloto hindu? As fontes não nos oferecem mais pistas, a não ser estas breves notas. Pela forte presença dos muçulmanos guzerates no Índico e pelas fracas

⁴⁸ Cf., K. M. Mathew – *Ob. cit.*, p. 193.

⁴⁹ João de Barros – *Ásia*. Lisboa: INCM, 1988, vol. I, p. 142. Passaremos a referenciar esta obra apenas como *Ásia* (Barros), seguido do respectivo volume e página.

⁵⁰ José Manuel Garcia (coord.) – *A viagem de Vasco da Gama à Índia 1497-1499*. Lisboa: Academia da Marinha, 1999, p. 445.

⁵¹ Fernão Lopes de Castanheda – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Porto: Lello e Irmão, 1979, vol. I, p. 35. Doravante, utilizaremos esta obra somente como *História do Descobrimento e Conquista...*

⁵² Álvaro Velho – *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia*, ed. José Marques. Porto: FLUP, 1999, p. 69.

tradições náuticas dos hindus, cremos fortemente que esta era a religião e a proveniência do referido piloto⁵³.

A primeira referência documental portuguesa a Cambaia data precisamente do roteiro da viagem de 1497-1499. Após a frota partir de Melinde, Álvaro Velho ofereceu-nos uma descrição tosca e pouco realista do mar Índico a norte desta cidade: «[...] a terra aquy faz huua muito grande enseada e estreito em a qual enseada segundo nos achamos noticia ha muitas cidades de christaos e mouros e hua cidade que se chama Quambaya e seiscentas ilhas sabidas e honde esta o Mar Ruyvo e a cassa da Meca»⁵⁴. Tentava-se, assim, transmitir a informação dada possivelmente pelo piloto guzerate sobre a vastidão do Mar Árábico. O facto de Cambaia ser a única cidade mencionada é de todo relevante: apresenta-nos o seu forte papel no comércio oriental e reforça a nossa ideia da proveniência do piloto – este terá chamado a atenção para a principal cidade do seu reino, “rainha” do trato asiático.

Em 1505, no extenso regimento dirigido a D. Francisco de Almeida, empossado como vice-rei do que viria a ser chamado “Estado da Índia”, D. Manuel ordenava que se trabalhasse para «allguum partydo e concerto com el-rey de Cambaya, para elle aver a soma da mercadorya que nos ouvermos mester e no-la dar a nossos feytores», referindo-se ao comércio dos tecidos do Guzerate como «muyto proveitoso para Çufala»⁵⁵. Dois anos depois, o monarca recomendava-lhe que tomasse «[...] grande cuidado e lembrança de se averem [*os panos de Cambaia*] os mais que poderdes [...] porque sem esta mercadaria pouco aproveytarya termos Çofalla»⁵⁶. No entanto, o interesse da Coroa demonstrava já uma outra amplitude: em carta para Almeida, de 1506, D. Manuel informava-o que Afonso de Albuquerque possuía autorização para assentar trato nos lugares «que lhe parecese proveytoso» e para ver Ormuz e Cambaia, de forma a saber

⁵³ Excluimos já a hipótese apresentada na última centúria do piloto ser o célebre Ahmad Ibn-Madjid piloto árabe (tese defendida, entre outros, em Costa Brochado – *O piloto árabe de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1959). Sobre este assunto, veja-se ainda os seguintes estudos: José Manuel Garcia (coord.) – *A viagem de Vasco da Gama...*, cit., pp. 440-447; Luís Adão da Fonseca – *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*. Lisboa: Expo98, 1997, pp. 165-167; Sanjay Subrahmanyam – *The career and legend of Vasco da Gama*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, pp. 121-128; Geneviève Bouchon – *Vasco da Gama*. Lisboa: Terramar, 1997, p. 129. Sobre o uso de pilotos estrangeiros nas armadas portuguesas, veja-se José Alberto Leitão Barata – «Como em Melinde: pilotos orientais na base do domínio português dos mares da Ásia» in Luís Filipe F. R. Thomaz (org.) – *A quem e além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: CHAM, 2002, pp. 117-133.

⁵⁴ Álvaro Velho – *Ob. cit.*, p. 70.

⁵⁵ Para ambos, cf. o documento publicado por Joaquim Candeias Silva – *O Fundador do “Estado Português da Índia” D. Francisco de Almeida, 1457(?)–1510*. Lisboa, CNCDP/INCM, 1996, p. 290.

⁵⁶ *Ibidem*, pp. 338-339.

«de todas as cousas daquelas partes, em que há tanto que veer e de que se esperam tantos proveytos»⁵⁷.

A presença de uma armada mameluca no Índico, em 1508, travou as relações luso-guzerates, já por si praticamente inexistentes pelo apoio subentendido a Calecute contra o comércio português nestes mares. A pedido (especialmente) da cidade do Samorim, uma esquadra egípcia “desceu” o Mar Vermelho, sob a ordem do Sultão do Cairo, capitaneada por Hussain⁵⁸. Acolhendo-a em Diu, o governador da cidade não teve outra alternativa senão prestar a ajuda necessária para o combate. A pesada derrota dos portugueses em Chaul, nesse mesmo ano, face às tropas mamelucas, apoiadas em parte pelo governador de Diu, Malik Ayaz, pôs em causa a superioridade militar dos portugueses. A vingança, acalentada pelo Vice-rei, pela morte do seu filho, D. Lourenço de Almeida, teve lugar no ano seguinte, na batalha de Diu, tendo como palco principal a barra dessa cidade⁵⁹. Interessa-nos aqui observar a posição do já referido Malik Ayaz: apesar de se opor fortemente à dominação comercial portuguesa, compreendia que, mais cedo ou mais tarde, algum tipo de acordo entre ambas as partes tinha de ser feito, dado que a superioridade naval dos lusos inviabilizava a sua expulsão dos mares muçulmanos. No entanto, na remota possibilidade de tal acontecer, Malik Ayaz não deixava de apoiar a oposição aos europeus. Nas palavras de João de Barros, «seu propósito foy que se Mir Nócem levasse a pior nam lhe dar tanto a mão que lhe ficasse o braço»⁶⁰, confirmando assim que este preferia a presença de um estado marítimo (como era o caso do português), ao invés da presença de um potentado assente territorialmente, como era o dos mamelucos. Sabemos que, após a derrota de Chaul, Malik terá entrado em contacto com o Vice-rei português, dando-lhe os pêsames pela morte do filho e, com certeza, oferecendo os seus serviços – de facto, as naus de Diu não intervieram na batalha ocorrida nesta barra, por ordem directa do seu governador, tendo participado somente as fustas⁶¹.

Certo é que a derrota mameluca terá incutido um profundo medo no coração de Malik que, ciente da fragilidade da cidade, procurou negociar com os portugueses. Só assim se entende a sua jogada política, oferecendo a cidade a D. Francisco de Almeida.

⁵⁷ Carta publicada em Joaquim Candeias Silva – *Ob. cit.*, p. 319.

⁵⁸ Cf. José Virgílio Amaro Pissarra – *Chaul e Diu – 1508 e 1509 – O domínio do Índico*. Lisboa: Tribuna da História, 2002, pp. 25-27.

⁵⁹ Sobre a batalha, veja-se José Virgílio Amaro Pissarra – *Ob. cit.*

⁶⁰ *Ásia* (Barros), vol. II, p. 93. Ver também o que nos diz Gaspar Correia – *Lendas da Índia*, ed. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello e Irmão, 1975, p. 746 - crónica que passaremos a abreviar como *Lendas da Índia*.

⁶¹ José Virgílio Amaro Pissarra – *Ob. cit.*, p. 76.

Este, no entanto, não a aceitou. Segundo Gaspar Correia, o Vice-rei terá afirmado aos seus capitães que tal decisão tinha em conta que «elrey meu Senhor nom ha mester da India senão pimenta e drogas, pera o que somente lhe cumpre ser poderoso no mar, com que ysto está seguro na terra, que outrem nom lho posso tomar ou estrovar» e que «[...] nunca elrey meu Senhor tomará destas terras mais que pimenta e drogas, e que tendoas seguras, toda a mais navegação ficará solta a seus mercadores»⁶². Referia-se, claro, à estratégia da Coroa, que visava o comércio e a guerra, privilegiando (em parte) o pacifismo, sem a dominação dos pontos-chave do comércio oriental que defendia Afonso de Albuquerque⁶³. Esta decisão era também tomada porque «não tinha gente pera a soste juntamente com as fortalezas da India»⁶⁴. Estabelecendo uma relação cordial com o governador de Diu, D. Francisco terá aí deixado Tristão de Gá «pera carregar as duas naos de trigo e doutros mantimentos que lhe depois levou a Cochim»⁶⁵, e não para criar uma feitoria como observa – a nosso ver erradamente – Gaspar Correia⁶⁶, pois todas as evidências da sua existência surgem apenas no governo de Afonso de Albuquerque.

Deste sucessor do Vice-rei, observemos a sua acção. Concretizemos: complementando o domínio do mar intentado por D. Francisco de Almeida (a outra face da mesma moeda, portanto)⁶⁷, Afonso de Albuquerque incluirá Cambaia (e Diu em particular) entre as principais áreas onde actuar no Oriente⁶⁸. Mais concretamente, em carta de 1510 para D. Manuel I, o governador afirmava que «[...] o trauto de Cambaya, feytorya e asiento della, ha por cousa muy necesaria e proveytosa a voso serviço e muy grossa, tapando se a boca do mar roixo»⁶⁹, lembrando que «não crea vosa alteza que dos mouros da Imdia podes fazer boons amigos com paz nem com dadyvas, senom

⁶² *Lendas da Índia*, p. 948 e 949.

⁶³ Cf. os estudos de João Marinho dos Santos - «D. Francisco de Almeida e a formação do “Estado da Índia» in *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa – volume II*. Coimbra: Palimage, 2010, pp. 141-149 e «Políticas e estratégias nos primórdios do “Estado da Índia» in *Ob. cit.*, pp. 151-163.

⁶⁴ *História do Descobrimento e da Conquista*, vol. I, p. 441.

⁶⁵ *Ibidem*. Cf. *Ásia* (Barros), vol. II, p. 137.

⁶⁶ *Lendas da Índia...*, p. 957.

⁶⁷ Entenda-se que «[...] o génio militar e administrativo de Afonso de Albuquerque teve a iluminá-lo a determinação e o pioneirismo de D. Francisco de Almeida» – João Marinho dos Santos - «D. Francisco de Almeida...», p. 149.

⁶⁸ Sobre as relações entre Afonso de Albuquerque e o sultanato do Guzerate, veja-se o artigo fundamental de Jean Aubin – «Albuquerque et les négociations de Cambaye» in *Le Latin et l’Astrobe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*. Lisboa/Paris: CCCB/CNCDP, 2000, pp. 197-250.

⁶⁹ Raymundo de Bulhão Pato – *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1884, vol. I, p. 424. Passaremos a referir esta obra apenas como CAA.

asenhoreando os principaes portos dela»⁷⁰. Associava desta forma este sultanato à sua estratégia de acção (o controlo do comércio guzerate) e de dissuasão (recorrendo à guerra para impor o domínio português)⁷¹.

Nesse mesmo ano, tendo por base o naufrágio de uma nau portuguesa (a Santa Cruz) ao largo da costa de Cambaia, iniciaram-se oficiosamente as relações com o sultanato. Os sobreviventes, recolhidos pelas gentes do mercador Malik Gopi (personagem fundamental, como veremos adiante) foram posteriormente entregues, como moeda de troca nas negociações para a entrega da nau guzerate Miri (e da sua tripulação), capturada anteriormente pelos portugueses⁷².

Somente no final de 1512, após o regresso de Albuquerque da conquista de Malaca, a mudança de sultão no Guzerate e a conquista definitiva do território de Goa (o Governador terá afirmado mesmo ao monarca que esta conquista tinha motivado o Sultão a querer estabelecer a paz com os portugueses⁷³) encontramos o envio de Tristão de Gá (anteriormente preso no Guzerate, depois da derrota de Chaul) como embaixador a Cambaia.

Salienta-se aqui a figura do mercador Malik Gopi, senhor de Surrate, rival de Malik Ayaz na corte do Guzerate e principal apoiante dos interesses portugueses⁷⁴. Tomé Pires identifica-o como brâmane e «[...] em dinheiro mais avantajado que todos hos homees deste oriente»⁷⁵, e Diogo Fernandes de Beja (segundo embaixador a Cambaia, como veremos) diz ser este um fiel servidor de D. Manuel e de Afonso de Albuquerque, «[...] muyto deseioso de [o muy]to a[jud]ar, por tem muitas naãos e muito grande [trato] no mar e tambem por ser grade comp[etidor] de Milyc Aiaz»⁷⁶.

Apoiado por este cortesão, Albuquerque pediu autorização para erguer uma fortaleza-feitoria na costa Guzerate. Apesar da autorização ter sido concedida, a embaixada portuguesa seguinte, comandada por Diogo Fernandes de Beja, veio arrefecer estas relações. O problema gerara-se à volta da tradução da palavra “fortaleza”: onde os portugueses falavam em fortaleza (cidadela militar), o Sultão falava

⁷⁰ CAA, I, p. 423.

⁷¹ Cf. João Marinho dos Santos – «Políticas e estratégias nos primórdios do “Estado da Índia”»..., p. 159.

⁷² Veja-se Jean Aubin – *Ob. cit.*, pp. 210-222.

⁷³ CAA, I, p. 55. Sobre esta embaixada, vejam-se as páginas escritas por, Ronald Bishop Smith – *The first age of the portuguese embassies, navigations and peregrinations to the ancient kingdoms of Cambay and Bengal (1500-1521)*. Maryland: Decatur Press, 1969, pp. 33-40.

⁷⁴ Sobre este guzerate, veja-se o artigo de, K.S. Mathew – «Indo-Portuguese Trade and Malik Gopi» in *Portuguese and the Sultanate of Gujarat...*, pp. 9-23.

⁷⁵ *A Suma Oriental*, p. 196. Duarte Barbosa também nos diz ser este «o mais rico homem que houve em toda a Índia» e «o qual era muito amigo dos portugueses» - *O Livro de Duarte Barbosa...*, p. 228.

⁷⁶ Jean Aubin – *Ob. cit.*, p. 190.

em casa forte, sem torres nem sistema defensivo desenvolvido⁷⁷. Tendo-lhe sido oferecidas outras alternativas como Broach, Surrate, Dumbes, Damão ou Mahim, o governador português recusou-as todas: a sua mente (e a de D. Manuel) fixara-se definitivamente em Diu.

Tal decisão pode ter estado na base da sua própria ida à fortaleza, em 1513, no regresso da sua expedição do Mar Vermelho, não obstante afirmar a D. Manuel: «Diu parece-me fraca cousa, grande cerca e povoação pequena pera o que eu cuidava»⁷⁸. Retenhamos que tal comentário é feito, a nosso ver, a propósito do plano urbanístico da cidade e não do seu carácter económico. Data desse ano a instalação da feitoria portuguesa em Diu, tendo sido aí deixado Fernão Martins Evangelho como feitor e Jorge Correia como escrivão – mantendo-se um carácter ambíguo quanto à presença portuguesa permanente (ou não) naquela localidade.

Não deixará Afonso de Albuquerque de lembrar ao rei quão fraco era Cambaia, e quão facilmente podiam atacar e conquistar as principais praças. Nessa mesma carta, identifica até as suas quatro grandes fraquezas: a debilidade do comércio marítimo, provocada pela presença portuguesa; a dependência das rotas com o Mar Vermelho (fragilizadas, também, pelas armadas lusitanas); a falta de cobre para o comércio (incentivando o monarca a enviá-lo para a Índia); e finalmente, a fraca presença territorial na costa indiana, com poucos portos para as necessidades existentes, sendo a cidade principal, Cambaia, sujeita às marés⁷⁹.

Mais significativa ainda do que estas indicações é a acta de um conselho reunido por Albuquerque, a 25 de Setembro de 1514, onde o tema em debate era a conquista do reino de Cambaia pelas armas. Dos 17 capitães inquiridos, 8 pronunciaram-se a favor e 8 contra, havendo uma abstenção, o que demonstra que a estratégia operativa de Albuquerque era já partilhada pelo monarca (desde o ano anterior) e por alguma fidalguia⁸⁰. As negociações encontravam-se, nesse momento, num impasse. As embaixadas até aí encetadas não tinham trazido o desfecho pretendido. A falta de apoio à causa portuguesa na corte de Cambaia dificultara a acção do governador e o desterro de Malik Gopi, dentro do próprio reino, ao tempo da embaixada de Diogo Fernandes de Beja, arrefecera fortemente as relações com o sultanato⁸¹.

⁷⁷ Cf. *Ibidem*, p. 237.

⁷⁸ CAA, I, p. 195.

⁷⁹ CAA, I, p. 35.

⁸⁰ Cf. CAA, II, pp. 32-35. Cf. os estudos referidos de João Marinho dos Santos, pp. 149 e 162.

⁸¹ Sobre a situação de Malik Gopi: Jean Aubin – *Ob. cit.*, pp. 241-245.

Desta estratégia seguida por Albuquerque em relação à região de Diu, vejamos o que este nos diz em carta dirigida ao rei, a 22 de Setembro de 1515: «E se na terra firme vossa alteza determina de pôr as mãos, ho reino de Cambaya he o primeiro em que avees de começar, asy por ser jemte fraca, inda que seja muita, como por ser terra chãa, em que ha gente pode trazer carretas com artelharia», sendo de destacar a população débil, «[...] sem armas e sem nenhum aparato de guerra, somente eses tiranos que ha tem asenhoreado, que andam com seus arrayaees, jemte lijeira de vemcer e de levar nas mãaos». E salientava mais que a presença lusa se conseguia firmar em Cambaia «depois do estreyto de meqa ser bem fechado»⁸², realçando novamente a relação entre este sultanato e o comércio do Mar Roxo.

Esta última referência é fundamental. Vejamos que o objectivo derradeiro de Albuquerque, seguindo a estratégia de D. Manuel, era interromper a ligação do comércio asiático com o europeu através do Mar Vermelho, de forma a enfraquecer o Império Mameluco do Egipto e a favorecer um posterior ataque a esse potentado islâmico⁸³. Ora, como nos diz o Governador, após o fecho do Estreito controlado por Adem, a conquista do Guzerate podia ser feita. De que forma e com que objectivo? Nesse momento já a “cruzada” estava pronta a iniciar-se, visto que, praticamente todos os pré-requisitos estavam completos... Parece-nos ser um claro indício que a estratégia do rei (efectivada no terreno por Albuquerque) visava mais além do que a simples conquista da casa de Mafamede, apontando (como já o fizera) para a rentabilização do comércio asiático.

Não obstante ter morrido antes da sua estratégia de acção (como vimos, adoptada pela Coroa) se completar (nunca logrando a tomada de Adem), este capitão-mor do “Estado da Índia” consolidou claramente a presença lusa na Ásia. No caso em apreço, foi responsável pelo avanço decisivo para Cambaia, estabelecendo uma feitoria em Diu, que perdurou até 1521.

É conhecida a “desordem” vivida na Índia portuguesa após a morte do *Leão do Mar*, especialmente durante o governo de Lopo Soares de Albergaria, período este conhecido como o da “grande soltura” de interesses privados face à política centralizadora da Coroa. No entanto, a própria situação económico-financeira da Índia

⁸² CAA, I, p. 378-9.

⁸³ Sobre o ideal imperial manuelino vejam-se o estudo clássico de Luís Filipe F.R. Thomaz – «L'idée impériale manueline» in *La découverte, le Portugal et l'Europe*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1990, p. 35-103, e a recente biografia do monarca por João Paulo Oliveira e Costa – *D. Manuel I. Um príncipe do renascimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2007, pp. 255-261.

não facilitava a governação daquelas águas. Como nos diz Jean Aubin, «la pénurie que Lopo Soares imputait à son prédécesseur, et donc il était en partie responsable, servit d'arguments à son choix d'une politique pacifiste»⁸⁴. As próprias clientelas agravam-se, soltando a corrupção combatida por Albuquerque anteriormente, não esquecendo também que «[...] les trafics frauduleux perdirent leur caractere coupable et allèrent même jusqu'à s'afficher avec cynisme»⁸⁵. O seu governo desinteressar-se-á então das questões respeitantes a Cambaia, bem como às de Goa e do Mar Vermelho⁸⁶ – estas últimas após a sua viagem fracassada até Judá, em 1517⁸⁷.

D. Manuel I conseguirá reimpor a sua política com o próximo governador, Diogo Lopes de Sequeira, mais próximo da acção de Albuquerque, mas fortemente debilitado pelos três anos de “anarquia lopiana”. Somente em 1520 a Coroa consegue retomar os planos para Cambaia e Diu.

Como nos diz João de Barros, D. Manuel inicia, em 1518, um novo reforço da presença portuguesa na Ásia, querendo «[...] que se fizesse hua fortaleza em Maluco, outra em Samatra, outra nas ilhas de Maldiva, outra em Chaul e que entrasse no estreito e trabalhasse por tomar Dio onde também fizesse outra fortaleza, e que mandasse à China e que descobrisse as ilhas do ouro»⁸⁸. Diogo Lopes de Sequeira procura então estabelecer – por meios dissuasórios – uma fortaleza em Diu. Relembremos a existência da feitoria nesta cidade, que prosseguia os interesses comerciais da Coroa nesse espaço.

A armada, composta por cerca de 40 velas e entre 2000 a 3000 homens de armas⁸⁹, não chegou, porém, para dissuadir Malik Saca, filho de Malik Ayaz (presente nesse momento na corte de Cambaia). A cidade encontrava-se fortemente defendida, tendo-se estabelecido apenas relações cordiais. Após a partida do governador português para Ormuz, Diogo Fernandes de Beja ficou encarregue de esperar pela decisão do sultão do Guzerate, Bahadur Xá, de entregar ou não a cidade. Devido a diversas conspirações, Diogo Fernandes foi obrigado a retirar-se do local, levando consigo o feitor e restantes oficiais, à revelia de Malik Saca. Fugindo para Ormuz, a declaração de guerra foi aí anunciada pelo governador. Seguiam-se assim as ordens de D. Manuel:

⁸⁴ Jean Aubin – «Lopo Soares en Inde, 1515-1518» in *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. III: *Études inédites sur le règne de D. Manuel – 1495-1521*. Paris: FCG/CCCG, 2006, p. 390.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 392.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 414.

⁸⁷ Expedição analisada profundamente em *Ibidem*, pp. 399-413.

⁸⁸ *Ásia* (Barros), vol. III, fl. 109r.

⁸⁹ Segundo Gaspar Correia 44 velas e 2000 portugueses de armas (*Lendas da Índia*, III, p. 615) 48 navios e 3000 homens para Barros (*Ásia* (Barros), vol. III, fl. 11v) ou 80 velas e 3000 homens conforme Lopes de Castanheda (*História do Descobrimento e da Conquista*, vol. II, p. 84).

«não querendo el rey de Cambaya dar fortaleza em Diu que fizesse guerra a Cambaya e procurasse por tomar Diu com ho mayor resgoardo que podesse que lhe não matassem gente»⁹⁰.

De forma a obter uma base próxima de Cambaia e de Diu para a guerra que se avizinhava, procedeu-se então à construção da fortaleza de Chaul, nesse mesmo ano de 1521, mediante negociações e autorização do Nizamaluco – o sultão de Ahmdnagar, a quem pertencia a cidade. A ideia não foi do agrado de Malik Saca, que ordenou sucessivos ataques à nova fortaleza, visto que «com nosso favor Chaul se faria muy prospera, com que avocasse todallas naos que vinham de Mecha, por ser per aly hua grande entrada e saída de mercadorias pera o reyno no Decan, o proveito das quaes elle perderia»⁹¹. Estabelecidos em Chaul, os portugueses podiam atacar a enseada do Golfo de Cambaia e arrasar as principais cidades numa guerra de desgaste com um único objectivo: a entrega de Diu⁹². Todavia, a rendição desta cidade não se concretizou, mantendo-se, apesar de tudo, a presença lusa bem a norte de Goa.

Este avanço para Cambaia coincide com o início de uma «vasta campaña de agitacion anti-portuguesa por todo el Índico»⁹³, incentivada pelos mercadores guzerates. Conscientes das perdas no trato resultantes da concorrência e do patrulhamento das águas pelos portugueses, estes mercadores deram início a uma nova rota, directamente entre o Mar Roxo e a Insulíndia: Adem ligava-se às ilhas Maldivas e estas ao emergente sultanato do Achém (no Norte de Samatra), tentando escapar aos portos e aos navios de D. Manuel I e D. João III. É certo então que os guzerates «reorganizaban el comercio de largo alcance musulmán, al mismo tiempo que desarrollaban su política de propaganda»⁹⁴.

A leitura das fontes sugere-nos uma nova aproximação entre os portugueses e Diu e a possível existência de um novo feitor e escrivão na cidade (Gaspar Pais e Álvaro Mendes) durante o vice-reinado de D. Vasco da Gama⁹⁵ (1524), bem como de um novo plano de avanço no tempo do governador D. Henrique de Meneses⁹⁶, iniciativas que, porém, não surtiram efeito e cujas referências são escassas⁹⁷.

⁹⁰ *História do Descobrimento e da Conquista*, vol. II, p. 81.

⁹¹ *Ásia* (Barros), vol. III., fl. 172r.

⁹² Ter-se-á até referido que, conquistada Diu, abandonar-se-ia Chaul: *Lendas da Índia*, II, p. 675.

⁹³ João Paulo Oliveira e Costa e Vitor Luis Gaspar Rodrigues – *El proyecto indiano del rey Juan*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 143. Sobre esta oposição guzerate, cf. pp. 142-144.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 144.

⁹⁵ *Ásia* (Barros), vol. III, fl. 235r.

⁹⁶ *Ibidem*, fl. 251v.

⁹⁷ Veja-se o que nos diz Vitorino Magalhães Godinho – *Ob. cit.*, p. 118.

Os portugueses procurarão fazer uma nova investida ao tempo do governador Lopo Vaz de Sampaio, em 1528. Em conflito com o sultão, Malik Saca ofereceu a cidade de Diu ao governador. Gaspar Correia diz-nos que o Sultão ordenara a morte do filho de Malik Ayaz, enquanto Lopes de Castanheda afirma que este se queria vingar do soberano por “inimizade”. Já Diogo do Couto apresenta-nos uma versão que nos parece mais próxima da realidade: a recente chegada ao poder do sultão Bahadur (1525), sucedendo ao seu pai, pusera em causa o aparelho administrativo guzerate herdado, perseguindo os governadores e capitães leais ao seu antecessor, levando a que Malik Saca receasse perder a cidade e os seus privilégios⁹⁸. Aceite a proposta pelo governador português, Heitor da Silveira foi enviado para tratar da ocupação imediata da fortaleza, enquanto Lopo Vaz preparava uma armada de reforço (tal atraso na acção do governador português ter-se-á devido também à contestação dos capitães portugueses em avançar, cientes da *glória* e da *honra* que Lopo Vaz podia ganhar ao conquistar a cidade⁹⁹). Incentivada por Hagamahmut¹⁰⁰, conselheiro de Malik Saca, a população de Diu revoltou-se, expulsando o filho de Malik Ayaz e entregando a soberania deste porto ao Sultão de Cambaia. Assim, a tentativa foi vã, e a frota de Heitor da Silveira encontrou uma cidade preparada para a defesa e não disposta a receber uma nova administração¹⁰¹.

Retenhamos, ainda, que todos estes momentos de tensão foram seguidos de profundas devastações cíclicas na costa do Guzerate, arrasando sucessivamente pela força das armas portuguesas lugares como Surrate, Reinel, Baçaim ou Damão.

O governo de Nuno da Cunha (1528-1538) marca o ponto de viragem em relação ao Guzerate. Inicia-se, neste momento, simultaneamente com o início do reinado de D. João III, um novo ciclo na política ultramarina, marcado pela transferência do centro decisivo de Cochim para Goa (consolidando definitivamente o projecto iniciado por Albuquerque com a conquista da dita praça), facto que terá estado ligado, entre outras razões, à proximidade desta cidade a Cambaia, como nos conta

⁹⁸ Diogo do Couto – *Ásia*, Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1778, década IV, vol. 10, pp. 50 e 51. Citamos doravante esta obra como *Ásia* (Couto), indicando a respectiva década e volume.

⁹⁹ Cf. entre outros *Ásia* (Couto), d. IV, vol. 10, pp. 55-56. Sobre este “egoísmo” diz-nos o autor que «isto foi sempre muito antigo na Índia entre os Fidalgos, vituperarem huns aos outros que estão em melhor lugar, e que são mais pera elle, só por verem se os podem abater pera se elles alevantarem, tendo muitas vezes no votar mais respeito aos seus particulares que ao serviço de Deos e d'el Rey, pelo que alguns foram causa de se perderem grandes ocasiões, e de sucederem muitos desastres e grandes desaventuras».

¹⁰⁰ Camalmaluquo para Correia, *Lendas da Índia*, III, p. 276; Hag Mamude para *Ásia* (Couto), d. IV, vol. 10, p. 52, e para Castanheda, *História do Descobrimento e da Conquista...*, vol. II, p. 394.

¹⁰¹ Cf. *História do Descobrimento e da Conquista*, vol. II, pp. 394-395 e *Lendas da Índia*, III, pp. 272-274 e 276-277.

Gaspar Correia¹⁰². O governador possui ordens precisas para guerrear o Guzerate, conquistar Diu ou adoptar uma política de terra queimada até este porto lhe ser entregue¹⁰³. A prossecução desta política foi, no entanto, acidentada, tendo ficado marcada por muitos avanços e recuos.

Assim, após uma série de operações rápidas à costa guzerate (ataques anfíbios), perpetrados por António da Silveira, em 1530, Nuno da Cunha preparou uma vasta armada com o objectivo de conquistar de uma vez por todas Diu. Castanheda refere 300 velas, 3000 portugueses e 2000 canarins e malabares¹⁰⁴, enquanto Diogo do Couto menciona 4000 portugueses, 1500 lascarins em 180 velas¹⁰⁵, e Correia fala de 400 velas, 3560 homens portugueses e 2000 malabares e canarins, fora um vasto conjunto de «mareantes dos junços [...] que com mulheres casadas e solteiras, e gente que hião com suas mercadarias e mantimentos a vender, e família miúda»¹⁰⁶ que planeavam a sua fixação na futura Diu portuguesa. Partindo de Goa no início de 1531, a armada deteve-se na ilha de Beth (ou Betel), situada próximo de Diu.

A presença de um contingente de rumes¹⁰⁷ (que aí construíam uma fortaleza por ordem de Bahadur¹⁰⁸) veio impor um primeiro combate aos portugueses, desgastando, quer a frota, quer os homens. A ferocidade da luta e a mortandade daí resultante foram tais que levaram à mudança do nome da ilha de Beth para «ilha dos Mortos»¹⁰⁹.

Nuno da Cunha chegou a Diu em Fevereiro, planeando um forte ataque, suficiente para derrubar parte da muralha existente, permitindo a entrada das forças lusas. Todavia, este assalto foi, novamente, um fracasso, apesar da poderosa artilharia aí empregue pelos dois lados. Diz-nos João de Barros que «o ar era hum fumo de enxofre assi escuro e grosso que afogava os homens e os cegava e entre elles huns relâmpagos de fogo, que parecião vir do inferno. Tudo era hua escuridão sem alguma luz, somente hum terror e espanto aos olhos, tormento aos ouvidos, e hua confusão de animo que não

¹⁰² *Lendas da Índia*, III, p. 342. Cf. também João Paulo Oliveira e Costa – «O Império Português em meados do século XVI», *Anais de História de Além-Mar*, vol. III, 2002, pp.87-121.

¹⁰³ Entre os cronistas veja-se *Ásia* (Couto), d. IV, vol. 11, p. 123: «[...] a principal cousa que trazia encomendada d'elRey era o negocio de Dio».

¹⁰⁴ *História do Descobrimento e da Conquista*, vol. II, p. 610.

¹⁰⁵ *Ásia* (Couto), d. IV, vol. 11, p. 127.

¹⁰⁶ *Lendas da Índia*, III, p. 390 e 392.

¹⁰⁷ Aplicamos a designação de rume, regra geral, para qualquer turcomano, cf. Sebastião Rodolfo Dalgado – *Glossário Luso-Asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, vol. II, p. 264.

¹⁰⁸ Segundo Diogo do Couto, dois mil homens de guerra com um «capitão d'elrey de Cambaya, Turco de Nação» - *Ásia* (Couto), d. IV, vol. 11, p. 129.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 138.

sabião os homens onde estavam e se era sonho o que vião ou verdade»¹¹⁰. Sobre a dureza do combate e a procura de valores centrais (a honra, o proveito, a fama e a glória) pela fidalguia, veja-se o caso de D. Vasco de Lima, narrado por Lopes de Castanheda: «E neste instante estando dom Vasco em pé no seu batel lhe levou hum pelouro dos imigos a cabeça com parte dos hobros, respondendo ele ao seu condestabre (que lhe dizia que se abaixasse) que não avia medo a pelouros»¹¹¹.

Continua assim a guerra de desgaste, com ataques constantes às cidades portuárias de Cambaia. Entre os episódios de guerra, em 1533 foi mandada uma embaixada ao Sultão, sendo o enviado Tristão de Gá. Após uma tentativa falhada de encontro entre o monarca guzerate e Nuno da Cunha, surge a tão desejada reviravolta que os portugueses aguardavam. Estando o sultão Bahadur em luta aberta contra os portugueses, um terceiro elemento veio impor-se e desequilibrar o tabuleiro deste xadrez – o Império Mogol, que arrastou o Guzerate para uma dura contenda. Alguns estudos evidenciam que o Sultão de Cambaia possuía ainda alguma margem de manobra¹¹². No entanto, para evitar a repartição de esforços, Bahadur entendia que a paz com os portugueses lhe podia libertar efectivos militares para poder organizar a resistência aos mogores. Neste contexto se deve entender a entrega aos portugueses da fortaleza de Baçaim, em 1534. A pressão mogol não tardou a aumentar e Bahadur viu-se assim forçado a recorrer à ajuda militar portuguesa, em troca da concessão da fortaleza de Diu, em 1535.

A 25 de Outubro desse ano, um «contrato, concerto e assento de paz» era assinado entre Nuno da Cunha e Xacoes, embaixador do sultão de Guzerate. Definia-se aí a autorização de «dar a el rey de Portugal huma fortaleza en Dio en qualquer lugar que o governador Nuno da Cunha quiser da banda dos balluartes do maar, e da terra, da grandura que lhe bem parecer, e assi o balluarte do mar»¹¹³. Tenha-se em atenção que não estavam incluídas no contrato quaisquer rendas ou direitos de Diu, mas tão-só a entrega da fortaleza.

Após este acto, Bahadur viu as tropas mogores recuarem e arrependeu-se do assento feito com os portugueses, pois perdera uma das praças costeiras mais importante

¹¹⁰ *Ásia* (Barros), vol. IV, Livro IV, c. XV.

¹¹¹ *História do Descobrimento e da Conquista*, vol. II, p. 620.

¹¹² Cf. Dejanirah Couto - «Em torno da concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)», *Mare Liberum*, Nº 9, Julho 1995, p. 119. Para estas questões, veja-se ainda António Vasconcelos de Saldanha – *Iustum Imperium. Dos tratados como fundamento do Império dos portugueses no Oriente. Estudo de História do direito internacional e do direito português*. Lisboa: IPO/FO, 1997, pp. 435-446.

¹¹³ Trelado em Artur Teodoro de Matos (dir.) – *O Tombo de Diu 1592*. Lisboa: CNCDP, 1999, pp. 62 e 63.

do sultanato. Decidiu então expulsar os portugueses, mas viu-se envolvido em intrigas e traições que resultaram na sua morte, em 1537, aquando de um encontro directo com Nuno da Cunha, cujos contornos ainda se encontram mal esclarecidos. As crónicas portuguesas são claras ao narrarem este óbito como fruto de um mal-entendido entre os capitães portugueses e o sultão, aquando do seu regresso da nau do governador português. Diogo do Couto informa-nos, no entanto, que a sua morte decorreu da tentativa de prenderem o monarca do Guzerate, com vista a evitar uma revolta das forças locais¹¹⁴.

Ao desaparecimento do Sultão, seguiu-se um período de superintendência das rendas da alfândega, que veio a desembocar no primeiro cerco à fortaleza portuguesa, em 1538. Iniciado pelas forças locais de Cambaia, lideradas por Coge Sofar (mercador estrangeiro estabelecido no Guzerate, senhor de Surrate e com vasta influência na corte¹¹⁵), o cerco agravou-se com a chegada de forças otomanas chefiadas por Suleimão Paxa, enviado por ordem do Sultão de Constantinopla. O apelo a uma investida otomana no Índico foi feito pelo sultão Bahadur, logo após a concessão de Diu aos portugueses, tendo em conta que esta era a potência muçulmana mais poderosa na época – sob o jugo do sultão Suleimão, *o Magnífico*, herdeiro de Selim II.

Acerca da expansão deste Império, vejamos que este reinado (1520-1566) corresponde a uma expansão territorial considerável, com a tomada de Belgrado, Rodes, Bagdade e – fruto da expedição de 1538 – o Mar Vermelho¹¹⁶, através de uma força militar extremamente poderosa. Entendemos assim o pedido de Bahadur – estes eram os únicos com força militar suficiente para expulsar a presença lusa no Oriente¹¹⁷.

Este medo era, de facto, justificado, pois no início da década de trinta do século XVI, a presença com carácter de permanência de uma poderosa armada otomana começava a desenhar-se no Suez (visando uma ofensiva no Índico para expulsar a presença lusa e restabelecer o proveitoso comércio muçulmano). No entanto, fruto de

¹¹⁴ *Ásia* (Couto), d. V, vol. 12, pp. 99-108. Igual versão nos dá o Tombo de Diu: Artur Teodoro de Matos (dir.) – *Ob. cit.*, p. 66.

¹¹⁵ Veja-se o artigo de K. S. Mathew – «Khwaja Safar and the Indo-Portuguese Trade» in *Portuguese and the Sultanate of Gujarat...*, pp. 41-53.

¹¹⁶ Cf. Jean-Louis Bacque-Grammont – «L’apogée de l’Empire ottoman: les événements (1512-1606)» in Robert Mantran (dir) – *Histoire de l’Empire Ottoman*, Paris: Fayard, 1989, pp. 139-158.

¹¹⁷ E assim o entendiam também os portugueses, que sempre demonstraram temer a vinda destes ao Índico “português”. Subsiste ainda muita documentação onde podemos observar este medo constante. Veja-se, por exemplo, a carta de 1532, publicada por Luciano Ribeiro, em «Preâmbulos do Primeiro Cerco de Diu», *Studia*, 10, Julho 1962, pp. 160-162. Luís de Albuquerque adiantou também alguns dados quanto a este assunto em vários artigos, nomeadamente «Alguns aspectos da ameaça turca sobre a Índia por meados do século XVI» in Luís de Albuquerque – *Estudos de História*, vol. V. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1977, pp. 351-398.

outras circunstâncias, os planos foram adiados para outra altura.¹¹⁸ A construção da fortaleza em Diu e a subsequente morte de Bahadur veio precipitar a acção turca no Índico. Efectivamente, «a tomada de Diu era vital para o comércio veneziano e turco: era o único meio de reanimar o tráfico das especiarias pelo mar Roxo»¹¹⁹, pois voltava a colocar o trato nas mãos de mercadores islâmicos que abasteciam o Império Otomano.

Capitaneadas por António da Silveira, as forças portuguesas resistiram arduamente de Setembro a Novembro. A armada otomana acabou por abandonar a cidade, ao saber da aproximação da frota do vice-rei D. Garcia de Noronha – que tardara em aparecer. As consequências do cerco foram, porém, desastrosas: a muralha ficou arruinada, a hoste portuguesa exausta, terminando o assédio somente com cerca de quarenta homens de guerra, como nos conta Lopo de Sousa Coutinho¹²⁰.

A razão desta derrota turca adveio não apenas de uma «concepção e de uma acção mediterrâneas esbarrando com as realidades oceânicas»¹²¹, isto é, de uma incapacidade de adaptação dos meios navais militares (habituaados a um mar fechado) a um espaço nitidamente diferente (sobretudo pelo uso de galés), mas em grande parte de um mau planeamento logístico necessário para tomar Diu. Os meios preparados pela armada turca mostraram-se insuficientes, estando preparados para um curto assédio, e não para um cerco de aproximadamente dois meses. Também não nos parece que o objectivo desta expedição fosse unicamente para «[...] pacificar o Mar Vermelho, e só muito acessoriamente para socorrer os muçulmanos da Índia no seu combate contra os portugueses»¹²². É possível que esta tivesse um duplo objectivo: por um lado, submeter aquela região ao Sultão de Constantinopla e, por outro, vencer os portugueses e restabelecer a rota comercial do Índico¹²³. De facto, a missão não foi um verdadeiro fracasso tendo em conta que a expedição conseguiu dominar o Mar Vermelho.

¹¹⁸ Cf. Salih Özbaran – *Ottoman Expansion towards the Indian Ocean in the 16th Century*, Istanbul: Istanbul Bilgi University Press, 2009, pp. 77-80.

¹¹⁹ Vitorino Magalhães Godinho – *Ob. cit.*, p. 120.

¹²⁰ Lopo de Sousa Coutinho – *Livro primeyro do cerco que os Turcos poseram à fortaleza de Diu*. Coimbra: Por João Alvarez, 1556, fl. 81v.

¹²¹ Vitorino Magalhães Godinho – *Ob. cit.*, p. 121.

¹²² Dejanirah Couto – «No rasto de Hadim Suleimão Pacha: alguns aspectos do comércio do Mar Vermelho nos anos de 1538-1540» in *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos*, Angra do Heroísmo: s.e., 1998, p. 498.

¹²³ Uma crónica muçulmana afirma que na criação da armada de 1538 se «[...] proclamou a guerra santa pela causa de Allah contra os portugueses, e preparou-se para o assalto e para o combate» - David Lopes – *Extractos da Historia da Conquista do Yaman pelos Othmanos. Contribuição para a História do estabelecimento dos portugueses na Índia*. Memória destinada à X sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas, Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, p. 52.

A paz voltou a ser restaurada com Cambaia, a 11 de Março de 1539, com um novo tratado, ficando então um terço de todo o rendimento da alfândega de Diu para a Coroa portuguesa¹²⁴. Um novo compromisso foi assumido no tempo do governador D. Estêvão da Gama (1540-42), passando a alfândega a render metade para a fazenda portuguesa e a outra metade para a do Guzerate¹²⁵.

Entramos assim num claro período de paz que medeia os dois cercos. As crónicas retratam uma certa cordialidade nas relações entre o governo centrado em Goa e o Guzerate, onde se registam trocas de informações acerca da presença de rumes na Índia¹²⁶. O único momento de tensão ter-se-á vivido em 1542, sob a capitania de Manuel de Sousa de Sepúlveda. Procurando recuperar algum espaço perdido na ilha a favor dos portugueses, o sultão Mahmud do Guzerate (sobrinho de Badur e seu sucessor) mandou erguer a parede frente à fortaleza que o tratado de 1539 previa¹²⁷. O capitão de Diu, ciente de um provável ataque ou da preparação de um cerco reforçou os mantimentos existentes na fortaleza e mandou robustecer as muralhas e as torres¹²⁸. Seguiu-se então o ataque à parede, derrubando-a e evitando que esta se erguesse¹²⁹.

Esta última tentativa será fundamental para o segundo cerco, pois antevê a abordagem utilizada em 1546 para aproximar as forças de Cambaia à fortaleza. Assim, após este episódio, a influência de Coge Sofar terá sido fundamental para convencer o sultão a permitir e a organizar o assédio à fortaleza portuguesa¹³⁰.

Para concluir este percurso de quase meio século, tentemos sistematizar alguns dos dados mais relevantes. Encontramos delineadas diversas fases da política ultramarina portuguesa para Cambaia. Ao primeiro momento de encontro e de choque com o mundo Oriental, sucedeu a tentativa de compreender a dimensão e o lugar deste sultanato na economia do Índico-Pacífico. Para isso, os portugueses centraram a sua atenção em Diu, de tal forma que podemos até afirmar que esse porto serviu de «escola

¹²⁴ *Ob cit.*, p. 75.

¹²⁵ Cf. Artur Teodoro Matos (dir.) – *Ob. cit.*, p. 77.

¹²⁶ Cf., por exemplo, *Lendas da Índia*, IV, p. 251, p. 269.

¹²⁷ Cf. *Ásia* (Couto), d. V, vol. 13, p. 439. Gaspar Correia fala-nos de um «baluarte que tirava ao longo do rio» estando, a nosso ver, errado, pois a versão de Couto aproxima-se daquilo que estivera definido no tratado, isto é, a construção de «[...] huma parede de largura de quatro covodos que comessarà da porta da praia e hirá pelo bazar do arroz e dahi direito ao muro que vem da parte do mar», reduzindo a presença lusa somente à fortaleza após o «quarto da prima» - Artur Teodoro Matos (dir.) – *Ob. cit.*, p. 74.

¹²⁸ *Ásia* (Couto), d. V, vol. 13, p. 439 e 440.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ Couto fala-nos da decisão desta acção por clara influência do mercador – d. V, vol. 13, p. 441-445.

de aprendizagem» para os posteriores planos dedicados ao Guzerate¹³¹. As acções de D. Francisco de Almeida e de Afonso de Albuquerque mostraram ser fulcrais para o estabelecimento das primeiras ligações diplomáticas, não obstante as estratégias (em parte) diferentes encetadas. Através da actuação e da influência de Albuquerque (que terá considerado seriamente uma operação militar nessa região¹³²), D. Manuel exigia a construção de uma fortaleza na costa de Cambaia, incluindo assim este potentado indiano nos seus interesses comerciais, com vista ao monopólio do comércio das especiarias para a Europa e do próprio domínio do comércio inter-asiático.

Após alguns avanços e recuos (entre o final do reinado de D. Manuel e a organização da política Joanina para o Oriente), o comércio proveniente do Guzerate voltou a entrar nos interesses régios. Depois de diversas tentativas de conquistar Diu, a entrega de Baçaim e daquela praça, por decisão do próprio sultão do Guzerate, veio facilitar consideravelmente a concretização de um mercado controlado pelos portugueses, através do domínio do mar do Golfo de Cambaia.

Todavia, apesar das diversas aproximações e do papel de certas personalidades (como a de Malik Gopi), detectamos nitidamente um clima de tensão latente ao longo de todo este período. As suspeitas e as incertezas das intenções de ambos os lados condicionaram largamente as relações diplomáticas. A morosidade do processo de implantação em Diu documenta bem as dificuldades sentidas e sobretudo o grande desejo de domínio da ilha.

Michael Pearson diz-nos que os esforços de Malik Ayaz e posteriormente de Coge Sofar contra o estabelecimento dos portugueses em Diu foram em vão, em grande medida pela pouca preocupação demonstrada pelos sultões perante esta questão¹³³. Efectivamente, não podemos esquecer que o Guzerate não se restringia à costa, incluindo um vasto território continental e cujos rendimentos não se baseavam exclusivamente no comércio marítimo. Os próprios valores centrais da nobreza guzerate (extremamente apegada à terra e não ao comércio marítimo) explicam o parco interesse por parte desta à presença portuguesa em Diu e à recuperação do seu domínio. Os comerciantes, com largas redes comerciais já traçadas, foram os responsáveis pela contestação aos *cartazes* e ao crescente domínio do Índico pelo império manuelino e

¹³¹ Inspiramo-nos, claro, na leitura de Jean Aubin de Cochin, enquanto «école d'apprentissage de l'Inde», cf. Jean Aubin – «L'apprentissage de l'Inde. Cochin 1503-1504» in *Le latin et l'astrolabe*, I, pp. 49-110.

¹³² Ver a opinião de Jean Aubin – *Albuquerque et les négociations de Cambaye*..., p. 247-250.

¹³³ M. N. Pearson – *Merchants and rulers in Gujarat*..., p. 132.

joanino – não tendo, no entanto, capacidade para fazer face à superioridade técnica militar dos portugueses e à presença europeia no Oriente que durará até ao século XX.

Capítulo 2

O CERCO GUZERATE

1. A(s) estratégia(s)

A derrota da coligação otomana e guzerate no cerco de 1538 mostrara ao sultão Mahmud, e principalmente a Coge Sofar, a dificuldade em expulsar os portugueses de um local bem apetrechado e preparado para resistir ao assédio das suas forças, como era o caso da fortaleza de Diu. O falhanço demonstrava ainda que não bastava um ataque terrestre em massa, e que a vantagem numérica não era suficiente para derrotar os portugueses. Era necessário um planeamento atempado e uma estratégia bem definida para conseguir alcançar os objectivos pretendidos.

Neste sentido, o mercador e senhor de Surrate terá começado a planear a expulsão dos portugueses em Diu, logo após a derrota do primeiro cerco. Leonardo Nunes informa-nos que a preparação logística durava há cerca de sete a oito anos¹³⁴. Durante este tempo, reuniu não apenas todo o material bélico necessário – pólvora, bombardas, uma «[...] infinidade de pelouros de ferro coado e de pedra»¹³⁵, armamento defensivo -, mas também contratou um conjunto alargado de tropas mercenárias

¹³⁴ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 7 e *C.D.J.C.*, p. 21.

¹³⁵ *C.D.J.C.*, p. 22.

(especialmente na Península Arábica) e preparou os homens de armas guzerates. Nas palavras do mesmo autor, à data do cerco, Coge Sofar tinha «[...] todos os homens excelentes que pera tal empresa lhe erão necessarios», bem como toda a artilharia existente, «tanta quanta se nunca juntou, nem homens virão pera nenhum cerco»¹³⁶.

Tal preparação não escapara aos olhares dos portugueses de Diu. Em carta de 29 de Novembro de 1545, o capitão de Diu, D. João de Mascarenhas, avisava D. João III que o cerco se avizinhava, e que tudo indicava vir a ser sitiado no Inverno¹³⁷. A tensão revelada na cidade e as novas recebidas por diversos canais de informação faziam-no desconfiar de um possível ataque. D. João de Castro acompanhava, em Goa, o desenrolar da situação e, prevendo um ataque iminente, enviava (por volta do final de Março de 1546) Gregório de Vasconcelos com cem lascarins e uma caravela com o material necessário: pólvora de bombarda e de espingarda, bem como pólvora de pasta (para carregadores), vigas e caíro. Recebia ele próprio informações quanto ao ajuntamento de forças inimigas, como era o caso de diversos navios de Coge Sofar, carregados de materiais para a guerra e com um número considerável de mercenários turcos tomados por António de Sotomaior no Estreito, em Março desse ano¹³⁸. No entanto, as informações corriam em ambos os sentidos, e os próprios guzerates obtinham as notícias que procuravam de diversas formas. Assim, o plano de ataque a Diu não se iniciava sem antes saberem o que os esperava e, para isso, Coge Sofar possuía os seus próprios informadores, conhecendo «a desposição da India, e os almazeis das fortalezas como estavam providos, e a gente que nellas residia inverno e verão»¹³⁹. Aliara-se, ainda, a alguns portugueses que se comprometiam a sabotar a defesa portuguesa, bem revelador da importância da informação e dos homens infiltrados. É o caso de Rui Freire e Francisco Rodrigues, enviados para Goa e Chaul, respectivamente, no início do cerco, por estarem familiarizados com os guzerates¹⁴⁰. A ameaça parecia real, pois o capitão de Diu tinha sido informado que estes traidores se tinham oferecido para incendiar o armazém da pólvora – razão pela qual mudou esse material de lugar¹⁴¹.

¹³⁶ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 7.

¹³⁷ Luís de Albuquerque – «Um documento relacionado com o segundo cerco de Dio» in *Estudos de História*, vol. V. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1977, p. 221.

¹³⁸ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 288.

¹³⁹ C.D.J.C., p. 23.

¹⁴⁰ Carta de Mascarenhas a Castro, *Hist. Quinhentista*, p. 154.

¹⁴¹ Carta de Mascarenhas a Castro, *Hist. Quinhentista*, p. 146. Diogo do Couto e D. Fernando de Castro explicitam todo este caso, falando até num plano de entrar pela fortaleza através das casas de Rui Freire,

Apesar da descrição necessária e imposta, o Sultão e o seu capitão compreendiam perfeitamente que as suas movimentações se faziam sentir nos meios portugueses. De forma a contrariar os boatos, pregavam então que os preparativos tinham como fim a guerra contra o rei de Patane. Segundo D. Fernando de Castro, terá até sido enviada uma embaixada a Goa, reafirmando o contrato de paz e informando dessa suposta guerra¹⁴². Gaspar Correia refere ainda um interessante duplo objectivo no ataque a Diu¹⁴³: se, por um lado, interessava aos grandes de Cambaia expulsar os portugueses desta fortaleza, por outro, viam este acto como meramente formal e compreendiam que, enquanto principal potência naval no Índico, os portugueses dificilmente seriam expulsos de Diu. Esta acção servia, de certa forma, para precipitar Coge Sofar a uma dura contenda, onde podia vir a encontrar a morte desejada por estes homens que cobiçavam fortemente os seus bens e o seu trato, sediado em Surrate. Desta forma se entende o apoio dado à acção deste mercador no círculo restrito de Mahmud Shah¹⁴⁴.

Esteja Correia correcto ou não, o principal objectivo guzerate era, sem dúvida, a luta contra o domínio português de Diu e contra a presença destes europeus no golfo de Cambaia. Especifiquemos: ao chegar à cidade, o mercador-capitão apresentou-se como capitão do sultão e senhor de Diu e, em nome do soberano, exigiu categoricamente (com ou sem autorização portuguesa) a construção imediata da parede (muralla) prevista no contrato de 1539, a abolição dos sistema de “cartazes” (licenças de navegabilidade) e que os navios locais não fossem obrigados a pararem aí «mas que as deyxasse descarregar pelos outros seus portos e que fosse cada huma das naos aomde quyjesse ir»¹⁴⁵. Os objectivos eram claramente económicos, pois previam o restabelecimento da supremacia comercial dos guzerates, em detrimento do controlo e da fiscalidade portuguesa.

Para além de toda a preparação estratégica e logística necessária ao cerco, era igualmente fundamental planear o tempo de ataque. Nessa questão, os portugueses encontravam-se totalmente dependentes de factores externos. Explicitemos: conhecendo o funcionamento da “rede” portuguesa no Índico, Coge Sofar compreendeu que esta

junto às rochas, da banda do mar, por onde podiam entrar as forças de Coge Sofar. Cf. *Ásia* (Couto), *Década VI*, vol. 14, pp. 41-43 e 48-51; *C.V.R.D.J.C.*, pp. 145-146 e 157.

¹⁴² *C.V.R.D.J.C.*, p. 126-127. Esta é a única fonte que refere esta embaixada, não sendo conhecida a correspondência original trocada entre Castro e Coge Sofar. É, no entanto, sintomático que tal referência existe, demonstrando o cuidado guzerate em disfarçar o verdadeiro objectivo.

¹⁴³ *Lendas da Índia*, IV, p. 454.

¹⁴⁴ Sobre o percurso de Coge Sofar, veja-se o estudo já referido de K.S. Mathew – «Khawaja Safar...».

¹⁴⁵ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 144.

estava assente num sistema marítimo, dependente da própria navegabilidade deste oceano. Era, portanto, natural que a melhor altura para cercar Diu fosse no Inverno, época em que as monções dificultavam seriamente as navegações de Sul para Norte, ao longo da costa indiana. Concretamente, diz-nos Nunes que nessa época os tempos são «muy contrairos e geraes aly» e que «sam as correntes grandíssimas, tanto que he necessário verse pera se crer», logo é «casi imposible poderse entam ir a Dio»¹⁴⁶. O cerco guzerate devia projectar-se para o «rabo do Verão»¹⁴⁷, início do Inverno, acreditando o capitão de Cambaia que a fortaleza podia cair antes de Setembro, época em que os reforços portugueses facilmente chegavam à fortaleza¹⁴⁸.

Embora diversos factores estivessem já reunidos pelo potentado indiano, faltam-nos mencionar um fundamental: a diplomacia. Efectivamente, o Sultão compreendia que não bastavam as armas e o tempo certo – era-lhe necessário enfraquecer as forças portuguesas, através da abertura de diversas frentes de combate ao “Estado da Índia”, pois um ataque a Diu podia vir a concentrar todas as forças portuguesas nesse assédio. Cambaia enviou, portanto, um conjunto alargado de embaixadas aos diversos potentados vizinhos. O objectivo era claro: incitar à revolta contra os portugueses e ao ataque às suas diversas fortalezas da costa indiana. Desde cedo os portugueses fomentavam estas guerras internas, de forma a enfraquecer um inimigo comum¹⁴⁹ – de certa maneira, era a vez de sofrerem os efeitos desta estratégia, que chegarão, a seu tempo, a tentar aplicar durante o cerco, como veremos adiante.

Neste seguimento, encontramos múltiplas referências às embaixadas despachadas. Na longa carta ao monarca, de finais de 1546, o governador informava que recebera notícia de diversas fortalezas, casos de Cananor, Chaul, Baçaim e Goa, sobre a movimentação dos enviados de Cambaia. E salientava que «[...] fizeram grande aballo em todos estes Reis e Senhores, e estiveram muito perto de desfechar»¹⁵⁰. As cartas do capitão de Cananor, Manuel de Vasconcelos, oferecem-nos especialmente uma visão detalhada do impacto da acção destes homens¹⁵¹. Através da rede de informadores, chegara até a ter acesso à carta enviada pelo Sultão do Guzerate ao Samorim de

¹⁴⁶ C.D.J.C., pp. 31-32.

¹⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸ *Ibidem*. O próprio Mascarenhas apercebera-se, como vimos, deste plano, e confirmava-o posteriormente, no seu relato do cerco: *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 142, «[...] deyxavão passar o verão pera no cabo dele porem ho cerco a tempo que me não podesse vyr socorro».

¹⁴⁹ Veja-se as páginas dedicadas a esta estratégia no estudo de João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, pp. 289-292.

¹⁵⁰ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 294.

¹⁵¹ Encontram-se reunidas no Livro 3 da *Colecção São Lourenço*, A.N.T.T.: C.S.L., pp. 338-343.

Calecute, e que ainda se conserva no Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹⁵². Assim, salientamos o discurso apologético, demonstrando primeiro a justeza do ataque guzerate, tendo em conta a implantação portuguesa contra o anterior sistema comercial dominado pelos mercadores locais e, posteriormente, apresentando a força do sultanato e a movimentação da sua máquina de guerra. Afirmava ainda que «[...] os senhores Daquem estão já da minha bamda e do meu conselho e loguo comesarão a gerra em Chaul e em Goa»¹⁵³ - facto exagerado, pois as embaixadas a estas terras também se encontravam a decorrer naquele momento. Pedia-lhe, por fim, que fizesse guerra ao elemento português, porque «de totalas partes lhe demos trabalho e lhe alevantemos a gerra e espero por tempo que os reis de totalas partes lhe dem guerra e faremos polos botar fora e isto ponho loguo em obra»¹⁵⁴.

Não obstante todo o enquadramento propício a uma guerra quase “geral” (a nível espacial), o plano guzerate falhou. Como as fontes nos indicam (como seja o caso do Samorim¹⁵⁵), os diversos senhores da Índia não acudiram ao pedido do Sultão de Cambaia. Além de se guerrearem constantemente entre si, conheciam perfeitamente o poder militar dos portugueses e previam as trágicas consequências caso o plano do Sultão falhasse. Assim, preferiam esperar pelo fim da guerra desencadeada pelo Guzerate, «pera ver em que parava»¹⁵⁶. Na eventualidade dos portugueses saírem derrotados, as forças destes reinos estavam prontas a atacar – a correspondência dos capitães de Chaul e Baçaim apresenta, a partir de Abril de 1546, um clima de tensão com as forças locais, que apresentavam já um certo grau de preparação para a guerra, mas que nunca chegou a passar disso¹⁵⁷.

¹⁵² *Colecção de São Lourenço*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, vol. III, pp. 122-124 (passaremos a denominar esta publicação apenas como C.S.L.). Não temos motivos para por em causa a sua veracidade, tendo em conta que os canais portugueses de informadores funcionavam relativamente bem. Leonardo Nunes teve acesso a esta carta, que copiou fielmente nas suas crónicas: *Tratado Segundo Cerco de Diu*, pp. 98,99 e C.D.J.C., pp. 24,25.

¹⁵³ C.D.J.C., p. 123.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 124.

¹⁵⁵ Cf. as cartas já referidas de Manuel de Vasconcelos.

¹⁵⁶ C.D.J.C., p. 26.

¹⁵⁷ Cf. por exemplo, a carta de António de Sousa (capitão de Chaul) para D. João de Castro, de 19-VII-1546, C.S.L., III, pp. 250-252, e de D. Jerónimo de Noronha (capitão de Baçaim) para D. Álvaro de Castro de 15 de Abril do mesmo ano, C.S.L., III, pp. 121,122.

2. Os efectivos

Definidos planos, tempos e possíveis coligações, debruçemo-nos sobre os efectivos do exército reunido por Coge Sofar. O papel deste homem foi preponderante, tendo em conta que não apenas delineou o cerco, como foi responsável pela contratação dos mercenários reunidos, contribuindo largamente com a sua fazenda¹⁵⁸. Assim, ao contrário do que acontecera especialmente no cerco de 1538, o elemento diferencial (presente através de soldados estrangeiros) encontrava-se nas centenas de homens contratados (principalmente) na Península arábica, e não na existência de um contingente otomano, enviado directamente a partir do Suez¹⁵⁹. Leonardo Nunes especifica que Coge Sofar contratara «grandes companhias de gente estrangeyra, rumes e christãos de estranhas nações arreneguados, e muitos abexins e nobins e fartaquins e arábios»¹⁶⁰, chegando a enviar um parente seu ao Mar Roxo para atrair homens de armas, «damdo a cada rume que quyjesse vir a dez pardaos por mes»¹⁶¹ (soma deveras aliciante). Como também já vimos, diversas embarcações fretadas por Coge Sofar foram interceptadas por António de Sotomaior em Março, transportando mercenários para Diu. Uma delas, com setenta homens, foi queimada e afundada pelas forças portuguesas, após uma forte resistência em alto mar¹⁶². O mesmo destino foi dado a outros dois navios, estando eles «mui artilhados» e com grande número de «gente de guerra, frecheiros e arcabuzeiros»¹⁶³.

A contratação destes homens não era feita aleatoriamente, mas sim com um objectivo preciso: usufruir da experiência militar que estes veteranos possuíam, decorrente dos frequentes conflitos existentes à época. Aproveitar-se-ia também a avançada experiência em conflitos europeus de alguns homens, onde a arte da guerra se encontrava mais desenvolvida. Destaca-se, por exemplo, a presença de homens «[...] que estiveram no cerquo de Rodes»¹⁶⁴ de 1522, ponto fulcral de afirmação do exército otomano no Mar Mediterrâneo, ou de «cinco engenheiros que Coge Çofar mandou

¹⁵⁸ Como nos diz D. Jerónimo de Noronha, seguindo certos informadores, o cerco estava todo «[...] ha custa de Coje Çofar e que ell rey não gastava niso nada», levando, no entanto, a um descontentamento geral da população guzerate pelo difícil clima de guerra vivido – Carta de 6 de Junho de 1546, C.S.L., III, p. 139.

¹⁵⁹ Sobre a não participação dos otomanos neste cerco, veja-se o estudo de Dejanirah Couto – «Les Ottomans et l'Inde portugaise» in *Vasco da Gama e a Índia. Conferência Internacional*. Lisboa: FCG, 1999, pp. 181-200.

¹⁶⁰ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 5 e 6.

¹⁶¹ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 143.

¹⁶² *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 288.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ Carta de Miguel Rodrigues a D. João III, de 24 de Novembro de 1546, *Hist. Quinhentista*, p. 233.

buscar a Constantinopla», pagos avultadamente¹⁶⁵, cuja acção se fez sentir no tipo de construção utilizado no arraial inimigo (como adiante analisaremos). O uso de mercenários não era exclusivo desta operação militar. Como já foi mostrado, os diversos exércitos indianos recorriam frequentemente a veteranos estrangeiros, especialmente no tocante ao uso da artilharia¹⁶⁶. Aliás, em carta ao monarca, Miguel Rodrigues confirmamos que estes eram «[...] a principal gemte de gerra que quaa há nestas partes»¹⁶⁷.

Neste preciso caso, sabemos que estas tropas se encontravam directamente sob dependência do contratante – Coge Sofar. Tal é visível quando, após a morte deste durante o cerco (a 24 de Junho), vítima de um tiro perdido de artilharia, a gente empregada começou a dispersar, «porque a mais dela era turqua e catyvos comprados por seu dinheiro em o estreyto»¹⁶⁸, com pouco interesse político ou ideológico no cerco e sem certezas de manterem o soldo. A importância do comando está assim bem presente nesta questão, tal como a pouca confiança depositada, inicialmente, no seu sucessor, o filho Rumeção¹⁶⁹. Confirmada a sucessão da capitania ao seu herdeiro (por autorização do Sultão) e, por conseguinte, dos meios financeiros pertencentes a Coge Sofar, as tropas mercenárias mantiveram-se no local¹⁷⁰. No entanto, os ataques (em parte) enfraqueceram nesse recomeço, talvez pela falta da figura carismática do anterior capitão-mor em detrimento do novo responsável pela operação¹⁷¹.

Encontrar o número certo de atacantes afigura-se-nos tarefa arriscada, tendo em conta a disparidade da informação revelada pelos textos que nos chegaram. Sabemos bem que as fontes coevas tendem, por vezes, a exagerar o número de atacantes inimigos, de forma a engrandecer os feitos de armas. Neste sentido, é necessário um cuidadoso trabalho de leitura das fontes, de forma a reconstituir aquilo que nos parece ter sido a realidade do momento.

Reafirmando o que dissemos acima, sabemos que as forças sitiadas eram compostas por mais mercenários estrangeiros do que guzerates¹⁷². Antes de entrar em Diu, Coge Sofar enviou algumas centenas de homens (cerca de quinhentos numa

¹⁶⁵ Trezentos cruzados por mês a cada um, cf. *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 303.

¹⁶⁶ Cf. Jagadish Narayan Sarkar – *The Art of War in Medieval India*. New Delhi : Munshiram Manoharlal, 1984. p. 142. Esta obra passará a ser citada apenas como *Art of War in Medieval India...*

¹⁶⁷ Carta de Miguel Rodrigues..., *Hist. Quinhentista*, p. 236.

¹⁶⁸ Carta de Gaspar de Sequeira a D. João de Castro, de 13 de Julho de 1546, C.S.L., III, p. 151.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 151-152.

¹⁷⁰ Cf. *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 34 e C.D.J.C., p. 55 e 56.

¹⁷¹ Cf. carta de Jerónimo de Noronha para D. João de Castro, 13 de Julho, C.S.L., III, p. 154.

¹⁷² D. Francisco de Menezes chega a afirmar, exageradamente, que Diu estava cercada «com toda jemte estramgeira que avia em Cambaia sem nenhum guzerate» - carta a D. João de Castro, de 1 de Junho, C.S.L., III, p. 137.

primeira fase, incluindo turcos, árabes e outros¹⁷³), visando os preparativos para o cerco. As tropas iam sendo reforçadas aos poucos, entrando várias centenas por dia. A sua chegada dar-se-á posteriormente, a 18 de Abril, com o terreno já preparado, e acompanhado de aproximadamente cinco mil homens, «os milhores de todo o exercito d'el Rey de Cambaya»¹⁷⁴. Neste tempo, segundo Nunes, já estavam cerca de vinte mil soldados na cidade, aguardando o início do cerco¹⁷⁵. Juntamente com os homens de armas, encontramos um conjunto considerável de trabalhadores («pera o serviço da guerra»¹⁷⁶), que podemos avaliar entre trinta mil a quarenta mil homens¹⁷⁷ – como veremos, este número afigura-se-nos verosímil, tendo em conta a forte necessidade de força humana para entulhar a cava, erguer uma muralha frente à fortaleza portuguesa e até para abrir as minas.

Iniciado o cerco, os reforços de efectivos mostraram ser uma constante (tal como no caso português). E não apenas de mercenários (contratados para chegarem em tempos específicos) como também de forças enviadas pelo próprio sultão. A título de exemplo, veja-se o caso de quatro mil homens enviados pelo sultão, após a morte de Coge Sofar, em finais de Junho¹⁷⁸, ou o de doze mil guzerates, comandados por Mojarecão, um dos principais capitães do Guzerate, recebidos em Diu, nos inícios de Julho¹⁷⁹.

Parece-nos, assim, que o grosso das forças sitiadas era composto por cerca de dez a vinte mil homens, espalhados no arraial e na cidade. Esta última distinção é fundamental, pois na frente da acção (ou seja, no arraial propriamente dito) mantiveram-se sensivelmente, durante todo o cerco, entre três a seis mil homens. Tais dados transparecem quando Sebastião Coelho indica, em Julho, que estão cerca de cinco mil homens a cercar a fortaleza¹⁸⁰; ou quando Leonardo Nunes afirma, por exemplo, que estavam em Agosto, cerca de «cinco ou seis mil turcos e muita gente forasteira muyto cavaleirosa»¹⁸¹; ainda neste sentido, D. João de Mascarenhas e Vasco da Cunha

¹⁷³ Cf. *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 13 e *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 143.

¹⁷⁴ C.D.J.C., p. 39. Mascarenhas coloca a sua entrada com apenas 500 homens (p. 143), tal como Nunes na sua primeira crónica (*Ob. cit.*, p. 13). Parece-nos, no entanto, que terão confundido com a entrada de um seu capitão, anteriormente, pois este número apresenta mais rapidamente a opulência da sua entrada na cidade, tal como é descrita em todas as fontes.

¹⁷⁵ Cf. C.D.J.C., p. 39.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ Números dados no *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 13, e C.D.J.C., p. 39-40.

¹⁷⁸ *Lendas da Índia*, IV, p. 482.

¹⁷⁹ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 147.

¹⁸⁰ Sebastião Coelho a D. João de Castro, 1 de Julho, *Hist. Quinhentista*, p. 191.

¹⁸¹ C.D.J.C., p. 92.

indicam-nos, em Outubro, a presença de sensivelmente três mil soldados no acampamento inimigo¹⁸². A existência de mais homens na cidade justificava-se pela possível necessidade de reforços imediatos em caso de ataque concentrado à fortaleza, e pela própria necessidade de revezamento de combatentes, por morte, ferimentos e cansaço. A elevada taxa de mortalidade dos combates aponta também para esta leitura, conforme podemos ver em alguns ataques, cujas elevadas baixas não causaram danos na organização das forças ou na intensidade das lutas¹⁸³.

Os efectivos inimigos aquando do assalto final do cerco, a 10 de Novembro, apontam para esta perspectiva. Efectivamente, todas as fontes são concordantes: estavam aí presentes, nesse momento, entre 20 a 25 mil homens de armas, mercenários e guzerates¹⁸⁴, e cerca de 40 mil trabalhadores¹⁸⁵. Como apontámos, a estarem até vinte mil homens na ilha de Diu, a “convocatória” geral para a batalha terá sido feita rapidamente, reunindo-se então toda a força do exército sitiante aí existente.

A presença deste exército, de dimensões razoáveis (para a época em apreço), documenta suficientemente o poder militar do sultanato do Guzerate. Se, por um lado, demonstra um recrutamento efectivo de homens de armas locais, por outro, salienta a necessidade de mercenários, sobretudo veteranos de outras guerras e preferencialmente treinados nos mais recentes palcos da guerra contra os cristãos europeus. Neste sentido, as margens do Mar Roxo afirmavam-se como principal espaço de recrutamento, enquanto ligação directa entre o Índico e o Mediterrâneo. O elevado número em causa também demonstra a importância dada a esta operação militar e o seu planeamento atempado, antevendo a elevada necessidade de homens para conseguir tomar a fortaleza.

¹⁸² Carta de D. João de Mascarenhas a D. João de Castro, 23 de Outubro, *Hist. Quinhentista*, p. 176; Vasco da Cunha para o mesmo, 5 de Outubro, *Ibidem*, p. 205. Em Setembro, D. Álvaro de Castro contava ao pai que um negro enviado ao arraial guzerate pelo capitão de Diu estimava estar cerca de mil e quinhentos «homens de peleya» número que nos parece extremamente baixo - carta de D. Álvaro de Castro ao pai, de 16 de Setembro, *Ibidem*, p. 135. A informação do capitão da fortaleza demonstra ser mais fidedigna, visto afirmar posteriormente ser este número «mais achegado [a]o que omem vee e o que parece rezão» - carta de 25 de Outubro, *Ibidem*, p. 178.

¹⁸³ Veja-se o caso de 300 guzerates mortos num combate em *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 64, ou de 1000 mortos num forte ataque – Ásia (Couto), d. VI, vol. 14, p. 128.

¹⁸⁴ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 84; C.D.J.C., p. 119; *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, pp. 304-305; *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 150.

¹⁸⁵ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, *Ibidem*.

3. A organização dos homens de armas e do arraial guzerate

A organização das forças guzerates no espaço é de todo relevante para compreendermos a operação militar em análise. O arraial sitiante devia oferecer a todos a logística necessária à sobrevivência do próprio exército, bem como segurança suficiente para o próprio quotidiano dos homens, isto é, um sistema defensivo para o caso de uma surtida da fortaleza. Como vimos, parte das forças estavam concentradas nas imediações da muralha, construída aproximadamente a duzentos metros da fortaleza portuguesa¹⁸⁶. A primeira barreira a um contra-ataque português, a partir do forte, encontrava-se precisamente nessa muralha, que iniciava uma série de ruelas cobertas e de trincheiras, de constituição labiríntica¹⁸⁷, em direcção ao acampamento, de forma a facilitar a defesa. A proporção destes arruamentos era tal que demorara dois meses até as obras chegarem ao fosso¹⁸⁸. Este sistema terá sido aplicado pelos engenheiros otomanos contratados, referidos anteriormente, demonstrando bem a importância destes estrangeiros na arte militar oriental, rivalizando até, como nos indicam alguns testemunhos, com tácticas de cercos europeus.

Sebastião Coelho afirma ao governador que o avanço desta parede tinha sido feito «[...] tão em ordem e tão guardado ate serem junto da nosa cava que nunca franceses nem ytaleanos tal ordem trouxeram»¹⁸⁹. Este elemento externo fundia-se com a prática local, como sucedeu com a utilização de bolas de algodão para amortecer os tiros de artilharia e de armas de fogo portáteis, procedimento frequente na guerra oriental. Tendo em conta que a aglomeração destes homens se estendia à cidade, esta também se encontrava, em parte, fortificada com alguns elementos defensivos – algumas ruas foram fortalecidas a partir da construção de tranqueiras¹⁹⁰.

¹⁸⁶ Diogo do Couto indica-nos que terá sido construída a um tiro de besta – *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 70.

¹⁸⁷ Esta construção quase desorganizada está bem patente em quase todas as fontes, que apresentam um espanto generalizado por esta técnica. Castro fala em «ruas cobertas e trincheiras e labirinto de paredes, que era couza estranha e muito para notar» - *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 302; *Ásia* (Couto) refere uma «fabrica de ruas, travessas, e encruzilhadas, que parecia hum labyrintho de Creta», vol. 14, p. 70.

¹⁸⁸ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 145.

¹⁸⁹ Carta de 1 de Julho, *Hist. Quinhentista*, p. 187. D. João de Mascarenhas já afirmara anteriormente que se espantara na velocidade de construção da muralha pois «eu fazia-lhe comta a gusarates e eles cercarão me como framçeces porque as obras que tem feitas e a ordem delas he cousa muyto pera ver e pera lembrar muyto tempo» - carta de 2 de Julho, Baião, p. 155. Leonardo Nunes transmite a melhor descrição: «[...] querendo escrever hos conformes desconcertos e desarrezoadas gritas e laberinthos que hos imigos tinhão feitos, não pode ser crido, nem os olhos podem trazer ha imaginação como aquilo podese ser fabricado. Abasta que nunca em algum tempo se vio cerquo da maneira deste, nem homens virão outros fabricantes do próprio Inferno» - *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 94.

¹⁹⁰ Carta de Vasco da Cunha ao governador, de 16 de Setembro, *Hist. Quinhentista*, p. 199 e D. Jerónimo de Noronha ao mesmo, 1 de Setembro, C.S.L., III, p. 28.

Os dados concretos quanto à organização do arraial escasseiam. A presença de milhares de habitantes temporários num espaço tão pequeno obrigou à instalação de diversos edifícios, como casas para habitação (que Leonardo Nunes refere como alcatifadas¹⁹¹) e até bazares¹⁹².

O abastecimento dos mantimentos, questão fulcral no planeamento logístico, era feito principalmente por via marítima. Assim, desde o início do cerco que D. João de Mascarenhas, ciente da superioridade naval portuguesa, mandou tomar as embarcações guzerates destinadas a Diu, com respectivas provisões «que lhe vem da outra costa»¹⁹³. E o mesmo fizeram os capitães de Baçaim¹⁹⁴ e Chaul¹⁹⁵, a seu pedido e posteriormente por ordem directa do governador. Os efeitos deste bloqueio fizeram-se sentir no preço do arroz e restantes mantimentos, «que vall amtre eles ha peso de dinheiro»¹⁹⁶. Visando atingir os meios de sobrevivência, D. João de Castro enviou em Setembro alguns homens que falavam perfeitamente a língua local, com um objectivo simples: infiltrarem-se no arraial e na cidade e envenenarem poços e fontes com peçonha, de forma a atingir o maior número possível de atacantes, o que resultou, claro, em elevadas mortes¹⁹⁷.

Apesar do seu carácter provisório, o espaço ocupado pelas forças de Coge Sofar implantou-se profundamente no terreno. Não esqueçamos que aí se encontravam não apenas os soldados e trabalhadores, mas também todo o material e equipamento necessário à operação de cerco. Incluía, claro, um amplo parque de artilharia, onde se preparavam (e reparavam) as bocas-de-fogo e todos os engenhos explosivos¹⁹⁸.

¹⁹¹ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 77.

¹⁹² Cf. *Lendas da Índia*, pp. 568-569, *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 77.

¹⁹³ Carta a D. João de Castro, de 5 de Maio, *Hist. Quinhentista*, 152.

¹⁹⁴ Cf. carta do capitão para Castro, de 7 de Maio, C.S.L., III, pp. 124-127.

¹⁹⁵ Cf. carta de António de Sousa ao governador, de 28 de Abril, C.S.L., III, pp. 189-190.

¹⁹⁶ Carta de Diogo Lopes de Aguião ao governador, de Chaul, C.S.L. III, p. 220. D. João de Mascarenhas confirma a D. João de Castro, no início de Maio, que tem feito a maior guerra que pode, «[...] que foy tolher lhe os mantimentos que lhe vem da outra costa porque tenho sabido que lhe fazem muita mimgoa» - *Hist. Quinhentista*, p. 152.

¹⁹⁷ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 112, e CVR, p. 271.

¹⁹⁸ Voltaremos a referir este assunto adiante, na análise do armamento pirobalístico guzerate, no subponto 4.2.

4. O armamento

4.1. Armamento individual

A poliorcética já mostrou por diversas vezes que o número de efectivos não determina forçosamente a vitória (ou a derrota) dos sitiados, definindo sim a dificuldade da operação. Juntamente com a superioridade numérica, era necessário estratégia, logística, motivação psicológica/ideológica e sobretudo armamento suficiente e adequado para a operação. Quanto ao armamento, este pode ser dividido em ofensivo e defensivo. Observemos primeiro este último que, por sua vez, pode ser dividido em armas para a luta corpo-a-corpo (de mão) e para o combate à distância (de arremesso ou pirobalísticas)¹⁹⁹.

As forças sitiadas utilizavam um vasto conjunto de armas²⁰⁰. Para a luta directa com o inimigo, encontramos referências a simples “espadas” (não discriminadas) bem como a foices, chuças (vara armada de ferro pontiagudo), terçados (espada curva, curta e larga), fains (ferro pontiagudo de lança), machados e maças de ferro²⁰¹. Em alguns casos, estas armas não eram apenas utilizadas para atacar o inimigo cristão, mas também, no caso dos capitães, para obrigar ao avanço dos próprios soldados em caso de recuo ou de fuga desordenada da frente de batalha²⁰².

Quanto às armas de arremesso (embora as encontremos em menor número nesta categoria) achavam-se largamente difundidas. As lanças (que podiam também ser manejadas com uma ou duas mãos, como arma de estoque) e os zargunchos (haste que termina em ponta aguçada) podem ser considerados armas de propulsão muscular (diferentes das neurobalísticas) como o arco e a flecha. No entanto, ambas tinham o seu lugar nos exércitos indianos, sendo preferidas pelo seu efeito destrutivo à distância, quer em efeito de chuva, quer de tiro na horizontal²⁰³. Enquanto arma milenar (utilizado na guerra e na caça e pesca), o arco e flecha tinha-se especializado na Europa (lembramos os mortíferos arcos longos ingleses na Guerra dos Cem Anos) e também nestas partes orientais. Leonardo Nunes salienta a especialidade dos guzerates no uso do

¹⁹⁹ Algumas destas armas encontram-se representadas na iconografia anexada a este trabalho.

²⁰⁰ Sobre o uso destas armas pelas forças indianas, veja-se João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, pp. 234-258 (abordando também o caso português) e especificamente *Art of War in Medieval India*, pp. 112-123.

²⁰¹ Para esta variedade, veja-se, entre muitos exemplos possíveis: *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 50, 54, 71 e *Lendas da Índia*, p. 487.

²⁰² Leonardo Nunes narra-nos um caso desses no ataque de 26 de Julho – *Ob. cit.*, p. 50.

²⁰³ Cf. *Art of War in Medieval India*, pp. 113-117.

arco (certamente por influência persa e turca), afirmando até que «[...] como nascem, logo nasce com eles ho arco torquiso e as frechas»²⁰⁴. Eram, no entanto, em número insuficiente, pelo que Coge Sofar tinha também contratado arqueiros no Decão e na costa do Malabar²⁰⁵. Acerca das lanças, as fontes falam-nos, em alguns casos, de “lanças de fogo de arremesso”²⁰⁶, que cremos serem lanças cujas pontas de ferro eram embebidas em material inflamável e projectadas contra os alvos de forma a aumentar o seu efeito destrutivo.

A descoberta e respectiva difusão da pólvora vieram alterar consideravelmente os cenários de batalha. Estas modificações sentiram-se profundamente no armamento, quer a nível europeu, quer oriental. Neste sentido, as armas pirobalísticas encontravam-se na posse de ambos os contendores no cerco de 1546. Deparamo-nos com uma disseminação considerável de espingardas/arcabuzes no lado guzerate. Chamemos, no entanto, a atenção para a confusão existente naquele tempo quanto a este tipo de armas: àquilo que, por exemplo, Nunes e D. João de Mascarenhas chamam de espingardas, D. João de Castro fala de arcabuzes²⁰⁷. Encontramos estes últimos já vulgarizados precisamente na década de quarenta, na Madeira e nos Açores²⁰⁸. Já estavam, assim, presentes entre os soldados portugueses embarcados no Reino. A influência turco-otomana na região guzerate poderá ter sido responsável pela disseminação dos arcabuzes nessa região, bem como a fuga de portugueses das fortalezas, levando informações e peças europeias. Não obstante estas trocas “culturais” (de carácter bélico) estarem comprovadas, parece-nos que o exército guzerate tinha presente simples espingardas, com uma cadência de tiro e uma precisão inferiores aos arcabuzes portugueses.

Juntamente com estas armas “novas”, encontramos o uso da pólvora em alguns engenhos explosivos incendiários, como as panelas de pólvora e as bombas de fogo, antecessores das granadas modernas. As diferenças entre estes dois objectos não deviam ser muitas: projecteis ocos, talvez de barro, enchidos com material incendiário – no primeiro caso de pólvora; no segundo provavelmente de outros materiais inflamáveis,

²⁰⁴ C.D.J.C., p. 20.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 22.

²⁰⁶ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 43.

²⁰⁷ A maior diferença entre estas armas, ambas de fecho de serpentina, reside sobretudo no seu alcance. Cf. João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, p. 249, e as breves notas sobre a primeira de Nuno Varela Rubim – «O armamento pirobalístico (até fins séc. XV/ inícios séc. XVI)» in Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro (coord.) – *Pera guerrejar. Armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal, 2000, pp. 228-229.

²⁰⁸ João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, p. 248.

como nafta e óleos vegetais²⁰⁹. A explosão destas peças era feita através de uma curta mecha ou rastilho, e podiam ser lançadas simplesmente por propulsão muscular ou por armas neurobalísticas de sítio, como aconteceu no final do cerco: após a instalação de dois trabucos no arraial guzerate, estes eram carregados com grandes painéis de pólvora projectadas para o interior da fortaleza portuguesa²¹⁰. O objectivo era simples: rebentar, estilhaçar a peça e ferir o inimigo. Mas mais do que atingir com os fragmentos ou com a explosão, interessava sobretudo debilitar o outro pelo elevado número de queimaduras que a deflagração destes engenhos produzia²¹¹. Em caso inverso (mas que mantém todo o sentido ser aqui nomeado) o uso de diversas painéis de pólvora pelos portugueses resultou num avultado número de queimados nas tropas guzerates, todos com «[...] ha pelle esfolada dos rostos e dos braços, pendurados hos pedaços della, como de pano roto»²¹². A existência de mais de oito mil e quinhentas painéis de pólvora no arraial guzerate (quatrocentas e cinquenta cheias e prontas a serem utilizadas, e oito mil vazias), tomadas no final da batalha de 10 de Novembro, documenta bem o largo uso que estas armas tiveram durante este cerco²¹³.

Em alguns casos a pólvora era também usada em instrumentos toscos, com o único objectivo de provocar estragos pela explosão. É o caso de «estropalhos de pano cheos de polvora e materiais», cujas pontas eram acesas para tentar incendiar algumas casas da fortaleza, em pleno cerco²¹⁴. Como veremos, este tipo de armas também foi largamente usado pelos portugueses.

No momento de ataque, interessava também a protecção do próprio atacante. Assim, as defesas de cabeça e de corpo eram tão ou mais importantes que o armamento ofensivo. No caso guzerate, sabemos que recorriam ao uso de peças isoladas (em detrimento de pesadas armaduras completas) não obstante serem de qualidade inferior às portuguesas. Tendo em conta este problema, Coge Sofar mandou copiar ou comprar (ilegalmente) algumas peças lusas, como cossoletes (armadura ligeira para o tronco), capacetes e couraças²¹⁵. Efectivamente, o próprio armamento local não chegava: «arneses com seus capacetes, que de totalas partes per quartes cheguam ao pesçoço, e

²⁰⁹ Anexamos ao presente trabalho a fotografia de uma painela de pólvora, existente no espólio da fortaleza de Maputo, Moçambique – figura 7.

²¹⁰ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 80. Veja-se a trajectória de algumas destas painéis de pólvora nas figuras 4 e 6 dos anexos.

²¹¹ Cf. por exemplo, *Ibidem*, p. 43.

²¹² *Ibidem*, p. 51.

²¹³ Certidão publicada em *Hist. Quinhentista*, p. 336.

²¹⁴ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 69

²¹⁵ C.D.J.C., p. 22.

sam redondos como hum barrete singello”, sem esquecer a existência de máscaras de ferro para protecção contra a pólvora utilizada em artefactos pirobalísticos²¹⁶. Tal como na Europa, diversos metais eram utilizados para forjar peças defensivas; no entanto, pelo seu alto preço e pelas suas desvantagens (especialmente o peso aliado à complexidade da montagem de uma armadura completa, mesmo composta de simples chapas de aço) o soldado comum preferia o uso de casacos ou jaquetas de algodão acolchoadas²¹⁷. A desvantagem estava à vista: não apenas conferia uma protecção muito menor, como estava à mercê do fogo produzido pela explosão das panelas de pólvora e das bombas de fogo. Neste último caso, diversas fontes referem que o uso de algodão facilitava o incendiar destas roupas, causando dores atrozes e mortes cruéis em pleno combate²¹⁸. Não esquecemos, claro, o uso de escudos, como os cofos, peças também fundamentais para uma maior segurança no combate, não obstante serem pouco referidas – o que demonstra luta cerrada, em local circunscrito, sem espaço para o uso frequente destas peças.

4.2. Armamento de sítio

A arte militar medieval europeia aperfeiçoou, ao longo dos séculos, um conjunto alargado de armas fundamentais para o ataque, para a defesa e para a destruição de estruturas edificadas, como muralhas, torres ou simples casario. Nestes últimos casos, a utilização de engenhos, como seja, o onager ou o trabuco²¹⁹, demonstra bem a necessidade de derrubar e conquistar a praça-forte pelo recurso à melhor tecnologia da época. Nos finais da Idade Média, a imposição da pólvora (e em especial da artilharia pirobalística) nos campos de batalha ocidentais veio a revolucionar para sempre a guerra e a própria sociedade europeia. Estas mudanças também se faziam sentir no longínquo

²¹⁶ *Ibidem* e C.V.R.D.J.C., p. 224.

²¹⁷ *Art of War in Medieval India*, p. 125.

²¹⁸ Cf., por exemplo, *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 51, *Lendas da Índia*, p. 487 e C.V.R.D.J.C., p. 233.

²¹⁹ O primeiro é um engenho de torsão de cordas, composto por «dois fortes pilares, unidos por um duplo ou quádruplo grupo de cortas, entre as quais era colocada uma viga, sendo as cortas apertadas por meio de manivelas; na ponta da viga, fazia-se um buraco em forma de colher, ou então associava-se-lhe uma funda; colocava-se aqui uma pedra (ou uma bola de pedra com núcleo de chumbo) e, feito isso, aliviava-se repentinamente, o que projectava o míssil numa trajectória parabólica» - cf. João Gouveia Monteiro – *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Notícias Editorial, 1998, p. 352. Quanto ao segundo equipamento, entronca nos engenhos de contrapeso, accionado por energia cinética, constituído por «vigas colocadas em eixo entre dois postes, no quadro de uma armação triangular fabricada em madeira. O rebaixamento de uma das extremidades da viga provocava a subida repentina do outro extremo, que libertava no ar, numa trajectória parabólica, um míssil previamente alojado numa cavidade ou numa funda colocada na ponta» - João Gouveia Monteiro – «Entre Lisboa e Jerusalém: a poliorcética nas quatro primeiras Cruzadas (1097-1204)» in *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de história militar antiga e medieval*. Lisboa: Salamandra, 2010, p. 221.

Índico, onde a própria arte militar evoluíra paralelamente à europeia, ao seu próprio ritmo. A existência de dois trabucos no arraial guzerate, já perto do fim do nosso cerco²²⁰, revela que também ali a guerra de cerco progredira para o uso de força mecânica com o objectivo de destruir a fortificação inimiga – os registos mais antigos destas armas na Índia remontam ao século XIII²²¹.

Por sua vez, ao tempo da chegada de Vasco da Gama a Calecute, a artilharia já era conhecida na península indiana²²². Nessa época, o principal centro irradiador desta tecnologia era o imponente império de Vijayanagar (ou como aparece referido pelos portugueses, de Bisnaga), principal potência militar do sub-continente. A própria costa ocidental recebera maior influência na arte da guerra, tendo em conta a sua proximidade com o Próximo e Médio-Oriente. Em especial, os turcos foram responsáveis pela introdução e difusão de maior parte da artilharia pirobalística então existente²²³. Era, portanto, frequente encontrarmos estrangeiros nas fileiras indianas, servindo como bombeiros e mestres fundidores, entre outros cargos²²⁴. É o caso de um artilheiro francês, responsável por uma quartão de bronze guzerate colocada frente ao baluarte português de Santiago, por volta de Julho. Segundo Diogo do Couto, era este homem o «mais importante que [*Coge Sofar*] tinha no seu exército pera o maneo da artilharia e da bateria»²²⁵; morto por um dardo perdido, lançado da fortaleza, foi substituído por um outro arrenegado cristão, mas sem sucesso: não possuía a sua prática, o que levou a que aquela peça não fosse mais utilizada²²⁶. Tal caso é bem sintomático da falta de especialização por parte dos exércitos orientais relativamente à artilharia de influência europeia.

Não obstante a má qualidade das ligas metálicas utilizadas na fundição local da artilharia, bem como a difícil dosagem dos elementos necessários à pólvora, as forças de *Coge Sofar* utilizaram algumas peças fundidas localmente e outras tomadas (ou

²²⁰ Cf. *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 80; *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 302/303; *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 150.

²²¹ *Art of War in Medieval India*, pp. 163-164.

²²² *Ibidem*, p. 133.

²²³ Veja-se o artigo de Salih Özbaran: «The Ottomans' role in the diffusion of fire-arms and military technology in Asia and Africa in the Sixteenth century» in *The Ottoman response to European expansion. Studies on Ottoman-Portuguese relations in the Indian Ocean and Ottoman administration in the Arab lands during the Sixteenth century*. Istanbul: The Isis Press, 1994, pp. 64-66. O mesmo autor publicou novamente este estudo, ligeiramente revisto, em «Ottomans and the diffusion of fire-arms around the Indian Ocean» in *Ottoman expansion toward the Indian Ocean in the 16th century*. Istanbul: Istanbul Bilgi University Press, 2009, pp. 273-282.

²²⁴ Cf. *Art of War in Medieval India*, pp. 134-135.

²²⁵ *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 86.

²²⁶ C.V.R.D.J.C., pp. 184/185.

compradas) aos otomanos aquando da expedição de 1538 e respectiva fuga do cerco de Diu²²⁷. Neste caso, sobressaía o interesse pelas peças portuguesas, de qualidade superior, bem visível, por exemplo, no empenho guzerate em tomar um leão e um basilisco presos no baluarte S. Tomé, depois de conseguirem rebentar com parte da sua estrutura, em pleno Agosto-Setembro²²⁸.

Como já defendeu Gastão de Melo de Matos há mais de meio século, analisar a artilharia do século XV e XVI pode mostrar-se uma tarefa ingrata, especialmente porque não é certo que o nome dado às peças servisse para designar sempre armas com as mesmas características, e que, portanto, «um nome não correspondia a um calibre único», mas talvez a «certas proporções entre o calibre, o comprimento e a espessura da peça, proporções que hoje, aliás, desconhecemos na maior parte dos casos»²²⁹. Tendo em conta esta fragilidade, resta-nos observar as bocas-de-fogo utilizadas durante o cerco e compreender, em parte, o seu tamanho e objectivo.

A leitura das fontes portuguesas indica-nos um uso acentuado de artilharia grossa, passível de ser enquadrado no grupo dos *pedreiros*, dos *canhões* e das *colubrinas*²³⁰. Referimo-nos, portanto, a basiliscos, espalhafatos, esperas, selvagens ou quartões, bem como a outras de menor porte, como leões, camelos, cameletes, cães e roqueiros²³¹. Colocadas nos bastiões construídos frente à muralha portuguesa, estas peças de ferro ou metal (bronze) procuravam bater as defesas portuguesas, enfraquecendo o sistema defensivo. Encarretada ou disposta noutra tipo de estrutura de suporte, a artilharia encontrava-se protegida por mantas e cavalos de madeira²³² ou simplesmente colocada sem defesa directa, em cima do muro construído.

²²⁷ Cf. *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 6.

²²⁸ A saída das forças portuguesas fora da fortaleza, à revelia da opinião do capitão, ocorrida no início de Setembro, teve como base esta tentativa guzerate em tomar estas peças. Veja-se, por exemplo, a descrição de D. João de Mascarenhas – *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 149.

²²⁹ Cf. Gastão de Melo de Matos – «Memória sobre o alcance das armas usadas nos séculos XV a XVIII» in *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. IX, 1945, pp. 104 e 123.

²³⁰ Seguimos a nomenclatura proposta em *Ibidem*, p. 121 e em Nuno Varela Rubim – «Notas sobre os armamentos marroquinos e português nos séculos XV e XVI», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 2004-2005, vol. 66, pp. 26-27.

²³¹ Em carta a D. João III, D. João de Castro informava-o que tomara na batalha que encerrara o cerco, 36 peças de artilharia, «baziliscos, leoens, esperas, salvagens e outras muitas sortes» (*Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 304). Neste mesmo sentido vai o assento das peças tomadas, datado de Abril do ano seguinte – *Hist. Quinhentista*, p. 334, e a certidão de Julho desse ano, de Goa – *Ibidem*, p. 245.

²³² Estruturas de madeira com rodas, que facilitavam o avanço dos homens de armas. Como veremos, estas também foram utilizadas para o enchimento do fosso. Sendo já amplamente utilizadas no Ocidente Medieval, também o eram na guerra oriental – cf. João Gouveia Monteiro – *A Guerra em Portugal...*, p. 351; *Art of War in Medieval India*, p. 168. Para exemplos de uso neste cerco: *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 24, 34. Atente-se às diversas representações destes elementos no códice do Sucesso do Segundo Cerco, reproduzidas, por exemplo, na figura 5 dos anexos.

Os tiros cadenciados de artilharia foram uma constante ao longo dos seis meses e meio de cerco. Se, por um lado, procuravam derrubar alguns troços das muralhas portuguesas, por outro serviam sobretudo como meio auxiliar do avanço guzerate, dando cobertura aos trabalhadores e aos homens de armas. Efectivamente, a eficiência destas peças não era a suficiente para a tomada da fortaleza por si só. Concretamente, os diversos testemunhos relatam o grande efeito visual das descargas de pólvora, bem como do seu efeito material, mas deixam transparecer que os resultados ficavam aquém dos desejados, isto é, nenhum lanço de muro foi derrubado apenas com o uso destas armas. Notamos, no entanto, a vantagem pontual deste armamento, por exemplo, no uso de algumas boas peças, tal como o quartão já referido, manuseado por um bombardeiro europeu, cujos pelouros tinham oito palmos de circunferência (cerca de 1,76 metros), que «[...] quando decia do ar, todo homem mudava ha cor, porque parecia cair na cabeça ha cada hum»²³³; na existência, por vezes, de uma mira certa – que espalhava o pânico nas bombardeiras da fortaleza, por acertarem precisamente nestas entradas onde as peças de artilharia portuguesa eram colocadas²³⁴; ou ainda na existência de alguma pólvora de notável qualidade – veja-se o caso de um “cão de metal” (de bronze) cujo pelouro conseguia atravessar uma pipa cheia de terra, feito que Leonardo Nunes chama à atenção²³⁵.

Face ao diminuto alcance e força dos bombardeamentos, os guzerates chegaram a recorrer a outro estratagema: a construção de um baluarte acima da linha de muralha portuguesa, ao que os sitiados chamaram de baluarte da “rama” (por ter sido construído com terra e ramos verdes), e que pela sua altura descobria «[...] todo o baluarte de São João e a mayor parte do muro e partes da fortaleza»²³⁶. Parece-nos claro que o objectivo não era apenas aproveitar este local estratégico, mas também conseguir ter o efeito destrutivo que o tiro na horizontal, à altura normal da fortaleza, não permitia. Era, sem dúvida, uma questão de rentabilizar os meios existentes, pois a dificuldade em manejar eficazmente a artilharia obrigava a que as peças obtivessem, desta forma, a elevação necessária que o pelouro não obtinha pela simples descarga de pólvora.

O efeito que as forças sitiadas procuravam obter através do uso do armamento pirolístico não residia apenas na destruição do espaço edificado. O impacto

²³³ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 26.

²³⁴ *Ibidem*, p. 25.

²³⁵ *Ibidem*, p. 26. A própria liga metálica aqui utilizada poderá ter contribuído decisivamente para esta eficiência.

²³⁶ Carta de Sebastião Coelho para Castro, *Hist. Quinhentista*, p. 189.

psicológico dos tiros de artilharia sobre os cercados é bem conhecido, quer pelo espanto do próprio tiro, quer quanto aos estragos provocados. Estes podiam também ser aproveitados, consoante o alvo apontado, como forma de quebrar a moral dos soldados. Assim se compreendem alguns bombardeamentos contra a igreja da fortaleza²³⁷. Enquanto factor de união e de incentivo à resistência, a igreja representava um local de culto fundamental para os portugueses. A sua destruição, mesmo parcial, representava uma perda considerável que afectava consideravelmente a vertente psicológica dos homens, sobretudo por estes serem homens de fé e tomarem este cerco como guerra justa contra o bárbaro infiel.

Apesar das limitações inerentes ao uso destas armas, as tropas guzerates reconheciam-lhe o devido valor. Em Agosto, sabendo da aproximação de reforços enviados pelo governador e capitaneados por D. Álvaro de Castro, as diversas bocas-de-fogo foram retiradas da frente de batalha, com medo de que um rápido desembarque destas forças na fortaleza, ou de uma saída imediata contra o arraial inimigo, pudesse redundar no apresamento destas armas²³⁸. Nesta situação, estava em perigo o próprio investimento feito no armamento bem como o receio de um contra-ataque por parte dos portugueses, com as peças eventualmente tomadas.

Como era de esperar, a existência deste armamento pirobalístico pressupunha a existência de um avantajado parque de artilharia, onde as peças eram prontadas ou reparadas e onde todo o processo de preparação da pólvora era realizado, quer para estas peças de grande calibre, quer para as panelas de pólvora e bombas de fogo. O documento de assento da artilharia tomada pelos portugueses aquando da batalha de 10 de Novembro (datado de Abril de 1547), oferece-nos uma lista relevante para este estudo. Concretamente, indica-nos uma preparação logística considerável no que toca a este tipo de armamento. Encontramos, além das múltiplas peças de artilharia de bronze e de ferro, mais de seis mil pelouros de todo o tipo de peças e material, desde ferro coado, a ferro chumbado e pedra; ou instrumentos especializados para a composição de pólvora, como uma «sertão d'emxugar salitre», uma colher «descumar salitre» e tachos de cobre para fazer «crivos para a polvora»²³⁹.

Não obstante este elevado poder de fogo, a sua eficiência mostrou ser inferior ao uso das mesmas armas pelos portugueses. Apesar do investimento feito no armamento

²³⁷ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 68 e *Ásia*, p. 181.

²³⁸ *Lendas da Índia*, p. 501.

²³⁹ Este documento subsiste na Biblioteca da Ajuda, e encontra-se publicado por António Baião – *Hist. Quinhentista*, pp. 334-336.

pirobalístico, as tropas guzerates e estrangeiras foram incapazes de rentabilizar o seu potencial mostrando uma fraca adaptação aos engenhos desenvolvidos principalmente na Europa.

5. Técnicas e tácticas

Ao longo de seis longos meses e meio de cerco, as forças guzerates colocaram em prática diversas técnicas e tácticas para tentar tomar a fortaleza portuguesa. Houve, efectivamente, um plano idealizado por Coge Sofar, que previa a aplicação de diversos métodos, conforme o desenrolar dos ataques. Tal plano encontra-se bem patente na preparação logística e técnica do cerco, demonstrando uma visão ampla quanto ao tempo necessário para derrotar os sitiados. Procuraremos assim analisar as quatro principais fases do cerco, na sua ordem cronológica: primeiramente, a tentativa falhada (no início do assédio) de tomar o baluarte do mar; seguidamente o enchimento do fosso com entulho, como forma de chegar às muralhas portuguesas (actividade que durou aproximadamente dois meses); a terceira fase diz respeito à escalada das muralhas (até finais de Julho), comandada por Rumecão, em virtude da morte prematura do pai, que abriu caminho para o quarto e último momento, que se prolongou até à própria batalha de 10 de Novembro: a devastadora minagem dos baluartes e das muralhas²⁴⁰. Serão analisadas os diversos meios empregues pelas forças sitiadas, bem como a resposta lusa a todos estes ataques, compreendendo as forças em conflito em pleno campo de batalha.

5.1. O ataque ao baluarte do mar

Iniciados os trabalhos de construção da muralha guzerate frente à fortaleza portuguesa, Coge Sofar avançou em direcção à peça fundamental do domínio marítimo do canal de Diu: o baluarte do mar. Construído para controlar o tráfico comercial que entrava e saía da cidade, o fortim encontrava-se numa posição privilegiada, a norte da fortaleza, e com um raio de acção superior a qualquer outro ponto, isto porque descobria grande parte do aglomerado urbano e das estruturas militares existentes. Mantendo-se aí com um pequeno contingente português, impedia a entrada desenfreada de forças guzerates pelo canal, vigiava a movimentação das forças sitiadas e defendia as próprias muralhas da fortaleza através da artilharia aí colocada.

²⁴⁰ A reconstituição cartográfica destas diversas fases pode ser encontrada em anexo, nos mapas III a VI.

Assim, a opção do capitão guzerate – tomar o baluarte e passar de bastião defensivo a ofensivo – enquadra-se perfeitamente nas necessidades inerentes a um cerco desta proporção. Além disso, a experiência adquirida no cerco de 1538 mostrara-lhe a importância deste reduto e indicara-lhe a forma de o atacar²⁴¹. Concretizemos: da mesma forma que os turcos-otomanos tentaram tomar a Vila dos Rumes (localidade onde estava um pequeno forte português, do outro lado do rio, em terra firme) oito anos antes, com o incêndio de um navio colocado perto do edifício, com o objectivo de desalojar os portugueses pelo fumo então causado, também naquele momento Coge Sofar experimentou uma técnica semelhante. Tratou de robustecer uma nau de Meca presente na cidade: reforçando a sua estrutura, aumentou os seus castelos e encheu-a de «painéis d'alquitrão e muitas bombas e lanças de fogo e muitas munições e artificios»²⁴². O objectivo era bem claro: encostar a embarcação ao baluarte e atacar os homens aí presentes. Uma vez desbaratados, os sitiados aproveitaram o local para aumentar o assédio, bombardeando fortemente a fortaleza que se encontrava debilitada pela falta desta estrutura de apoio²⁴³.

Não obstante o plano ser de simples execução, não conseguiu ser levado a cabo. Informado deste estratagem por um língua capturado²⁴⁴, D. João Mascarenhas enviou dois catires capitaneados por Jacome Leite, capitão do mar de Diu, com cerca de vinte homens em cada navio²⁴⁵. Armados de espingardas, painéis de pólvora e bombas de fogo, tinham como missão incendiar a nau, ainda em construção. Na véspera da Páscoa, encobertos pela sombra da noite, rapidamente chegaram ao estaleiro guzerate. Denunciados pelas vigias, conseguiram resistir à chegada de reforços locais e cortar as amarras da embarcação. Apesar da ordem do capitão da fortaleza se restringir à destruição imediata da ameaça, o responsável pela operação optou por mostrar a perícia e o poder português aos sitiados, colocando a nau entre o forte e o baluarte do mar, e incendiando-a, dando por terminado o artifício planeado. Estando a embarcação a ser preparada em zona controlada pelos guzerates, o seu roubo demonstrava o poderio português e atacava directamente os preparativos do plano – como nos afiança Diogo do Couto, Coge Sofar investira grandes somas nesta nau, sobretudo em armamento²⁴⁶.

²⁴¹ *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 64.

²⁴² *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 18.

²⁴³ O caso é narrado por praticamente todas as fontes. Veja-se, por exemplo: *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 144 e *Lendas da Índia*, pp. 469-470.

²⁴⁴ Carta de Mascarenhas a Castro, *Hist. Quinhentista*, p. 152.

²⁴⁵ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 18..

²⁴⁶ *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 67.

Mais do que a perda material, parece-nos que os efeitos psicológicos terão sido mais importantes, pois o assalto dera-se debaixo da vigilância das forças guzerates, revelando as fraquezas das suas defesas e a perícia lusa.

O efeito desta primeira derrota nas tropas e no próprio ânimo do capitão guzerate foi tal que esta foi a única tentativa por eles levada a efeito para tomar o baluarte do mar²⁴⁷. Efectivamente, em nenhum outro momento do cerco os sitiantes procuraram conquistar aquele forte. A explicação mostra o dito impacto deste falhanço, tendo em conta o investimento feito nos efectivos contratados e na artilharia reunida. Tenhamos também em consideração o diferencial militar ao nível do poder naval, isto é, a inexistência de uma frota guzerate capaz de se impor aos navios portugueses (de vela e de remo), quer em alto mar, quer na própria barra de Diu. A nível tático, este aparenta ser um dos principais erros do cerco guzerate: enquanto posição de força frente à fortaleza, a presença de sitiantes nesse local facilitava o avanço para a muralha, os assaltos aos muros portugueses e enfraquecia as estruturas edificadas existentes dentro do forte, através do uso prolongado de artilharia pesada, como aquela existente no arraial.

5.2. Inutilizar o fosso

A existência de um fosso ou cava numa fortaleza, fosse seco ou cheio de água, aumentava consideravelmente o sistema defensivo presente. Além de dificultar o simples avanço até às muralhas, punha em causa um conjunto de técnicas de assédio, como o uso de torres de assalto, de escadas ou de minas. No caso de Diu, o forte encontrava-se em excelentes condições naturais – rodeado de água na sua vertente Norte, Este e Sul; bastava a presença de um fosso em direcção à ilha, a Oeste, para estar protegido de qualquer ataque directo.

No cerco de 1546, a cava seca então existente colocava um forte entrave ao ataque às muralhas. A solução afigurava-se simples, mas demorada: encher o fosso de todo o tipo de entulho, de forma a ultrapassar este primeiro obstáculo defensivo. Havia, no entanto, que ter acesso ao sistema defensivo; para isso, os guzerates iniciaram a construção de uma muralha do mar ao rio, como já referimos anteriormente. Aos poucos, e através do labor contínuo dos milhares de trabalhadores aí presentes, a parede ia dando lugar a sucessivas paredes, que avançava em direcção à fortaleza, aumentando

²⁴⁷ Cf. *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 20.

exponencialmente a área de implantação guzerate. Segundo o capitão da fortaleza, terão demorado 59 dias, até chegarem à beira do fosso - a 20 de Junho começavam a encher a cava frente a S. Tomé, o maior baluarte da fortaleza²⁴⁸.

Fragilizados por se encontrarem numa posição inferior que os obrigava a trabalhar ao alcance das armas portuguesas, os sitiados recorreram a caneiros de madeira cobertos de vigas e ramos verdes (de forma a não serem incendiados por flechas de fogo ou artilharia), virados para a cava, despejando dia e noite terra, pedras e ramagem²⁴⁹. Vendo-se em situação crítica, por não conseguir destruir a técnica guzerate, D. João de Mascarenhas recorreu a um ardiloso estratagema: utilizando um postigo existente entre os baluartes S. Tomé e S. João, em plena cortina de muralha, conseguiu criar uma cadeia de transporte, entre a cava e o interior da fortaleza, “roubando” todo o entulho lançado no fosso. Prosseguiu desta forma durante dois a três dias, em completo segredo, uma vez que os atacantes não ousavam espreitar o avanço dos trabalhos, por medo dos tiros portugueses. Descoberto o estratagema português, por meio de medição do entulho existente na cava com um prumo, as forças guzerates tentaram expulsar os portugueses e escravos reunidos no fosso, que transportavam o material atirado, o que não resultou, pois Mascarenhas ordenou a construção de paredes cobertas, em jeito de arruamento, até ao entulho. A 24 de Julho, dia de S. João, sabendo do engodo, Coge Sofar quis observar a estrutura portuguesa; a sorte havia de pender para o lado português, pois estando a espreitar e a ordenar o ataque, um tiro perdido de um camelete, disparado da torre do alcaide-mor, levou-lhe a cabeça e a mão direita, acabando com a vida do capitão-mercador do Sultão, principal mentor da operação em curso²⁵⁰.

Perdida a cabeça da estrutura de comando das forças sitiadas, o cerco esteve suspenso durante um par de dias, enquanto o filho do referido capitão, Rumeção, aguardava a confirmação dos bens do pai e da própria responsabilidade pelo ataque. Recebidas as instruções do sultão Mahmud, que permitiam a continuação da operação, e em jeito de vingança pela morte do pai, o novo capitão-mor guzerate ordenou a duplicação dos esforços encetados no enchimento da cava. Assim, multiplicando o trabalho, os portugueses tiveram de encerrar definitivamente o postigo, pois o seu uso

²⁴⁸ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 145 e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 30. Veja-se o mapa III, nos anexos.

²⁴⁹ Cf. *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, pp. 145-146; *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 31.

²⁵⁰ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 146 e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 32-33.

era insuficiente face à quantidade de entulho então lançado – abandonava-se, desta forma, esta solução temporária, que conseguira retardar com êxito o avanço inimigo²⁵¹.

No entanto, não bastava encher o fosso – tarefa que se realizou rapidamente depois da morte de Coge Sofar. O próximo passo procurou aumentar a estabilidade estrutural nessa área, para permitir o avanço das tropas. Concretamente, lançaram mastros sobre o entulho, onde pregavam tábuas na perpendicular destes, formando assim rampas de passagem. Estas eram acompanhadas imediatamente de muros cobertos, de forma a impedir o seu incêndio a partir das muralhas da fortaleza. Sendo o material utilizado neste avanço maioritariamente de madeira, D. João de Mascarenhas ordenou que fossem lançados pelas muralhas abaixo «jãogadas de lenha muito bem pregadas cheas de dentro com muitos materyais de fogo»²⁵². Os diversos focos de incêndios causados por esta técnica abateram consideravelmente o nível de entulho, voltando a atrasar o avanço guzerate. Mas a força humana então presente ultrapassava as capacidades de defesa, e os sitiante acabaram por conseguir impor-se pela superioridade numérica, criando diversas passagens apontadas directamente às muralhas lusas. O primeiro obstáculo estava desta forma ultrapassado, abrindo caminho ao verdadeiro contacto entre as forças sitiante e cercadas.

5.3. Ultrapassar as muralhas e assaltar a fortaleza

Prontos para confrontarem os sitiados em combate directo, os homens de armas de Rumeção recorreram a uma tática diferente daquela utilizada na poliorcética europeia. Como as fontes atestam, o uso de escadas para chegar ao cimo das muralhas mostrou ser muito pontual; já o uso de torres de assalto foi inexistente, apesar destas serem usadas na guerra oriental²⁵³. Os guzerates recorreram aos *pasheb*, montes de terra e pedra edificados na base das muralhas, subindo em direcção ao topo destas, criando autênticas rampas de subida, reforçadas por outros materiais mais perenes²⁵⁴. Nas palavras de Gaspar Correia, «entulhos acostados aos muros e baluartes, que ficarão em ribanceira per onde bem podião sobir, pera o que trouxeram vigas, e mastos e vergas que encostavão, e per cima rama e terra»²⁵⁵. Estas estruturas mostravam ser a solução

²⁵¹ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 146.

²⁵² *Ibidem* e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 37.

²⁵³ Cf. *Art of War in Medieval India*, pp. 167-168.

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ *Lendas da Índia*, p. 483. Outra descrição desta técnica é-nos dada por Leonardo Nunes – *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 36 e em C.V.R.D.J.C., p. 219. Outros autores são mais contidos em explicitar

indicada para os diversos combates planeados, pois asseguravam uma chegada rápida às muralhas, sem necessitarem de outro material de assalto que atrasasse a cadência dos ataques.

Ultrapassadas as muralhas, estavam finalmente reunidas todas as condições necessárias ao combate. Até ao início da minagem dos baluartes e das muralhas, próxima fase empreendida pelos sitiantes, contamos dois grandes assaltos à fortaleza portuguesa, intercalados com dois de menor dimensão. Cronologicamente, o primeiro, a 19 de Julho e de pequena proporção face aos restantes, visou somente o baluarte S. João, por ser o mais desprotegido estruturalmente – construído em cima da cava velha (anterior à reconstrução da fortaleza em 1538-1539), este bastião era mais baixo que os outros, apresentando também uma profundidade de fosso menor²⁵⁶. O ataque, iniciado duas horas antes do pôr-do-sol, redundou num fracasso para as forças ofensivas, pois demonstrou uma tenaz resistência dos portugueses, através do uso de panelas de pólvora e da espingardaria. Podemos até afirmar que os atacantes não possuíam uma informação precisa da organização defensiva do forte, pois «acharam muita mais gente do que cuidavam», e esperavam um menor uso das armas portáteis – no caso das espingardas, acreditavam que aquelas que viam no cimo das muralhas eram um engodo, feitas de cana, somente para iludir²⁵⁷. Rapidamente perceberam que a ofensiva necessitava de outras proporções, tendo em conta a defesa montada.

O segundo ataque, de maior envergadura, ocorreu poucos dias depois, a 25 de Julho, dia de S. Tiago. Tendo acumulado a experiência da primeira tentativa, Rumecão organizou um assalto diferente: não apenas redobrou o número de efectivos presentes, como planeou cuidadosamente o avanço das tropas. Procurando apanhar de surpresa os portugueses, as movimentações deram-se de noite. No entanto, estas foram sentidas pelo baluarte do mar, visto que possuía um raio de visão superior ao da fortaleza, e Fernão Carvalho, capitão do fortim, avisou rapidamente D. João de Mascarenhas, através de uma almadia, levando a uma protecção redobrada em pleno fim de noite. As hostilidades começaram duas horas antes do amanhecer, quando os portugueses viram finalmente o avanço silencioso guzerate, «muy quietos e sem nenhum estrondo com seus guýões e bandeiras despregadas, trazendo ho seu mafamede, en hua vara muito

os meios usados, revelando uma deficiente compreensão do sistema utilizado. Veja-se também o mapa V, nos anexos.

²⁵⁶ Cf. as diversas descrições do baluarte, como na carta de Sebastião Coelho a Castro, *Hist. Quinhentista*, p. 191.

²⁵⁷ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 40.

comprida»²⁵⁸. O principal investimento de Rumeção foi feito nos baluartes S. Tomé e S. João e no lanço de muro que corria entre um e outro bastião²⁵⁹. O combate desenrolou-se novamente com um uso intensivo de material pirobalístico; Leonardo Nunes afirmou até que foram usadas, nesse dia, cerca de oitocentas panelas de pólvora²⁶⁰. O armamento defensivo utilizado pelos sitiados demonstra um cuidado considerável nesta área, pois indica o uso de cossletes e couraças – material nem sempre existente nos exércitos indianos, como já vimos.

O elemento diferencial deste assalto está presente num ataque inesperado pelo lado do mar, isto é, escalando a rocha então existente a sul, fruto do relevo onde a fortaleza se encontrava assente. Utilizando escadas e aproveitando a maré baixa (razão pela qual o próprio ataque se terá dado àquela hora) um contingente de quase uma centena de homens, sob ordem do capitão guzerate Jusarcão, conseguiu infiltrar-se na fortaleza, pois os responsáveis pela vigilância das rochas tinham-se juntado ao resto dos companheiros, em defesa dos baluartes. Felizmente para o capitão de Diu, a informação desta entrada chegou-lhe rapidamente: entrando por cima do telhado das casas que se encontravam junto ao muro do mar, os invasores tentaram calar uma mulher que estava presente numa das casas tomadas; falhando nisso, o alerta foi rapidamente dado. Organizando-se um pequeno grupo de homens de armas, sob liderança de Mascarenhas, o ataque foi rapidamente rechaçado, apesar das dificuldades inerentes a um combate ainda nocturno, nomeadamente em encontrar os espingardeiros então colocados em cima dos telhados. Mortos alguns dos ocupantes, a maioria foi lançada pelas rochas, acabando aí qualquer tentativa de entrar pela retaguarda. Veja-se, no entanto, que apesar de esta ameaça ter sido repelida, o capitão da fortaleza proibiu estritamente que esta frente fosse comentada enquanto os combates nos baluartes continuavam – proibira também, quando recebeu essas novas, que a informação da entrada dos guzerates por aquela banda fosse divulgada. Entende-se claramente: a disseminação desta notícia abalaria fortemente as defesas, enfraquecendo a vontade de combater quando se estava em plena minoria²⁶¹. Era fundamental que a moral se mantivesse alta, segurando cada soldado no seu lugar e preso à sua condição de defensor da fortaleza.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 43.

²⁵⁹ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 147.

²⁶⁰ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 44.

²⁶¹ Para este episódio, narrado em todas as descrições do cerco, veja-se *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 147 e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 45-47.

A preparação deste ataque demonstra um cuidado redobrado de Rumeção, pois previu que a abertura de diversas frentes facilitasse a tomada da fortaleza, tendo em conta os poucos efectivos portugueses presentes. Apesar de tudo, o ataque mostrou ser inútil, pois as forças de Cambaia não conseguiram derrubar as defesas montadas. O forte armamento defensivo e ofensivo português aguentou as sucessivas vagas de assaltantes. No final de três horas de combate, e sob o início do raiar do sol, Rumeção mandou retirar os soldados, certo da derrota, mas convicto na preparação de outros ataques. O balanço de mortes guzerates rondara os mil e quinhentos homens, espalhando os cadáveres pelo fosso entulhado e pelas muralhas portuguesas. Do lado português, Mascarenhas contou apenas sete perdas²⁶² – número bem sintomático da superioridade de quem defende, face a quem ataca, numa situação de cerco como esta.

Os dois outros ataques mostraram ser vãs tentativas de entrar na fortaleza, através de assaltos renovados às referidas zonas. No dia seguinte ao assalto anterior, a 26 de Julho, ao final da tarde, fez-se sentir um novo ataque, de menores dimensões. Servindo apenas como mera continuação dos combates anteriores, os atacantes foram rechaçados com trezentas perdas, face a nenhuma vítima portuguesa. O uso de artilharia na fortaleza, especialmente de um camelo e de uma espera, colocados na torre nova sobre a porta velha, ajudou notavelmente a defesa, através de tiro na diagonal, atacando as hordas que subiam as ribanceiras até às muralhas e aos baluartes²⁶³. O quarto e último assalto organizado, de proporções consideráveis, deu-se poucos dias depois, no dia 29. Iniciado depois de almoço, terminou novamente com uma vitória portuguesa, marcado por uma forte utilização de armas de pólvora. A prova disso é que «[...] hos balluartes, cubelo e muro, todos ardião en grandes labaredas de muyto foguo, que de hua parte e da outra lançavão e tão alto e espesso era ho fumo, que ya fazendo grandes torres pelo ar e viagens e amostras que hos materiaes causavam e na terra fazião daar gritos e brados de muyta piedade a quem pouco mal quises dambalas partes»²⁶⁴. Deste combate Nunes contou cerca de mil e trezentos guzerates mortos, e três baixas lusas, com uma trintena de queimados²⁶⁵.

Estas sucessivas derrotas convenceram o comando guzerate da ineficácia dos ataques em massa às muralhas de Diu. A superioridade conferida pela posição de defesa entrincheirada, bem como a própria distribuição eficiente dos portugueses e a sua

²⁶² *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546), Ibidem.*

²⁶³ Cf. *Tratado Segundo Cerco de Diu*, pp. 50-53.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 55.

²⁶⁵ Cf. *Ibidem*, p. 56.

respectiva organização, eram a pedra basilar da resistência e razão dos sucessivos fracassos guzerates. Estava bem patente a necessidade de reduzir estas vantagens, atacando directamente as estruturas defensivas – as fundações dos baluartes e das muralhas.

5.4. A minagem

A escavação de túneis que levem às estruturas edificadas ou ao interior da praça cercada é uma técnica de assédio com provas dadas desde a antiguidade. Já Vegécio, no seu famoso tratado da arte da guerra, referia a importância deste método, como forma de perfurar as muralhas inimigas²⁶⁶. Durante a Idade Média virá a tornar-se uma popular forma de penetrar nas linhas contrárias – vejam-se os famosos casos do cerco de Lisboa, de 1147, ou das múltiplas minas empreendidas nas campanhas de D. João I²⁶⁷. O seu objectivo simples facilitava em muito a sua utilização, isto é, o túnel procurava (na maioria das vezes) enfraquecer as zonas pelas quais passava, até ruírem (incendiando os túneis, com materiais inflamáveis ou animais untados de azeite, como porcos) ou, em outro caso, infiltrarem-se no castelo ou fortaleza em total segredo. No primeiro caso, o surgimento da pólvora veio aumentar razoavelmente a eficiência desta técnica, pois não apenas levava ao desmoronamento das estruturas, como rebentava a zona afectada, explodindo tudo o que aí existisse, abrindo uma brecha ainda maior – eram estas chamadas “minas explosivas”²⁶⁸. Tais técnicas não eram desconhecidas dos orientais, que bem as aplicavam, quer pela experiência adquirida em teatros de guerra indianos, quer por influência de especialistas de minas estrangeiros contratados²⁶⁹. Nas palavras de Leonardo Nunes, Coge Sofar empregara “mestres de minas” para organizar este tipo de ataques, o que demonstra uma vontade certa em aplicar esta guerra “subterrânea” ao cerco de 1546²⁷⁰.

Como acabámos de analisar, o consecutivo falhanço dos assaltos à fortaleza demonstrou que as forças portuguesas não podiam ser vencidas a partir de simples combates directos. Mais do que a sua força bruta e do seu armamento, a protecção conferida pelos baluartes e pelas muralhas ditava a resistência dos sitiados.

²⁶⁶ João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga (trad.) – *Vegécio. Compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 357. Passaremos a referir estas obras apenas como *Vegécio*.

²⁶⁷ Cf. João Gouveia Monteiro – *A guerra em Portugal...*, pp. 358-359.

²⁶⁸ Sobre o uso de minas, veja-se o interessante estudo de Kenneth Wiggins – *Siege Mines and Underground Warfare*, Princes Risborough: Shire, 2003 especialmente as pp. 20-25.

²⁶⁹ Cf. *Art of War in Medieval India*, p. 169.

²⁷⁰ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 7.

Passou-se então para a próxima fase, que virá a colocar a fortaleza sob forte pressão e no seu maior momento de aflição. Não obstante as obras de minagem se terem iniciado em finais de Julho, D. João de Mascarenhas previra anteriormente que tal forma de ataque fosse utilizada e mandara contraminar a maior parte dos baluartes – no início desse mês, informava o governador que começava uma contramina «[...] que atravesse todo o baluarte [S. Tomé] porque quando eles vierem com a sua que os posamos atalhar cedo e se tiver tempo outro tanto ey de fazer no baluarte São João»²⁷¹.

A forma utilizada pelos guzerates envolvia uma minagem praticamente de superfície, ou seja, não recorrendo totalmente a túneis subterrâneos. Concretizemos: através das muralhas construídas frente à fortaleza (que se aproximavam cada vez mais), os trabalhadores construíam uma rua de paredes, coberta com palmeiras, “rama verde” e “mato”, cuja entrada estava protegida por um cavalo de madeira forrado a couro, permitindo um avanço contínuo até à base dos baluartes ou da muralha²⁷². Já perto dessa zona, iniciava-se a escavação, procurando picar os alicerces das estruturas, com o objectivo de os encher de pólvora e iniciar a deflagração. Quando possível, esta última fase era acompanhada de diversas manobras de diversão, pretendendo disfarçar os trabalhos nessas zonas. No caso do baluarte S. João, os guzerates conseguiram picar um lanço considerável de muro, e lançar mais entulho junto ao bastião, de modo que «[...] ho arroido que has pedras fazião, não se sentissem hos piquões que minavão ho baluarte»²⁷³.

A mina aberta em S. João mostrou ter sido bem construída, porquanto foi a única a rebentar verdadeiramente. Concretamente, os portugueses foram apanhados de surpresa, pois pensaram que o baluarte minado seria S. Tomé, por ser o mais robusto. Assim, o trabalho de sapa decorreu sem grandes impedimentos, mas sempre sob fogo cerrado português. Rumeção decidiu dar fogo à mina, a 10 de Agosto, dia de S. Lourenço. Simulou então um assalto à fortaleza ao meio-dia, com o objectivo de atrair os defensores às muralhas e aos baluartes, nomeadamente àquele que se encontrava armadilhado. A sua guarnição acudiu em peso, composta por D. Fernando de Castro, filho do governador, e por um conjunto alargado de outros fidalgos principais – a presença destes homens neste lugar é justificada pelo facto de este baluarte ser o mais fraco, necessitando de um maior investimento defensivo quando comparado com os

²⁷¹ Mascarenhas a Castro, *Hist. Quinhentista*, p. 159.

²⁷² Cf. a descrição de Mascarenhas ao governador, *Hist. Quinhentista*, p. 167.

²⁷³ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 58.

outros. No entanto, sabendo que o rebentamento da mina estava iminente, os atacantes não ousaram aproximar-se demasiado. Bem pelo contrário, logo que chegavam ao bastião, afastavam-se imediatamente, demonstrando um medo infundado, caso este estivesse em condições normais. D. João de Mascarenhas, certo do ardil que então tomava forma, mandou retirar imediatamente os homens do baluarte, com medo de que a mina funcionasse. Convictos na vitória e desejosos de acrescentar honra e glória aos seus nomes, e incentivados a ficarem por Diogo de Reinoso, os homens de armas mantiveram-se nos lugares.

Era demasiado tarde: o rastilho acendera-se desde as muralhas guzerates, através de uma panela de pólvora lançada perto do destruído baluarte da Rama, «num caneiro de polvora e tomando fogo se foy acendendo com grande velocidade até dar na cava velha que estava mynada e lhe derão muita polvora e salitre e era mui grande mina»²⁷⁴. Os efeitos foram devastadores. Nas palavras do capitão de Diu, «foy o baluarte com todos omeins que nele estão tão alto que foy huma vysta bem espãotossa»²⁷⁵. Tal explosão pode ter beneficiado de um barril de pólvora colocado na contramina aí aberta, «pera quando eles viessem pelejar ou algum magote arrunhar lhe desemos fogo e hos mouros avoassem»²⁷⁶, medida de defesa preventiva que provou não resultar. Morreriam entre cinquenta a sessenta portuguesas em S. João, número considerável face aos efectivos existentes na fortaleza, ficando cerca de vinte feridos com gravidade²⁷⁷ – a explosão não apenas causou estragos nas zonas directamente afectadas, como atingiu toda a área envolvente com os materiais projectados pelo rebentamento da mina.

O principal objectivo da minagem guzerate estava concluído, tendo em conta que uma brecha tinha sido aberta, visando a entrada de rompante pela fortaleza. Apesar desta vantagem, o plano acabou por revelar-se um fracasso. Debilitou nitidamente os portugueses, pelas perdas provocadas, mas foi insuficiente para dar a vitória aos sitiados. A acção do capitão da fortaleza demonstrou toda a sua capacidade militar, tendo este defendido a abertura com uma dezena de homens, acalentados pelo discurso proselitista de um clérigo (que pregava a morte pela fé em Cristo, face a uma derrota quase certa), e mandando construir uma tranqueira como forma de estancar a brecha então existente, enquanto o próprio combate durava²⁷⁸.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 61.

²⁷⁵ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 148.

²⁷⁶ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 59.

²⁷⁷ Cf. *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 148 e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 62.

²⁷⁸ Veja-se o mapa VI, nos anexos, reconstituindo a tranqueira construída no lugar do baluarte S. João

O rebentamento do baluarte S. João, deixou tudo raso, «[...] que não ficou nenhum synall de aly aver muro nem baluarte senão as pedras dele e nos mortos que estavão debayxo delas»²⁷⁹, e despertou definitivamente os sitiantes para este tipo de guerra “encoberta”. Nos tempos que se seguiram a este combate, todos os baluartes, bem como panos de muralhas, foram minados e sucessivamente arrasados. Não obstante a perícia oriental nesta arte, os portugueses compreenderam o modo de operar e, sentindo as minas, rapidamente esvaziavam os bastiões de todo o seu conteúdo, minimizando todos os efeitos das explosões. Assim aconteceu nos baluartes S. Tomé, S. Tiago, na torre nova e na S. Tiago, caindo apenas a face destas estruturas, não causando qualquer perigo para os portugueses, e atrasando o avanço das tropas de Rumeção²⁸⁰.

Esta ofensiva guzerate era dificultada principalmente por duas técnicas de defesa, que já foram abordadas anteriormente. A primeira consistia na abertura de uma contramina, enquanto medida preventiva. Era aberto um túnel na fortaleza, em direcção onde se supunha existir a mina; encontrada esta, entrava-se «[...] dentro nellas, até lhe ir tomar, co as mãos, das suas minas a sua polvora e as jarras de salitre, que nellas tinham ha ventura de lhe os mouros darem fogo, e os tornarem em carvões»²⁸¹ e, confrontando os trabalhadores guzerates, «jugavam has lançadas e espinguardadas pelos escuros e mal asombrados becos d’ellas»²⁸². Era este o trabalho mais penoso do cerco, como comprova Vicente d’Eça, em carta de serviço a D. João III, afirmando que estivera presente no cerco, e nos maiores trabalhos daquele assédio, «que era abrir contra minas a muitas minas que hos mouros faziam»²⁸³. A necessidade de defesa era tanta, que se chegou a abrir uma contramina dentro de uma cisterna, existente numa casa perto do baluarte S. Tomé²⁸⁴.

A segunda técnica era usada após ter sido concretizada a ameaça e materializava-se através da construção de tranqueiras, novos muros e até novos baluartes, atrás das defesas já existentes. Desta forma, a destruição das primeiras muralhas não punha em causa a resistência portuguesa, tendo em conta que novas linhas defensivas já se encontravam prontas a suportar os assaltos inimigos. Salientamos os

²⁷⁹ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 148.

²⁸⁰ Veja-se o caso da torre de S. Tiago e do baluarte de S. Tomé na carta de *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 148. Leonardo Nunes descreve sumariamente cada mina aberta – cf., por exemplo, *Tratado Segundo Cerco de Diu*, pp. 67, 69, 79 e 80.

²⁸¹ C.D.J.C., p. 92.

²⁸² *Ibidem*.

²⁸³ Publicada em *Hist. Quinhentista*, XXXVII.

²⁸⁴ Cf. Mascarenhas a Castro, *Ibidem*, p. 171 e Vasco da Cunha a Castro, *Ibidem*, p. 204.

casos da tranqueira construída no lugar do baluarte S. João²⁸⁵, como exemplo maior de uma solução apressada, mas que resistiu até ao final do cerco; e do cubelo levantado entre o baluarte S. Tomé e S. João, a cargo de António Peçanha, cujos materiais eram tão sólidos que os trabalhadores guzerates necessitaram de queimar as pedras para depois abrir mina com vinagre (pela sua acção corrosiva) e picões²⁸⁶.

Na realidade, a edificação constante de tranqueiras a partir desse tempo serviu o propósito guzerate, isto é, destruir as muralhas portuguesas e empurrar os defensores para um espaço cada vez mais diminuto, «porque indo elles derribando e nós encolhendo, nos botassem asy fóra, pois as lançadas não podiam»²⁸⁷. Tranqueira atrás de tranqueira, os cercados ficavam com menos recursos e cada vez mais dependentes da chegada de reforços.

Das diversas fases do cerco aqui contempladas, ressalta o profundo investimento (humano e material) dos sitiados. Evidenciamos, também, a existência de uma estratégia pensada e preparada previamente e não de técnicas e tácticas escolhidas aleatoriamente, consoante as necessidades do momento. A inutilização do fosso requereu um planeamento atempado, tendo em conta o elevado grau de dificuldade da operação. Os diversos assaltos às muralhas procuraram romper rapidamente as defesas portuguesas através de ataques pontuais, recorrendo sobretudo à superioridade numérica dos efectivos de Coge Sofar, apoiados pela artilharia. Por fim, a minagem tem de ser entendida não apenas como uma técnica de recurso (pelo falhanço dos assaltos), mas também como forma frequente de assédio (quer em cenário europeu quer oriental) e já equacionada. Assim, a abertura de minas de superfície procurou diminuir a vantagem conferida pela boa estrutura material então existente. Infelizmente para o Sultão do Guzerate, a defesa portuguesa resistiu a estas diversas fases, apresentando uma organização e eficácia acima daquela esperada pelo inimigo.

²⁸⁵ Cf. *Tratado Segundo Cerco de Diu*, pp. 64-65 e a carta de *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 148. Veja-se a reprodução de uma tranqueira na obra de Viollet-Le-Duc, reproduzida na figura 11 dos anexos.

²⁸⁶ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 66.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 77.

Capítulo 3

A DEFESA PORTUGUESA

1. A organização militar de Diu e o comando central em Goa

Analisadas as forças do Guzerate, é tempo de nos debruçarmos sobre os portugueses. Procuraremos observar, num primeiro momento, a acção do capitão de Diu, quer no período que antecedeu o cerco, quer durante o assédio à fortaleza, bem como do governador do “Estado da Índia”, enquanto representante régio e responsável pela reestruturação do corpo militar num período de conflito iminente.

1.1. D. João de Mascarenhas na capitania da fortaleza

Nascido por volta da primeira ou segunda década do século XVI, D. João de Mascarenhas era filho de D. Nuno de Mascarenhas, capitão de Safim, e de D. Beatriz da Silva. Embarcou para a Índia em 1538, na nau capitânia de D. Garcia de Noronha²⁸⁸, capitaneando posteriormente a galeota “Graça” na armada de socorro de Goa a Diu, que procurava quebrar a coligação guzerate-otomana que cercava a fortaleza portuguesa²⁸⁹. Manteve-se no Oriente, participando em diversas operações chefiadas por D. Estevão da

²⁸⁸ Cf. Rogério de Figueiroa Rêgo – *Soldados da Índia – Século XVI. Notícias genealógicas e biográficas*. Torres Vedras: s. e., 1956, p. 54-55.

²⁸⁹ A.N.T.T., *Colecção São Lourenço*, V, fl. 248v.

Gama e D. Martim Afonso de Sousa. Três anos depois da sua partida, a 23 de Março de 1541, D. João III nomeia-o capitão de Diu²⁹⁰, cargo que devia ocupar no ano seguinte, após a saída de Diogo Lopes de Sousa, capitão da dita fortaleza. Surgiu, no entanto, um entrave a esta decisão do monarca: a capitania foi entregue a Manuel de Sousa de Sepúlveda no ano seguinte, contrariando a opção anterior. Diogo do Couto (o único a referir o episódio) esclarece-nos que a rainha D. Catarina influenciara o rei a preferir este último, pela proximidade que tivera com o seu pai (sendo ambos castelhanos)²⁹¹. O desempenho destas funções pelo fidalgo era então adiado três anos, vindo a substituir Sepúlveda, em Fevereiro de 1545²⁹².

Em carta escrita ao monarca, em Novembro desse ano, D. João de Mascarenhas apresentava as dificuldades sentidas nesse ano na administração de Diu. Referia então «[...] tanta falsydade e tamta ladroíce»²⁹³ encontrada nos rendimentos da alfândega que em muito prejudicavam as receitas da Coroa. Narrava ainda os vários desentendimentos com alguns mercadores locais, chegando a propor uma manobra dissuasora: que os portugueses tomassem pela força a cidade, de forma a impor o domínio português sobre o resto da ilha, «[...] usando com eles primeiro o que eles conosco avião d'usar se nos descuidasemos»²⁹⁴. A tensão entre as relações luso-guzerates aumentara gradualmente ao longo desse ano. O capitão coordenara até um ataque com cento e cinquenta homens à «fortaleza dos mouros a que soyao de chamar casas da rainha»²⁹⁵, combatendo a oposição guzerate em ceder as instalações necessárias ao comércio e em entregar os direitos devidos aos portugueses.

Além disso, Mascarenhas deparava-se com a falta de capital necessário para pagar à guarnição então existente. Tal virá a condicionar fortemente a defesa da fortaleza, bem como a própria existência de mantimentos e de material necessário para resistir a um cerco. Ao governador, pedira em Outubro de 1545 dinheiro para comprar arroz e outras provisões essenciais para armazenar²⁹⁶. Afirmava até que «se este dinheiro aquy não ouver eu verdadeiramente me não atrevo a servyr esta capitanya», e

²⁹⁰ A.N.T.T., Chancelaria de D. João III, *Doações, ofícios e mercês*, Livro 31, fl. 39.

²⁹¹ *Ásia* (Couto), d. V, vol. 13, 197.

²⁹² É este mesmo que confirma a data, em carta ao rei de 15 de Janeiro de 1546: «Hacabei de servir hacapitanya de Dio, de que me Vosa Alteza fez merce, o Fevereiro passado» - A.N.T.T., *Corpo Cronológico*: 1-77-70.

²⁹³ Carta publicada por Luís de Albuquerque – «Um documento relacionado com o segundo cerco de Dio»..., p. 211.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 215.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 218.

²⁹⁶ A.N.T.T., C.S.L., V, fl. 139v.

justificava-se não apenas pela necessidade em defendê-la, mas porque «de todo em todo me destroyrey e mais nom poderey deixar de sayr daquy desomrado porque esta tera nom he tão desemfadadiça que os homens per seu passatempo folgam aquy d'estar»²⁹⁷. Tendo de sustentar pelos seus próprios meios todas estas questões, o capitão da fortaleza punha em causa o seu proveito e a própria honra – ameaçados pelo crescente gasto da sua fazenda, acatando dívidas e o conseqüente empobrecimento do fidalgo.

Não obstante todos estes problemas, a aproximação do cerco obrigou D. João de Mascarenhas a organizar rapidamente a defesa portuguesa com os recursos que tinha à disposição. Observando a crescente concentração das forças inimigas, e prevendo a operação guzerate, começou imediatamente a recolher todo o material e as provisões necessárias. Tendo em conta os diminutos efectivos e a melhor protecção conferida pelas muralhas da fortaleza, via-se obrigado a abandonar a cidade, abrigando na fortificação todos os portugueses presentes na ilha. Mandou também entrar material necessário para as obras de defesa, bem como vitualhas e utensílios defensivos²⁹⁸. Ordenada pelo capitão, esta preparação decorreu o mais rapidamente possível, tendo em conta que as forças sitiadas já se encontravam no terreno. Diz-nos ele que terá tido somente entre 4 de Abril (data da chegada das primeiras forças) e dia 10 (momento em que os guzerates começaram a impedir a retirada de material da cidade) para conseguir aprovisionar o forte²⁹⁹.

O material indispensável foi adquirido por duas vias: pela fazenda pessoal do capitão (que empenhou grande parte dos seus bens neste momento) e através do investimento dos casados e moradores de Diu, incentivados por Mascarenhas, pois o dinheiro da fazenda régia era insuficiente para abastecer a fortaleza de tudo o que era necessário³⁰⁰. Juntamente com esta acção foram enviados catres a Baçaim e Chaul, pedindo o envio imediato de «[...] jemte e mantimentos e polvora que podessem porque de tudo ysto esta fortaleza carecya»³⁰¹, bem como a Goa, informando o governador da delicada situação em que se encontravam.

A operação de Cambaia era prevista há algum tempo, mas o seu rápido início apanhou, em parte, a fortaleza desprevenida. Certo de que aí se jogava o principal confronto na frente que o Guzerate abria contra o “Estado da Índia”, D. João de

²⁹⁷ *Ibidem.*

²⁹⁸ C.D.J.C., p. 34 e *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 143.

²⁹⁹ Mascarenhas a Castro, *Quinhentista*, pp. 145-146.

³⁰⁰ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 143; C.D.J.C., p. 34.

³⁰¹ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 143.

Mascarenhas aguardava pelo eclodir dos combates e pela ajuda que se esperava vir das fortalezas do Norte (sendo estas as mais próximas) e de Goa, local central da organização da resistência portuguesa. Assim, o seu papel de comando foi altamente relevante para o desenrolar do cerco, criando e mantendo o sistema defensivo necessário à resistência e dispondo os homens de armas sitiados conforme o avanço guzerate.

1.2. D. João de Castro na governação do “Estado da Índia”

A nomeação de D. João de Castro para o cargo de governador da Índia Portuguesa, em Fevereiro de 1545, por influência do infante D. Luís e da rainha D. Catarina, insere-se numa tentativa de reforçar o poder da Coroa no Oriente e de impor um conjunto de reformas (a nível político, económico e militar) «[...] que permitissem inverter a situação de desorganização crescente das suas principais estruturas»³⁰². A escolha de Castro para este lugar pode ser entendida como uma forma de solucionar as diversas falhas estruturais então existentes, contextualizadas, como não podia deixar de ser, num contexto de crise económico-financeira que então despoletava.

A experiência prévia deste fidalgo no Norte de África, no Mediterrâneo e no Índico, quer no domínio político, quer no militar, foi claramente responsável por esta decisão de D. João III. Assim, o novo governador do “Estado da Índia” começou a reestruturar o aparelho militar a partir da sua chegada a Goa, em Setembro de 1545. Por um lado, procedeu a rigorosas vistorias aos armazéns da cidade e à ribeira, procurando compreender o estado do material então existente – a documentação original (guardada e enviada em múltiplas cópias para o reino) apresenta o deplorável acondicionamento das armas e das embarcações; por outro, tentou implantar o sistema de ordenanças, tal como Afonso de Albuquerque tentara no seu governo, visando criar um grupo permanente de homens de armas treinados.

Detenhamo-nos, no primeiro caso, na devassa feita ao armazém de Goa³⁰³. Este era composto por duas casas, sendo uma delas de dois andares (com sobrado). A “casa de baixo” era caracterizada por ser o local «onde se recolhe e costuma recolher a artilharia e camaras dela»³⁰⁴, enquanto, *subindo* (como tantas vezes aparece no documento) à “casa de cima”, se encontravam as armas de corpo. Iniciemos pela casa de

³⁰² Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «A “reformação” das estruturas militares do “Estado da Índia” com D. João de Castro (1545-1548)» in *Os Mares do Oriente. A presença Portuguesa circa 1507. Actas do X Simpósio de História Marítima*. Lisboa: Academia de Marinha, 2011, p. 137.

³⁰³ O documento encontra-se na Biblioteca da Ajuda (Lisboa), Cod. 51-VII-21.

³⁰⁴ *Ibidem*, fl. 37v e 38r.

baixo. Das diversas peças de artilharia existentes (divergindo quanto ao calibre e quanto ao material) o auto menciona exclusivamente a presença de falcões, berços e meios berços no armazém, ou seja, pequenas peças de artilharia com sistema de retrocarga³⁰⁵. Ora, a maior parte destas peças encontravam-se sem rabos nem piães ou asas, lançados em montes, enferrujados. Uma porção considerável estava até enterrada, levando a que o chão (a nosso ver em terra batida) fosse cavado. O mesmo se passava com as respectivas câmaras destas peças. A acrescentar, a casa estava cheia de cairo e enxárcia – materiais que pouco tinham a ver com a artilharia³⁰⁶. No balanço final, somavam-se 330 câmaras de berços e 50 câmaras de falcões perdidas³⁰⁷. Das bocas-de-fogo que se consertaram, contaram-se 125 falcões, 284 berços, 270 meios berços, 1040 câmaras de falcão, 1500 câmaras de berço e 750 câmaras de meios berços³⁰⁸.

Na casa de cima, o panorama não era melhor. Dos cossoletes (armadura ligeira para o tronco), capacetes, cervilheiras (espécie de camal que defendia a cabeça e a nuca), barbotes (parte do elmo que defendia a cara, do nariz para baixo), piastrões (peça dianteira da couraça) e gorjais (parte da armadura que defendia o pescoço) todos se encontravam lançados pelo chão, corroídos da ferrugem (algumas destas peças até furadas por tal motivo). Nalguns casos, «[...] quasy se nam podiam bem determinar se heram peytos se espaldeyras dos cossoletes»³⁰⁹. Tal situação levava a crer que não se mexera mais naquelas armas de corpo desde a sua chegada de Portugal. Destas peças de armadura, encontravam-se completamente sem restauro 761 peitos e 717 espaldeiras dos cossoletes, 387 capacetes, 348 barbotes, 461 cervilheiras e 12 gorjais de piastrões³¹⁰. Aquando da vistoria dos oficiais ao armazém, a 18 de Março, encontraram 251 cossoletes inteiros, bem como 174 cervilheiras e 13 capacetes. Prontos para serem limpos, estavam ainda 249 peitos de piastrões, 124 espaldeiras dos piastrões, 61 peitos de cossoletes, 90 cervilheiras e 165 barbotes³¹¹.

Os piques e as lanças foram encontrados tortos, sem ferros, partidos e muito deles comidos do caruncho. Cerca de 1226 lanças e 190 piques não tinham qualquer aproveitamento³¹² e 494 lanças e piques estavam prontos para servir³¹³. As lonas,

³⁰⁵ Cf. Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *A evolução da arte da guerra...*, cit., p. 129.

³⁰⁶ Cf. entre outros testemunhos, Biblioteca da Ajuda (Lisboa), Cod. 51-VII-21, fl. 14v.

³⁰⁷ *Ibidem*, fl. 10r.

³⁰⁸ *Ibidem*, fl. 13r.

³⁰⁹ *Ibidem*, fl. 4v.

³¹⁰ *Ibidem*, fl. 5v.

³¹¹ *Ibidem*, fl. 11v.

³¹² *Ibidem*, fl. 7r.

³¹³ *Ibidem*, fl. 3r e nota à margem.

cotonias e pano de velas de Vila do Conde encontravam-se também «[...]a granel lançadas no sobrado hũas sobre outras»³¹⁴. Deste velame estavam podres e sem qualquer uso aproximadamente 50 lonas, 30 cotonias de Levante, 150 varas de pano de Vila do Conde e 8 corjas de cotonias da terra³¹⁵.

Algum material não tinha qualquer tipo de solução de tão mau aprovisionamento que possuía, nomeadamente os corpos de couraças (ferrugentos, em pedaços espalhados pela casa³¹⁶), as cobertas de cavalo (rotas e estilhaçadas, lançadas pela casa³¹⁷) e as espingardas (arremessadas pelo armazém, gastas da ferrugem, sem coronhas, serpes, fechos nem carregadores³¹⁸).

De forma a orientar o trabalho de restauro das armas, o governador mandou erguer duas tendas e contratar dois armeiros (pagando-lhes mil reais a cada um por mês), encarregando-os de limparem e guarnecerem todas as armas aptas para o serviço da guerra³¹⁹. As próprias casas pertencentes ao armazém sofreram uma reestruturação considerável. D. João de Castro seguia o «modo dos allmazens que Sua Allteza tem em Lixboa»³²⁰.

Na casa de baixo (da artilharia), os berços e falcões deficitários foram corrigidos com novas asas, rabos e piães, todos picados e untados d'azeite para prevenir da ferrugem. Enquanto os berços se encontravam erguidos em pé nas paredes, os falcões estavam colocados sobre vigas levantadas do chão³²¹. As câmaras foram picadas e untadas e «postas em remque hũas sobre outras»³²². Na outra casa, as paredes foram forradas de tabuado de modo a serem pendurados em paus os cossoletes e respectivas peças³²³. As lanças e piques foram limpos, endireitados, untados também de azeite e colocados em cabides feitos especialmente para esse efeito³²⁴. Quanto às lonas, cotonias e pano de velas colocou-os em tabernáculos e bancos que mandou fazer de maneira «[...] que se podem arejar per bayxo e per cima»³²⁵.

³¹⁴*Ibidem*, fl. 9r.

³¹⁵*Ibidem*, fl. 9r e v.

³¹⁶*Ibidem*, fl. 6r e v.

³¹⁷*Ibidem*, fl. 8r e v, não obstante terem sido encontradas, posteriormente, algumas vindas do reino, colocadas em cima de um cavalo de pau – fl. 12r.

³¹⁸*Ibidem*, fl. 7v e 8r.

³¹⁹*Ibidem*, fl. 31r e fl. 2v

³²⁰*Ibidem*, fl. 3r.

³²¹*Ibidem*, fl. 12v.

³²²*Ibidem*.

³²³*Ibidem*, fl. 11r.

³²⁴*Ibidem*.

³²⁵*Ibidem*, fl. 31v.

É de todo relevante realçarmos este aparato, pois situa-se no momento que antecede o segundo cerco de Diu, e apresenta-nos o estado do mais importante armazém, situado na principal cidade e fortaleza da Índia Portuguesa. A incúria lusa então existente derivava de anos de falta de organização e de estruturação da guerra, enquanto actividade orientada pela Coroa. A isso somava-se a deficiente preparação dos soldados, que se encontravam agregados aos diversos fidalgos então presentes (responsáveis pela sua alimentação, dando “mesa” aos seus homens) ou que serviam enquanto “independentes”, recebendo os pagamentos da Coroa, e sobrevivendo por sua conta.

Neste sentido, o governador procurou reavivar a estrutura já tentada anteriormente, organizando companhias de homens ditas “à Suíça”. Tentava-se, assim, impor um modelo que permitisse criar um corpo permanente de soldados experimentados, com treino regular e exercícios de ataque e defesa³²⁶. Terá inclusivamente entregue ao seu filho mais novo, D. Fernando, um punhado de homens, com o objectivo de «fazer exercícios de guerra e soíças, pera se costumar e trazer os soldados deçiplinados»³²⁷, praticando até em castelos de madeira construídos para o efeito. Enquanto acto isolado de Castro, este episódio, porque fugaz e sem continuidade (como lhe chama Vitor Rodrigues³²⁸) não marcou definitivamente o sistema português, tendo em conta que foi imediatamente abandonado após a morte do governador, em 1548. As diversas acções desenvolvidas durante a sua governança planeavam operações previamente pensadas e organizadas. Compreendemos esta dimensão, ao observar a sua resposta ao segundo cerco de Diu: não apenas preparou os constantes reforços enviados de Goa, como veremos adiante, mas idealizou um ataque em diversas frentes ao sultanato do Guzerate.

Explicitando melhor, a ideia inicial de D. João de Castro previa um ataque terrestre e marítimo ao Guzerate, ultrapassando o então frequente modelo de ataque anfíbio. Em carta à Câmara de Chaul, datada de 3 de Maio de 1546, o governador apresentava as razões da guerra contra Cambaia, e informava que preparava um ataque às forças do Sultão. A capitania da armada de fustas e de catures seria entregue ao filho,

³²⁶ Cf. Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «A “reformação” das estruturas militares do “Estado da Índia”»..., cit., pp. 142-148 e do mesmo autor – *A evolução da arte da guerra...*, pp. 245-246.

³²⁷ C.D.J.C., p. 9. Na biografia do neto do governador, D. Fernando de Castro especifica que este fizera do filho capitão das ordenanças, informação que apenas é referida nesta fonte tardia – C.V.R.D.J.C., p. 33. Na realidade, seguindo Leonardo Nunes, a entrega de algum comando ao filho devia-se à sua própria inexperiência na guerra, pela sua tenra idade.

³²⁸ *Ibidem*.

D. Álvaro de Castro, e ele próprio ficava responsável por «[...] assentar no lugar de Baçaim com a gente de cavallo que puder recolher»³²⁹. Esclarecia ainda que tencionava «[...] eu por terra e elle por mar hirmos destroindo toda a costa»³³⁰. A proposta de utilização da cavalaria, neste contexto específico, é bem sintomática da mentalidade “medieval” guerreira ainda existente na fidalguia portuguesa, numa época onde a cavalaria já não possuía (em parte) a eficiência então necessária na guerra “moderna” praticada na Europa – todavia, no caso da Província do Norte (e da própria Península Indiana), a cavalaria mantinha um papel preponderante nas guerras locais, afirmando-se como principal ramo das forças armadas³³¹.

Recebendo em Abril as notícias de D. João de Mascarenhas, o governador calculou que as forças de Coge Sofar cercariam Diu durante um curto período de tempo, equacionando mal, naquele momento, a dimensão do cerco. Faltava-lhe também avaliar os meios necessários para a operação, pois encontrava-se dependente das embarcações existentes e, sobretudo, da participação dos portugueses presentes nas diversas fortalezas do “Estado da Índia” – na carta atrás referida, pedia ajuda aos homens de Chaul «[...] porque eu nom saberia entrar em semelhantes empresas sem vossa ajuda e conselho»³³². O auxílio não se fez esperar, e diversas personalidades da fortaleza responderam ao governador, prometendo serviço e o envio de navios e de equídeos³³³. A própria Câmara respondia a Castro que «[...] estamos muito prestes como leaes portugueses com os pes nas estribeiras como se ho ja visemos ir e muito allvoroçados pera o seguirmos com nosas pesoas»³³⁴. Como veremos, o plano do governador não se concretizou por diversos motivos. No entanto, a planificação desta estratégia operativa não deixa de ser relevante, pois traduz a adopção de um modelo militar significativamente organizado.

É obrigatório analisarmos as «lembranças que faço a Vosa Merçe, as quoaes se pratuquão o dia doje em Italya, Framça que são as partes do mundo homde ha arte de guerra estaa mais apurada»³³⁵, documento da autoria do governador e endereçado ao capitão de Diu, datado de meados de Abril de 1546 (poucos dias depois de ter recebido as primeiras notícias da iminência do cerco). Entregue a Mascarenhas por Sebastião

³²⁹ Carta à Câmara de Chaul, O.C.D.J.C., p. 166.

³³⁰ *Ibidem*.

³³¹ *Art of War in Medieval India*, p. 94-104.

³³² *Ibidem*.

³³³ É o caso de Fernão Dias, C.S.L., III, p. 208; Diogo Lopes de Aguião, C.S.L., III, p. 212 e António Fernandes, C.S.L., III, p. 225.

³³⁴ Carta da Câmara para a Castro, C.S.L., III, p. 204.

³³⁵ Original no A.N.T.T., C.S.L., IV, fl. 243-246v, publicado nas O.C.D.J.C., pp. 159-162.

Coelho, o primeiro afirmava a Castro que «[...] trabalharey por [o] compryr todo o tempo que na gerra andar porque não sayndo dele poderey ganhar mays onrras se asy ouver imigos»³³⁶. O conjunto de recomendações indica o conhecimento avançado da arte da guerra por parte de D. João de Castro. À sua participação em algumas operações no Norte de África, bem como à sua experiência na guerra no Atlântico, aliava-se o seu saber humanístico, que lhe permitia conhecer os autores da época clássica, caso de Vegécio e da sua popular obra *Epitoma Re Militaris*.

Encontramos no documento enviado uma série de instruções para a defesa da fortaleza, versando sobre os mais diversos assuntos respeitantes à poliorcética. A primeira advertência visa proibir qualquer saída da fortaleza com vista a um ataque às forças inimigas, pois, além de colocar os sitiados em clara posição de desvantagem (por abandonarem uma posição de força), no caso de Diu «[...] as portas não tem revelyns omde se a gente recolha qouamdo torna do campo pera a fortaleza»³³⁷. Como nota Castro, uma operação fora das muralhas seria apenas eficaz na eventualidade da fortaleza ter mais gente do que aquela que podia alimentar – um ataque justificaria as múltiplas perdas até se atingir o número de homens capaz de serem sustentados. Neste seguimento também recomendava retirar todos os civis da fortaleza, pois não apenas gastavam recursos (como o próprio Vegécio referia no seu tratado³³⁸), mas também porque «[...] os menynos chorão e as molheres carpem se e os velhos dão maos conselhos»³³⁹. Regressando à proibição de sair da fortaleza, era também uma questão de comando, pois a nenhum capitão cercado se concede que ataque, mas tão-somente «guarde sua fortaleza»³⁴⁰. O governador propunha ainda uma rígida organização dos baluartes, sugerindo aí uma divisão equilibrada dos homens de armas – colocando também um contingente no meio da praça, onde «dormyrão vestidos com seu

³³⁶ Carta ao governador de 5 de Maio, *Hist. Quinhentista*, p. 153.

³³⁷ O.C.D.J.C., p. 159.

³³⁸ Diz-nos este autor da antiguidade tardia que «[...] aqueles que, devido à sua idade ou sexo, são inaptos para combater, são frequentemente deixados fora de portas por causa das necessidades de alimentação para que a escassez não aflija os homens armados por meio dos quais as muralhas são defendidas» – Vegécio, p. 343; também Nicolau Maquiavel refere este princípio na sua “Arte da Guerra” – desconhecemos se D. João de Castro conhecia a sua obra, não obstante ser anterior ao cerco de Diu: Nicolau Maquiavel – *A Arte da Guerra*, trad. de David Martelo, Lisboa: Edições Sílabo, 2010, p. 200. Passaremos a referir esta obra apenas como *Arte da Guerra (Maquiavel)*.

³³⁹ O.C.D.J.C., p. 159. Veja-se, por exemplo, o caso do cerco de Lisboa de 1384, onde D. João I expulsou da cidade todos aqueles que não tinham meios financeiros para pagar os elevados preços dos mantimentos – Miguel Gomes Martins – *A vitória do quarto cavaleiro – o cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio, 2005, p. 95.

³⁴⁰ O.C.D.J.C., *Ibidem*.

capitão»³⁴¹, prontos a acorrerem em caso de necessidade. As próprias vigias deveriam estar bem definidas, «pomdo e tirando as escuytas e[m] suas oras devydas»³⁴².

Era também necessário ter em atenção outros aspectos, como a pólvora ou a cisterna. No primeiro caso, a própria dinâmica do cerco obrigava a uma contenção no uso de armas de fogo, pois apenas a chegada de reforços podia reabastecer a fortaleza. O autor da lembrança ainda sustenta que o gasto frequente deste material fazia «pouquo noyo»³⁴³ aos de fora, somente enfraquecendo o armazém dos cercados e colocando em risco a artilharia, que podia rebentar pelo uso, e desperdiçando boas peças em momentos de pouca valia. Quanto à cisterna, a carência de água colocava a sobrevivência dos portugueses em alto risco. Era então necessário poupá-la e, sobretudo, vigiar os seus acessos, para evitar o seu envenenamento com peçonha. Assim, na eminência do cerco era preciso examinar o edifício e «[...]se tem frestas ou portas mamdar lhas tapar e leyxar huuma so serventia»³⁴⁴. Já em plena defesa do forte, e na iminência de um ataque pelos sitiantes, o capitão devia atentar às manobras de diversão, sobretudo nocturnas (quando a noite dificulta a eficácia da artilharia) – seguia, claro, uma vez mais, o conselho do próprio Vegécio³⁴⁵.

No entanto, o documento é, sobretudo, notável pelas diversas referências à artilharia e ao seu uso segundo os mais recentes padrões da época, ou seja, adaptada à fortaleza abaluartada desenvolvida a partir das guerras de Itália (1494-1559). A anterior alusão à falta de revelins em Diu indica o conhecimento do modelo mais recente de construção militar, pois, enquanto novo elemento, substituíam em parte as antigas barbacãs – destinadas, neste caso, à protecção dos baluartes. Sobre as peças de artilharia, Castro recomenda o uso de pedreiros e camelos ou até de falcões encarretados (como peça ligeira) para disparar enquanto se recarregam as outras. Afirma, ainda, que as melhores peças, as ditas grossas, são os leões, as serpes e esperas, pois «[...] servem de pujante e de tiro meudo quoamdo cumpre»³⁴⁶, consoante a própria carga de pólvora utilizada. E, para rentabilizar os seus efeitos, chega a recomendar o uso de lanternas ou rocas, isto é, projecteis constituídos por metralha, como pregos, fragmentos de ferro, balas de chumbo ou pedra, que caíam sobre o inimigo em forma de chuva,

³⁴¹ *Ibidem.*

³⁴² *Ibidem*, p. 160.

³⁴³ *Ibidem.*

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 161.

³⁴⁵ O XXVI ponto do Livro IV é precisamente dedicado a “Que precauções devem ser tomadas para que os inimigos não ocupem furtivamente a muralha» – cf. *Vegécio*, p. 359; Maquiavel, por sua vez, também chamara a atenção para este assunto na sua obra - *Arte da Guerra (Maquiavel)*, p. 203.

³⁴⁶ O.C.D.J.C., p. 161.

aumentando a eficácia dos tiros³⁴⁷. Encontramos as recomendações mais inovadoras no que toca à colocação da artilharia na fortaleza. O governador indica que as peças têm de ser colocadas nos baluartes e não nas muralhas, porque «[...] a que estaa nas cortinas ofemde de rostro e não defemde a muralha, e esta tal ofemsa o dia d’oje não se ouserva, porque não tras nenhum proveyto comsyguo». O principal objectivo era, portanto defender a dita muralha e «que a hum baluarte respomda ao outro»³⁴⁸.

Estamos, claro, na presença do chamado tiro cruzado, emergente nesta época de transição para a guerra “moderna”, onde a “*trace italienne*” começa a imperar³⁴⁹. É ainda dada importância aos bombardeiros, responsáveis pelo armamento pirobalístico pesado, e ao arcabuz; D. João de Castro chega mesmo a conferir-lhe maior peso ao afirmar que todos os soldados em guarnição «serão arcabuzeyros»³⁵⁰, com alardo de quatro em quatro dias para averiguar a existência de pelouros, pólvora e murrões³⁵¹.

O capitão-mor do Oriente Português definia, ainda, diversos aspectos da organização das forças lusas. Quanto à roupa, limitava a dos homens de armas a apenas calças, gibão e coura (veste de couro), ou seja, pouco material e consideravelmente resistente. Além disso, estes eram ainda obrigados a dormirem com o gibão vestido e com a arma pronta para qualquer eventualidade³⁵². Os capitães dos baluartes deviam tomar menagem por escrito, jurando lealdade às ordens do capitão da fortaleza, sobretudo para não abandonarem os seus postos sem autorização prévia³⁵³. No que diz respeito à defesa das muralhas, as instruções identificavam dois tipos de construções internas: em primeiro lugar, a abertura de uma cava por dentro da linha defensiva, maior do que a muralha atacada, isolando a zona e criando uma segunda muralha – tomando como base «[...] a terra da cava pera a bamda da vila pera que faça repayro aos de demtro»³⁵⁴, ou seja, um género de tranqueira com fosso –; a segunda defesa, a ser apenas preferida se a terra cavada fosse de fraca qualidade, previa a simples construção de reparos de vigas e madeira nos locais necessários.

³⁴⁷ *Ibidem*. Veja-se os conceitos em Humberto Leitão e J. Vicente Lopes – *Dicionário da linguagem de marinha antiga*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, pp. 247 e 354.

³⁴⁸ O.C.D.J.C., p. 160 para ambas.

³⁴⁹ Como veremos, a reconstrução da fortaleza de Diu após este cerco criará o primeiro modelo abaluartado do “Estado da Índia”. Sobre as frentes abaluartadas, a sua importância na arquitectura militar e a sua difusão em Portugal e no Império, veja-se os diversos estudos existentes na obra de Rafael Moreira (dir.) – *Portugal no Mundo. História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

³⁵⁰ O.C.D.J.C., p. 160.

³⁵¹ *Ibidem*.

³⁵² *Ibidem*.

³⁵³ *Ibidem*.

³⁵⁴ *Ibidem*, p. 161.

As recomendações do governador pretendiam indicar as linhas gerais de resistência a D. João de Mascarenhas, sobretudo aquelas inovadoras (menos difundidas na guerra portuguesa) e essenciais à defesa da praça. Com um alargado conjunto de instruções, Castro demonstrava não apenas a importância de uma forte organização, como a aplicação dos novos conhecimentos da poliorcética europeia, como é o caso do uso da artilharia. Como ele próprio afirmava, deixava outras questões à consideração do capitão de Diu, homem já experiente nestes domínios, e que tinha também em conta que a própria arte da guerra «[...] he huma arte [que] jamays tem firmeza, nem se acaba de saber, porque de dia em dia e d'ora em ora novas cousas e novos segredos, asi no ofemder como no defemder, descobre e imvemta»³⁵⁵.

Enquanto provia a fortaleza sitiada, o capitão-geral de D. João III encetava também uma tentativa de coligação contra o sultão de Cambaia. Recorrendo ao rei dos Patanes³⁵⁶, inimigo de Mahmud Shah, Castro procurou abrir uma nova frente de combate ao sultanato. Também Mascarenhas, no final do cerco, tentou motivar um inimigo comum ao Guzerate – o rei des Resbutos³⁵⁷. Não obstante a troca de correspondência e de mensageiros, nenhuma destas alianças se concretizou³⁵⁸.

A actuação de D. João de Castro virá a ser fulcral para a resistência dos portugueses nos longos seis meses e meio de cerco. Não apenas tentou robustecer a organização defensiva da fortaleza, como continuou a preparar o seu abastecimento e o envio de reforços (assuntos que analisaremos adiante). Consciente da ameaça guzerate e do peso de Diu no “Estado da Índia”, restava-lhe aguardar que as suas ordens fossem seguidas e que a firmeza dos portugueses sustentasse a resistência num local debilitado pela falta de gentes, de mantimentos e de armamento.

2. Os efectivos

Como referimos anteriormente, a superioridade numérica das forças de Coge Sofar era bem visível face aos poucos homens que D. João de Mascarenhas tinha ao seu dispor. O problema da falta de gentes demonstrou ser uma constante estrutural, não

³⁵⁵ *Ibidem*, pp. 161-162.

³⁵⁶ Nome dado aos povos da actual região do Afeganistão – cf. Sebastião Rodolfo Dalgado – *Glossário Luso-Asiático...*, vol. II, p. 188.

³⁵⁷ Um dos povos guerreiros espalhado pelo sultanato do Guzerate – cf. *Ibidem*, p. 244.

³⁵⁸ Quanto às relações com o rei de Patane, o caso (incluindo as cartas) é narrado em C.D.J.C., pp. 58-79; sobre a tentativa do capitão de Diu, veja-se a carta que escreve a Castro a 25 de Outubro, *Ibidem*, pp. 178-179 e a carta enviada ao rei, *Ibidem*, pp.180-182.

apenas neste momento preciso, mas também ao longo de todo o século XVI e em toda a extensão do Império Português. A demografia aliava-se ao carácter rural da sociedade portuguesa, dificultando seriamente o envio regular de homens de armas para os territórios ultramarinos³⁵⁹. O próprio D. João de Castro, na sua primeira viagem à Índia, em 1538, informa o Infante D. Luís que o “Estado da Índia” podia contar com até seis a sete mil portugueses, mas apenas dois mil aptos a tomar armas³⁶⁰. Estabelecidos os reforços anuais, provenientes da ligação da Carreira da Índia, apenas grandes momentos de tensão justificavam o envio de mais homens do que o usual – veja-se o caso da armada de 1538, comandada pelo vice-rei D. Garcia de Noronha, com cerca de dois mil infantess³⁶¹, em virtude do primeiro cerco à fortaleza de Diu e da presença otomana no Índico, número consideravelmente elevado face às restantes armadas. Não esqueçamos também a própria variação sazonal dos efectivos nas fortalezas, isto é, presentes no Inverno (pela impossibilidade da navegação), mas dispersando no Verão, pelas possibilidades do trato³⁶².

O pagamento do soldo e dos mantimentos dificultava ainda mais a presença e a continuidade dos portugueses na Índia. Como sabemos, na maior parte dos casos, parte do soldo era pago em Lisboa, ao embarcar para o distante Oriente e o restante era entregue posteriormente em Goa, tendo em conta o serviço prestado e as suas condições³⁶³. Algum mantimento era dado no momento do embarque, mas, uma vez em alto mar ou depois de pisar terra na costa indiana, o soldado encontrava-se responsável pelo seu próprio destino. Encontramos ainda, em meados do século XVI, o sistema de “mesas” bem enraizado, isto é, a “obrigação” social e económica da fidalguia constituir o seu próprio séquito de homens de armas, e responsabilizar-se pela sua alimentação³⁶⁴. Claro está, este gesto não apenas traduzia a “magnificência” dos mais nobres, mas procurava também contrair dívida perante a fazenda régia, procurando ser posteriormente compensado pelo gasto e pelo próprio serviço realizado.

No entanto, o sistema não funcionava tão bem quanto a vontade dos fidalgos. Perante o elevado gasto da fazenda régia nestas retribuições, a recompensa podia durar

³⁵⁹ Cf. João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, p. 96-102.

³⁶⁰ Carta ao Infante D. Luís, de 30 de Outubro de 1540 – O.C.D.J.C., p. 30.

³⁶¹ Entre outras fontes, o rol das armadas publicado por Nuno de Castro – *De Bartolomeu Dias a Vasco da Gama e as famosas Armadas da Índia, 1496-1650, por Simão Ferreira Paes*. Lisboa: Civilização Editora, 1997, p. 189.

³⁶² Veja-se esta questão em João Marinho dos Santos – *A Guerra e as guerras...*, p. 213.

³⁶³ Para mais informações, veja-se Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *A organização militar do Estado Português da Índia (1500-1580)*. Lisboa: policopiado, 1990, pp. 30-45.

³⁶⁴ Cf. *Ibidem*, p. 57-59.

anos a chegar (ou até nunca aparecer). Assim se compreende que, em 1545, aproveitando a ida de D. João de Castro para a governação da Índia (homem mais “centralista”), o monarca tenha proibido as “mesas” – Gaspar Correia diz-nos que «[...] quem as quigesse dar fossem de seu dinheiro e propria custa, e que então sem aver esta duvida lhes faria as mercês que lhe merecessem»³⁶⁵. Porém, os meios financeiros começavam a escassear, e a provisão régia era impraticável, sob pena de revolta generalizada dos homens de armas, sem meios para se sustentarem³⁶⁶.

Disso se queixava D. João de Mascarenhas a D. Álvaro de Castro, em Fevereiro de 1546, escassos meses antes do início do segundo cerco, revelando que os mil pardaus que Martim Afonso de Sousa (enquanto governador) lhe dera quando tomou posse da capitania de Diu para sustentar aí a “mesa” da fortaleza, eram manifestamente insuficientes – tinha já gasto mais de quatro mil pardaus, e pedia ao filho do governador para interceder junto do pai para lhe conceder mais dinheiro; afirmava mais que «[...] eu nom tenho mais ordenado del rey noso senhor»³⁶⁷. Sem outros meios, os capitães eram obrigados a recorrer à sua própria fazenda para acalmar os ânimos e sustentar os seus homens.

É, assim, neste difícil contexto de sustentabilidade económica para os homens de armas que o segundo cerco de Diu se inicia. Nas vésperas da operação guzerate, no início de Abril, Mascarenhas informava o filho mais velho do Governador de que não pagava aos seus homens há seis meses, «por aqui não aver dinheiro»³⁶⁸. Tal questão condicionava fortemente a própria presença de soldados. Em carta datada do mesmo dia, mas dirigida a D. João de Castro, o capitão informava-o que não tinha mais de duzentos homens na fortaleza, e todos estes descontentes pela falta de soldo. E quanto a bombardeiros apenas doze, «[...] porque os mais que aquy avião forão se por lhe não pagarem»³⁶⁹. Procuravam novas oportunidades noutros sítios, como em Goa, onde se desenhava um conflito com o Hidalcão e onde a proximidade do centro decisor podia facilitar o pagamento dos montantes devidos³⁷⁰. O capitão de Diu pedira até, no início de Abril, a D. João de Almeida e a António Peçanha que dessem mesa a alguns

³⁶⁵ *Lendas da Índia*, IV, p. 434.

³⁶⁶ Cf. Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *A evolução da arte da guerra...*, p. 243.

³⁶⁷ Carta de 3 de Fevereiro de 1546, C.S.L., III, p. 109.

³⁶⁸ Carta de 6 de Abril de 1546, C.S.L., III, p. 121.

³⁶⁹ Carta ao Governador de 6 de Abril de 1546, O.C.D.J.C., p. 156.

³⁷⁰ Cf. *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 142.

soldados, dissuadindo-os de fugir e convencendo-os a ficar na fortaleza, tendo em conta este pagamento em géneros³⁷¹.

O assédio inicia-se, então, com cerca de duzentos homens comandados por Mascarenhas. Destes, «soo os cemto serão de peleja»³⁷² e, não esqueçamos, motivados quase somente pelo instinto de sobrevivência. Era, claro, um número bem reduzido para a extensão do forte e para a defesa necessária face ao gigante guzerate que se aproximava. Não obstante este número baixo, e contrariando todas as expectativas de Cambaia, o sistema montado pelo capitão de Diu resistiu aos diversos meses de assédio – os múltiplos reforços mostraram ser a peça fulcral na defesa da praça. Assim, o número de soldados variou, não apenas consoante a crescente mortandade, mas também com a chegada de novos indivíduos. A armada de D. Fernando de Castro e de Gregório de Vasconcelos chegou a Diu nos últimos dias de Abril ou início de Maio, com cerca de trezentos reforços (maioria arcabuzeiros)³⁷³. Leonardo Nunes conta-nos que juntamente com as forças já presentes estariam, portanto, cerca de 450 homens, «gente mui fidalgua e cavaleirosa, e de muita confiança, e que todos tiravam muito bem com suas espinguardas, porque todos as tinham»³⁷⁴.

Desta forma, o número de efectivos inicia-se relativamente baixo (rondando a centena), subindo com o reforço do filho mais novo do governador, no final de Abril. Até à chegada de D. Álvaro de Castro, em fins de Agosto, as forças portuguesas concentraram-se em minimizar as baixas, tendo em conta a elevada dificuldade dos reforços em atingir a fortaleza em pleno Inverno. Conhecido este panorama, compreendemos o facto de cada perda representar uma pesada baixa para o sistema defensivo português. Claro está, o fundo humano disponível não permitia valorosas acções defensivas, ao contrário de Coge Sofar, que utilizava os seus soldados e trabalhadores sem tanta preocupação pelas perdas. Vejamos dois casos reveladores desta fragilidade portuguesa: mediante a perda de apenas sete defensores no ataque de grandes proporções às muralhas, no dia de São Tiago (25 de Julho), os sitiados decidiram enterrá-los «[...] com trombetas e folias porque nos parecyá que naquele

³⁷¹ Carta ao governador de 11 de Abril, *Hist. Quinhentista*, pp. 146-147.

³⁷² Carta ao governador de 8 de Abril, *Ibidem*, p. 145; D. João de Mascarenhas repetia esta mesma informação em carta mais curta a D. Álvaro, datada do mesmo dia – *Ibidem*, p. 143. Os diversos relatos confirmam estes números – veja-se as cartas anteriores a D. Álvaro, ao governador, e ao infante D. Luís, (*Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 143). Leonardo Nunes fala-nos em 170 homens de armas – *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 12 e C.D.J.C., p. 32

³⁷³ Veja-se o número apontado por Castro na sua *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 292.

³⁷⁴ C.D.J.C., pp. 45-46.

tempo aprazyão estas ossequyas mais a Deus que respomssos de finados»³⁷⁵; já na explosão do baluarte S. João, no dia de S. Lourenço (10 de Agosto), a perda de cinquenta a sessenta homens³⁷⁶ colocou seriamente em risco a situação lusa – no final desse mês, e antes da chegada dos reforços, Mascarenhas não tinha mais que oitenta soldados sob o seu comando³⁷⁷. Neste caso, à alegria pela fortaleza se manter portuguesa (tendo em conta as pequenas perdas) contrapunha-se a dura realidade do impacto das numerosas mortes em apenas um ataque.

A chegada de D. Álvaro vinha apaziguar o espírito do capitão, colocando cerca de quatrocentos novos homens nas suas mãos³⁷⁸. Podemos evidenciar que aí se inicia uma nova fase do cerco, pois o número de soldados virá a estabilizar (não obstante as perdas inerentes aos combates) pelo fim da época de monções, representando a chegada cada vez mais frequente de reforços. Não deixamos, no entanto, de notar algumas dificuldades sentidas nesse tempo – veja-se o exemplo dos doentes. No final de Setembro e no início de Outubro, D. João de Mascarenhas realça ao governador o elevado número de soldados enfermos na fortaleza: se a 23 do primeiro mês fala em cerca de cem homens (alguns enviados para outras fortalezas portuguesas por falta de galinhas para a recuperação³⁷⁹), já no dia cinco do mês seguinte refere cento e setenta doentes fora dos hospitais, e aproximadamente oitenta «em dous spritais que aquy ordenamos»³⁸⁰. Indicava ainda que a razão deste número crescente era a exaustiva tarefa de vigilância nas muralhas, e que necessitava urgentemente de botica, visto que a que chegara de Chaul mostrava-se insuficiente para as necessidades daquele momento³⁸¹.

Em suma, em comparação com as forças lideradas por Coge Sofar e pelo filho, os efectivos portugueses mostraram-se constantemente baixos, oscilando periodicamente (consoante os reforços), mas mantendo uma desproporção considerável. O autor do *Tratado sobre o Segundo Cerco de Diu* contabiliza cerca de 550 perdas humanas durante os seis longos meses e meio de cerco³⁸². As diversas listas existentes de homens conhecidos mortos durante esta operação apontam umas dezenas de

³⁷⁵ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 147.

³⁷⁶ Cf. *Ibidem*, p. 148 e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 62.

³⁷⁷ Carta ao governador de 28 de Agosto, *Hist. Quinhentista*, p. 161.

³⁷⁸ *Ibidem*.

³⁷⁹ Carta ao governador de 23 de Setembro, *Ibidem*, pp. 165-166.

³⁸⁰ Carta ao governador de 5 de Outubro, *Ibidem*, p. 172. Vasco da Cunha fala em 300 doentes – carta ao governador de 5 de Outubro (erro de datação no final), *Ibidem*, p. 197.

³⁸¹ *Ibidem*.

³⁸² *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 93.

nomes³⁸³. Ao próprio instinto de sobrevivência (inerente numa situação de cerco) juntava-se uma série de elementos fundamentais para a manutenção em alta da moral dos defensores da fortaleza (e que analisaremos posteriormente), como uma ideologia fortemente miraculista e a procura incessante da honra, do proveito, da fama e da glória.

3. A organização dos portugueses

Como vimos anteriormente nas instruções endereçadas a D. João de Mascarenhas, D. João de Castro preconizava que a fortaleza devia manter-se quase unicamente com os soldados, pois mulheres, crianças e idosos deviam ser evacuados para não estorvarem os combates e a respectiva defesa das muralhas e dos baluartes. Todavia, sabemos que este preceito não foi seguido totalmente. O capitão de Diu conta-nos que evacuara os escravos e as crianças que não podiam trabalhar durante o cerco, enviando-as em fustas para Chaul e Baçaim³⁸⁴. Como analisaremos adiante, as mulheres não foram deslocadas (tendo até um papel fulcral na defesa); já quanto aos idosos, não temos quaisquer referências – nem sequer da existência de gente muito envelhecida no forte. Vejamos, portanto, a organização dos portugueses dentro da fortaleza, começando pelos homens de armas e continuando com a presença dos religiosos e de elementos do sexo feminino.

3.1. Os militares

Antes de mais, é necessário observar a dimensão e a estrutura da própria fortaleza de Diu para compreender a distribuição das capitánias dos baluartes. O forte que resiste ao cerco de 1546 demonstra ser fruto da chamada arquitectura militar de transição, entre o castelo medieval e a fortaleza moderna³⁸⁵. Embutido na ponta oriental da ilha de Diu, o forte manteve a configuração triangular do próprio terreno. Rodeada de água a Norte e a Sul (pela barra da cidade e pelo Oceano Índico), a praça necessitava apenas de uma maior defesa material do lado da terra, a Oeste. A reconstrução das

³⁸³ Cf. *Ibidem*, pp. 100-105 e o segundo documento que publicamos no apêndice documental.

³⁸⁴ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 144. Temos, no entanto, algumas fontes que referem a presença de crianças, por exemplo, *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 56.

³⁸⁵ Sobre estes conceitos, vejam-se os estudos de Rafael Moreira – «A arte da guerra no Renascimento» in *Portugal no Mundo. História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, pp. 143-158; Mário Pereira - «Da torre ao baluarte» in Francisco Faria Paulino (coord.) – *A arquitectura militar na expansão portuguesa*. Lisboa: CNCDP, 1994, pp. 35-42; André Teixeira – *Fortalezas do Estado Português da Índia. Arquitectura militar na construção do Império de D. Manuel I*. Lisboa: Tribuna da História, 2008, pp. 183-191.

muralhas, após o primeiro cerco de 1538, e as diversas obras no tempo entre cercos (especialmente durante a capitania de Manuel de Sousa de Sepúlveda) criaram a estrutura que Mascarenhas virá a defender³⁸⁶.

A muralha principal possuía cerca de cinco baluartes ou torres, a distâncias irregulares uns dos outros: do lado do rio ao do mar, tínhamos o baluarte de S. Tiago, a torre nova sobre a porta velha, o baluarte S. João, o baluarte S. Tomé e a torre de S. Tiago. Dois deles mantinham-se desde a construção da primeira fortaleza, em 1535 (baluarte de São Tiago e de São Tomé), enquanto outros constituíam construções posteriores, e algumas delas até recentes – é o caso da torre nova (erguida por ordem de Manuel de Sousa de Sepúlveda) ou do baluarte S. João (construído sobre um pedaço da antiga cava). Saindo desta frente, encontramos ainda o baluarte S. Jorge (configurando a porta nova, do lado do rio) e a couraça nova ou pequena (um tipo de doca seca, também do lado do rio), bem como a couraça velha ou grande (na ponta da fortaleza)³⁸⁷. Todos estes elementos encontram-se representados no desenho de Diu atribuído a Gaspar Correia e inserto no terceiro volume das suas *Lendas da Índia* – se o interior da fortaleza se encontra nitidamente exagerado, já a configuração das muralhas parece-nos estar em consonância com as fontes quinhentistas³⁸⁸.

Esta vasta extensão de muralha não facilitava a tarefa de D. João de Mascarenhas, pois apenas dispersava os homens pelos baluartes e pelos diversos muros. Se o governador indicava o tiro cruzado como o melhor para a defesa dos sitiados, Sebastião Coelho informava-o que a própria construção dificultava seriamente este objectivo. Nas suas palavras (de especialista militar) diz: «perdoe Deus a quem fez nesta frontarya cynco baluartes em tão pouco espaço que nhum se ajuda hum a outro e naquele lanço bastavam dous, e a artelharya que respondera de hum a outro e nam

³⁸⁶ Veja-se a nossa reconstrução hipotética da fortaleza no mapa II (desdobrável) dos anexos.

³⁸⁷ Sobre esta reconstituição da fortaleza em 1546, veja-se as diversas fontes respeitantes ao cerco: *Lendas da Índia*, IV, pp. 424 e 467-468; *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, pp. 144-145; *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 15; ou ainda alguns estudos relevantes sobre Diu, como a mais recente entrada na obra de José Mattoso (dir.) – *Património de Origem Portuguesa no Mundo. Arquitectura e Urbanismo*, vol. III: Walter Rossa (coord.) – *Ásia, Oceânia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 121-125. Sobre a evolução das estruturas defensivas de Diu: Joaquim Rodrigues dos Santos e Sidh Losa Mendiratta - «Sistemas defensivos das Ilhas de Tiswadi e Diu. Ocupação e fortificação de dois territórios insulares da Índia portuguesa (Séc. XVI-XVIII)», *Arquitextos* [Em linha], 12.143, Vitruvius (Abril 2012), consultado 07.IX.2012, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.143/4323>, e dos mesmos autores “«...A melhor cousa que Vossa Alteza tem nestas partes». Representações das cidades da província do norte do Estado da Índia (séculos xvi - xviii)”, *IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica* [Em linha], consultado 07.IX.2012, disponível em <http://eventos.lettras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/29.pdf>.

³⁸⁸ Atribuímos-lhe a suposta autoria do desenho por existir a probabilidade de este ter recorrido a um artista indiano ou de ascendência portuguesa – cf. José Manuel Garcia – *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia – séculos XVI e XVII*. Lisboa: Quidnovi, 2009, pp. 12-14.

dereyta às suas mesmas estanceas que bem pouco tempo a podem cegar»³⁸⁹. Como observámos, o posicionamento dos baluartes e das torres não proporcionava uma defesa segundo os mais recentes preceitos da guerra moderna – a própria existência de baluartes redondos criava ângulos mortos, dificilmente protegidos pelas outras defesas.

O capitão de Diu não tinha outra solução a não ser colocar uma pequena guarnição responsável por cada baluarte e respectivos muros. Assim, em pleno mês de Abril, perante a iminência do cerco, Mascarenhas terá entregue a cada capitão cerca de vinte a trinta homens em cada baluarte³⁹⁰.

| Capitania | Capitão |
|--------------------------|---------------------|
| Baluarte S. Jorge | António Peçanha |
| Baluarte S. Tiago | D. João de Almeida |
| Torre Nova sobre a porta | António Freire |
| Baluarte S. João | Gil Coutinho |
| Baluarte S. Tomé | Luís de Sousa |
| Torre de S. Tiago | Afonso de Bonifácio |
| Couraça Nova ou pequena | João de Venezeanos |
| Couraça Velha ou grande | António Rodrigues |

Estas capitánias foram sendo alteradas pontualmente ao longo do cerco por diversos motivos. Exemplifiquemos: a construção de um cubelo no lanço de muro entre os baluartes S. João e S. Tomé, por volta de meados de Junho, com capacidade para quarenta espingardeiros, levou à atribuição deste novo elemento a António Peçanha. Deixando então o baluarte S. Jorge, este ficou sob a responsabilidade de João de Venezeanos, cuja vigilância se repartia sobre este local e sobre a couraça nova³⁹¹. Ao mesmo tempo, o capitão de Diu mandou António Rodrigues juntar-se ao baluarte S. João, onde já se encontrava D. Fernando de Castro – deixava, conseqüentemente, a couraça velha sem um contingente próprio. Tal opção parece-nos reveladora de uma reestruturação estratégica das defesas da fortaleza. Tendo visto os meios e o potencial das forças guzerates, Mascarenhas terá optado por concentrar os soldados na frente de

³⁸⁹ Carta de 4 de Maio de 1546, *Hist. Quinhentista*, p. 185.

³⁹⁰ Para esta divisão, cf. carta de *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, pp. 144-145 e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 15.

³⁹¹ Cf. *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 145 e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 38.

batalha, isto é, nas muralhas frente à cidade, onde os principais combates se deviam desenrolar.

Noutros casos, as capitánias eram revistas e fortalecidas aquando da chegada de novos reforços. Assim, terá sido com a chegada do filho mais novo do governador, que terá sido integrado na defesa de S. João, juntamente com outros fidalgos aí chegados; simultaneamente, outros homens eram agregados a S. Tomé, o mais imponente baluarte da fortaleza naquele tempo³⁹². Já no final de Agosto, com a chegada de D. Álvaro de Castro, a defesa terá sido novamente revista, graças ao *sangue novo* que chegara. Neste caso, a tranqueira construída no lugar do baluarte S. João (que rebentara anteriormente com uma mina) ficava sob o seu comando, e os homens de D. Francisco de Menezes eram espalhados pelo baluarte S. Tomé e pelo lanço de muro que aí corria até à torre de S. Tiago³⁹³.

Responsáveis pela constante vigilância nas muralhas, os homens de armas encontravam-se afectos aos seus capitães. Acreditamos que D. João de Mascarenhas tenha seguido, de alguma forma, as recomendações de guerra do Governador, e imposto turnos regulares para cada baluarte, mas nenhuma informação concreta e explicativa nos chegou sobre este assunto. Tal é perceptível, por exemplo, na correspondência entre D. Fernando e D. Álvaro e o pai, ao descreverem as condições do cerco e as suas pousadas nas casas dadas para o efeito³⁹⁴, ou no caso deste último, quando afirma que mantém a sua estância de descanso na própria tranqueira³⁹⁵.

O capitão de Diu e o governador do “Estado da Índia” conheciam bem o perigo que a queda da fortaleza representava. Apenas uma rigorosa organização dos militares podia permitir uma defesa eficiente das muralhas, não obstante os poucos meios humanos disponíveis face ao inimigo. Perante o que acabamos de mostrar, podemos até afirmar que estes dois homens experimentados na guerra já acreditavam naquilo que o Pe. Fernando Oliveira preconizará na sua *Arte da Guerra no Mar*, de 1555: «mays val’ a ordenança que a multidam»³⁹⁶.

³⁹² Cf. *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 22 e C.D.J.C., p. 46.

³⁹³ *Ibidem*, p. 98 e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 73.

³⁹⁴ Cf., por exemplo, a carta de D. Fernando de 5 de Maio, A.N.T.T., C.S.L., IV, fls. 161-167v, que publicamos no apêndice documental da presente dissertação.

³⁹⁵ Cf. carta de 16 de Setembro, *Hist. Quinhentista*, p. 136.

³⁹⁶ Fernando Oliveira – *Arte da Guerra no Mar...*, p. 133. Vejamos que esta máxima não é mais do que a actualização (e aportuguesamento) daquilo que Vegécio dissera anteriormente - «A coragem ajuda mais do que o número» (*Vegécio*, p. 327) e que já Maquiavel também adaptara na sua obra: «Vale mais a virtude dos soldados do que o seu número» - *Arte da Guerra (Maquiavel)*, p. 211.

3.2. Os religiosos

Enquanto processo religioso (não esqueçamos o ideal cruzadístico presente na expedição a Ceuta, de 1415, bem como o próprio ideal imperial manuelino e o seu plano de acção contra o Império Mameluco), a expansão portuguesa procurou difundir e defender a fé cristã por todos os pontos da sua vasta rede. A erecção da diocese de Goa, em 1533, reforçou a presença do clero (regular e secular) nos territórios ultramarinos orientais, centralizando a sua administração na (então já) cidade primaz do “Estado da Índia”. Estes homens de fé, não apenas disseminavam os ensinamentos da Igreja, como também zelavam pela ordem moral e possuíam um papel ideológico de extrema importância.

Efectivamente, a empresa portuguesa no Oriente detinha um forte pendor miraculista por todos os feitos conseguidos em relativamente pouco tempo e com recursos tão escassos³⁹⁷. Protegidos pela vontade divina, os portugueses acreditavam ter uma superioridade considerável contra qualquer inimigo. Nesse sentido, os religiosos actuavam ao nível moral e espiritual, oferecendo a sustentação ideológica necessária à prossecução dos planos da Coroa (ou da acção do Vice-rei/Governador presente)³⁹⁸. O segundo cerco de Diu não é excepção à regra, e possui alguns exemplos relevantes deste papel ideológico dos clérigos portugueses presentes na Índia portuguesa.

Porém, é preciso observar primeiro a existência destes homens na fortaleza em análise. Sendo um forte de dimensão razoável, e estando (nessa época) a cidade ainda em mãos guzerates (e não totalmente portuguesas), cinco padres asseguravam as necessidades religiosas do dia-a-dia. Eram eles os padres João Coelho (vigário da fortaleza), Álvaro Menezes, Lopo Vaz, Fernão Luís e Tomé Gonçalves³⁹⁹. Quanto ao vigário em si, serviu por duas vezes de mensageiro: a primeira vez no início do cerco, viajando até Goa para informar o governador do sucedido⁴⁰⁰; na segunda vez, em Julho, terá ido até Baçaim pedir reforços urgentes ao capitão da fortaleza, D. Jerónimo de Noronha, e entregar cartas urgentes para Goa, descrevendo o estado do cerco⁴⁰¹.

³⁹⁷ Sobre este assunto, veja-se João Marinho dos Santos – «O papel fundamental da ideologia» in *A guerra e as guerras...*, cit., pp. 109-118.

³⁹⁸ Desenvolveremos no ponto 7.1 deste capítulo a questão dos valores centrais e da ideologia.

³⁹⁹ Os nomes dos cinco clérigos são-nos dados pelo testemunho de Gaspar Vaz, provedor da Misericórdia de Diu, na devassa que abordaremos a seguir – António da Silva Rego – «Clérigos no Cerco de Diu» in *Documentação para a história das missões do padroado português do Oriente. Índia*, vol. III, 1543-1547. Lisboa: Fundação Oriente e C.N.C.D.P, 1992, p. 469. Os dois últimos padres morreram durante o cerco, vítimas colaterais dos combates.

⁴⁰⁰ Carta de Mascarenhas ao governador de 8 de Abril, *Hist. Quinhentista*, p. 144.

⁴⁰¹ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 146.

Da vertente, diremos, proselitista e miraculista, realçamos dois episódios fulcrais ocorridos durante o cerco guzerate. O primeiro reporta-se a Agosto de 1546, no dia da explosão do baluarte S. João; tendo rebentado esse posto avançado, só restava aos portugueses aguentarem aí o ímpeto guzerate, enquanto o capitão ordenava rapidamente a construção de uma tranqueira com o material existente no local. Ora, a vaga de atacantes só conseguiu ser estancada a partir de uma forte resistência e da acção de um clérigo que, carregando uma cruz se dirigiu para o local de combate e incentivou os portugueses a lutarem, dizendo que «[...] morressem pela fee de Christo, que aly vião crucificado», sem esquecer que «[...] morrião martires e bem aventurados e sem pagarem culpa nem padecerem pena, avião de ir ao paraiso»⁴⁰². Inspirados por este discurso moralizador, a tranqueira foi rapidamente construída, e a explosão do baluarte não surtiu o efeito esperado.

O segundo evento refere-se à própria batalha do segundo cerco, a 10 de Novembro de 1546. No meio do combate, encontramos presente, a acompanhar D. João de Castro, Frei António do Casal, custódio de S. Francisco, «com hum crucifixo nas maaos pera esforço dos cavaleyros»⁴⁰³. Também aqui o papel deste religioso era ideológico: não apenas dava alento aos da sua companhia como dinamizava toda a acção à sua volta, com um discurso proselitista e miraculista. A meio da luta, uma pedra terá acertado num braço da figura de Cristo, quebrando-o imediatamente; coincidentemente, tal momento sucedeu no instante em que as forças de Rumeção começaram a recuar – Leonardo Nunes viu nisso, claro, um sinal divino⁴⁰⁴.

Não descuremos o papel da ideologia na defesa, pois, pelos exemplos dados – em momentos decisivos do cerco – a coragem portuguesa foi sustentada pela fé e pela crença na guerra justa e lícita contra o infiel muçulmano, protegendo uma praça cristã e do rei de Portugal.

No entanto, é-nos possível reconstituir alguns comportamentos e condutas quanto a estes mesmos clérigos. De facto, motivado por diversas queixas recebidas após o cerco, o governador mandou averiguar do comportamento dos clérigos durante o assédio à fortaleza de Diu⁴⁰⁵. Os resultados dos interrogatórios a dezasseis testemunhas,

⁴⁰² *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 63. Somente Diogo do Couto e D. Fernando de Castro o identificam como sendo o vigário da fortaleza, o Pe. João Coelho – *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 164 e C.V.R.D.J.C., p. 240.

⁴⁰³ C.D.J.C., p. 125; veja-se também, por exemplo, a *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 303.

⁴⁰⁴ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 89.

⁴⁰⁵ Veja-se a queixa ao rei, em carta de 1547, não datada – O.C.D.J.C. p. 570. A dita devassa encontra-se no A.N.T.T., *Colecção de S. Lourenço*, Liv. V, fls. 53-76; outra cópia autêntica em péssimo estado de

que conviveram de perto com estes membros da Igreja durante o cerco, mostram-nos alguns aspectos relevantes da actuação destes homens, entre Abril e Novembro de 1546. A devassa “desmascara”, sobretudo, vários assuntos pouco edificantes, e que contrariam totalmente a caridade e a castidade cristã apregoada⁴⁰⁶.

A castidade dos clérigos é um dos temas abordados nesta fonte quinhentista. Como se comprova pelos vários testemunhos directos, os religiosos de Diu viviam «sem nenhum temor de Deus, nem vergonha do mundo»⁴⁰⁷, amancebados, e em alguns casos já com filhas casadas. Sabendo nós ser esta uma prática comum na época – não sendo, claro, autorizado oficialmente – estes homens de fé residiam e comungavam do mesmo tipo de vida que o leigo. D. João de Castro mostrava ser totalmente avesso a este tipo de comportamentos, desviantes da norma cristã. Em carta ao filho mais velho, de Outubro de 1546, queixava-se violentamente da presença dos religiosos no “Estado da Índia”. Documentemos: «[...] e merda pera mestre Dioguo e pera quoantos apóstolos vem de Purtugal, [...] e eles são grandes ipocritas, que querem aver bispados pera darem remda a seus filhos e terem mancebas gordas»⁴⁰⁸.

Uma das questões levantadas diz respeito aos enterros dos soldados mortos durante o cerco. Ao que consta, os clérigos apenas autorizavam o enterro em solo sagrado mediante o pagamento da cova, qualquer que fosse o estatuto do indivíduo – punham em causa o sepultamento dos pobres, mortos em combate e sem meios para poderem pagar o serviço⁴⁰⁹. No caso de um lascarim, que nos seus últimos momentos pediu a conversão à fé cristã, o vigário nem sequer respondeu ao pedido de baptismo e extrema-unção no último momento de vida do soldado. Recusou posteriormente enterrá-lo no adro da igreja, recomendando que «[...] abastava lançarem-no no mar que tambem hera sagrado»⁴¹⁰.

conservação (que se julgava perdida) foi encontrada pelo Dr. Pedro Pinto no mesmo arquivo, a quem muito agradecemos a informação – A.N.T.T., *Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa*, Maço 1637, Caixa 1641. O primeiro documento foi publicado por Silva Rego no volume anteriormente referido: António da Silva Rego – «Clérigos no Cerco de Diu» in *Documentação para a história das missões...*, p. 455-489 – este documento será doravante citado apenas como *Devassa dos clérigos*. Luís de Albuquerque analisou profundamente o documento, confrontando-o com todos os dados conhecidos, num estudo por vezes esquecido: Luís de Albuquerque – «O inquerito aos clérigos de Diu» in *Alguns casos da Índia Portuguesa no tempo de D. João de Castro - I*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, pp. 105-149.

⁴⁰⁶ Tentaremos apenas abordar alguns aspectos, sem nos deter demasiado na devassa, visto que o estudo de Luís de Albuquerque fornece uma visão rigorosa e completa do caso.

⁴⁰⁷ *Devassa dos clérigos*, p. 457.

⁴⁰⁸ Carta a D. Álvaro de Castro, O.C.D.J.C., p. 248.

⁴⁰⁹ Cf. *Devassa dos clérigos*, p. 456.

⁴¹⁰ Testemunho de Miguel Rodrigues, *Devassa dos clérigos*, p. 464.

Privados desta necessidade religiosa, Gaspar Vaz, provedor da Misericórdia, começou a lançar os corpos numa cisterna que existia perto da igreja, passando depois a sepultá-los na couraça grande, sem qualquer bênção cristã⁴¹¹. Desta forma, os mortos acumulavam-se, sem serem sepultados, aguardando alguma solução ou que alguém resolvesse pagar o montante exigido⁴¹². Fernão Roiz chega a contar que «[...] acontecia estarem os corpos mortos na casa da Misericórdia todo hum dia, sem os quererem enterrar, nem abrir-lhe a cova, por não terem por honde pagar»⁴¹³. Num caso específico de um certo pobre morto durante o cerco e sem possibilidades económicas, as mulheres da fortaleza juntaram a soma necessária para oferecer ao corpo uma sepultura condigna⁴¹⁴.

Inteiramente ligada a esta questão está o pagamento de missas pela alma do defunto. Os testemunhos recolhidos indicam que também neste assunto o vigário terá usado da sua posição social para beneficiar por conta própria. Tendo, por diversas vezes, recebido alguns montantes deixados em testamento para celebração de missas e trintários, o dito clérigo «as não dezia [...] nem se disseram qua trintairos em todo ho tempo do cerco»⁴¹⁵. Alguns chegavam mesmo a afirmar que, na sua segunda saída, em direcção a Baçaim, o eclesiástico terá levado o «dinheiro dos defuntos»⁴¹⁶, de forma a deixá-lo num sítio seguro, caso a fortaleza caísse em mãos guzerates. O documento revela-nos ainda que o mesmo padre terá tomado para si algumas esmolas deixadas pelos defuntos para o hospital (como por exemplo galinhas), para posteriormente as vender aos soldados e ao próprio hospital⁴¹⁷. Algumas acusações revelam ainda a predisposição do Pe. João Coelho para o comércio, indicando que este possuía alguns navios e que tratava com muçulmanos e gentios – algo expressamente proibido para alguém da sua posição⁴¹⁸.

Contudo, a devassa aborda também um episódio crucial do cerco: a saída da fortaleza, no dia 2 de Setembro, tentando quebrar o cerco ou infligir algumas baixas consideráveis às forças guzerates. A chegada dos reforços da armada de D. Álvaro de

⁴¹¹ Leonardo Nunes relata apenas o facto de se enterrarem em cisternas, mas sem apresentar o problema dos clérigos, justificando-se pelo elevado número de perdas – C.D.J.C., p. 91.

⁴¹² Nada nos indica que houvesse algum objectivo psicológico nesta questão (isto é, tentando incentivar os portugueses).

⁴¹³ *Devassa aos clérigos*, p. 476.

⁴¹⁴ *Ibidem*.

⁴¹⁵ Testemunho de Vasco Pires, *Ibidem*, p. 471.

⁴¹⁶ Testemunho de Bastião Teixeira, *Ibidem*, p. 462.

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 456. Encontramos, ao longo dos depoimentos, o exemplo de Vasco Pires que terá tentado comprar pão ao vigário para sustento do hospital da misericórdia.

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 457.

Castro, nos últimos dias do mês de Agosto, veio não apenas apaziguar as parcas defesas então existentes, mas também levantar alguma contestação face à estratégia adoptada pelo capitão da fortaleza. Estando já o assédio a decorrer há cerca de quatro meses, estes inexperientes soldados viam ali uma oportunidade de engrandecer os seus feitos, através de uma surtida. Todavia, vimos anteriormente que as recomendações do Governador proibiam explicitamente este tipo de operações. Neste sentido, D. João de Mascarenhas insurgiu-se imediatamente contra essa ideia, bem como o próprio filho do governador e outros capitães (como Sebastião Coelho)⁴¹⁹. As brandas palavras do capitão acalmaram, numa primeira fase, estes revoltados, diminuindo assim o tom das reivindicações. Já num segundo momento, poucos dias depois, a rebelião tomou novas proporções, ameaçando sair sem qualquer autorização superior.

O que parece ser, à primeira vista, uma acção inesperada dos homens de armas pouco experimentados na poliorcética oriental, foi, na verdade, estimulada ideologicamente pelo vigário da fortaleza. Não obstante nenhuma carta trocada com o Governador apontar a culpa ao Pe. João Coelho, a devassa é bem clara neste assunto. Sebastião Coelho, homem com um conhecimento superior da arte da guerra, afirmava que o religioso pregava que «[...] hera muito grande vergonha e judaria» não sair da fortaleza⁴²⁰; tendo-o confrontado com essa mesma questão, este capitão português ter-lhe-á respondido que «[...] faria melhor de se hyr para a igreja, e que nela rezasse e provocasse hos homens a se confesarem e se arrependerem de seus pecados, e que fizesse processões e o hencomendase a Deus, e que deyxasehas cousas da guerra para quem hahavya de fazer, e para quem as entendia»⁴²¹. Pelo mesmo testemunho (corroborado por outros depoimentos), o vigário juntara os soldados e incitava que «[...] quebrasem as portas e saiem fora», chegando até a revindicar um carpinteiro, para esculpir um capitão em madeira, ou um pedreiro para fazer um de barro, visto que Mascarenhas não tomava a opinião deles em conta⁴²².

Nas palavras do próprio capitão de Diu, a revolta era tão generalizada «que me foy forçado [...] faze-la vomtade de todos»⁴²³. A surtida não teve os efeitos desejados e a opinião do governador e do próprio responsável pela fortaleza demonstrou fazer todo o sentido, pois a investida portuguesa foi rapidamente sustida pelos homens de

⁴¹⁹ Veja-se o episódio narrado pelo capitão, na sua *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 149.

⁴²⁰ *Devassa dos clérigos*, p. 486.

⁴²¹ *Ibidem*.

⁴²² *Ibidem*, p. 488.

⁴²³ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 149.

Cambaia. A operação demonstrou ser um falhanço, sobretudo pelas perdas humanas, onde se incluíram os capitães D. Francisco de Menezes (irmão do capitão de Baçaim) e D. João de Almeida, juntamente com uma dezena de outros mortos, e mais de setenta feridos, nomeadamente o próprio D. Álvaro de Castro, atingido por uma pedra que lhe rachou o capacete⁴²⁴.

Não cabe aqui discutir o desenrolar da devassa, sobretudo o seu impacto. Basta esclarecer que, após alguma correspondência trocada entre D. João de Castro e o bispo D. João de Albuquerque, o vigário de Diu acabou preso em Goa, onde o responsável pela Igreja garantiu que «[...] elle da cadea pagara todo ho dinheiro que tem levado»⁴²⁵.

O único acto de assistência por parte de um religioso, de que temos referência documental, é da responsabilidade de Frei Paulo de Santarém, enviado para Diu juntamente com Vasco da Cunha, em Setembro, depois do reforço de D. Álvaro. Em carta ao governador, datada de 30 de Setembro, informava que servia de «enfermeiro» juntamente com o filho mais velho de Castro e, pela manhã, após rezarem na igreja, consolavam os doentes nas suas casas e no hospital⁴²⁶.

Interessa ter em conta uma dupla actuação dos religiosos de Diu durante o cerco de 1546. Se, por um lado, eram agentes da ideologia central, por outro, regista-se a actuação pouco responsável de alguns elementos, levantando grandes protestos e clamores pela conduta desenquadrada dos seus estatutos⁴²⁷, podendo ter tido efeitos perniciosos no estado psicológico dos sitiados.

3.3. As mulheres

Como mencionámos anteriormente, dentro dos poucos civis presentes na fortaleza ao tempo do cerco, as mulheres destacaram-se pelo seu importante papel. As crónicas – e apenas este tipo de fontes aludem e enaltecem o seu papel – são claras ao mencionar que os elementos do sexo feminino se organizaram para auxiliar a defesa de Diu. Diogo do Couto chega a referir este grupo como o “esquadrão feminino”⁴²⁸. Leonardo Nunes evidencia a acção de quatro matronas: Isabel Madeira (mulher do cirurgião Mestre João), Gracia Roiz (esposa de Rui Freire), Catarina Lopes (cônjuge de

⁴²⁴ *Ibidem*.

⁴²⁵ Carta do bispo de Goa ao governador, de 21 de Fevereiro de 1547, *Documentação para a história das missões...*, p. 494. Para todo o processo que se seguiu, veja-se o estudo já mencionado de Luís de Albuquerque.

⁴²⁶ Carta ao governador, *Hist. Quinhentista*, p. 220.

⁴²⁷ Não consideramos aqui a actuação de Frei Paulo de Santarém por ser o único caso conhecido, e por se tratar de um membro do clero externo à fortaleza.

⁴²⁸ *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 164.

António Gil) e Isabel Dias (mulher do feitor Gaspar Roiz)⁴²⁹. Couto adiciona ainda Isabel Fernandes, conhecida posteriormente como a velha de Diu⁴³⁰ e afirma que Isabel Madeira terá sido eleita como «capitosa de todas»⁴³¹.

Estando, portanto, minimamente organizadas, estas mulheres partilharam as dificuldades dos homens de armas ao longo do cerco. Encontramo-las nitidamente a desempenhar cerca de quatro funções: primeiramente, a fornecer um valioso apoio logístico; em segundo, a lutar corpo-a-corpo contra os guzerates, nas muralhas; em terceiro lugar, a amparar os feridos e a ajudar nos seus tratamentos; e, por fim, como agentes de motivação ao combate

O auxílio em plena batalha mostrou ser uma peça fulcral para a defesa portuguesa. O autor da sexta década da *Ásia* diz-nos que ficavam os homens “desaliviados” das tarefas logísticas, dedicando-se mais veementemente à defesa das muralhas⁴³². Concretamente, forneciam aos soldados algum armamento (como as painelas de pólvora) e tratavam de lhes «aguoa os pes» com grandes recipientes de água «[...] pera que nam abrasase o fogo das panellas da polvora dos mouros»⁴³³. Repartidas pelos baluartes, algumas delas retiravam os mortos e os feridos das muralhas para não estorvarem aos resistentes⁴³⁴. O mesmo “esquadrão” responsabilizava-se também por acarretar pedra e terra para o fortalecimento das ameias e dos muros, participando na construção das tranqueiras. Alimentavam ainda os soldados nas vigias, como Isabel Fernandes que lhe oferecia bolos de açúcar e doces – esse pequeno mantimento forneceria a energia suficiente para reanimar os homens enfraquecidos pela falta de provisões⁴³⁵.

Encontramos algumas pequenas descrições de mulheres que, pela falta de homens de armas, pegando em pequenas armas (como chuças) ou em «trajo d’homens» completos, lutavam lado a lado com os soldados, defendendo directamente a fortaleza com a sua força⁴³⁶. É-nos também dito, que mesmo feridas pelos projecteis pirobalísticos ou pelas setas perdidas, continuavam incessantemente a apoiar os

⁴²⁹ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 49.

⁴³⁰ *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 89. Atenemos que Isabel Fernandes não é referida por nenhum testemunho presencial do cerco, como Leonardo Nunes.

⁴³¹ *Ibidem*.

⁴³² *Ibidem*.

⁴³³ C.D.J.C., p. 87.

⁴³⁴ *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 119.

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 108. A crónica especifica que por vezes chegava a meter directamente o doce na boca do soldado, «por não desocuparem as mãos que estavam ofendendo aos inimigos» - p. 119.

⁴³⁶ *Lendas da Índia*, p. 490 e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 48.

combatentes. E quanto aos enfermos, sabemos que tratavam deles, quer no próprio momento do ferimento, nas muralhas, quer depois de socorridos pelo físico da fortaleza⁴³⁷.

As referências ao papel ideológico deste grupo são escassas. Apenas algumas fontes narrativas referem alguns discursos de Isabel Fernandes, em momentos de grandes combates⁴³⁸ - no entanto, nada nos impede de acreditar que não tenham existido, tendo em conta que se enquadram perfeitamente no quotidiano militar do cerco. O discurso incentivador aproxima-se daquele atribuído aos clérigos da fortaleza, ou seja, apelando à supremacia da fé cristã perante o inimigo muçulmano, e crendo na recompensa divina pelos feitos de guerra. Mesmo poucas, as palavras serviam sempre para sustentar moralmente a defesa. O ideológico servia também aqui o seu propósito, pela voz de quem apoiava os combatentes.

Encontramos, desta forma, traçado o modelo de mulher “virtuosa” – dedicada à fé e à defesa da fortaleza, através da ajuda fornecida e do sacrifício feito a bem do “Estado da Índia” e, em última análise, a serviço do rei. Nunes estabelece até um paradigma com Isabel Madeira que, pela morte do marido na construção da tranqueira no lugar do baluarte S. João, guardou para si o luto e as emoções próprias do triste acontecimento e, feito o enterro, regressou prontamente aos trabalhos, pela grande necessidade que a fortaleza possuía disso⁴³⁹. Também a renúncia pelos bens demonstrava o espírito de sacrifício. É o caso das mulheres de Chaul que, em pleno cerco, ofereceram as suas jóias ao Governador, para custear as armadas e os reforços para Diu⁴⁴⁰. A mesma postura teve Catarina de Sousa: sabendo do acto das mulheres daquela fortaleza a Norte de Goa, ofereceu as suas jóias para sustento da guerra⁴⁴¹.

Os elementos do sexo feminino desempenharam um papel basilar neste cerco, particularmente no que toca ao apoio logístico. Através do trabalho contínuo, estas mulheres contrabalançaram a desproporção das forças em confronto, garantindo a mão-de-obra essencial ao sistema defensivo organizado por D. João de Mascarenhas. Se, nas suas recomendações, D. João de Castro as achava dispensáveis, as circunstâncias deste assédio mostraram que a presença das mulheres aligeirou a carga de trabalhos e de

⁴³⁷ Cf., por exemplo, a referência dos feridos retirados do combate e levados para a casa do físico – *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 119

⁴³⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 108, 164 e 180. Parte destes episódios são também narrados por D. Fernando de Castro na sua C.V.R.D.J.C.

⁴³⁹ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 65.

⁴⁴⁰ Carta da Câmara de Chaul ao governador, C.S.L., III, p. 203.

⁴⁴¹ Veja-se o episódio narrado na C.V.R.D.J.C., pp. 204-205.

preocupações do comando local (e dos soldados), revelando ser um factor decisivo na defesa da fortaleza.

4. A logística

Conceito relativamente recente (séculos XIX/XX), a *logística* necessita de ser explicada e compreendida enquanto conceito operativo e adaptado ao contexto da guerra e das guerras portuguesas quinhentistas. Etimologicamente, a palavra deriva do grego *logisteuo*, que significa “administrar”⁴⁴². Na prática, a logística encontra-se intimamente ligada à administração militar, pois concorre para fornecer e manter os meios necessários à guerra. Éric Muraise define-a como sendo a arte de mover e sustentar as tropas segundo as exigências tácticas e estratégicas⁴⁴³. Outros afirmam ainda que procura «assegurar às forças armadas a satisfação das suas necessidades materiais na quantidade, qualidade, momento e lugar adequados»⁴⁴⁴. É preciso, porém, destringir a logística de alto nível (compreendida num âmbito nacional) face a uma logística casuística (decorrente de uma guerra ou conflito específico), tendo em conta a envolvência de escalas de acção diferentes. Podem ainda ser considerados três domínios deste assunto: o sustento (organização dos mantimentos, transportes, etc.), o serviço do pessoal (gestão administrativa, judicial, postal e até apoio psicológico) e o serviço sanitário (evacuação, hospitalização e higiene)⁴⁴⁵. Tenhamos, no entanto, presente que tudo isto se refere à logística dita *moderna*, ou seja, actual.

Se o conceito é recente, a ideia base (a sua significância) é bem antiga. Desde a preparação das diversas campanhas do Império Romano até à acção dos portugueses no Oriente, e até nas sociedades guerreiras mais primárias (como os índios do Brasil, no século XVI), encontramos, em alguns casos, a existência de um planeamento logístico bem claro. O facto de não existir, nessa época, um conceito operativo próprio não nos impede a utilização deste (com a devida adaptação) ao caso por nós estudado. Existiu, efectivamente, no século XVI português, um planeamento (a médio prazo) dos meios envolventes ao *ofício de Marte*, que pode ser entendido como logística, sem cair em anacronismo.

⁴⁴² «Logistique» in Gérard Chaliand e Arnaud Blin – *Dictionnaire de stratégie militaire des origines à nos jours*. Paris: Perrin, 1998.

⁴⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴⁴ «Logística» in *Dicionário de termos militares*. Lisboa: Estado Maior do Exército, 1977.

⁴⁴⁵ «Logistique» in Thierry Montbrial e Jean Klein – *Dictionnaire de Stratégie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

É natural que esta existisse num âmbito nacional e regional (a nível do Índico), tendo em conta as constantes guerras empreendidas por (ou contra os) portugueses, nos séculos XVI e XVII. Esta terá tomado outras proporções em casos de conflito iminente, assumindo um carácter mais exigente e imediato. No caso do segundo cerco de Diu, falamos então de uma logística casuística pensada e planeada em Goa e na fortaleza cercada.

Intrinsecamente ligado a esta questão está o “poder naval” português no século XVI. A sua existência face aos outros poderes concorrentes no Índico, bem como a da chamada “eficiência marítima”, sustentaram e condicionaram a logística militar lusa nestes tempos⁴⁴⁶. Sabemos que, à época, as armadas portuguesas orientais já tinham sofrido uma adaptação às condições locais, isto é, abandonando consideravelmente os navios de alto bordo e preferindo o uso de navios de remo ou mistos, tendo em conta a sua rapidez e a sua facilidade de manobra, chegando-se a criar armadas mistas⁴⁴⁷. Neste sentido, encontramos maioritariamente fustas e catures a serem enviados a Diu e apenas algumas menções a caravelas e galeões. Todavia, não esqueçamos que D. João de Castro procurou alterar este panorama, preferindo construir caravelas, por achar estes navios os mais adequados às necessidades portuguesas⁴⁴⁸. Pela época de monções, e pela carência imediata de meios, o governador terá optado por continuar a utilizar proficuamente os pequenos navios de vela e remo.

4.1. O apoio material

Tomadas em consideração todas as questões anteriores, é tempo de analisarmos o cerco no que diz respeito ao abastecimento de provisões, mantimentos e recursos militares.

Como vimos anteriormente, a chegada de homens de Coge Sofar a Diu, em Abril de 1546, alertou D. João de Mascarenhas para o perigo que se avizinhava. Prevendo o cerco, o capitão solicitou imediatamente ajuda a Baçaim e a Chaul, as fortalezas mais

⁴⁴⁶ Francisco Contente Domingues tem-se debruçado recentemente sobre estas questões. Veja-se, por exemplo, o artigo «O poder naval português: um conceito em discussão» in *Revista de História das Ideias*, 2009, pp. 275-292.

⁴⁴⁷ Sobre este assunto, veja-se «A adaptação das armadas portuguesas à nova realidade político-militar do Índico a partir do segundo quartel de Quinhentos: suas consequências» in Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *A evolução da arte da guerra...*, pp. 251-271, e do mesmo autor «A “orientalização” das armadas portuguesas: suas consequências» in Manuel Themudo Barata e Nuno Severino Teixeira (dir.) – *Nova História Militar de Portugal...*, pp. 205-214. Vejam-se também as representações destes navios nas figuras 1 e 2 dos anexos.

⁴⁴⁸ Cf. Vitor Luis Gaspar Rodrigues – «A “reformação” das estruturas militares do “Estado da Índia”»..., cit., pp. 140-141.

próximas, pedindo gente, mantimentos e pólvora – os três elementos de que mais carecia e que mais necessitava⁴⁴⁹. Começou então a aprovisionar todos os víveres e os materiais que se encontravam na cidade, no tempo que lhe foi possível. Segundo aquilo que ele próprio nos diz, daquilo que conseguiu prover a praça portuguesa, destacou-se a manteiga, as cebolas, as tâmaras e, no que toca à guerra, murrões, calões para a pólvora, canas para as bombas de fogo e muita madeira⁴⁵⁰. Apesar destas medidas, notamos claramente que a falta de provisões na fortaleza era um erro já antigo, e não exclusivo deste período. Em carta de final de 1546, já depois da vitória portuguesa contra os guzerates, os casados e moradores de Diu reclamavam a D. João III uma maior preocupação pelo abastecimento, pois «[...] vimos que per mingua dalguas cousas principallmente pollvora a fortaleza esteve em muyto mor e risco»⁴⁵¹, afirmando que, caso estivesse provida do necessário, a resistência não teria sido tão sofrida.

Respondendo ao pedido de socorro de Mascarenhas, D. Jerónimo de Noronha (capitão de Baçaim), António de Sousa (capitão de Chaul) e D. João de Castro prepararam reforços e embarcações para ajudar a fortaleza sitiada. De Goa partira antes de Abril Gregório de Vasconcelos, com pólvora de bombardarda e de espingarda, vigas e cairo (entre outros materiais) para abastecer o armazém de Diu⁴⁵². Daí partiu o filho mais novo do Governador, após receber as novas nesse mês, transportando 25 pipas de pólvora de bombardarda e duas de espingarda, vinte quintais de chumbo, bem como enxadas e picões⁴⁵³. De Chaul partirá posteriormente (em Julho) galinhas e vacas⁴⁵⁴, e de Baçaim pólvora, trigo, cabos de enxadas, cestos e ferros⁴⁵⁵.

Todavia, algumas fustas portuguesas foram apanhadas pelo cerco marítimo à fortaleza por Coge Sofar, composto por alguns navios colocados frente a Diu, do lado

⁴⁴⁹ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 143

⁴⁵⁰ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 143. Tenha-se em atenção que a palavra “tâmaras” foi mal copiada na cópia existente no manuscrito de Gaspar Correia; a correcta leitura encontra-se numa carta enviada de Mascarenhas ao Conde de Castanheira, que mantém a mesma descrição do cerco remetida ao infante D. Luís, contendo esta leitura correcta da palavra, que de outra forma (“amaras”) não se entende. – Biblioteca Nacional de Espanha, Mss. 1094, fls. 1-12. Além disso, a transcrição utilizada apresenta alguns erros de leitura, ultrapassados na versão publicada por José Pereira da Costa – *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*. Lisboa: Academia das Ciências, 1992, p. 307-327.

⁴⁵¹ Carta dos casados e moradores de Diu a D. João de III, de 27 de Novembro de 1546, *Hist. Quinhentista*, XXXVII.

⁴⁵² *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 292.

⁴⁵³ *Ibidem*.

⁴⁵⁴ Carta de António de Sousa a Castro, de 11 de Julho, C.S.L., III, p. 246.

⁴⁵⁵ Carta de D. Jerónimo de Noronha, de 25 de Abril (dia de Páscoa) e de 7 de Maio, C.S.L., III, pp. 116-117, 125-126.

Índico, com o objectivo de interceptar algum reforço logístico ou humano⁴⁵⁶. Receoso da perda de homens, Mascarenhas não autorizou a saída de embarcações para furar este bloqueio – veja-se que este já tinha varados os barcos na couraça pequena⁴⁵⁷. Consciente deste entrave, e da própria fragilidade guzerate no abastecimento do seu arraial, o capitão não tardou em deixar posteriormente dois catures no mar, para ele próprio cortar o provimento das tropas inimigas⁴⁵⁸.

Chegando ao forte em inícios de Maio, Sebastião Coelho informava o Governador que a fortaleza se encontrava bem provida de mantimentos, especialmente de arroz e água. Concluía até que «[...]nos nom podem tomar à fome»⁴⁵⁹. Tendo em conta a experiência deste homem na arte da guerra, estranhámos esta afirmação tão categórica. Como observamos, já em Abril o capitão de Baçaim tinha escrito a Castro que, não obstante a abundância de trigo, pescado e queijos, faltava-lhes carne, quer em Diu, quer na sua fortaleza⁴⁶⁰. Como era de esperar, os longos meses de assédio esgotaram por diversas vezes as provisões existentes na praça, encarecendo o preço dos alimentos. Quem no-lo confirma é Leonardo Nunes, contando que por falta de dinheiro e de mantimentos comeram apenas carne de gato durante meses, faltando até o vinho⁴⁶¹. Diogo do Couto refere que a fome os obrigava a caçar gralhas, gatos e até a comer legumes podres⁴⁶². Referidas também anteriormente, faltaram as fundamentais galinhas (normalmente às expensas da Coroa), usadas no tratamento dos doentes⁴⁶³.

Embora o envio de vitualhas representasse o conjunto de obstáculos já referidos, D. João de Castro não se absteve de enviar algumas iguarias, em pleno cerco, ao filho D. Álvaro. Salientam-se uns cocos, marmelada, perdizes e até açúcar rosado (isto é, aromatizado com essências de rosas)⁴⁶⁴. No caso dos cocos (enviados na sua viagem até Diu), o pai indicava-lhe que os repartisse com o resto da tripulação das fustas. Já os marmelos, recomendava-lhe que os partilhasse apenas com o capitão da fortaleza.

Os pedidos de material bélico acompanhavam os dos víveres. Não obstante a contenção nos tiros de artilharia, e a preocupação em racionar o mais possível a

⁴⁵⁶ Coge Sofar manteve este bloqueio durante pouco tempo, recolhendo as embarcações quando as monções dificultaram a manutenção dos navios em alto mar.

⁴⁵⁷ C.D.J.C., p. 47.

⁴⁵⁸ Carta de Mascarenhas a Castro de 5 de Maio, *Hist. Quinhentista*, p. 152.

⁴⁵⁹ Carta a Castro, de 4 de Maio, *Ibidem*, p. 185.

⁴⁶⁰ Carta de 25 de Abril, C.S.L., III, pp. 116 e 118.

⁴⁶¹ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 57.

⁴⁶² *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 148.

⁴⁶³ Carta de Mascarenhas a Castro de 18 de Setembro, *Hist. Quinhentista*, p. 164.

⁴⁶⁴ Veja-se as cartas para D. Álvaro, de 2 Agosto, 7 de Setembro, 27 de Outubro e 3 de Novembro, O.C.D.J.C., pp. 224, 233, 251 e 257.

pólvora⁴⁶⁵ (não esqueçamos a lembrança de D. João de Castro, de poupança desta substância), a 28 de Agosto, o capitão de Diu queixava-se que aguardava este material há já 25 dias, podendo apenas recorrer àquela produzida diariamente (que era insuficiente para as necessidades defensivas). A queixa prolongou-se até Setembro, onde indicava que apenas recebera duas pipas de Baçaim⁴⁶⁶. Chegaram até a faltar as painéis necessárias para o respectivo engenho incendiário. D. Jerónimo de Noronha menciona por diversas vezes que Mascarenhas lhe pedira o envio do maior número que pudesse – um dos pedidos solicitava cerca de cinco mil painéis. Por nítida falta de possibilidades, remetia-lhe apenas trezentas e um número igual de murrões, esperando que fossem suficientes⁴⁶⁷.

Neste campo, o testemunho de Simão Botelho (vedor da fazenda) é notável por apontar todos os materiais que a fortaleza necessitava. Eram eles carvão, enxadas e outro tipo de ferramentas, madeira, azeite, breu, teadas, cotonias, ferro, pólvora, pelouros de pedra e reparos de artilharia⁴⁶⁸. Os diversos ataques às muralhas e as minagens empreendidas enfraqueciam diariamente os recursos disponíveis. A chegada de reforços – primeiro pontualmente e, numa fase já adiantada, mais regularmente – representava a única forma de suprir as dificuldades sentidas.

Se, por um lado, o Governador de D. João III custeava o envio de algumas destas provisões e materiais (sobretudo aquelas enviadas de Goa), por outro, os próprios capitães das fortalezas vizinhas responsabilizavam-se pelas despesas decorrentes deste socorro. Estes mesmos oficiais tinham a obrigação, por alvará de Castro, de fornecer tudo o que fosse necessário às armadas com destino a Diu – veja-se o caso da de D. Álvaro, onde o seu pai mandara que todos os gastos fossem registados nos livros das respectivas feitorias⁴⁶⁹. A ajuda privada foi também fundamental: registam-se múltiplas cartas de ofertas de auxílio ao governador, a custo próprio, quer através da disponibilização de navios, quer de cavalos ou do seu próprio serviço em guerra.

Do apoio logístico dado a Diu, destacamos não apenas aquele fornecido por Goa, por representar o comando central do “Estado da Índia”, mas sobretudo aquele fornecido por Baçaim. A documentação coeva que subsiste oferece-nos perfeitamente essa imagem, ao apresentar a preocupação constante de Noronha com o abastecimento

⁴⁶⁵ Veja-se a carta de Maio, *Hist. Quinhentista*, p. 153.

⁴⁶⁶ Cf. Cartas ao governador, *Ibidem*, pp. 161 e 164.

⁴⁶⁷ Carta de Noronha a Castro de 3 de Setembro, C.S.L. III, p. 169.

⁴⁶⁸ Carta de 22 de Outubro, *Hist. Quinhentista*, p. 215.

⁴⁶⁹ Cf. Alvará de 22 de Julho, O.C.D.J.C., IV, p. 30.

da fortaleza sitiada, e os frequentes envios de embarcações. A certidão da ajuda enviada a Diu passada pela feitoria desta praça, datada provavelmente de Maio⁴⁷⁰, ostenta claramente este facto: nesse curto espaço de tempo, o documento regista oito saídas de mantimentos e materiais de guerra; encontramos aí, por exemplo, trigo, carne, enxadas, cestos, pólvora, manteiga e até peixes secos.

4.2. Os reforços humanos

Possuindo um contingente inicial reduzido, a fortaleza portuguesa recebeu diversos reforços de soldados ao longo do cerco. Enviados a partir de diversas fortalezas (como Baçaim e Chaul), realçamos o papel de Goa, donde saíram as principais armadas de socorro, organizado por D. João de Castro. Contamos, portanto, aproximadamente seis grandes frotas, preparadas para reabastecer Diu.

A primeira foi enviada antes do início formal do cerco: Gregório de Vasconcelos tinha à sua disposição cem lascarins em duas fustas⁴⁷¹. A segunda esquadra foi mandada em meados de Abril, composta por nove fustas e catures e com cerca de duzentos arcabuzeiros. Pela sua importância (pretendendo responder rapidamente ao pedido de socorro de Mascarenhas) o governador preparou-a em três dias, e incluiu nela o seu filho mais novo, D. Fernando de Castro, rodeando-o de outros fidalgos⁴⁷². Despachada já no início do rigoroso Inverno, quando as monções traziam uma forte pluviosidade e ventos contrários à viagem para Norte ao longo da costa indiana, estas duas frotas partiram em momentos diferentes e acabaram por se reunir a caminho de Diu. Efectivamente, os primeiros navios não conseguiram atravessar o golfeão, aguardando melhor tempo para uma nova tentativa perto de Baçaim. À chegada da armada de D. Fernando, Vasconcelos juntou as suas embarcações e, com grande dificuldade conseguiram atravessar o tempestuoso oceano. Nas palavras do próprio filho de Castro, a atribulada viagem fez-se até «per debaixo do mar»⁴⁷³.

Leonardo Nunes, presente nesta armada de socorro, descreve a sua própria experiência, mostrando o grande espanto causado pelo clima: «[...] toldaram se os çeos, e mostraram se huas escuridoões muito grandes. Fozilavam os corruptos ares, e o arco

⁴⁷⁰ Datamo-la desse mês pois o capitão de Baçaim refere em carta desse mês a Castro o envio de um documento «de tudo o que daquy foy pera Dio» - C.S.L., III, p. 134. Quanto à certidão em si, cf. C.S.L., III, pp. 113-115.

⁴⁷¹ Entende-se por lascarim um soldado local contratado por portugueses. Quanto ao número, cf. *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 292; *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 145; C.D.J.C., p. 43.

⁴⁷² *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 292.

⁴⁷³ Carta de D. Fernando de Castro ao irmão D. Álvaro, de 5 de Maio de 1546 – A.N.T.T., *Colecção de São Lourenço*, IV, fl. 161r.

de çeo denunciava tempestades. Chovia muyto, e com as grandes correntes fazia se escarceo muy feo e as barrentas ondas que viam sobir aos çeos»⁴⁷⁴. Acrescentava-se ainda a dificuldade em desembarcar na fortaleza, a 1 de Maio, sob o apertado fogo guzerate – o jovem Castro informava que «chuviao hos pilouros por riba do quatur»⁴⁷⁵.

Lançada esta armada, D. João de Castro preparou imediatamente uma nova, mas com destino a Baçaim. D. Jerónimo pedira-lhe por carta que mandasse soldados, com medo de que o Bramaluco⁴⁷⁶ atacasse a sua fortaleza, incitado pelo sultão de Cambaia. O Governador enviava-lhe, a 24 de Abril, cinco fustas, onde incluía (entre outros) o seu irmão, D. Francisco de Menezes, D. Duarte de Menezes (filho do conde da Feira) e um grupo de lascarins «mui honrados»⁴⁷⁷.

Todavia, a situação em Diu complicava-se a cada dia. Entre Maio e o início de Julho nenhum reforço considerável foi despachado – apenas algumas embarcações conseguiram ultrapassar as dificuldades náuticas e entregar alguns mantimentos e homens. Em Julho, o governador pedia ao irmão do capitão de Baçaim que partisse o mais rapidamente possível para o forte sitiado. Não obstante as diligências, D. Francisco tropeçava na falta de marinheiros na cidade, tendo de aguardar até final do mês para partir com 10 catures, 5 fustas e 300 homens – sobretudo casados⁴⁷⁸. Sofrendo as mesmas adversidades que D. Fernando dois meses antes, a sua armada ver-se-á impedida de chegar a Diu pelos grandes temporais. Arribando na ilha das Vacas, a norte de Baçaim, lá devia esperar pelo tempo que lhe permitisse entrar em Diu.

A frota seguinte partiu a 23 de Julho, poucos dias depois de chegar a Goa um novo pedido urgente de socorro por D. João de Mascarenhas. Informado do estado avançado do cerco, e da delicada situação dos portugueses, Castro enviava desta vez o seu filho mais velho como capitão-mor desta armada, com 26 fustas, 6 catures e cerca de 500 lascarins arcabuzeiros - «a mais escolhida de toda a India»⁴⁷⁹. A desvantagem residia novamente no clima, que dificultou a travessia do golfo de Cambaia. Mas o capitão-mor do “Estado da Índia” conhecia perfeitamente esta “fraqueza” e, pretendia

⁴⁷⁴ C.D.J.C., p. 44.

⁴⁷⁵ Carta de D. Fernando, *Ibidem*, fl. 161v. Quanto à data da sua chegada, informa o irmão que partira de Baçaim na véspera da Páscoa, que (sabemos nós) calhou nesse ano a 25 de Abril, tendo demorado oito dias até chegar à barra de Diu. Apontamos, assim dia 1 para o avistamento da fortaleza – tomámos em conta que geralmente contavam o dia de partida como o primeiro dos oito.

⁴⁷⁶ Burkân-ul-Mulk, senhor das terras de Baçaim – cf. nota de Luís de Albuquerque, O.C.D.J.C., IV, p. 89.

⁴⁷⁷ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 293.

⁴⁷⁸ Veja-se a queixa feita ao governador pelo próprio Menezes, a 12 de Julho – C.S.L., III, p. 149; e a sua partida, narrada pelo irmão, a 29 do mês – C.S.L., III, pp. 155-156.

⁴⁷⁹ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 295.

utilizá-la para afirmar a eficiência naval portuguesa. Na realidade, o envio desta armada, nesse momento – em pleno Inverno – mostrava ser uma demonstração de poder e de força. Com este feito, Goa exibia aos potentados locais que qualquer fortaleza portuguesa estava defendida, pois «[...] em todo o tempo as podemos socorrer e navegar estes mares»⁴⁸⁰. Esta armada tinha, desta forma, uma dupla finalidade: fornecer o apoio logístico necessário a Diu e mostrar a superioridade náutica portuguesa, intimidando «todolos Reis e Senhores da Índia» que pudessem ameaçar o Oriente Português.

Viajando rapidamente, a esquadra chegou a Chaul no dia 27 do mesmo mês. Partiu para Diu dois dias depois com mais dezoito navios, compostos maioritariamente por casados da dita fortaleza⁴⁸¹. Os fortes ventos obrigaram a esquadra de D. Álvaro a arribar por diversas vezes à ilha das Vacas. Aí encontrou D. Francisco de Menezes que rapidamente juntou os seus esforços aos do filho do governador. Depois de três tentativas falhadas, os homens de armas já se encontravam cansados, contando-se até com a fuga de alguns lascarins «[...] enfadados do mar e da má vida que passam com as muitas chuvas e frios»⁴⁸². Antecipando-se a uma saída geral da frota, António Moniz e Garcia Rodrigues partiram numa galveta com cerca de nove homens. Atravessando a tempestade que se vivia, conseguiram chegar à fortaleza sitiada a 14 de Agosto e dar a boa nova da armada que já se encontrava perto⁴⁸³. Nunes fala-nos de diversos outros fidalgos que também empreenderam a viagem, entrando em Diu nos dias seguintes⁴⁸⁴. O grosso da armada chegou, por fim, no dia 27 de Agosto⁴⁸⁵. Alguns navios desta esquadra não entraram na fortaleza (como veremos), optando por ficar no golfeão, capturando as naus guzerates que comerciavam.

Sabendo do sucedido e recebendo novas cartas do cerco (e novo pedido de ajuda), o Governador viu-se na necessidade de enviar um último grande reforço antes da sua própria armada. Composta por sete caravelas, a nova frota demorou dez dias a reunir 350 lascarins e 200 pedreiros e cabouqueiros, partindo no início de Setembro⁴⁸⁶. Observe-se que não apenas demorou mais dias a organizar (face às anteriores), mas

⁴⁸⁰ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 296.

⁴⁸¹ Cf. carta de António de Sousa a Castro, de 1 de Agosto, C.S.L. III, p. 257 e *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 296.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 297.

⁴⁸³ *Ibidem* e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 66.

⁴⁸⁴ Veja-se, por exemplo, *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 148 e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, pp. 66, 70-72.

⁴⁸⁵ Carta de D. Álvaro ao pai, desse dia, O.C.D.J.C., p. 222.

⁴⁸⁶ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, pp. 298-299.

procurou também fornecer mão-de-obra especializada, necessária para as obras de reparação das muralhas e contenção do avanço guzerate na fortaleza.

A derradeira armada de socorro partiu de Goa a 20 de Setembro, capitaneada pelo próprio D. João de Castro, com cerca de 25 fustas e catures e 3 galeões. Composta essencialmente por casados e moradores da cidade, esta frota foi crescendo exponencialmente na viagem até Diu. Analisaremos este reforço mais adiante, no capítulo que lhe é dedicado.

Como acabámos de ver, a composição destas armadas era socialmente diversificada. Pela falta de gente, situação que já observámos anteriormente, o Governador via-se obrigado a recorrer a tropas locais. Oferecendo-lhes treino militar, estes “indígenas” chegavam a combater ao estilo europeu – veja-se o caso dos lascarins arcabuzeiros, enviados com D. Álvaro de Castro⁴⁸⁷. Os casados de Goa, Chaul e Baçaim tiveram também um papel fulcral, constituindo o núcleo principal de reforços portugueses enviados. Encontramos alguns homens e navios enviados de outras fortalezas, mas em número muito pontual. É o caso de Cochim que, além das queixas do mau tempo (tentando justificar a sua pouca cooperação), acabou por mandar alguns navios, não obstante a grande falta de remeiros⁴⁸⁸; de Cananor, onde Manuel de Vasconcelos, despachou alguns navios ligeiros e rápidos⁴⁸⁹; e de um catur armado por um pobre com dinheiro emprestado, remetido de Chale⁴⁹⁰. Retenha-se ainda, por exemplo, que do Coromandel – onde uma grande comunidade de portugueses se instalara⁴⁹¹ – apenas um punhado de homens acompanhou o governador, dos quais se destaca Miguel Ferreira, Cristóvão Doria, Brás de Gois e Luís de Melo⁴⁹².

Detectamos, portanto, uma certa dificuldade em arregimentar homens para o feito de Diu. O envio dos dois filhos de Castro procurou motivar os portugueses a embarcar. No caso do seu herdeiro, e nas palavras do próprio, tal serviu para lhes fazer crer «[...] não serem os trabalhos tamanhos como se pintavam, nem os tempos tam feyos [...] porque não era de crer que eu aventurasse D. Alvaro a perigos evidentes

⁴⁸⁷ Sobre o papel destes homens, veja-se Vitor Luis Gaspar Rodrigues – «A “reformação” das estruturas militares do “Estado da Índia”»... pp. 147-148.

⁴⁸⁸ Cf. cartas de Henrique de Sousa Chichorro, de Cochim, de Maio – O.C.D.J.C., p. 170; do mesmo, em Julho – *Ibidem.*, pp. 208-209; e ainda em Setembro – C.S.L., II, p. 302-303.

⁴⁸⁹ Carta de 14 de Agosto, C.S.L., III, p. 351.

⁴⁹⁰ Carta de António Coelho, O.C.D.J.C., p. 218.

⁴⁹¹ Seriam, segundo Miguel Ferreira, mais de mil – cf. carta ao governador de 13 de Julho, C.S.L., III, p. 70.

⁴⁹² *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, pp. 312-313.

contra toda a razão e opinião comum em tempos innavegaveis»⁴⁹³. O estratagema funcionou e, desta forma, conseguiu despachar um conjunto alargado de soldados, prontos a acompanharem os “filhos do governador”.

Contudo, a operação guzerate colocou os sitiados numa situação muito delicada, infligindo pesadas baixas e destruindo consideravelmente a fortaleza. Apesar de estarem habituados a diversos tipos de operações militares, os portugueses de Quinhentos sentiam também o medo inerente à própria guerra. Tal condicionava, claramente, o recrutamento de homens de armas que, pelo próprio instinto de sobrevivência procuravam evitar situações de alto risco, como o era este cerco. Para evitar que os homens se apercebessem do perigo guzerate, D. João de Mascarenhas e D. João de Castro chegaram a censurar informações quanto ao verdadeiro estado da fortaleza. Efectivamente, como nos conta Gaspar Correia, o capitão de Diu proibiu qualquer pessoa (excepto D. Fernando de Castro) de enviar correspondência pessoal em Julho, evitando revelar a aflitiva situação dos sitiados⁴⁹⁴. Já em Goa, a chegada das novas que motivou o envio da armada de D. Álvaro foi cuidadosamente vigiada pelo governador, que encobriu «[...] o mal de tantos mortos, e o cerco que sobre a fortaleza estava, e o aperto em que estavam, e o socorro que tão afincadamente pedião»⁴⁹⁵. Chegou até a afiançar que o inimigo se aprontava a levantar o cerco e que Mascarenhas necessitava apenas de homens para atacar o arraial. Porém, a chegada de notícias de Chaul veio lançar rumores quanto ao real estado de Diu. Para evitar que a verdade se soubesse, Castro terá acelerado a armada de socorro, justificando-se assim a rapidez (em cinco dias) com que armou uma vintena de navios, com mais de quinhentos homens⁴⁹⁶. Porém, este sabia que, apesar desta artimanha, os voluntários podiam querer escapar na mesma ao serviço; neste sentido, no regimento dado ao filho, recomenda que este não autorize qualquer saída em terra após a paragem em Chaul, evitando-se assim a fuga de marinheiros⁴⁹⁷.

Tendo em conta a duração do cerco, o capitão-mor de D. João III necessitou de recorrer a novos pedidos de ajuda aos capitães das fortalezas vizinhas. Encontramos, por exemplo, um alvará de Agosto, autorizando D. Álvaro de Castro a conceder seguros a

⁴⁹³ *Ibidem*, p. 295.

⁴⁹⁴ *Lendas da Índia*, IV, p. 482.

⁴⁹⁵ *Lendas da Índia*, IV, p. 492. Apenas Correia menciona este facto; no entanto, conhecendo o pensamento militar e estratégico de Castro, tal afigura-se-nos totalmente verossímil. O facto do próprio ter omitido este estratagema na sua correspondência procuraria não diminuir os seus feitos, e o dos portugueses em Goa, perante o monarca.

⁴⁹⁶ Cf. *Lendas da Índia*, pp. 492-493.

⁴⁹⁷ Veja-se o regimento em O.C.D.J.C., p. 207.

todos os homiziados que quisessem participar na sua armada de socorro⁴⁹⁸. Todavia, ainda em Setembro, D. Jerónimo de Noronha tinha dificuldades em fazer embarcar homens e, no mesmo mês, Vasco da Cunha informava acerca da existência de alguns homens fugidos de Chaul durante a noite, para escaparem à operação de Diu⁴⁹⁹.

O serviço ao rei era insuficiente para aliciar os homens a participarem neste feito militar. Ao interesse “social” impunha-se, sobretudo, o interesse económico. Segundo nos conta o governador, a elevada participação da fidalguia na armada de Abril dava-se pela lembrança das vastas mercês concedidas por D. João III, aquando do primeiro cerco à fortaleza, em 1538⁵⁰⁰. A procura do proveito emergia, desta forma, como rastilho da própria honra e da fama. Quanto aos soldados, o pagamento do soldo era fraccionado: na armada de D. Álvaro, um quartel do soldo foi saldado em Chaul⁵⁰¹; já no caso da armada do pai, uma parte foi paga em Goa⁵⁰², repartindo a despesa pelas várias fortalezas e não apenas pela fazenda régia presente nesta última praça.

Ciente de que o soldo era insuficiente para persuadir os homens, o capitão-geral ofereceu escala franca em todas as naus de Cambaia tomadas por portugueses⁵⁰³. No caso da armada lançada em Julho, o mesmo direito – apetecível por oferecer tudo o que se conseguisse tomar – foi restringido: apenas era incluído as naus que viessem da própria costa indiana; as naus que viessem «de fora da costa da Índia»⁵⁰⁴ (isto é, do Golfo Pérsico ou do Mar Vermelho) deviam ser imediatamente reencaminhadas para Goa, não entrando no séquito conquistado.

Novamente Gaspar Correia nos informa de um caso paradigmático respeitante a esta questão: estando a dita armada de D. Álvaro a caminho de Diu, tomou-se uma nau de Meca, pertencente a Coge Sofar, começando então uma pilhagem desenfreada. Cumprindo os preceitos do seu regimento, o capitão-mor da frota proibiu imediatamente o sucedido, chegando a espancar os homens responsáveis por isso. A tripulação portuguesa mostrou uma total surpresa por esta atitude, pois não contava que a escala

⁴⁹⁸ *Ibidem*, p. 221.

⁴⁹⁹ Carta de Noronha a 1 de Setembro a Castro, C.S.L., III, p. 167; Carta de Cunha a Castro de 17 de Setembro, *Hist. Quinhentista*, p. 201.

⁵⁰⁰ Cf. *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 292.

⁵⁰¹ Encontramos a referência no regimento dado a D. Álvaro – O.C.D.J.C., p. 207, na ordem dada ao feitor Chaul – *Ibidem*, p. 205, e na confirmação do pagamento em carta do feitor – C.S.L., III, p. 252.

⁵⁰² Em carta ao filho, datada de 10 de Setembro, D. João diz-lhe que estava naquele momento a pagar aos homens, esperando partir depois disso – O.C.D.J.C., p- 235.

⁵⁰³ Conforme a provisão copiada na C.V.R.D.J.C., p. 192.

⁵⁰⁴ Regimento, O.C.D.J.C., p. 207.

franca total estivesse reservada apenas para a armada do próprio Governador⁵⁰⁵. Este episódio terá criado então um desconforto generalizado no seio da frota.

Compreendemos, desta forma, que muitas naus tenham recusado posteriormente entrar em Diu, preferindo andar às presas no golfo de Cambaia. Recebendo queixa do filho de que estes navios se recusavam a entrar na fortaleza, D. João de Castro enviou Vasco da Cunha, com poderes suficientes para os convencer e obrigar a entrar – partindo da ilha de Goa a 7 de Setembro, conseguiu chegar a Diu a 27 do mesmo mês (graças ao Inverno que já se encontrava no seu termo), com todas as embarcações que faltavam⁵⁰⁶.

A organização logística portuguesa desempenhou, como era de esperar, um papel central no cerco. Não apenas sustentou os cercados, suprimindo a falta de planeamento inerente às fortalezas lusas, reforçando periodicamente os mantimentos e os homens de armas, como equilibrou qualitativamente os números em confronto e a (razoável) melhor disposição dos efectivos guzerates. Mesmo cercada, a fortaleza de Diu oferecia uma clara posição de força aos portugueses. O apoio externo, como em qualquer situação de cerco, foi tão ou mais importante que a própria resistência daqueles que defendiam os muros, assegurando não apenas os efectivos e os mantimentos necessários como um efeito psicológico fundamental. Não é tarde para lembrar o parecer do capitão de Arzila que, em situação idêntica, terá afirmado que preferia receber 50 homens de socorro, cada oito dias, do que receber apenas de uma vez 500 ou 1000 para todo tempo da operação⁵⁰⁷. No cerco em análise, a chegada de reforços frequentes (de materiais, provisões ou de homens) fortaleceu o sistema defensivo, o ânimo dos próprios combatentes e o efeito psicológico de incerteza e de insegurança no espírito dos sitiados.

⁵⁰⁵ *Lendas da Índia*, p. 498. D. Francisco de Menezes, que já se encontrava com D. Álvaro neste momento, confirma a tomada da nau e a pilhagem por parte da tripulação portuguesa, bem como a actuação do capitão-mor – carta a Castro de 14 de Agosto, C.S.L., III, p. 165

⁵⁰⁶ Cf. *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 299. Encontramos diversas queixas deste episódio na correspondência para o governador, de D. Álvaro de Castro, D. João de Mascarenhas e do próprio Vasco da Cunha em viagem.

⁵⁰⁷ Referido nos *Anais de Arzila* – apud João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, p. 205.

5. Um elemento chave: a informação

No seu tratado de guerra naval, de meados do século XVI, o Pe. Fernando Oliveira sugeria que «quem entende o seu o dos contrayros, estaa perto da victoria»⁵⁰⁸. Referia desta forma a importância de conhecer o inimigo, bem como os seus planos de acção. Para isso concorria a obtenção de informação pelos diversos meios existentes e o conseguinte processo de sistematização e divulgação dos dados. Falamos, claro, da densa rede de informadores existentes por todo o Império Português. Não esqueçamos que, além dos próprios profissionais da área (ditos espias), qualquer pessoa (português ou estrangeiro) podia fornecer informações⁵⁰⁹. A espionagem dotava o comando de dados fundamentais para o prosseguimento das operações militares. O segundo cerco de Diu não é a excepção à regra: as fontes indicam-nos a integração de informadores e de diversas formas de actuação no sistema defensivo de D. João de Mascarenhas.

Encontramos, numa primeira instância, os homens contratados e enviados pelo capitão da fortaleza, cujo objectivo era simples: infiltrar-se e recolher informações quanto à movimentação, disposição e composição do exército de Coge Sofar. Terá sido o caso de alguns espias despachados no início de Abril, confirmando nesse mesmo mês os preparativos de guerra⁵¹⁰; ou de vários *línguas*, negros ou baneanes, lançados no arraial, em pleno cerco, para averiguar do número de efectivos existentes⁵¹¹. O caso de Vasco da Cunha é exemplar: tendo parado em Chaul, na sua viagem para Diu, informava o governador que daí levava um homem da terra, «[...]cryado antre nos [portugueses] quentende bem a nosa lingoa e modo», desta forma tinha aptidão para andar na cidade, misturar-se com os soldados e «trazer requado»⁵¹².

Num segundo nível, recorria-se a inimigos guzerates tomados à força e obrigados a revelar os dados pretendidos. Para isso, eram seleccionados alguns homens de armas que, em pequenas operações rápidas, saíam da fortaleza apenas para capturar pretensos informadores. É exemplo disso a defesa do baluarte do mar, no início do cerco – o plano de Coge Sofar (de atacar o dito dispositivo com uma nau carregada de

⁵⁰⁸ Fernando Oliveira – *Arte da Guerra no Mar...*, p. 134.

⁵⁰⁹ Sobre este assunto, veja-se João Marinho dos Santos – «Relevar a informação» in *A guerra e as guerras...*, pp. 261-267; do mesmo autor «As comunicações por terra entre a Índia e Portugal (século XVI)» in *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa – volume II*. Coimbra: Palimage, 2010, pp. 165-178 e Dejanirah Couto – «L’espionnage portugais dans l’Empire Ottoman au XVIe siecle» in *La Découverte, le Portugal et l’Europe*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 243-267.

⁵¹⁰ Cf. *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, pp. 142-143.

⁵¹¹ Vejamos, por exemplo, alguns casos narrados pelo capitão: *Hist. Quinhentista*, pp. 164, 175-176, 177.

⁵¹² Carta de 17 de Setembro a Castro, *Ibidem*, p. 202.

material pirobalístico) foi conhecido através de um *língua* tomado por alguns homens desse baluarte, a mando de Mascarenhas⁵¹³. Todavia, este meio estava dependente da própria vigilância existente no arraial, pois, se estivesse bem defendido, muito dificilmente se conseguiria aprisionar alguém numa saída tão rápida e com tão poucos homens – encontramos, por exemplo, uma queixa do capitão ao governador, em Setembro, reclamando que não conseguia apanhar qualquer homem para este fim⁵¹⁴. Por conseguinte, estas surtidas nem sempre obtinham o efeito desejado: é o caso de António Correia, que foi aprisionado pelos guzerates enquanto ele próprio procurava capturar um soldado inimigo; como vingança, foi morto por ordem de Rumeção e a sua cabeça colocada numa haste frente à fortaleza, numa clara atitude de efeito psicológico⁵¹⁵.

Finalmente, numa terceira fase, deparamo-nos com a prestação voluntária de informação por parte de “habitantes” do arraial guzerate. É necessário dividir este grupo em dois: o primeiro era constituído por pessoas fugidas do campo inimigo, preferindo recolher-se à fortaleza portuguesa. É o caso de vários escravos que, em diversos momentos, avisaram o capitão de novos ataques guzerates ou do andamento do próprio cerco⁵¹⁶. No segundo, estavam os indivíduos que simplesmente forneciam as informações em pleno segredo, no sopé da muralha, à noite, regressando logo ao arraial. Encontramos um português renegado, convertido à fé islâmica, que informou Mascarenhas do plano de Rumeção de ataque aos baluartes S. Tomé e S. Tiago, em Outubro⁵¹⁷. Cientes do perigo, estes informadores ocasionais arriscavam a sua própria vida, procurando oferecer aos portugueses uma clara vantagem face ao elemento surpresa pretendido pelo inimigo.

Se a espionagem portuguesa era uma realidade, a mesma actividade era também praticada pelos guzerates, utilizando os mesmos meios. Segundo conta Leonardo Nunes, Coge Sofar conhecia perfeitamente, antes do cerco, as condições das fortalezas portuguesas pelas várias conversas tidas com portugueses, ou seja, através de simples recolha de dados⁵¹⁸. Relembramos o caso de Rui Freire, mencionado anteriormente, que terá planeado com Coge Sofar o ataque à fortaleza, comprometendo-se a envenenar a

⁵¹³ Cf. a *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 144, e a descrição a Castro, p. 151.

⁵¹⁴ Carta de 27 de Setembro, *Hist. Quinhentista*, p. 168.

⁵¹⁵ O caso é narrado por Leonardo Nunes que afirma ter visto a dita cabeça empalada - C.D.J.C., pp. 101-104.

⁵¹⁶ Cf., por exemplo, o baneane fugido que informou a fortaleza da morte de Coge Sofar – *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 34.

⁵¹⁷ O caso é contado em cartas de 5 de Outubro ao governador pelo capitão (*Hist. Quinhentista*, p. 172) e por Vasco da Cunha (*Hist. Quinhentista*, p. 206).

⁵¹⁸ C.D.J.C., p. 23.

cisterna e a rebentar a casa da pólvora. O plano foi interceptado pelo capitão, graças à sua rede de informadores e à denúncia do caso por parte de um abexim e de uma mulher negra que conheciam o plano⁵¹⁹. No decorrer do cerco, vários escravos fugiam da fortaleza, refugiando-se no arraial e informando o capitão de Cambaia da situação dos sitiados, facilitando a organização dos ataques⁵²⁰. Neste sentido, e sabendo das suas próprias debilidades, Rumeção chegou a enviar falsos informadores, com o intuito de confundir os portugueses quanto aos seus propósitos. Veja-se o caso de um trabalhador de Cambaia que informou Mascarenhas da pronta partida do exército guzerate, pois supostamente o sultanato tinha sofrido um forte ataque por parte dos patanes. O engodo não funcionou, pois o exército inimigo não demonstrava qualquer intenção de retirar⁵²¹.

Saindo de Diu, as fortalezas mais próximas também possuíam um conjunto alargado de informadores, recebendo desta forma as notícias do cerco ou do próprio sultanato de Cambaia. É o caso de António de Sousa, em Chaul, que tinha conhecimento do cerco através de diversos escravos e mercadores locais, ou de D. Jerónimo de Noronha, em Baçaim, que recebia as novas através de baneanes e dos próprios rumores que circulavam⁵²².

No caso de Cochim, o mercador Coge Samacedim informou o governador da embaixada do Sultão ao Samorim de Calecute a partir de um conhecido seu, que fazia parte do grupo restrito do próprio Samorim⁵²³. O problema destes informadores residia na sua fidedignidade, ou seja, na veracidade das fontes. Encontramos, por exemplo, várias notícias espalhadas por toda a costa indiana da morte do filho de Coge Sofar ou de surtidas ao arraial inimigo⁵²⁴. O boato mais forte terá sido, sem dúvida, a notícia da queda de Diu às mãos dos guzerates, espalhado por decisão do Sultão, com o objectivo de desmoralizar as fortalezas vizinhas a reabastecerem o forte cercado⁵²⁵.

Certo de que o controlo da informação era uma peça fundamental no sistema defensivo, D. João de Mascarenhas investiu fortemente em conhecer o campo inimigo. Não apenas procurou utilizar os meios já existentes, mas também tentou recorrer a outras formas. Veja-se um episódio inicial: chegando os primeiros soldados de Coge

⁵¹⁹ Cf. carta de Mascarenhas a Castro, de 5 de Maio, *Hist. Quinhentista*, pp. 154-155.

⁵²⁰ Por exemplo, *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 68, ou diversos casos relatados na C.V.R.D.J.C., pp. 180, 244 e 249.

⁵²¹ Cf. *Tratado Segundo Cerco de Diu*, pp. 59-60.

⁵²² Para o primeiro, veja-se algumas cartas em C.S.L., III, pp. 234 e 241; no segundo, *Ibidem*, pp. 134, 135 e 142.

⁵²³ Carta de Coge Samacedim, de 7 de Julho, *Ibidem*, p. 343.

⁵²⁴ Cf., por exemplo, *Ibidem*, pp. 134, 135 e 137.

⁵²⁵ C.D.J.C., p. 105, C.V.R.D.J.C., p. 265 e Ásia, p. 225.

Sofar à cidade, antes do início do assédio, o capitão deixou-os entrar na fortaleza e consumir todo o vinho que quisessem. Bastou-lhe colocar aí homens que conhecessem a língua destes soldados e esperar que eles se embriagassem para conseguir saber os planos do capitão de Cambaia⁵²⁶.

6. O armamento

As fontes utilizadas demonstram alguma escassez de informação no que toca ao armamento português utilizado. Tentaremos, contudo, sistematizar os dados recolhidos e enquadrá-los comparativamente na análise encetada anteriormente ao equipamento guzerate.

6.1. Armamento individual

Lembremos que enquadrámos neste grupo as armas ofensivas (que incluem as de luta corpo-a-corpo e de combate à distância) e defensivas. Acerca destas últimas, a devassa ao armazém de Goa lança algumas pistas quanto ao material usado à época. Encontramos aí largas referências a capacetes, cossoletes, barbotes, couraças, cervilheiras e gorjões, isto é, equipamento leve e que conferia uma defesa considerável. Quanto às armas para luta corpo a corpo, como espadas e afins – não obstante a sua fragilidade inerente às armas de fogo – D. João de Castro recomendava, nas suas *lembranças*, que os soldados usassem apenas calças acompanhadas do seu gibão e da sua coura⁵²⁷, o que denota a importância dada à necessidade de movimento pelos soldados, característica que as armaduras pesadas não conferiam facilmente. Revela também o uso do couro, material resistente ao fogo. As crónicas falam-nos do investimento feito por Mascarenhas nesse sentido, obrigando os homens de armas a usarem vestimentas feitas com cordovão para aguentar o fogo dos engenhos explosivos utilizados pelos sitiados⁵²⁸.

Leonardo Nunes relembra o pouco uso dado aos capacetes na fase inicial do cerco por questão de honra e fama. Segundo este autor, os combatentes portugueses procuravam demonstrar uma temeridade acima do normal, recusando o uso deste armamento defensivo. No entanto, a dureza do cerco e o rápido avanço guzerate veio

⁵²⁶ C.D.J.C., p. 33.

⁵²⁷ O.C.D.J.C., p. 160.

⁵²⁸ C.V.R.D.J.C., p. 233 e *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 139.

pôr em causa a própria segurança da fortaleza: por este «neguço da opiniam temeraria», a espingardaria inimiga começou a ceifar a vida a múltiplos soldados, chegando a atingir a média de 4 a 5 por dia. Para evitar mais perdas, o capitão de Diu obrigou todos os soldados a usar este equipamento, especialmente o capacete, visto que «[...] a cabeça hera a parte que forçadamente descobriam pera descobrir», sob pena de interditar a participação destes homens nos próprios combates por vinte dias. A medida parecia ser adequada para sustentar a elevada mortalidade, face aos baixos efectivos existentes⁵²⁹. Visualizamos algum deste equipamento defensivo no segundo pano do cortejo triunfal das *Tapeçarias de D. João de Castro*⁵³⁰.

No que diz respeito às armas ofensivas, encontramos nas de luta corpo-a-corpo apenas breves referências a equipamento de lâmina, como espadas e cutelos, ou seja, armas mais simples e vulgares. Nas de combate à distância, topamos as já conhecidas lanças e zargunchos bem como o equipamento ligado à pólvora: arcabuzes e engenhos explosivos. Sobre o arcabuz, relembremos a importância que o Governador dera a estas armas nas suas recomendações militares, certamente pelo maior alcance destas armas face às espingardas⁵³¹. Por conhecer os seus vantajosos efeitos nas mãos de quem defendia uma fortaleza, ou seja, numa posição de superioridade, Castro envia sucessivamente grupos de arcabuzeiros nos reforços enviados à fortaleza – encontramos, por exemplo, nas frotas capitaneadas pelos filhos. Veja-se a sua eficiência no assalto às muralhas de 26 de Julho, onde a companhia de António Peçanha terá morto mais de duzentos atacantes, recorrendo a esta arma⁵³². O autor do *Tratado sobre o Segundo Cerco de Diu*, testemunha presencial, afirma que, por noite, disparavam entre trinta a quarenta tiros, atrasando dessa forma o avanço das obras guzerates. A sua eficácia era tal que, mesmo não provocando a morte imediata, as feridas causadas eram responsáveis por uma elevada taxa de mortalidade e de invalidez, pois «[...] quem da sua ferida escapa fica della mui magoado»⁵³³. As lanças bem como as espadas e os arcabuzes (e respectivos polvorinhos) também se encontram abundantemente representadas no conjunto das *Tapeçarias*⁵³⁴.

⁵²⁹ Cf. o episódio em C.D.J.C., pp. 84-85.

⁵³⁰ Cf. *Tapeçarias de D. João de Castro*, pp. 218-223.

⁵³¹ O alcance dos arcabuzes chegaria aos 120m, superior ao das espingardas que rondava os 100 metros ou menos – Cf. João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, p. 249.

⁵³² *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 44.

⁵³³ *Ibidem*.

⁵³⁴ Vejam-se, por exemplo, o segundo e o terceiro panos do dito cortejo triunfal: *Tapeçarias de D. João de Castro*, pp. 218-229.

Como dissemos anteriormente, o efeito do material deflagrante nos combates era devastador. As panelas de pólvora eram responsáveis por pesadas baixas (por morte ou por ferimentos). Se, no mesmo ataque de Julho, se terão usado cerca de 800 panelas, Nunes chega a afirmar que havia seis vezes mais «[...]aleijados antr’elles do fogo e das armas» do que soldados portugueses na fortaleza⁵³⁵. O uso continuado deste material era também responsável por diminuir a quantidade de pólvora existente na fortaleza. Concretizando, quatro panelas gastavam um quartão de pólvora, e eram lançadas cerca de quatro a cinco de cada vez, para aumentar o seu efeito destrutivo⁵³⁶. Neste caso, este elevado gasto chegou a esgotar o próprio material em pleno Julho – as panelas. Sem receber reforços, Mascarenhas viu-se obrigado a desenvolver um novo tipo de engenho, recorrendo ao material que tinha à disposição: juntando duas telhas, unia-as com breu e enchia o interior oco de pólvora, adicionando-lhe panos e murrões nas pontas, criando uma nova arma que colmatava a falta do equipamento referido⁵³⁷.

A utilização do armamento pirobalístico estava, no entanto, condicionada a um factor externo (aquilo que John Keegan chama de factor de operacionalidade permanente⁵³⁸): o clima. Efectivamente, o regime de monções, caracterizado por temperaturas altas e chuvas frequentes, influenciava consideravelmente os combates. Não apenas dificultava ou facilitava a defesa portuguesa pelo sentido do vento, soprando, por exemplo, de Oeste para Este e empurrando os fumos e as explosões a favor dos guzerates, mas determinava o uso de armas de fogo (sobretudo no que concerne à pólvora) consoante a humidade e a pluviosidade. Consequentemente, alguns combates terão sido travados sem recorrerem a este armamento pelo mau tempo então vigente⁵³⁹.

6.2. Armamento de sítio

No documento contendo algumas instruções defensivas dirigidas a D. João de Mascarenhas, o governador do “Estado da Índia” destacava o modo de usar a artilharia

⁵³⁵ Cf. *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 44 e C.D.J.C., p. 86.

⁵³⁶ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 44, p. 44. Presumimos que um quartão equivaleria a um almude. Considerando o almude como cerca de 24 litros, cada panela levaria cerca de 6 litros de pólvora. Atentemos que esta medida pode estar desfasada da realidade, tendo em conta que a força necessária para lançar uma panela desta medida a uma distância segura e eficaz deveria ser considerável, e ultrapassar a capacidade apenas um homem, o que dificultaria largamente a tarefa.

⁵³⁷ Veja-se a descrição em *Ibidem*, p. 57.

⁵³⁸ John Keegan – *Uma história da guerra*. Lisboa: Tinta da China, 2009, pp. 95 e 108.

⁵³⁹ Quanto ao problema do vento, veja-se *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 44, pp. 44, 55; sobre a chuva – *Ibidem*, p. 71 e *Lendas da Índia*, p. 505.

portuguesa. Como referimos, era dado enfoque ao tiro cruzado, defendendo os baluartes na diagonal e ao uso de artilharia grossa, podendo este tipo de peças servir também para o tiro dito miúdo⁵⁴⁰.

Não temos razões para duvidar de que o capitão da fortaleza tenha seguido a primeira recomendação, pois encontramos vastas referências ao uso das bocas-de-fogo nos baluartes e nunca nas cortinas. Quanto ao segundo ponto, a escolha das peças estava condicionado àquelas existentes na própria fortaleza. Notamos, no entanto, o uso frequente de leões, esperas e camelos, ou seja, peças referidas nas *lembranças* de Castro pela sua qualidade para a defesa dos baluartes⁵⁴¹. Salientamos, também, o uso de alguns basiliscos, peças de grande porte (no tamanho e na boca), que não são referidas no documento, provavelmente pelo seu gasto desmesurado de pólvora, num momento em que era necessário conter os disparos e os respectivos consumos de material deflagrante. Um exemplo pode ser dado com o basilisco colocado no adro da igreja matriz (perto da couraça grande, sendo uma zona mais elevada face às muralhas portuguesas), que consumia toda a pólvora produzida diariamente na própria fortaleza – cerca de um quartel⁵⁴². Todavia, a sua excelente pontaria justificava o seu uso, pois cobria toda a região do baluarte de S. Tomé, impedindo que os próprios guzerates aí subissem⁵⁴³.

As referências aos bombardeiros são raras e desprovidas de grande significado⁵⁴⁴. O Governador não esquece estes profissionais nas *lembranças*, recomendando que estivessem sempre prontos, deixando a artilharia preparada para qualquer eventualidade⁵⁴⁵. As fontes referem a existência destes *técnicos* de artilharia, mas não se detêm a identificar a sua proveniência ou a sua experiência – exceção feita ao artilheiro francês presente no campo guzerate⁵⁴⁶. Apenas três pistas podem ser realçadas: um criado de D. João de Mascarenhas ter-se-á destacado como bombardeiro na torre nova sobre a porta velha, profissão à qual parecia ser estranho, mas que rapidamente se habituara e que «[...] com a continuação do tempo se fizera famoso

⁵⁴⁰ O.C.D.J.C., pp. 160-161.

⁵⁴¹ São, na sua essência, peças de calibre médio (entre os 13 e os 21cm) – cf. Nuno Varela Rubim – «Notas sobre os armamentos marroquinos e português...», pp. 26-27 e do mesmo autor «Artilharia naval dos descobrimentos» in Luís de Albuquerque (dir.) – *Dicionário de História dos Descobrimentos...*, p. 92.

⁵⁴² *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 57.

⁵⁴³ Cf. *Ibidem*, p. 72.

⁵⁴⁴ Sobre estes profissionais de guerra veja-se o recente estudo de Tiago Machado de Castro – *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*. Lisboa: FLUL, tese de mestrado policopiada, 2011.

⁵⁴⁵ O.C.D.J.C., p. 160.

⁵⁴⁶ As cartas do governador mencionam o envio de bombardeiros nos reforços, não identificando qualquer um deles ou a sua nacionalidade.

bombardeiro»⁵⁴⁷. A segunda pode ser encontrada numa carta do fidalgo Miguel Rodrigues a D. João III; nela o autor alerta o monarca da falta de homens de armas, e especialmente de bombardeiros (uma constante da própria guerra portuguesa no Oriente), recomendando que não contratasse alemães ou de outra nacionalidade, por estes se mostrarem «[...] muy inclinados aos mouros»⁵⁴⁸ - falta-nos informação para compreender se esta crítica estava directamente ligada à actuação destes no segundo cerco ou se era apenas como referência genérica à Índia portuguesa⁵⁴⁹. A última refere explicitamente um condestável que Vasco da Cunha levava de Chaul, e que estivera presente no primeiro cerco de 1538. Não sabemos da sua acção, mas Cunha garantia que os seus serviços ajudariam certamente os sitiados⁵⁵⁰.

O uso da artilharia era, obviamente, fundamental à resistência portuguesa. E a sua importância não era apenas funcional mas também até ideológica. Concretamente, a surtida realizada no início de Setembro teve como principal motivo (como já referimos) o roubo de um basilisco, um leão e um espalhafato arrebatado do baluarte S. Tomé, que já se encontrava em ruínas pelos bombardeamentos e pelas minas aí rebentadas (por parte dos guzerates que visavam privar os portugueses de algum poder de fogo). A saída fora da muralha (impulsionada, como vimos, pelo vigário) procurava em parte romper o próprio cerco, e impedir o roubo destas peças, que simbolizavam a própria soberania lusa naquele local central do sistema defensivo. O furto das bocas-de-fogo representava o recuo definitivo dos sitiados de um lugar de força, cedendo-o quase voluntariamente (segundo as razões apresentadas pelos queixosos) ao inimigo muçulmano⁵⁵¹.

Apesar desta profícua utilização, a artilharia esteve também condicionada. Primeiramente pela própria falta de pólvora, elemento central para o seu funcionamento – Sebastião Coelho denota também, em Julho, a má qualidade da pólvora de espingarda e de bombardas então existente⁵⁵². Por outro lado, tal como os engenhos explosivos e a arcabuzaria, o seu uso estava dependente do clima, reagindo mal à humidade e tornando-se quase inoperante com chuva. Por fim, a sua colocação nos baluartes estava também sujeito às bombardeiras, isto é, ao local adequado para colocar as bocas-de-fogo. Apercebemo-nos rapidamente deste último ponto pela dificuldade em preservar as

⁵⁴⁷ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 51.

⁵⁴⁸ Carta de 24 de Novembro de 1546, *Hist. Quinhentista*, p. 239.

⁵⁴⁹ Não conhecemos qualquer caso documentado de fuga de algum destes homens para o arraial guzerate.

⁵⁵⁰ Carta de 16 de Setembro a Castro, *Hist. Quinhentista*, p. 200.

⁵⁵¹ Veja-se o caso narrado na *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 149, e a Castro, *Hist. Quinhentista*, pp. 162-163.

⁵⁵² Carta de 1 de Julho, *Ibidem*, p. 191.

aberturas necessárias ao seu uso, tendo em conta a nítida e propositada pontaria guzerate para as destruir⁵⁵³. Uma das soluções mais eficazes neste domínio era a de tapar as próprias bombardeiras com pedra, após o seu uso, evitando que fossem cegas pelas peças inimigas⁵⁵⁴. Já no final do cerco, o capitão de Diu terá preparado uma série de bombardeiras secretas, procurando alojar aí dois espalhafatos, uma serpe, dois selvagens e um camelo de marca maior, para poder bombardear as muralhas guzerates no dia anterior à batalha que então se avizinhava⁵⁵⁵.

Não obstante estes inconvenientes pontuais, a artilharia portuguesa apresentou uma eficiência consideravelmente superior à guzerate. A boa qualidade das peças e o seu correcto manuseamento, bem como a necessidade de rentabilizar os escassos recursos existentes, ditaram esta mesma superioridade técnica fulcral para o sistema defensivo montado.

7. Vivências de uma fortaleza sitiada

Não menos importante do que os aspectos estratégicos, organizacionais e logísticos do cerco, a vertente moral/psicológica dos combatentes sustentou a difícil resistência ao longo dos seis meses e meio de assédio à fortaleza. Interessa-nos, num primeiro momento, observar as maneiras de sentir e pensar dos sitiados, compreendendo-as no seu tempo. Destas, passaremos ao agir, destacando a relevância do comando e da ordem nos capitães e nos soldados, bem como alguns feitos de armas dos sitiados.

7.1. Os valores centrais e a ideologia miraculista

O conceito de valores centrais compreende um conjunto de valores que «logram obter um consenso alargado e intenso pela sua importância, quer porque participam da esfera do sagrado (não confundir com o religioso), quer porque são abraçados por elites (pessoas ou instituições com funções apreciadas⁵⁵⁶).

⁵⁵³ Conforme, por exemplo, os testemunhos de Mascarenhas, de 2 de Julho, *Ibidem*, pp. 156, 158.

⁵⁵⁴ Utilizado, por exemplo, na torre de S. Tiago – *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 52.

⁵⁵⁵ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 150.

⁵⁵⁶ Seguimos de perto o estudo de João Marinho dos Santos – «A ideologia dos Descobrimientos e da Expansão e o sistema de “Valores Centrais» in João Marinho dos Santos e José Manuel Azevedo e Silva – *Vasco da Gama. A honra, o proveito, a fama e a glória*, Porto: Editora Ausência, 1999, pp. 43-86; para este conceito – p. 50.

Na época em apreço, os valores centrais eram essencialmente quatro: honra, proveito, fama e glória. Entendemo-los como “farol”, não apenas da nobreza e da fidalguia quinhentista, mas também dos estratos não nobilitados, enquanto forma de ascender socialmente. Esta procura, sobretudo da honra, pautava grande parte dos feitos do “Estado do Índia”. Como nos diz Leonardo Nunes, «[...] no mundo todo nam ha homens tam envejosos e cobiçosos d’omrra com[o] os portugueses, em tanta maneyra que mataram seu pay pollo mais pequeno quilate d’ella»⁵⁵⁷. Entenda-se que a concessão de honra(s) trazia, à partida, o proveito (o reconhecimento material), a fama (o reconhecimento social) e a glória (geralmente *celeste*). A motivação económica movia, por si só, grande parte da “engrenagem”. D. João de Castro confirma estes interesses ao Rei, ao afirmar que grande parte dos homens da armada de D. Fernando se oferecera pelas mercês concedidas aquando do primeiro cerco à fortaleza⁵⁵⁸. Nunes tinha, portanto, toda a razão ao afirmar que «[...] nam ha nhum homem que nam folgue de ser honrado, e que o nam deseje, se vir que lh’aproveyta»⁵⁵⁹.

A guerra era entendida como forma de alcançar estes valores, sobretudo através dos feitos de armas. No caso da expansão portuguesa, o Norte de África era um campo fértil para as operações militares contra o inimigo da fé, o mouro. O sistema ter-se-á alargado naturalmente ao Índico, reproduzindo até o combate ao Islão, tendo em conta a difusão desta religião na Ásia. No entanto, o facto de o inimigo ser, em grande medida, o muçulmano (referido nas crónicas e na correspondência como “mouro”), não justificava todo e qualquer acto de violência – os tratados acordados com grande parte das potências indianas previam precisamente um clima de paz aliado à mercancia, abandonando a luta armada. Assim, a guerra só se justificava se fosse “justa” ou “defensiva” – como são os casos dos cercos de Diu. O capitão da fortaleza di-lo ao infante D. Luís: «[...] pareceo-me bem [...] hos leyxar a eles começar a guera pera de todo fycarmos com mays justa caussa da nossa parte»⁵⁶⁰. Não escondia também a grande vantagem que o cerco e a vitória portuguesa traziam à fazenda régia: o domínio total da cidade de Diu e das riquíssimas rendas da alfândega⁵⁶¹.

Os diversos combates do cerco, bem como a resistência em si, estão imbuídos desta busca incessante pelos grandes feitos. Ilustremos esta realidade com dois

⁵⁵⁷ C.D.J.C., p. 96.

⁵⁵⁸ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 292.

⁵⁵⁹ C.D.J.C., p. 137.

⁵⁶⁰ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 144.

⁵⁶¹ Carta ao governador, de 5 de Maio, *Hist. Quinhentista*, p. 154.

episódios. O primeiro remete-nos para a explosão do baluarte S. João, a 10 de Agosto. Como atrás explicámos, a minagem guzerate chegou às fundações do dito bastião. Certo da operação pela movimentação suspeita das tropas inimigas, D. João de Mascarenhas mandou retirar o contingente português aí presente. Seguindo a ordem dada, D. Fernando de Castro e os restantes homens começaram a abandonar o local, sendo interrompidos por Diogo de Reinoso que, apelando ao serviço do Rei, exortou os homens a não abandonarem o baluarte⁵⁶². Nas palavras do capitão, a atitude destes homens dera-se porque «[...] ouverão por fraqueza deçersse»⁵⁶³, um claro sinal de que imperara a procura dos valores centrais, desrespeitando uma ordem directa do capitão da fortaleza.

O segundo caso reporta-se à decisão do governador (e do seu conselho) de darem batalha às forças guzerates, no dia 10 de Novembro. D. João de Castro explica ao rei que a escolha por esse dia se dera, porque lhe parecera que «[...] se perdia reputação saberem que o Governador da India estivera cercado hum so dia»⁵⁶⁴, ou seja, pondo em causa a sua fama e a sua honra. Tendo em conta o seu cargo (representante do próprio D. João III nas partes orientais), esta opção mostrava ser a única viável, sob pena de pôr em causa os próprios valores do poder central, poder este responsável pela entrega e reconhecimento da honra, do proveito, da fama e da glória.

Como referimos anteriormente, os valores centrais vigentes associavam-se frequentemente a uma ideologia cristã, de pendor miraculista⁵⁶⁵. Segundo a crença messiânica (esbatida face ao ideal imperial manuelino, mas ainda fortemente implantada), o reino português detinha uma importante missão: difundir o cristianismo e combater os inimigos da fé. Estes objectivos eram também vistos como forma de atingir os quatro valores mencionados, pois, como o autor anónimo de *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia* defendia, nos finais do século XVI, «na vida soldadesca se pode ganhar o Ceo e podem ficar os soldados honrados na terra [...] Esta he a escada do primor por onde avemos de sobir à honra que desejamos, cujo primeiro degrao he o augmento da fe»⁵⁶⁶.

⁵⁶² *Lendas da Índia*, pp. 502-503. Não duvidamos da culpa de Reinoso, pois o governador queixa-se ao rei que o erro fora de «[...] certo homem que ahí estava, a quem eu tinha feito muito bem e havido muita merce de Vosa Alteza» - *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, pp. 297-298.

⁵⁶³ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 148.

⁵⁶⁴ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 303.

⁵⁶⁵ Entendemos o conceito de “ideologia” como uma «orientação de valores intensamente vivida e aceite, com o objectivo de enformar a acção de uma comunidade humana» in João Marinho dos Santos – «A ideologia dos Descobrimentos e da Expansão...»..., p. 50.

⁵⁶⁶ *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, Lisboa: por Jorge Rodrigues, 1630, fl. 4 e 5v.

Interessa observar que esta ideologia se reflectia na convicção de uma superioridade militar, traduzida na intervenção directa de Deus e da corte celeste nos combates, e na respectiva protecção conferida por este elemento sagrado. Mascarenhas escreve a Castro, em finais de Agosto, que deve a Deus a resistência face aos guzerates, não esquecendo de mencionar que «[...] elle foy o que pelejou por nos ate'gora»⁵⁶⁷. Tal como em Ourique, onde Cristo apparecera a D. Afonso Henriques (mito central desta ideologia miraculista⁵⁶⁸), também em Diu terá surgido uma figura divina, na batalha final do cerco, favorecendo a acção dos portugueses: no topo da igreja da fortaleza, apparecera uma mulher com o rosto tão branco que nenhum guzerate conseguira olhar para ela sem cegar⁵⁶⁹. Virá a ser conhecida pelos testemunhos dos prisioneiros da batalha, sendo-nos garantido que terão sido entrevistados separadamente para confirmar a veracidade do milagre⁵⁷⁰.

A obra *Primor e Honra* afirmava que «no zelo do augmento da fé, lealdade do serviço, amor da nação, credito do Estado, não há nenhum soldado de consentir que alguém lhe ganhe»⁵⁷¹. Por sua vez, o autor do *Tratado sobre o Segundo Cerco de Diu*, presente no cerco, realçava que a luta era travada pelo serviço do rei e «[...] nam pretendiam tanto de salvar as propias vidas»⁵⁷², o que, não obstante o ideal nobre, não correspondia totalmente à verdade. Concretizemos: o medo (condição inerente ao ser humano), a necessidade de sobrevivência e a adrenalina do combate ultrapassavam muitas vezes os objectivos e as crenças colectivas, individualizando os soldados no momento de defesa. Nas palavras de Diogo do Couto, num dos combates de Julho «[...] se viram os nossos em estado, que pelejáram só por sua defensão, e não pela da fortaleza»⁵⁷³. Tal afirmação parece-nos válida para outros momentos do cerco, pois não esqueçamos que a vivência destes homens de armas estava intrinsecamente ligada à sua condição terrena e aos factores morais e psicológicos que os motivavam. O sentimento mais primário (a sobrevivência do próprio indivíduo) sobrepunha-se, por vezes, a qualquer valor central e a qualquer ideologia.

⁵⁶⁷ Carta a Castro, *Hist. Quinhentista*, p. 162.

⁵⁶⁸ Veja-se João Marinho dos Santos – «O papel fundamental da ideologia» in *A guerra e as guerras...*, pp. 109-118.

⁵⁶⁹ Cf. o testemunho do governador na *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 305, e a descrição de *Tratado Segundo Cerco de Diu*, pp. 92-93.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 92.

⁵⁷¹ *Primor e Honra...*, cit., fl. 132v.

⁵⁷² C.D.J.C., p. 53.

⁵⁷³ *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 113.

7.2. O comando, os feitos de armas e o convívio com o adversário

Enquanto membros de uma cadeia hierárquica militar, os soldados e capitães portugueses presentes em Diu obedeciam a conjunto de normas de conduta, responsáveis pela organização da arte da guerra quinhentista. O papel do comando e a respectiva conduta dos comandados desempenhavam uma peça fulcral nas operações militares encetadas.

Quanto à estrutura de comando, lembra-nos Maquiavel que «[...] quando um capitão não sabe ou não cuida falar às tropas, surgem situações mediante as quais um exército se arruína», pois estes discursos «[...] afastam os temores, levantam o moral, reforçam a obstinação, desfazem enganos, promete prémios, mostram os perigos e a forma de os superar, repreendem, imploram, ameaçam, enchem de esperança, louvam, vituperam e fazem todas aquelas coisas pelas quais as paixões humanas se apagam ou se atiçam»⁵⁷⁴. No caso em estudo, o capitão da fortaleza e o Governador concentravam em si toda a estruturação do sistema defensivo local (em Diu) e geral (do “Estado da Índia”). A competência de D. João de Mascarenhas está bem patente na disposição das forças, na reorganização das muralhas quando necessária, na preparação logística dos combates e do próprio dia-a-dia – D. Álvaro de Castro e Vasco da Cunha tecem-lhe grandes elogios em pleno cerco⁵⁷⁵.

Quanto a D. João de Castro, bastará lembrar a sua preocupação constante face ao rápido avançar do cerco. Os contínuos reforços enviados e a definição da estratégia a adoptar ilustram, não apenas o seu empenho pessoal, mas também a importância de Diu no “Estado da Índia”, enquanto peça fulcral para o domínio do Índico. A sua dedicação ao serviço do rei está bem patente na sua reacção ao receber a notícia, em Goa, da morte do filho, D. Fernando. Pela necessidade de organizar a próxima armada de socorro, e de mostrar à população que a fortaleza se encontrava segura, o governador não fez luto pela perda do filho, mantendo todas as suas actividades normais – chorava a sua morte desoladamente à noite, em privado, na sua câmara⁵⁷⁶.

⁵⁷⁴ *Arte da Guerra (Maquiavel)*, p.145.

⁵⁷⁵ Veja-se, por exemplo, a carta de 23 de Outubro de Cunha – *Hist. Quinhentista*, p. 208.

⁵⁷⁶ A descrição é-nos dada por Leonardo Nunes, C.D.J.C., pp. 105-107. Gaspar Correia refere-o brevemente, justificando que a notícia de que a fortaleza não caíra em mãos guzerates «[...] lhe acupou o coração tanto que nom teve lugar pera entrar a paixão da morte do filho, da qual nom mostrou nenhum sentimento – *Lendas da Índia*, p. 526; Miguel Rodrigues escreve que «[...] em lugar de doo se vestio de grãa pela fortaleza ficar segura pelo boom socorro que nella ficava por lho o capitão asy escrever» - carta ao rei, de 24 de Novembro de 1546, *Hist. Quinhentista*, p. 237. A reacção de Castro parece-nos autêntica, pois em carta ao mesmo, datada de 20 de Outubro de 1547, D. João III lamenta a sua perda e louva «[...] no esquecimento da morte do filho a lenbrança do que compria a meu serviço» - publicada em *Hist. Quinhentista*, p. 253.

No que diz respeito aos homens de armas a ordem, a obediência (ou seja, a disciplina) e o primor eram as principais características a serem tomadas em consideração. *Primor e Honra* diz-nos, por exemplo, que a disciplina «[...] he tam importante na guerra e serviço del rey, como aquella sem a qual nenhũa cousa della pode socceder bem»⁵⁷⁷, chegando à conclusão que «[...] antes o soldado deve de sofrer o nome de covarde, que de desobediente»⁵⁷⁸. Apesar das diligências de Mascarenhas em organizar os seus efectivos, sabemos que, por vezes, não cumpriam as ordens dadas. Sebastião Coelho contesta profundamente a atitude dos defensores. Tendo uma vasta experiência na poliorcética, queixa-se que nunca vira «[...] gente cercada tão descuidada nem tão froxa», chegando a deixar lanços de muralha sem qualquer vigilância, permitindo a fuga de muitos escravos para o arraial de Cambaia⁵⁷⁹.

O desrespeito pela ordem vigente conduzia, como era de esperar, ao fracasso. Temos exemplo disso no ataque fora da fortaleza, nos inícios de Setembro. Concretamente, se esta saída fora motivada pelos próprios soldados, estes foram os primeiros a recuarem e a abandonarem as suas posições quando a defesa guzerate mostrou ser maior do que a esperada. A confusão criada pela desordem impediu um ataque uno às muralhas inimigas, espalhando e fragilizando a ofensiva portuguesa. D. João de Castro diz-se informado de que, se estes não tivessem fugido, «[...] avião os nossos cumprida victora, e o cerco fora alevantado com grande honra e fama dos portuguezes»⁵⁸⁰. À luz destes eventos, Diogo do Couto tinha quase razão em afirmar que apenas faltava aos portugueses disciplina militar e obediência na guerra para «[...] fazer em tudo vantagem aquelles antigos Romanos, e ainda a todas as mais Nações do mundo»⁵⁸¹.

Todavia, as gentes de armas mostravam-se capazes de grandes proezas individuais. As crónicas estão repletas de descrições laudatórias dos resistentes de Diu, não apenas como discurso encomendado e panegírico, mas também como testemunhas de uma realidade distante. Vejam-se, como meros exemplos, os actos de bravura de D. Jorge de Menezes, que saiu da fortaleza com trinta homens para roubar umas bandeiras guzerates de um baluarte (por vingança do roubo de uma portuguesa, no baluarte S.

⁵⁷⁷ *Primor e Honra*..., cit., fl. 54.

⁵⁷⁸ *Ibidem*, fl. 55v.

⁵⁷⁹ Carta de 1 de Julho ao governador, *Hist. Quinhentista*, pp. 191-192.

⁵⁸⁰ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 298.

⁵⁸¹ *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 214.

Tomé)⁵⁸², ou de António Correia que foi apanhado pelos homens de Rumeção, quando tentava apanhar um língua, e morreu mártir por não querer abraçar a fé islâmica⁵⁸³. O caso do “soldado do fogo” é revelador de um sacrifício e de uma resistência acima do normal: num ataque às muralhas em finais de Agosto, António Moniz ter-se-á visto quase encurralado no meio da luta, onde as painéis de pólvora incendiavam o local dos combates; prestes a recuar para ir buscar água, foi encorajado a ficar por dois soldados que pouco se importavam das graves queimaduras que sofriam, chegando um deles a argumentar que «em quanto as mãos estão sans e podem pelejar tudo o outro he nada»⁵⁸⁴ – o incentivo funcionara e o fidalgo aí permaneceu, recompensando posteriormente os homens pela audácia demonstrada.

Se, por um lado, todos estes feitos se encontram directamente ligados à luta contra o inimigo muçulmano, por outro, deparamo-nos com nítidos indícios de convivalidade, durante o cerco, entre portugueses e guzerates. As crónicas de Leonardo Nunes referem vários casos desta proximidade. Salientamos o caso de um chocarreiro de Coge Sofar, personagem já conhecida dos portugueses da fortaleza antes do seu assédio que, em pleno cerco (em Maio), pedia autorização para subir aos baluartes, e «[...] vinha estar ha fala, e apanhava as frechas, e via a cava e os muros, e tudo o que queria»⁵⁸⁵. Acabou por ser morto por Vasco da Cunha (sobrinho do fidalgo Vasco da Cunha, que Castro enviaria a Diu) por julgar que vinha espiar as defesas das muralhas⁵⁸⁶.

O mesmo autor nos conta que a chegada de D. Álvaro de Castro foi partilhada com os próprios sitiados, desde o cimo das muralhas, visto que «[...] nunca deixavam de falar conosco»⁵⁸⁷. Os momentos de extrema violência eram, desta forma, intervalados com breves trocas de palavras, resquícios da boa vizinhança existente antes do cerco entre os moradores portugueses da fortaleza e os habitantes gentios ou muçulmanos da cidade, convívio que criara um «costume da conversação»⁵⁸⁸, brevemente estendível durante o ataque de Cambaia.

Suportada por valores fortemente centralizados e por uma vigorosa ideologia miraculista, a defesa portuguesa de Diu deveu-se também a aspectos morais e

⁵⁸² C.D.J.C., pp. 100-101.

⁵⁸³ *Ibidem*, pp. 101-103.

⁵⁸⁴ *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 118.

⁵⁸⁵ C.D.J.C., p. 47.

⁵⁸⁶ *Ibidem*. O próprio autor refere que o capitão da praça nada sabia deste caso, o que leva a supor que os próprios envolvidos sabiam ser uma atitude repreensível.

⁵⁸⁷ *Ibidem*, p. 95.

⁵⁸⁸ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 24.

psicológicos. Não temos dúvida em afirmar que factores de ordem psicossomática garantiram a resistência dos parcos efectivos presentes, ou seja, que o apoio e o conforto psicológico dado pela crença no serviço a Deus, ao rei, e a si próprio actuaram directamente sobre o físico. Contabilizamos aqui aquilo que é impossível de calcular: o esforço e a motivação pessoal. Tais condições, aliadas ao bom comando e ao respeito pela ordem, influenciaram directamente o desempenho dos militares durante os longos meses em análise, justificando as suas acções e opções nos diversos domínios aqui abordados.

8. Da armada de D. João de Castro à batalha do segundo cerco

Analisados os diversos aspectos respeitantes à defesa portuguesa, encontramos na fase final deste cerco. Consideramos os meses de Setembro a Novembro como a fase mais desgastante de toda a ofensiva, sobretudo do ponto de vista humano. Efectivamente, tendo decorrido já cinco meses desde o início da operação, a resistência começava a conhecer bem as tácticas e técnicas guzerates, resistindo facilmente às tentativas de minagem dos diversos baluartes e aos pequenos assaltos às muralhas. Neste sentido, o cansaço começou a tomar conta dos defensores da fortaleza, que apenas aguardavam a chegada do governador. Do lado de Rumeção, as forças de Cambaia também se impacientavam, depois de dezenas de tentativas para vencer os portugueses em combate ou a procurar destruir o sistema defensivo montado.

8.1. A última armada de socorro

Como já tivemos oportunidade de realçar, o plano inicial de D. João de Castro, nos primeiros tempos do cerco, previa um ataque ao sultanato em duas frentes: marítima, através de uma frota comandada por D. Álvaro, e terrestre, coordenando uma série de operações de cavalaria no território guzerate. É para nós claro que o governador não se apercebera da real dimensão do cerco. Não tomara em consideração as forças de Coge Sofar, nem os contínuos reforços que a fortaleza necessitava. O estado de Diu acelerara o envio do filho mais velho e obrigara ao esforço acrescido de disponibilizar homens e recursos para abastecer os sitiados.

Supomos, portanto, que o Governador terá abandonado o seu plano após o envio de D. Álvaro, provavelmente em Agosto. Na carta que lhe endereça, a 24 de Julho, indica-lhe que escrevera uma carta ao seu irmão mais novo, e pedia-lhe que «[...]

depoys do cerco alevantado se vaa convosquo d'armada, temde cuydado de lhe aver laa huuma boa fusta remeyra»⁵⁸⁹ - esta afirmação leva-nos a suspeitar que Castro ainda desconhecia as proporções da operação guzerate, crendo que esta se podia resolver com a intervenção da armada de Julho. As circunstâncias do mês seguinte terão adiado definitivamente o planeado, em boa medida pela falta de informação do desenrolar dos acontecimento – o capitão do “Estado da Índia” queixava-se, no final do mês, que nada sabia de Diu há vinte e seis dias, apontando, no entanto, meados de Setembro para partir de Goa⁵⁹⁰.

A falta de homens obrigara também o governador a atrasar a sua frota. Com poucos efectivos, viu-se forçado a aguardar a chegada de reforços à ilha de Tiswadi, esperando especialmente pela armada do Reino e pelas gentes do Coromandel. Porém, como explicava a D. João III, a situação de Diu e a presença de embaixadores de Cambaia em todos os reinos indianos compelia-o a não perder mais tempo. Concretamente, preferia fixar-se em Baçaim, mostrando uma posição de força face aos «Reis e Senhores da India» e porque «[...] era causa de [os homens] se envergonharem e acabarem de arrancar mais sedo de suas cazas»⁵⁹¹. Além do mais, do Coromandel soubera que apenas um punhado de homens podia participar, e o evidente atraso das naus do Reino levava a crer que devia invernar em Moçambique. Destas últimas, chegaram apenas umas embarcações com alguma correspondência – pelo menos a nau *Flor de la Mar*, capitaneada por D. Manuel de Lima, homem que viria a ter um papel activo na armada de Castro⁵⁹². O capitão-mor desta armada, Lourenço Pires de Távora, só chegou a Cochim após a partida de Goa do Governador. Abandonando a descarga das naus, tomou um catur e rumou à fortaleza sitiada, onde chegou antes que a própria armada⁵⁹³.

Os preparativos da última frota ter-se-ão iniciado após o envio de Vasco da Cunha, nos inícios de Setembro. Diogo do Couto fala-nos de uma rigorosa preparação militar, com alardos e treinos. Chega até a referir a construção de um modelo em madeira da fortaleza de Diu e das muralhas guzerates, graças a um esquema enviado por

⁵⁸⁹ Carta a D. Álvaro, O.C.D.J.C., p. 206.

⁵⁹⁰ Carta a D. Álvaro de 31 de Agosto, *Ibidem*, p. 223.

⁵⁹¹ Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546), p. 300.

⁵⁹² Cf. *Relação das náos e armadas da India com os successos dellas que se puderam saber, para noticia e instrucção dos curiosos, e amantes da Historia da India: British Library, códice Add. 20902*, Maria Hermínia Maldonado (leitura e notas). Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985, p. 58. A carta de Castro a D. Álvaro, de 17 de Agosto, confirma também a chegada de correspondência do Reino, mencionando algumas cartas – O.C.D.J.C., p. 237.

⁵⁹³ Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546), p. 301 e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 81.

Mascarenhas, onde os soldados puderam exercitar as manobras de assalto, «[...] ensaiando-se assim do modo que as haviam de arvorar, encostar e subir»⁵⁹⁴. A confirmar-se esta realidade, D. João de Castro volta a mostrar a sua elevada experiência na arte da guerra, planeando de antemão a acção e orientando os militares para a tática a utilizar⁵⁹⁵.

No momento de partida da principal cidade do “Estado da Índia”, a 20 de Setembro, a derradeira armada de socorro era composta por 25 fustas e catures e 3 galeões, com 1400 a 1500 homens a bordo⁵⁹⁶. Notemos, também aqui, a superioridade dos navios ligeiros perante os de alto bordo e a elevada contribuição dos casados de Goa no aparelhamento dos seus próprios navios⁵⁹⁷. Chegava a Baçaim a 10 de Outubro, aguardando aí a chegada de mais reforços, e «[...] cada dia entravão muitas naos, fustas, catures e lascarins de Goa, e de todas as fortalezas da India»⁵⁹⁸. Para evitar que a espera prolongada demovesse ou enfadasse os homens, a partida em direcção à ilha dos Mortos deveria ser rápida, a 26 do mesmo mês, mas desta vez já com 65 fustas/catures e 12 naus/galeões, mas com o mesmo número médio de combatentes⁵⁹⁹. Nesse local, devia reorganizar toda a armada, aproveitando a aguada e a proximidade de Diu.

Interessante é também o facto de que a preparação logística em Goa foi insuficiente para prover a frota de todo o material bélico necessário. Encontramos na correspondência entre Castro e o filho, no último mês de cerco, vários pedidos por parte do pai do reenvio de material enviado anteriormente para a fortaleza, como pipas de armas, caixões de pólvora, «armas e lanças»⁶⁰⁰. A praça encontrava-se, nesta fase final, tão bem provida que até dispunha dos recursos excedentários, mediante a necessidade da própria armada de socorro. Tais pedidos demonstram também a situação crítica a que o governador chegara, com uma capacidade financeira reduzida e pondo em jogo o provimento da sua armada.

⁵⁹⁴ *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 240. Couto é o único autor a referir estes treinos e a construção do modelo da fortaleza, o que nos leva a duvidar da veracidade da descrição. No entanto, não a colocamos totalmente de parte por se enquadrar possivelmente no conhecimento militar de Castro.

⁵⁹⁵ Veja-se o que escreveu Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «A “reformação” das estruturas militares do “Estado da Índia”»..., p. 143.

⁵⁹⁶ Conforme a carta ao filho, de dia 17 de Setembro, O.C.D.J.C., p. 237.

⁵⁹⁷ Miguel Rodrigues explica que o governador não optara por galés para evitar os altos custos tidos com os marinheiros necessários – Carta ao rei, *Hist. Quinhentista* p. 237; quanto ao papel dos casados: carta de *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 300.

⁵⁹⁸ *Ibidem*, p. 300. Gaspar Correia refere uma ida secreta de Castro a Diu, enquanto a armada se organizava em Baçaim, facto que nos parece pouco provável – *Lendas da Índia*, pp. 540-541.

⁵⁹⁹ *Ibidem*.

⁶⁰⁰ Cf. as cartas de 27 de Outubro, O.C.D.J.C., pp. 251-252 e outra não datada mas do mesmo mês, p. 256.

Seja-nos permitido chamar à atenção para a importante estratégia de dissuasão que a armada do governador adoptou, que passou por impor um clima de terror entre o forte de D. Jerónimo de Noronha e a fortaleza sitiada. A violência servia como prevenção defensiva, marcando psicologicamente o inimigo⁶⁰¹. Para isso, Castro recorreu a D. Manuel de Lima, que partiu duas vezes de Baçaim (encontrando-se na segunda vez com o governador na ilha dos Mortos), correndo toda a costa do sultanato do Guzerate e aplicando uma política de terra queimada, com ataques anfíbios às povoações costeiras. Esta era uma estratégia bem conhecida e já com resultados dados por (entre outros) Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque nas primeiras décadas da presença portuguesa no Oriente⁶⁰². A matança foi tal que «[...] toda a costa de Cambaya era huma lavareda e viva chama, e as praias se viam cheias de mortos»⁶⁰³. Chegou até a entrar no porto de Baçaim com as vergas cheias de guzerates enforcados, causando grande espanto e pavor à população local não cristã⁶⁰⁴. Estas acções intimidatórias visavam, sobretudo, assustar Cambaia e mostrar a vingança portuguesa pelo cerco movido a Diu. D. Álvaro de Castro optou pelo mesmo na fortaleza, mandando cortar as cabeças de todos os ocupantes das naus de Meca tomadas (sem discriminar sexo ou idade), mandando-as de seguida ao rio, para que a corrente as levasse ao arraial e à cidade⁶⁰⁵.

8.2. «A mor vytorya que se ouve nesta tera depois que se ela descobryo»⁶⁰⁶

A armada de socorro terá partido da ilha dos Mortos, a 6 de Novembro, avistando Diu nesse mesmo dia. A frota terá fundeado frente à fortaleza, no dia 7, em pleno oceano, pois a proximidade ao arraial guzerate colocá-la-ia ao alcance da artilharia de Cambaia. Esta mesma artilharia dificultava o desembarque dos homens, pois a chegada do governador era sobejamente conhecida por Rumeção, que não facilitava a entrada destes reforços no forte.

Em conselho com os capitães da armada e com o parecer de Mascarenhas (obtido, com certeza, por carta), Castro encetou uma simples manobra de diversão:

⁶⁰¹ Cf. João Marinho dos Santos – «Impressionar e dissuadir até aterrorizar» in *A guerra e as guerras...*, pp. 269-274.

⁶⁰² Cf. o estudo de Malyn Newitt – «Portuguese amphibious warfare in the East in the sixteenth century (1500-1520)» in D. J. Trim e Mark Charles Fissel (ed.) – *Amphibious Warfare 1000-1700. Commerce, state formation and European expansion*. Leiden: Brill, 2006, pp. 103-121.

⁶⁰³ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 301.

⁶⁰⁴ *Ibidem*, p. 300.

⁶⁰⁵ *C.D.J.C.*, p. 112.

⁶⁰⁶ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 150.

vistoriou a própria ilha no dia 8, num pequeno navio, sob fogo guzerate, especialmente a zona do chamado baluarte Diogo Lopes de Sequeira – uma estrutura existente no lado do mar, defendendo um pequeno local de desembarque – dando a crer que podia aportar ali. Para reforçar a ideia, mandou três caravelas bombardear o dito baluarte durante todo o dia seguinte, acompanhado de fortes tiros do baluarte do mar para o arraial. Distraídos por estes ataques, os guzerates não se aperceberam da manobra portuguesa, que permitiu fazer entrar os reforços de noite, por umas bombardeiras da couraça grande, através do uso de umas escadas de madeira⁶⁰⁷.

Entrados os homens e capitães em Diu, o Governador reuniu conselho para determinar a forma de dar batalha ao exército de Rumeção⁶⁰⁸. Observemos que a fina flor da nobreza se encontrava naquele momento em Diu, deixando as fortalezas do “Estado da Índia” com os presídios muito desfalcados. Na eventualidade dos principais capitães e do governador serem mortos, a estrutura militar e administrativa lusa perderia grande parte dos seus quadros, colocando em perigo a própria sobrevivência da Índia portuguesa, pois não apenas o sultão de Cambaia se via na possibilidade de retomar Diu e atacar Baçaim, mas os restantes potentados indianos encontrariam motivação para atacar as demais praças. Estava em jogo muito mais do que o simples descerco da fortaleza de Diu.

Optando por dar batalha, D. João de Castro começou a preparar o seu exército, composto por pouco mais de 2000 homens – cerca de 1600 da armada e 500 já presentes no forte⁶⁰⁹. Encetou um dispositivo tático simples, apoiado por uma nova manobra de diversão: Nicolau Gonçalves, mestre das naus da carreira da Índia, comandou sensivelmente 50 fustas desmastreadas (dependentes dos remos, que lhes conferiam uma maior agilidade), transportando somente os marinheiros necessários, bem como os bombardeiros para disparar as bocas-de-fogo aí presentes e muitos instrumentos de guerra, fingindo aí estar o próprio governador; tinha como missão dirigir-se ao baluarte

⁶⁰⁷ Cf. *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, pp. 301-302; *Tratado Segundo Cerco de Diu*, pp. 82-83; *C.D.J.C.*, pp. 116-117. Outras propostas foram discutidas quanto ao desembarque, nomeadamente realizar-se no dito baluarte de Diogo Lopes ou no entulho que servia de ponte entre a ilha e o continente – *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 301.

⁶⁰⁸ Conforme *Ibidem*, p. 303 – alguns cronistas colocam esta reunião antes do desembarque. Em todo caso, a sua existência e as questões levantadas têm todo a relevância, independentemente do momento. Veja-se o episódio narrado em *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, pp. 252-254.

⁶⁰⁹ Na carta ao monarca, Castro fala-nos em 2000 homens (*Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*., p. 305), e Leonardo Nunes (*C.D.J.C.*, p. 122) diz-nos que a vanguarda era composta por 400, o que corresponde aproximadamente ao número de homens da fortaleza em Outubro, cf. carta do capitão a Castro, *Hist. Quinhentista*, p. 172. No alvará de cavaleiro de Sebastião Mendes, o governador chega a mencionar que eram 2500 homens, número que não recusamos, não obstante não coincidir com os dados recolhidos nas diversas descrições – *O.C.D.J.C.*, p. 337.

de Diogo Lopes e simular o desembarque do grosso das tropas do Governador. Ludibriado já pelos bombardeamentos do dia anterior, previa-se que Rumeção viesse a reforçar grandemente o contingente presente no baluarte, fragilizando a defesa das muralhas da fortaleza e aliviando aí a pressão existente – denotamos claramente a importância dada ao comando português, pelo interesse guzerate em reforçar essa zona com o objectivo de atacar rapidamente esse comando. Simultaneamente, os portugueses atacariam pelo lado do forte, saindo pela porta da fortaleza, apanhando o capitão guzerate desprevenido.

Organizaram-se os homens em apenas dois contingentes: uma vanguarda, capitaneada por D. João de Mascarenhas e composta pelos homens que defendiam Diu aquando da chegada da armada (os últimos resistentes), e uma retaguarda comandada pelo Governador, constituída pelos reforços da frota de socorro. António Correia, feitor de Baçaim, ficou com cerca de 200 soldados na fortaleza, evitando que esta fosse atacada no decorrer da batalha – ficavam também aí os doentes e os feridos que não conseguiriam subir escadas ou saltar as muralhas guzerates⁶¹⁰. Castro e Mascarenhas resolveram até remover as portas da fortaleza, em jeito de desafio aos sitiados e para que nenhum soldado português procurasse regressar à fortaleza por medo⁶¹¹. Do lado guzerate, como já vimos, estavam cerca de 20.000 soldados (fora os trabalhadores), preparando o combate que decisivo na operação iniciada por Coge Sofar meses antes.

Ao amanhecer de dia 10 de Novembro, após missa rezada, três foguetes foram lançados a partir da couraça grande. Era o sinal do início do ataque português, que marcava o abandono da posição defensiva tomada em Abril⁶¹². Enquanto os navios de remo procuravam aproximar-se do lado do mar, com grandes gritos, barulho de instrumentos e descarregando a artilharia, a frente de Mascarenhas saía da fortaleza com toda a força – era finalmente chegado o momento da desforra. Leonardo Nunes deixou escrito que o capitão colocou na frente das fileiras os homens munidos de espingarda, seguidos então dos fains «[...] num esquadrão çerrado»⁶¹³ – interessante disposição,

⁶¹⁰ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 303.

⁶¹¹ Cf. *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 150 e *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 95.

⁶¹² A batalha do segundo cerco é descrita por Saturnino Monteiro na sua obra *Batalhas e combates da Marinha portuguesa*. Vol. III – 1539-1579. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, pp. 89-93. No entanto, a análise apresenta diversos erros e lacunas, misturando vários elementos e apresentando um esquema da batalha com notáveis erros de interpretação. Para a sua reconstituição usamos sobretudo a *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, pp. 303-305, a *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 150 e as descrições de Leonardo Nunes: *Tratado Segundo Cerco de Diu*, pp. 85-93 e C.D.J.C., pp. 122-132 – veja-se o mapa VII em anexo, apresentando a nossa leitura da batalha.

⁶¹³ *Ibidem*, p. 122.

que poderá indicar uma proximidade com o sistema de ordenanças implantado pelo Governador. Os efectivos guzerates que defendiam as suas muralhas atiraram fortemente sobre os portugueses, usando os arcabuzes e a artilharia. Tal desorganizou parte da frente de combate, fazendo recuar alguns lascarins, assustados com as pesadas baixas naquele primeiro momento. Valeu-lhes a chegada da retaguarda, e a acção do comando de Castro, que incentivou o avanço, gritando (disfarçadamente) à multidão que o Governador já se encontrava nas muralhas inimigas.

Subindo pelas inúmeras escadas preparadas previamente ou pelas pequenas brechas abertas pela artilharia do baluarte do mar, os portugueses rapidamente se encontraram no cimo das muralhas. O domínio do combate esteve claramente do lado português, que ultrapassou a defesa guzerate aí presente. Coube ao Governador correr as estâncias inimigas, em direcção ao mar, despejando os baluartes construídos à frente da fortaleza. Desta forma, procurava garantir a segurança da fortaleza para partir posteriormente para o baluarte Diogo Lopes. Distraídos pela manobra das fustas, as forças de Cambaia só se aperceberam do logro quando ouviram os gritos da batalha a aproximarem-se. Porém, já era demasiado tarde para recuperar o campo e o arraial. A movimentação táctica funcionara na perfeição, iludindo os guzerates e possibilitando um fulgurante avanço português. Rumeção (presente provavelmente no baluarte perto do mar) procurou reorganizar as forças e enfrentar os portugueses, ataque que pouco serviu perante o ímpeto dos homens de Castro e Mascarenhas. Desmoralizados pelo próprio ataque surpresa e pela rapidez da ofensiva lusa, os soldados guzerates começaram a retirar desordenadamente, motivo que facilitou a grande mortandade atingida. É este ataque à parede guzerate que a tapeçaria do descerco da fortaleza de Diu representa – a saída dos portugueses e a entrada no arraial inimigo⁶¹⁴.

A fuga dos derrotados foi dificultada pelas portas da cidade, que se encontravam fechadas e seladas com pedras, medida tomada por Rumeção por temer um ataque português por esse lado. Apenas uma porta ficara aberta, permitindo um caminho fácil para escapar à carnificina. Aqueles que não tinham tempo de fugir por aí tentavam sair pela cava seca da cidade, atirando-se e esperando que a queda não os matasse – algo que não aconteceu na maior parte dos casos. Os que sobreviviam ao salto eram muitas vezes apanhados pelo arremesso de pedras pelos portugueses postados no cimo do fosso, matando-os ou deixando-os em profunda agonia. Vendo a batalha perdida, não obstante

⁶¹⁴ Cf. *Tapeçarias de D. João de Castro*, pp. 202-209.

o número maior de efectivos, o principal capitão do Sultão optou também pela fuga. Todavia, terá trocado de roupa com o seu faraz (tratador de cavalo), com o intuito de passar despercebido, acabando por saltar para a cava; aí foi apanhado por um pedregulho lançado por um português, que «[...] lhe fez saltar os miolos pelas orelhas e pelos olhos, que heram as partes de que elle tam mal quis usar em tam arduo e importante neguocio»⁶¹⁵.

Seguindo aquilo que Fernando Oliveira defenderá posteriormente («Quem poupa seu imigo acrescenta em seu trabalho»⁶¹⁶), o Governador avisara os combatentes portugueses que nenhum guzerate ou habitante de Diu devia ser poupado, proibindo desta forma os prisioneiros de guerra. Apesar de a ordem ter sido desrespeitada, tendo sido capturados cerca de 600 homens, os sitiados assumiram uma postura de verdadeira vingança, fazendo «cruzas fortes»⁶¹⁷. Não descrimaram sexo, idade ou condição física e nem poupavam sequer os animais. O relato mais vivo é de Nunes que, quanto às mulheres grávidas, nos diz que as matavam «[...] tirando-lhe as criaturas do ventre e punham-lhas sobre os peytos feitos em pedaços»⁶¹⁸. Perseguido os homens em fuga, os portugueses «[...] semearam os campos de corpos mortos e as ribeyras do ryo»⁶¹⁹. Estamos, claro, perante o lado selvagem da guerra, onde a violência (enquanto característica inerente ao próprio ser humano) se manifestou fortemente⁶²⁰. A documentação não diferencia, neste caso, os muçulmanos dos hindus, o que nos leva a crer que, possivelmente, Castro procurou evitar a matança destes últimos, pelo seu relevante papel no comércio da cidade.

Sabedor dos meandros da arte da guerra, e conhecendo com certeza os conselhos de Vegécio e Maquiavel sobre a perseguição aos derrotados⁶²¹, D. João de Castro tomou um cavalo e recolheu os seus homens, encarregando posteriormente um conjunto de capitães de bater a cidade para encontrar e matar os sobreviventes.

Entregou o saque da cidade aos lascarins, acto significativo por lhes conferir uma importância considerável face aos próprios homens de armas e casados portugueses

⁶¹⁵ C.D.J.C., pp. 128-129.

⁶¹⁶ Fernando Oliveira – *Arte da Guerra no Mar...*, p. 134

⁶¹⁷ C.D.J.C., p. 129.

⁶¹⁸ *Ibidem*.

⁶¹⁹ *Ibidem*, p. 130.

⁶²⁰ Sobre as relações entre a violência, a guerra e a natureza humana (inclusive nas sociedades guerreiras mais primárias) veja-se a excelente síntese de John Keegan – *Uma história da guerra...*, pp. 117-188.

⁶²¹ O texto da antiguidade diz-nos que «aquele que persegue imprudentemente com os seus homens dispersos deseja oferecer ao adversário a vitória que ele próprio alcançara»; na sua senda o autor florentino informa que «perseguir desordenadamente um inimigo já derrotado é correr o risco de passar de vencedor a vencido» - Vegécio, p. 327; *Arte da Guerra (Maquiavel)*, p. 211.

– sabemos bem o interesse no saque que se seguia às acções militares pois representava a forma mais comum de pagar e agradar aos militares envolvidos⁶²². Neste sentido, também os assentou em soldo (medida nunca antes posta em prática) e que mais uma vez realça a importância dada por este governador às tropas locais contratadas⁶²³.

Balanço feito, a batalha trouxe 3000 perdas guzerates, e mais de 600 cativos, incluindo Juzarcão, um dos capitães do Guzerate. Tomara-se também a bandeira do Sultão e uma trintena de peças de artilharia. Do lado português, entre 50 a 60 homens morreram neste combate, ficando cerca de 300 feridos, e maior parte deste dano dera-se no ataque às muralhas, sob fogo inimigo, numa posição nitidamente desfavorecida⁶²⁴. A operação durara duas horas a derrotar e a pôr em fuga os sitiados, ocupando o resto da manhã a expulsar ou executar os últimos sobreviventes na ilha⁶²⁵.

Encerremos este capítulo, analisando a data da batalha do segundo cerco. Como afirmámos, o feito de armas deu-se na manhã da quarta-feira de 10 de Novembro de 1546, véspera de São Martinho. Tal é confirmado por todos os testemunhos presenciais do cerco, como D. João de Castro⁶²⁶, D. João de Mascarenhas⁶²⁷, Leonardo Nunes⁶²⁸, Miguel Rodrigues⁶²⁹, ou por obras baseadas nestes relatos, como a de Diogo de Teive⁶³⁰ ou o *Sumário das coisas sucedidas a Dom João de Castro*⁶³¹. No entanto, um leque alargado de cronistas refere o dia 11 como data do conflito – veja-se Gaspar Correia⁶³², Diogo de Couto⁶³³, D. Fernando de Castro⁶³⁴ e Jacinto Freire de Andrade⁶³⁵. A apoiar a “causa” do dia seguinte está ainda uma carta dos casados e moradores de Chaul a D.

⁶²² Cf. *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 304.

⁶²³ Veja-se tal assento no Livro das Mercês, *Hist. Quinhentista*, p. 305. Leonardo Nunes corrobora a singularidade da medida – *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p.96. Ambos os documentos falam em “mestiços» o que consideramos ser as tropas locais denominadas como lascarins – na longa carta ao monarca, D. João de Castro refere distintamente os casados dos lascarins.

⁶²⁴ *Ibidem*.

⁶²⁵ *Ibidem*, p. 305. Miguel Rodrigues confirmar as duas horas – *Hist. Quinhentista*, p. 238, bem como Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, pp. 565-566.

⁶²⁶ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 305 e o alvará de cavaleiro anteriormente referido, p. 337.

⁶²⁷ *Carta D.J.M. a D. Luís (8-XII-1546)*, p. 150.

⁶²⁸ *Tratado Segundo Cerco de Diu*, p. 86 e C.D.J.C., p. 122.

⁶²⁹ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 238.

⁶³⁰ *Commentarius de rebus a lusitanis in India apud Diumgestis Anno salutis nostrae MDXLVI – Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*. Lisboa: Cotovia/CNCDP, 1995, pp. 130-131.

⁶³¹ *Sumário das coisas sucedidas a Dom João de Castro, governador do Estado da Índia....* Lisboa: Cotovia/CNCDP, 1995, p. 48.

⁶³² *Lendas da Índia*, p. 557.

⁶³³ *Ásia* (Couto), d. VI, vol. 14, p. 260.

⁶³⁴ C.V.R.D.J.C., p. 305.

⁶³⁵ *Vida de Dom João de Castro Quarto Viso-Rey da Índia*. Em Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1651, fl. 289.

João III, de 17 de Dezembro de 1546⁶³⁶, e a lápide da capela de São Martinho, de Diu, datada do ano do cerco e existente actualmente na Sociedade de Geografia de Lisboa⁶³⁷.

Creemos estar perante um processo de adulteração intencional da data da batalha, por parte de alguns autores e de uma subtil memória colectiva, com o simples propósito de a associar ao dia de S. Martinho. Adiado por um dia o desfecho do cerco, este seria especialmente marcado, não apenas pela vitória portuguesa, mas também pela sua ligação à cristandade e à própria ideologia miraculista. A escolha pelo dia deste santo (figura fortemente conotada com a evangelização e também utilizada como símbolo dos militares⁶³⁸) deu-se apenas pela proximidade da data – a importância dada ao seu dia está bem patente quando D. João de Castro data a peleja como «vespera de S. Martinho». E veja-se que, no caso da crónica escrita pelo neto do governador, este tivera acesso à documentação original, chegando até a anotá-la⁶³⁹. Neste sentido, não nos parece que tenha indicado o dia 11 de Novembro por um mero (e improvável) erro de leitura.

Vejamos também a lápide existente na capela de Sta. Catarina de Goa, que assinala esse local de passagem do cortejo triunfal de Castro na cidade, após a vitória de Diu⁶⁴⁰. A pedra contém não apenas uma inscrição lembrando esse cortejo, mas inclui também, na sua parte superior, uma gravura de S. Martinho, cortando a capa para o mendigo. Não obstante a lápide não referir o dia da batalha, a associação do combate a este santo é imediata.

⁶³⁶ *Hist. Quinhentista*, p. XXXIX.

⁶³⁷ Reproduzida em anexo, figura 12 – original na Sociedade de Geografia de Lisboa, N.º de inventário: SGL-6244. Contendo as armas de Castro no centro, a dita inscrição diz: «Esta casa se fez em louvor de nosso senhor e do bem aventurado Sam Martinho porque em seu dia desbaratou o governador Dom João de Crastro todo o poder del rei de Cambaia que tinha cercado esta fortaleza e no mesmo dia per força d'armas lhe tomou a sua nobre cidade e ilha de Dio - 1546» (sublinhado nosso). A transcrição da pedra e respectivo desenho também se encontra na obra de Joaquim Heliodoro Cunha Rivara – *Inscrições de Dio trasladadas das próprias*. Nova-Goa: Imprensa Nacional, 1865, p. 37. A dita capela foi erguida por António Gil, feitor da fortaleza depois do cerco, através da sua fazenda e de esmolas recolhidas. Em carta a D. Álvaro de Castro, de 10 de Janeiro de 1548, explicitava os motivos que o levavam a construí-la (para que «fique memoria pera sempre» do cerco) e a própria lápide que aí colocara. A carta encontra-se actualmente no A.N.T.T., *Cartas de D. João de Castro, Cartas de Diu*, fls. 6r e v e republicada em Francisco de São Luís – *Obras completas do Cardeal Saraiva*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, tomo VI, pp. 273-275.

⁶³⁸ Sobre a importância de S. Martinho cf. Patrick Sbalchiero (dir.) – *Dictionnaire de l'extraordinaire chrétien*. Paris: Fayard, 2002, pp. 512-513.

⁶³⁹ Veja-se o estudo introdutório à crónica na publicação da dita obra.

⁶⁴⁰ A reprodução desta gravura encontra-se em anexo, figura 13 – publicada também na obra de J.B. Aquarone – *D. João de Castro...*, entre as páginas 618 e 619 (figura 42) e na de António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias (dir.) – *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Editorial Ática, 1939, vol. II, entre as páginas 184 e 185.

Assim, a resistência portuguesa fora contemplada com ajuda divina ao longo do assédio à fortaleza, a qual se manifestou por fim na batalha que derrotou o “infiel” muçulmano e assegurou a presença cristã no longínquo Oriente. Ao jeito da morte de D. João I (empurrada para 14 de Agosto, dia da batalha de Aljubarrota⁶⁴¹) a batalha final do segundo cerco de Diu mostrava também ser um tema de propaganda política, militar e religiosa.

⁶⁴¹ Conforme o estudo de Armindo de Sousa – *A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica*. Lisboa: Fio da Palavra, 2009.

CONCLUSÃO

A vitória de 10 de Novembro de 1546 marcou profundamente a governação de D. João de Castro, bem como o próprio “Estado da Índia”. A defesa portuguesa de Diu teve um impacto considerável na Europa, dando origem, não apenas a obras em latim de autores portugueses (como Damião de Góis⁶⁴² e Diogo de Teive⁶⁴³), mas também a pequenos opúsculos dedicados à acção de D. João de Mascarenhas⁶⁴⁴. O próprio D. João III incumbira os seus representantes na corte pontifícia de entregar ao Papa Paulo III um «[...] memorial das novas de Dio que se tyrou das cartas que ho meu capitão mor me escreveo»⁶⁴⁵, dando provavelmente origem à pequena sùmula impressa em Roma, em 1549, cujo título completo documenta suficientemente o interesse em divulgar os feitos portugueses no Oriente: *Summario delle cose successe à Don Giovan di Castro Governator del stato della India per il potentissimo Rè di Portogallo tanto nelle guerre contra lo Ydalcaaon signore della terra ferme qual è presso alla città di Guoa, come anche principalmente nella vittoria che hebbe rompendo l’esercito del Rè di Cambaia*

⁶⁴² *Equitis lusitani de bello cambaico ultimo commentarii tres. Lovanii: Apud Seruatium Sassenum Diestensem, 1549.*

⁶⁴³ *Comentarius de rebus in India apud Dium gestis anno salutis nostrae MDXLV. Conimbricae: excudebant Ioannes Barrerius & Ioannes Aluarus, 1548.*

⁶⁴⁴ Sobre este assunto, veja-se Luís de Matos – *L’expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: FCG, 1991, pp. 458-459, e os opúsculos (em francês e em espanhol) publicados em O.C.D.J.C., IV, pp. 148-173.

⁶⁴⁵ Carta de D. João III a Baltasar de Faria, Dezembro de 1547 – *Corpo Diplomático Portuguez...* Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1884, tomo VI, p. 224.

*qual teneva assediata la forteza della città de Dio, ove era per capitano di essa Don Giovan Mascharenhas, et l'haveva difeso dal detto exercito per spatio di otto mesi che era durato l'assedio*⁶⁴⁶.

A nível local, o assédio à fortaleza iniciou uma longa guerra travada com o sultanato de Cambaia, que será marcada por múltiplos ataques portugueses à costa guzerate, e que se prolongará até 1548. Algumas peças da conhecida colecção das *Tapeçarias de D. João de Castro* (fonte iconográfica passível de ser analisada) retratam estas operações militares levadas a cabo pelo governador⁶⁴⁷.

Simultaneamente, Diu recuperou a sua estrutura defensiva, reerguendo as muralhas destruídas e criando uma nova cintura muralhada. As obras, ocorridas entre Novembro de 1546 e Abril de 1547, procuravam dotar a ponta da ilha de um sistema capaz de resistir a um cerco de maiores dimensões, através da construção de bastiões abaluartados, seguindo o novo modelo de construção militar aplicado anteriormente em Ceuta e Mazagão⁶⁴⁸. Coordenada pelo Mestre Francisco Pires⁶⁴⁹, a reconstrução da fortaleza incluiu o trabalho de todas as pessoas disponíveis (incluindo até homens ligados à actividade marítima e fidalgos), como pedreiros, cabouqueiros, ferreiros, carpinteiros, mocadões (chefes de tripulação, capatazes), bigarins (mariolas, homens contratados para servir e carregar), *boys* (homens que exercem misteres baixos, como os de carregador e aguadeiro) e mulheres (não se especificando o seu papel nas obras)⁶⁵⁰. Como nos diz Gaspar Correia, o governador necessitava de proteger Diu de um possível ataque rápido ordenado pelo Sultão – ameaça real pela proximidade de alguns contingentes guzerates de cavalaria, destacados para terra firme, frente à fortaleza⁶⁵¹.

Todavia, D. João de Castro não possuía os meios financeiros necessários para este investimento. O seu próprio neto e biógrafo nos conta que terá gasto uma soma considerável nas mercês concedidas aos homens presentes na batalha de 10 de

⁶⁴⁶ Publicado com apresentação de José Manuel Garcia – *Sumário das coisas sucedidas a D. João de Castro, governador do Estado da Índia...*

⁶⁴⁷ Cf. *Tapeçarias de D. João de Castro*.

⁶⁴⁸ Cf. a entrada sobre «Diu» in José Mattoso (dir.) – *Património de Origem Portuguesa...*, pp. 121-125.

⁶⁴⁹ Sousa Viterbo adianta alguns elementos sobre este especialista na arquitectura militar em *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: INCM, 1988, vol. II – H/R, pp. 299-303.

⁶⁵⁰ Sobre as despesas da reconstrução de Diu, veja-se a documentação de teor económico-financeira existente actualmente na Biblioteca da Ajuda (Lisboa), Códice 51-VII-19, tal como o «Caderno das despesas que se fizeram no fazimento da fortaleza de Diu que o senhor governador Dom João de Castro fez de novo», documentação que pretendemos publicar futuramente.

⁶⁵¹ *Lendas da Índia*, IV, p. 579.

Novembro⁶⁵². Via-se, assim, numa situação delicada, pela quase revolta dos lascarins que aguardavam o pagamento da recompensa prometida⁶⁵³. Recorreu, então, numa primeira fase, a um empréstimo de vinte mil pardaus de tanga, concedido pela câmara de Goa, oferecendo como penhor alguns pelos da sua barba. Acabou por devolver toda a soma sem a utilizar, tendo em conta o apresamento de uma nau de Meca com o valor de vinte mil pardaus. Feitas as contas, a empreitada custou 9450 pardaus de tanga, quantia que não sobrecarregou o aparelho financeiro português e que ficou muito aquém do esperado⁶⁵⁴.

O êxito da armada de socorro de Castro trouxe também a “glorificação” do próprio Governador, de que resultou a sua nomeação como vice-rei, em 1548 (pelo feito de Diu⁶⁵⁵), e a entrada triunfal em Goa (igualmente imortalizada em algumas peças das referidas tapeçarias)⁶⁵⁶. Exibindo pela cidade o espólio guzerate apreendido, o Capitão-Mor do “Estado da Índia” recebeu uma coroa e uma palma, de clara inspiração romana, celebrando a sua acção heróica e promovendo a sua figura. O triunfo incluía até uma réplica em madeira da fortaleza de Diu, com lascarins e artifícios de pólvora (bombas de fogo, bombardas, espingardas e panelas), bem demonstrativo do interesse em mostrar as próprias armas de defesa⁶⁵⁷.

Não temos dúvida em considerar a vitória de D. João de Castro e de D. João Mascarenhas como uma das mais importantes do Oriente português quinhentista, especialmente pelo seu impacto ideológico em Portugal e na Europa, evidenciando a acção dos portugueses na Ásia, não obstante os parcos efectivos presentes. A resistência da praça sitiada estabeleceu-se, no imaginário português, como paradigma da poliorcética oriental e como modelo de sacrifício em prol de um bem maior, isto é, da salvaguarda da fortaleza portuguesa, cristã, em território hostil. As várias estrofes que Luís de Camões dedica a este cerco provam-no bem⁶⁵⁸.

Esta operação militar representou o culminar de um gradual ambiente de guerra “fria” nas relações luso-guzerates. Uma visão abrangente das relações entre estas duas

⁶⁵² C.V.R.D.J.C., p. 343.

⁶⁵³ Jacinto Freire de Andrade – *Vida de Dom João de Castro, quarto vizo-rei da Índia*. Lisboa: Na Officina Craesbeeckiana, 1651, fl. 308.

⁶⁵⁴ «CADERNA DAS DESPESAS...» in fl. 235.

⁶⁵⁵ Cf. Luciano Ribeiro – *Registo da Casa da Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, vol. I, p. 91. É importante relevar que este caso (de ascensão consecutiva ao cargo de Vice-rei) é único no panorama da governação do “Estado da Índia”.

⁶⁵⁶ Veja-se a análise deste cerimonial por Catarina Madeira Santos – «Goa é a chave de toda a Índia». *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: CNCDP, 1999, pp. 256-263.

⁶⁵⁷ *Ibidem*, p. 263.

⁶⁵⁸ Luís de Camões – *Os Lusíadas...*, c. X, e. 68-71.

potências permite-nos observar um clima contínuo de fricção e de hostilidade. Se a chegada dos portugueses ao Índico representou a intrusão de um elemento externo ao comércio (então dominado pelos negociantes de Cambaia), a progressiva implantação destes europeus nestes territórios veio dificultar seriamente a supremacia comercial guzerate, substituindo os mercadores desta nacionalidade e perseguindo largamente as suas embarcações⁶⁵⁹. As tentativas de conquista de Diu, e a conseqüente entrega de Baçaim e daquela praça, vieram resfriar os ânimos durante breves tempos. O primeiro cerco, em 1538, demonstrou a séria ameaça aos interesses portugueses na região. O conseqüente período entre cercos foi responsável pelo aumento crescente de instabilidade. A operação de 1546 mostra ser, desta forma, a última tentativa militar de peso considerável, por parte do Guzerate, para tentar retomar a fortaleza cedida e o domínio do Golfo de Cambaia.

Os seis meses e meio de cerco permitem-nos observar alguns aspectos relevantes da guerra quinhentista oriental e portuguesa. A operação iniciada por Coge Sofar revela, em parte, a inexistência de uma oposição efectiva e organizada pelo poder central guzerate. Não obstante a presença do sultão no arraial, toda a preparação logística e a organização do assédio esteve a cargo deste mercador e capitão de Cambaia. A sua origem europeia, e a sua rápida ascensão na corte de Bahadur Shah e do seu sucessor, demonstram bem a permeabilidade do Guzerate à influência externa, sobretudo no que toca ao comércio. A contratação de tropas mercenárias (sobretudo da zona do Mar Roxo) revela a fragilidade do aparelho bélico de Cambaia, pouco predisposto a fornecer homens de armas para uma manobra cujo desfecho era desconhecido. A expansão do império Mogol naquele momento terá, provavelmente, diminuído os recursos passíveis de serem canalizados contra o domínio marítimo português, face à ameaça terrestre em causa.

Como demonstrou Geoffrey Parker, a chamada “revolução militar”, e em particular aquilo que consideramos a “revolução da artilharia”, nos finais da Idade Média (na Europa), foi decisiva para afirmar o poderio do “Ocidente” nas quatro partes do globo⁶⁶⁰. Destacamos, claro, a associação entre a artilharia embarcada e de sítio, enquanto binómio fundamental para esta superioridade. Só este elemento bastou para

⁶⁵⁹ Veja-se o caso de Malaca, onde os tâmules (ou quelins), mercadores hindus, substituíram os guzerates pela preferência dos portugueses – Luís Filipe F.R. Thomaz – «Os portugueses nos mares da Insulíndia século XVI» in *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, pp. 578-579.

⁶⁶⁰ Geoffrey Parker – *The Military Revolution. Military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 2ª edição.

impor, numa primeira fase, a presença portuguesa em lugares onde estas mudanças na arte de guerra não tinham chegado⁶⁶¹. O próprio tipo de guerra que também caracteriza esta época (de desgaste [face a uma estratégia de extermínio], isto é, demorada, acumulando pequenas vitórias e corroendo os recursos económicos do inimigo⁶⁶²) foi adoptado pelos portugueses na luta contra Cambaia – os rápidos ataques anfíbios à sua costa não eram mais do que uma tentativa de debilitar o sultanato, obrigando-o a enfrentar directamente as forças lusas ou a capitular por exaustão.

A constante preocupação portuguesa em manter o desnível tecnológico, isto é, em impedir a existência de meios de qualidade igual ou superior nos “outros”, mostrou ser justificada no que diz respeito às forças guzerates em apreço. Através das infindáveis redes comerciais que ligavam este sultanato a todo o Índico-Pacífico e ao Médio Oriente, a utilização de armamento pirobalístico era uma realidade crescente. O número de bocas-de-fogo presentes durante o cerco (cuja apreensão de trinta e cinco no rescaldo da batalha de 10 de Novembro é prova disso) demonstra uma prática relativamente frequente e recorrente em operações desta dimensão. Contudo, tal como as forças otomanas, os guzerates mostravam ser bons imitadores, copiando e utilizando o armamento inimigo mais desenvolvido, mas pobres na área da inovação⁶⁶³. Utilizavam simplesmente as peças reproduzidas e demonstravam, por vezes (como vimos neste cerco), uma certa inaptidão no aproveitamento no potencial das armas de fogo.

A utilização, por exemplo, da artilharia (por si só) foi insuficiente para tomar a fortaleza sitiada. A existência de peças de má qualidade aliava-se à pouca prática operacional dos bombardeiros contratados por Coge Sofar, o que justifica a (em parte) fraca eficácia deste material na destruição dos baluartes e das cortinas de muralha. A própria minagem, encetada com um rigor e um engenho notáveis, só obteve o efeito desejado uma vez (na explosão do baluarte S. João) – todas as outras foram frustradas pela defesa portuguesa. É também necessário considerar que a principal força militar guzerate residia, tal como todas as outras potências indianas, na cavalaria⁶⁶⁴, o que demonstra uma incapacidade natural para ofender os portugueses, encravados em

⁶⁶¹ Veja-se a interessante síntese sobre a importância da artilharia de John Keegan – *Uma história da guerra...*, pp. 413-504.

⁶⁶² *Ibidem*, p. 43.

⁶⁶³ O caso otomano é tido em conta por Geoffrey Parker – *The military revolution...*, pp. 126-127.

⁶⁶⁴ Cf. *Art of War in Medieval India*, p. 94-104.

fortalezas costeiras fortemente apoiadas por armadas e pela sua respectiva artilharia embarcada.

Por seu lado, a resistência portuguesa inviabilizou os planos de Coge Sofar, através da conjugação de diversos factores. A organização local e central da defesa foi, sem dúvida, um deles. A acção de Mascarenhas em Diu e de Castro em Goa, comunicando mutuamente através de meios de informação eficazes, garantiu a criação de um sistema defensivo competente, baseado, não apenas na organização das tropas mas também no aproveitamento de todos os meios existentes. Se o primeiro conseguiu mobilizar todas as forças presentes, enquadrando cada homem e mulher no seu lugar, oferecendo um comando forte e rigoroso, o segundo delineou todo o sustento fornecido, e preparou, no final, uma estratégia operacional que permitiu iludir o inimigo e vencê-lo em batalha. Estamos, sem dúvida, na presença de dois fidalgos experimentados na arte da guerra do seu tempo, adoptando e adaptando os seus conhecimentos militares à defesa da praça.

O poder e a eficiência naval, aqui representados pelo apoio logístico, sustentaram grandemente as necessidades da fortaleza sitiada, quer através do envio de víveres e material bélico, quer do de soldados – a associação entre a armada e a fortaleza foi responsável por esta nítida vantagem. Claro está, um uso moderado (mas certo) do armamento pirobalístico foi decisivo para contrapor o poder de fogo inimigo. Destacamos o uso de engenhos explosivos, enquanto armas de proximidade vastamente utilizadas na protecção das muralhas.

Todavia, tão ou mais importante que os factores técnicos e táticos, foram especialmente um conjunto de valores centrais fortemente partilhados por todos os portugueses, aliados a uma ideologia miraculista, que sustentaram a defesa da praça. Mais do que um simples incentivo, estes dois últimos factores moviam toda uma engrenagem fragilizada por um estado de alerta constante e por ataques frequentes e repetitivos.

É curioso notar que praticamente todos estes factores foram também responsáveis pela defesa de Chaul, cerca de 25 anos depois, no cerco colocado à fortaleza pelas forças do Sultão de Ahmadnagar⁶⁶⁵. Tais permanências indicam uma estrutura consideravelmente delineada e pronta para reagir em caso de “crise” militar.

⁶⁶⁵ Veja-se a interessante abordagem de R.O.W. Goertz – «Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571» in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (ed.) - *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa: actas*. Lisboa: IICT, 1985, pp. 265-292.

Tal leva-nos a supor que o cerco de 1546 terá contribuído para a consolidação do próprio sistema defensivo do “Estado da Índia”, na segunda metade do século XVI.

John Keegan considerava uma fortaleza como «[...] um local não apenas de segurança face a um ataque mas também de defesa activa, um centro onde os defensores estão a salvo da surpresa ou de adversários em número superior e também uma base a partir da qual podem fazer surtidas para travar o avanço dos predadores e para impor controlo militar sobre a área onde têm interesses.⁶⁶⁶ Referia ainda a existência de uma simbiose entre a fortaleza e o seu espaço envolvente, tendo este de ser uma área consideravelmente produtiva e seguro para o sustento da guarnição. O forte de Diu configura perfeitamente este modelo de fortaleza, enquanto local fortalecido, pronto a actuar sob ameaça e com dimensão suficiente para albergar em segurança um contingente. E a simbiose que este autor refere encontra-se nitidamente na ligação existente entre o meio terrestre e o meio marítimo envolvente.

Desta forma, o segundo cerco de Diu reveste um tipo de operação comum e quase “banal” no panorama da História Militar Moderna Europeia – não esqueçamos que o século XVI europeu apenas teve dez anos de plena paz, e o século XVII somente quatro⁶⁶⁷. O que o torna singular é o facto de decorrer num lugar periférico, e entre facções bem diferentes, tanto a nível de planeamento estratégico e logístico, como até do investimento tecnológico militar. Apesar dos desníveis existentes, os portugueses lutavam contra uma potência indiana que rivalizava fortemente no domínio da terra, contrabalançando assim o controlo português dos mares. O facto de opor realidades políticas, sociais e económicas distintas reforça o interesse em analisar este assédio e demonstra a flexibilidade portuguesa (e em parte guzerate) na adaptação aos meios bélicos disponíveis. Quanto à vitória no cerco, D. João de Castro afirmava a D. João III que «[...] pera todo sempre ficará della memoria nestas partes [*do Oriente*]»⁶⁶⁸. Se naqueles lugares a lembrança do cerco se dissipou, a sua imagem ficou gravada no imaginário da Expansão Portuguesa na Ásia, juntamente com a certeza de que sitiados e sitiados nele defendiam os seus valores, as suas crenças e o seu desejo de supremacia num mundo em profunda mudança.

⁶⁶⁶ John Keegan – *Uma história da guerra...*, cit., pp. 191-192.

⁶⁶⁷ Cf. Geoffrey Parker – *The military revolution...*, cit., p. 1.

⁶⁶⁸ *Carta D.J.C. ao rei (16-XII-1546)*, p. 305.

ANEXOS

1. APÊNDICE DOCUMENTAL

Na transcrição dos documentos aqui apresentados, seguimos os critérios propostos por Avelino de Jesus da Costa⁶⁶⁹. Procurámos respeitar o texto, sem nada lhe acrescentar, suprimir ou alterar, mas tornando-o inteligível. Em concreto:

- Desdobraram-se as abreviaturas sem assinalar as letras que lhes correspondem;
- Actualizou-se o uso de maiúsculas e minúsculas, do *i* e do *j*, do *u* e do *v*, conforme eram vogais ou consoantes;
- Ignoraram-se alguns sinais de pontuação colocados no texto, e inseriram-se outros para tornar o documento mais compreensível;
- As leituras duvidosas foram seguidas de (?);
- Os acentos foram introduzidos apenas para evitar erros de pronúncia ou de interpretação;
- Separaram-se as palavras incorrectamente juntas e uniram-se os elementos dispersos da mesma palavra;
- Mantiveram-se as consoantes e vogais duplas insertas no meio do vocábulo, reduzindo as primeiras a uma só quando no início da palavra;
- As palavras proclíticas e aglutinadas foram separadas por apóstrofo.

⁶⁶⁹ *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3ª ed., Coimbra: FLUC/IPD, 1993.

1546 MAIO, 5, Diu – *D. Fernando de Castro escreve ao irmão, D. Álvaro de Castro, narrando a sua viagem de Goa a Diu.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Colecção de São Lourenço*, Livro 4, fls. 161-167 (em código factício, papel, bom estado, com margens aparadas dificultando a leitura de algumas palavras ou letras finais).

[fl. 161r]

†

Senhor

É tamanha a obrigação que tenho a Vosa Merce asim de soldado como de irmão que me parece que p[er]a omra ei de fazer isto primeyro⁶⁷⁰ a Vosa Merce que a meu pai ho mais não temdo areceos de boma pena que bem sabe Vosa Merce quão mao omem so[u] dela.

Do dia que parti de Goa a outo dias chegey a Basaym com muito boma viagem aimda que seja trabalhosa he p[er]a debaixo do mar. Em Baçaim m'aviey do necesaryo no que dom Jeronimo trabalhou muito pouquo. Ambolos feytores levarão todo ho trabalho. Se Vosa Merce la vir Alvaro da Gama agardesa lho. Em Basaim estive⁶⁷¹ hum dia e [fl. 161v] e meo e parti me bspora de Pasqoa e cheg[ey] a Dio em outo dias como chegey a Dio. Como chegey a Dio sorg[i] na bara defromte donde estavão dos basti[ões] deses negrinhos. Mandey raquado ao senhor capitã[o] por hum catur seu mandava me ir a hũa courasa donde estava salvo d'artelharya mas Duarte Pereira he tanto d'onra que me desembarquou junto [da] porta donde crea Vosa Merce que chuvião hos p[e]louros p[er]a riba do quatur. Todavia vim a Dio em que pez (?) a Diogo de Reynoso que juro a Deos que não sey porque me tinha odeo entrou a desconfiamça nele de maneyra de lhe parecer que vinha comigo vimdo o eu salvamdo que⁶⁷² fez mil desmanchos.

Em Dio me veo raceber dom João Mascharenhas com toda a jemte desta fortaleza e m[a]lis avamte achey molheres com comças (?) e adargas (?) e asi me levarão ate igreja. Despois diso o senhor capitão manda me despejar as casas em que ele

⁶⁷⁰ Segue-se letra riscada.

⁶⁷¹ Palavra emendada

⁶⁷² Segue-se palavra riscada

pouzava m[as] eu como omem de baxos espiritos não no [a]ceyney com bem de profios depois que me pasey pera as minhas casas onde me [fl. 162r] topava queria me acoumpañhar ate minha casa. E quam o não aquabava comigo por rodeos ho fazia. O senhor capitão me fez a mais estranha homra que nunca se fez a omem ate mandar a sua guarda que não tivessem de ver com ele e que m'acompanhaçem de dia e de noute ate que de la me esquizey. E em todos os dias que viva poderey servir a este omem o que me fez pera ho pagar de sua bomdade ey mister mais sapiemcia que Tulio. Bejarey as mãos de Vosa Merce escrever lhe sobre isto muitas cousas todavi[a] j'agora ho servo como mo meu pai mandou e mais aimda e como la dirão a Vosa Merce. Ho feytor tão to que çhegey me foy oferecer⁶⁷³ as suas casas e fazenda he pessoa e as casas me mamdou despejar logo. Crea Vosa Merce que as cousas que este omem me fez não tem razão e logo parece que é mais amor que obrigação.

Nestas casas m'agazalho com todos os homens que vierão comigo das portas adentro. He na casa domde eu durmo estão sete [fl 162v] ⁶⁷⁴cateres e nas outra[s] pegadas os outr[os]. Aqui os tenho muito mimosos estamdo escrevendo esta a Vosa Merce m'atirarão esses negrinhos tres bombardadas as minhas cas[as] que estão defromte das suas estamçias hũa delas me deribou hũa amea do telhado outra me deu no quanto da casa estes são os melões que qua comemos e asi estamos visosos⁶⁷⁵.

As novas da fortaleza la as darão a Vosa Merce que eu não sou marca de o saber escrever.

Bastião Coelho chegou aqui hum dia d[e] tras de mim e foy muito bem recebido de todos. Pouza comigo e dorme à minha ilha[r]ga.

Qua me derão hũa carta de Vosa Merce sobre hum soldado. Bem sabe Vosa Merce a quem⁶⁷⁶ emcomenda os homens. Logo lhe fiz aquel[a] onra que devia a mandado de Vosa Merce [as] quaes eu comprirey omde quer que m'achar como dum meu senhor.

[fl. 167r] Duarte Pereira ja Vosa Merce em quanta hobrigação lhe dou por esta vinda. Elle é o omem a⁶⁷⁷ que eu mais devo que a todo omem verdadeyramente ele levou trabalho não em sofrível omde esta o maior sera o menos. Faça me tanta merce que algũas cousas lhe aja de meu pai e que lhe diga por algũas que he por amor de mim

⁶⁷³ Segue-se a letra “a” sem sentido.

⁶⁷⁴ Seguem-se letras riscadas.

⁶⁷⁵ Seguem-se duas palavras riscadas.

⁶⁷⁶ Segue-se a palavra “em” erradamente, repetindo a próxima sílaba.

⁶⁷⁷ Repete-se o “a”.

porque eu se vivo nhum omem servirey senão a este. Em mãos de Vosa Merce me encomendo a mim e all.

Qua achey duas rodellas muito galantes la lhos mando pera que quando Vosa Merce qua tornar as traga consigo. De Rui de Sousa faço queixume a Vosa Merce bem sabera de que afora outras cousas. Pero Lopes me faz qua [c]omo se Vosa Verce qua estivera. Basitão de Saa he bom pera mim e Manoell Sobo... outros muitos fidalgos. Tenho qua em minha companhia Jorge d'Almeyda que nunca topey omem que lhe igualase [fl. 167v] muito homrado e muito bom omem e desta maneira são todos.

Diga Vosa Merce ao vedor Diugo de Sotomaior que bejo as mãos de⁶⁷⁸ sua merce e que bem sabe fogir destes lugares ma[n]tenho que escrever a Vosa Merce senão que Deos me de ... serviso. Bejo as mãos de Vosa Merce. De Goa⁶⁷⁹ sinquo de Maio de⁶⁸⁰ 1546 anos. De Manoel do Vale dorm[e] na casa donde eu durmo e não tenho qu[a] outrem senão all asi pera conselho co[m]o pera tudo.

Servidor de Vosa Merce e tudo mais

Merce

Dom Fernando de Crastro

⁶⁷⁸ Segue-se letra riscada.

⁶⁷⁹ Erro de localização, pelo próprio afirmar anteriormente já se encontrar em Diu.

⁶⁸⁰ Segue-se letra riscada.

[Depois de meados de 1547]⁶⁸² – *Relação dos homens que morreram durante e na sequência do segundo cerco de Diu.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Casa Forte*: 53 – Papéis da embaixada de Inglaterra e da jornada de Castela sobre a ida da Infanta D. Maria, com outros vários, todos do tempo do senhor Lourenço Pires de Távora, fls. 96-97 (em códice factício, papel, bom estado; no final do documento encontra-se uma lista de nomes, em duas colunas, alguns deles riscados, escrita com letra diferente e sem correspondência directa com o conteúdo, que não transcrevemos; vestígios de selo de chapa desaparecido).

[fl. 96r]

†

Estes são os omens conhecidos que morreram no çerquo de Dio

Item Vasco da Cunha morreo de hũa espinguardada pela cabeça atiramdo com hũa espinguarda de hũa seteira. Este Vasco da Cunha é yrmão de Cristovão de Crasto que esta em Purtugal. No baluarte que arebemtou morreo dom Fernando de Castro filho do governador; dom João d’Almeida veo morrer a fortaleza de hũa perna quebrada, este dom Joam é o filho de dom Lopo d’Almeida; Dioguo de Reinoso; Gil Coutinho capitão do mesmo baluarte; Jorge d’Almeida que era da casa do duque de Braguança; Jam Brandão yrmão d’Amtonio Pereira do Porto; dom Francisco Lobo filho de dom Amtonio o creriguo yrmão do barão; Luis de Melo sobrinho d’Aleixo de Sousa; Ruy de Sousa sobrinho do bispo d’Amgra; Manoell do Vale criado de dom Luís de Castro; Amtonio de Madureira parente de Bras d’Araujo; Bastião de Crasto sobrinho de dom Garçia de Crasto; Manoell de Faria filho de Pero de Faria; Lourenço de Faria parente de Pero de Faria.

Na saída que fizeram quamdo chegou dom Alvaro com ho socorro morreo dom Francisco de Meneses das paredes pera demtro; tambem Lopo de Sousa; Francisco Guilhel; Ruy Vaaz feitor de Chaul no campo de hũa espinguardada; Ruy Vaaz Gurlenz; dom Francisco d’Almeida no campo de hũa espinguardada; Nuno Pereira foy ferido e

⁶⁸¹ Muito agradecemos ao Dr. Pedro Pinto a referência deste documento inédito relativo ao segundo cerco de Diu.

⁶⁸² Datamos o documento tendo em conta as referências às mortes ocorridas ao inverno que se seguiu ao final do segundo cerco.

morreo ymdo pera Guoa; Duarte d'Azevedo filho de Felipe d'Azevedo; Lopo Gonçalves de Lião de hũa espimguardada.

Forão de Dio doentes de doença morrer a outra costa Luis de Melo, irmão de João de Mendo[n]ça Cação; dom Duarte Pereira filho do comde da Feira; Belchior Muniz sobrinho de Fernão Coutinho; Antonio de Saa o belo filho de Francisco de Saa.

[fl. 96v] Morrerão na batalha Jorge de Sousa de hũa [es]pimguardada⁶⁸³ em cheguamdo às paredes; dom Joam Manoel entrado as paredes o matarão de hũa cutilada pelo rosto; Joam Falcão capitão da Costa de Melimde morreo demtro das paredes às cutiladas; Cosmo de Paiva morreo à entrada de hũa cutilada per hũa coxa de que lha cortarão toda fora; Baltasar Jorge morreo às paredes; Francisco d'Azevedo capitão da carreira de Maluq[u]o morreo das paredes pera dentro de hũa espimguardada; Ayres Guomez de Quoadros morreo demtro das paredes.

Dom Vasco d'Abramches filho de dom Alvaro e Antonio de Souto Mayor e Pero de Faria morrerão em Guoa no Ymverno.

Andre Coelho filho de Isabell d'Azevedo foy ferido do çerquo de hũa frechada, foy morrer a Baçaim.

Item Os que esq[u]aparão do baluarte que arebemtu que forão refinados forão dom Diogo de Souto Mayor com os pees quebrados quayo pera fora e tornou a entrar pelo derrubado e trouxe dom Joam d'Almeida que morreo demtro com hũa perna quebrada.

Item Jorge Nunez de Lião que foy no catur do vigairo e chegou a vimta quatro de Julho, quayo pera fora e tornou a entrar pela parede⁶⁸⁴

Item Fernão Roiz filho do doutor Luis Eanes foy refinado tornou a entrar pola porta.

Item Antonio d'Azevedo sobrinho de Bras d'Araujo foy refinado entrou pela porta.

[fl. 97r] Item João Martins Fereira foy refinado entrou pelo derubado.

Item dom Bras d'Almeida foy refinado do baluarte e entrou pela porta.

Os que laa forão ymvernar com dom João Menezes foy dom Joam d'Almeida e Antonio Paçanha e Gregorio de Vascomselos com oytenta ou çem omens e muitos mantimentos, Luis de Sousa e Gill Coutinho, Fernão Ortiz, dom Pero d'Almeida.

⁶⁸³ Primeiras letras esborratadas.

⁶⁸⁴ Palavra emendada.

Cheguou dom Fernamdo de Castro com ho socoro a dezoyto de Mayo no quoaill tempo foy tambem Diogo de Reinoso, dom Francisco d'Almeida, Pero Lopez de Sousa que foy ferido de hũa espinguardada e de hũa frechada o dia da batalha, foy tambem Diogo da Sylva e Amtonio da Cunha e Francisco da Fomsequa que moreo o dia da batalha.

Item hia dom Francisco lobo e Jam Brandão e Luis de Melo, Jorge d'Almeida

Item dom Bras d'Almeida que foy refinado e entrou pela porta

Item dom Alvaro chegou a vint'oito ou trimta d'Agosto. Foy em sua companhia dom Joam d'Abranches, Jorge da Sylva, Miguell da Cunha que foi ferido o dia de dom Francisco de hũa espinguardada demtro das [fl. 97v] paredes e Lopo de Sousa, dom Francisco de Meneses, dom Joam d'Atayde, dom Duarte Pereira, Luis de Melo Cação que foy na segumda gualveta, dom Jorge de Menezes sobrinho de dom Francisco que foy ferido o dia que ele morreo e muito demtro das paredes e veo sem espada nem lança.

Item Jorge de Mendo[n]ça Cação que foy ferido o dia de dom Francisco de hũa espingardada per hũa coxa das paredes pera demtro. Foy de Guoa com dom Alvaro.

Item dom Fernando Coutinho que foy ferido de hũa espingardada o dia de dom Francisco que lhe atravessou as queixadas.

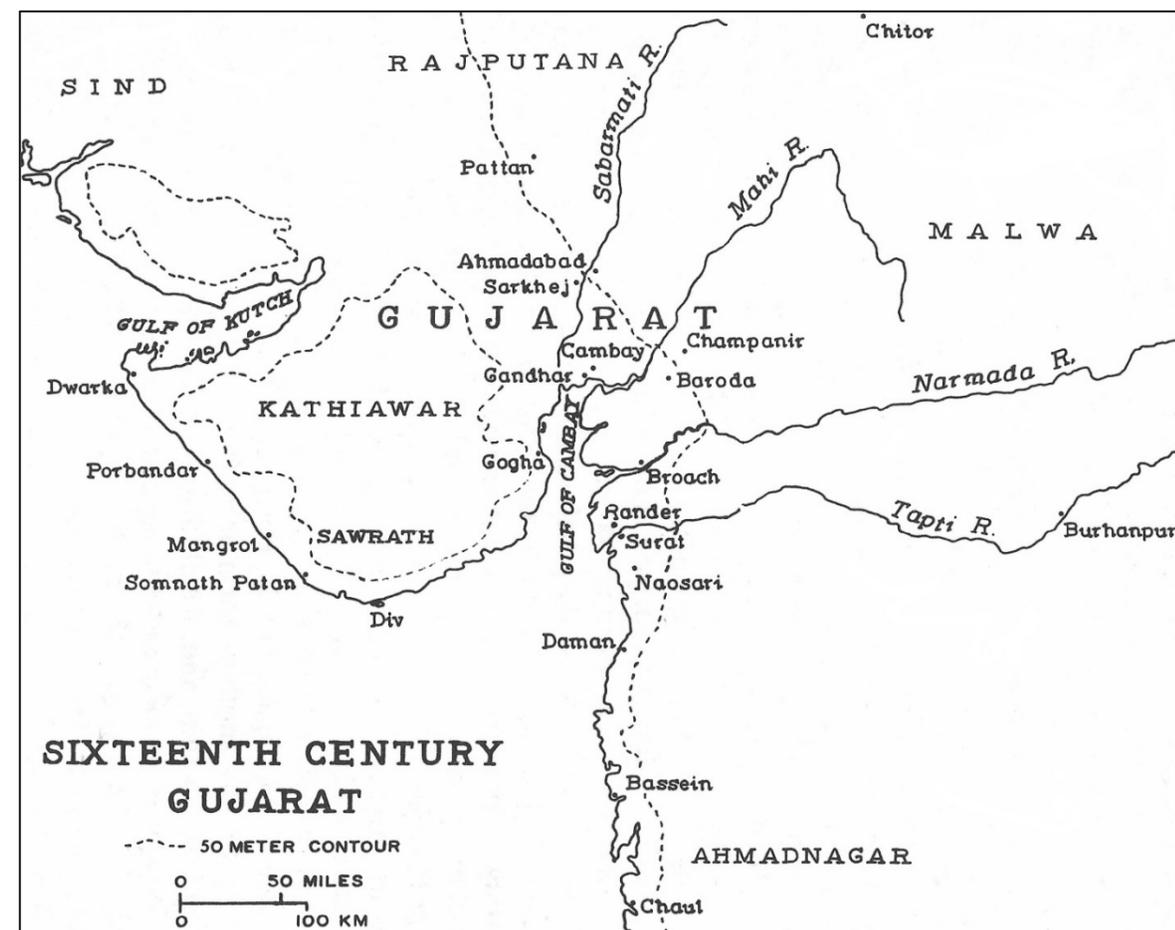
Item dom Duarte de d'Eça filho de dom⁶⁸⁵ Vasq[u]o d'Eça. Chegou com dom Alvaro.

Item outro dom Duarte d'Eça irmão de dom Fernando d'Eça. Chegou com dom Alvaro depois pouquos dias.

Item Garcia Roiz de Tavora e Amtonio Muniz chegarão quimze dias primeiro que dom Alvaro em hũa gallveta que levava nove omens esteve a dous combates.

⁶⁸⁵ Segue-se "Pero" riscado.

2. CARTOGRAFIA



Mapa I

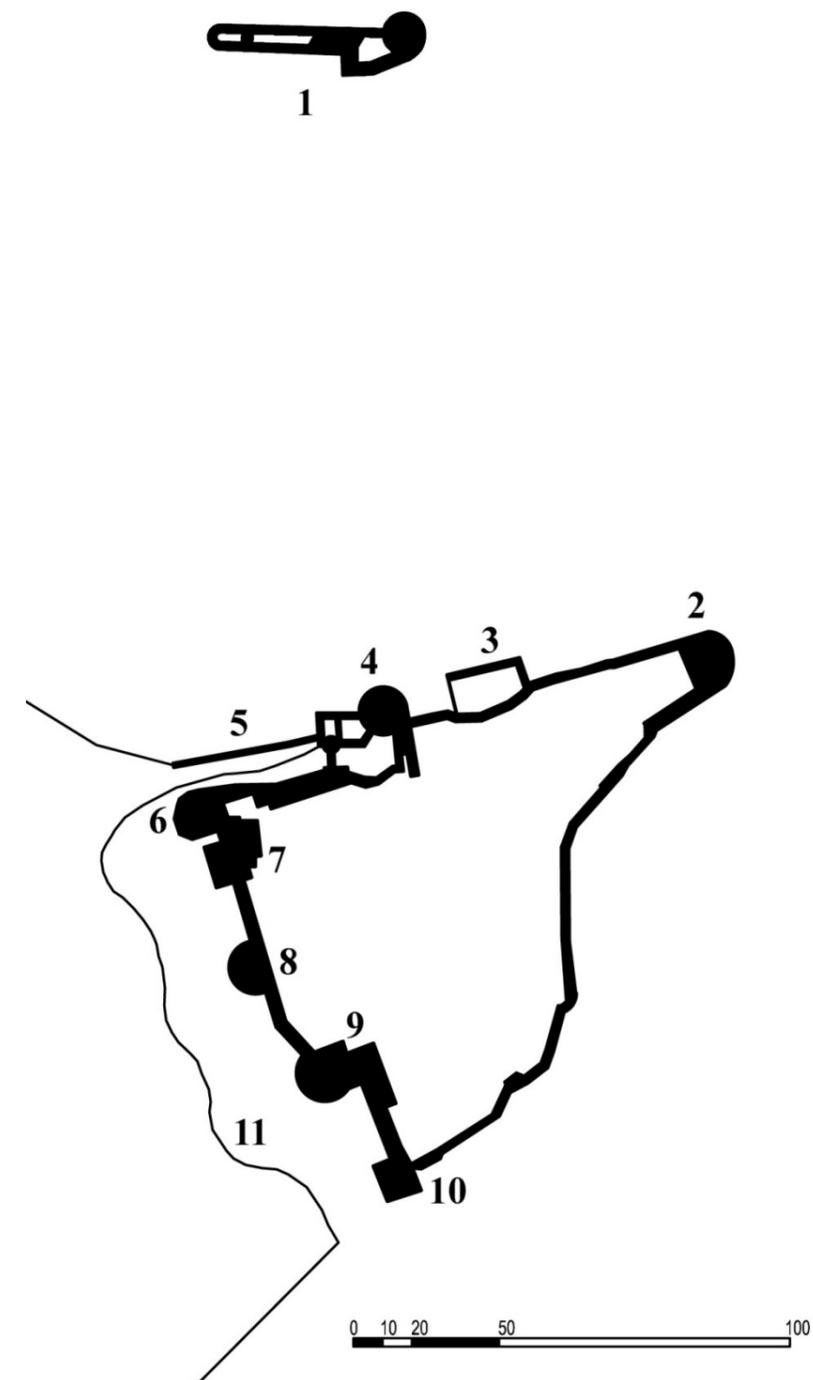
Sultanato do Guzerate no século XVI

apud M.N. Pearson – *Merchants and Rulers in Gujarat...*, p. 59.

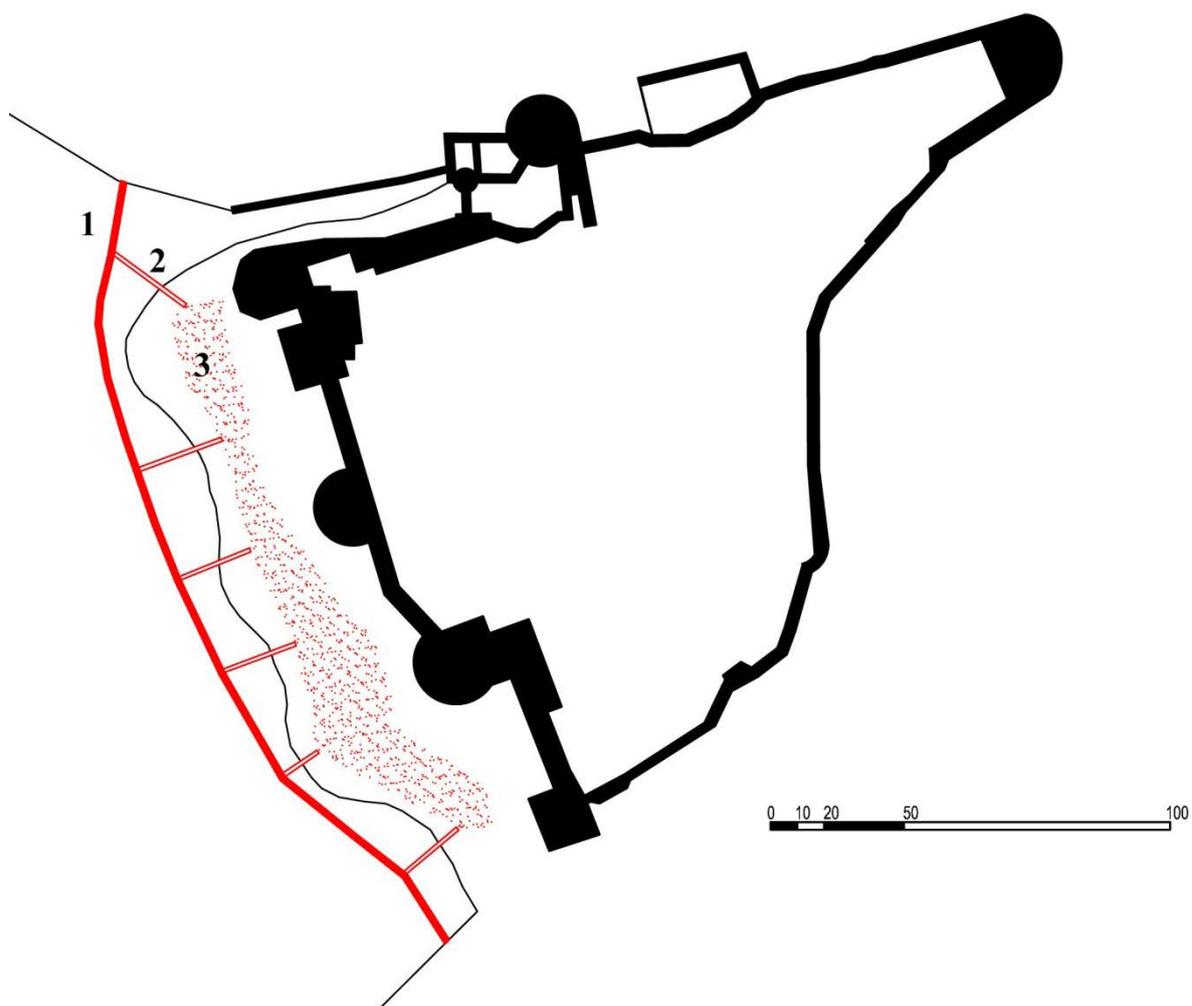
Reconstituímos, nos seguintes esquemas de Diu, as diversas fases do segundo cerco. Enquanto reconstrução hipotética quer da fortaleza, quer da operação, tentámos compreender visualmente os diferentes momentos deste assédio, mostrando as alterações de fundo à estrutura edificada. Desta forma, apresentamos uma proposta de interpretação e de leitura complementar ao texto da presente dissertação.

A cartografia apresentada segue a ordem cronológica do próprio cerco, adicionando novos elementos à medida que a operação prossegue (a vermelho os sitiantes, a azul os sitiados). As várias fases do avanço guzerate e da defesa portuguesa sucedem-se ao esquema inicial do estado da fortaleza antes do assédio, e antecedem o último esquema, dedicado à batalha do dia 10 de Novembro de 1546.

Os presentes desenhos são o resultado do trabalho levado a cabo com o apoio do Prof. Doutor Walter Rossa e da sua equipa do Departamento de Arquitectura da FCT/UC: Lisa Relvão e Vera Domingues (que executaram os desenhos), Nuno Grancho e Sidh Mendiratta (com quem trocámos impressões da maior relevância). A todos reiteramos os nossos sinceros agradecimentos.



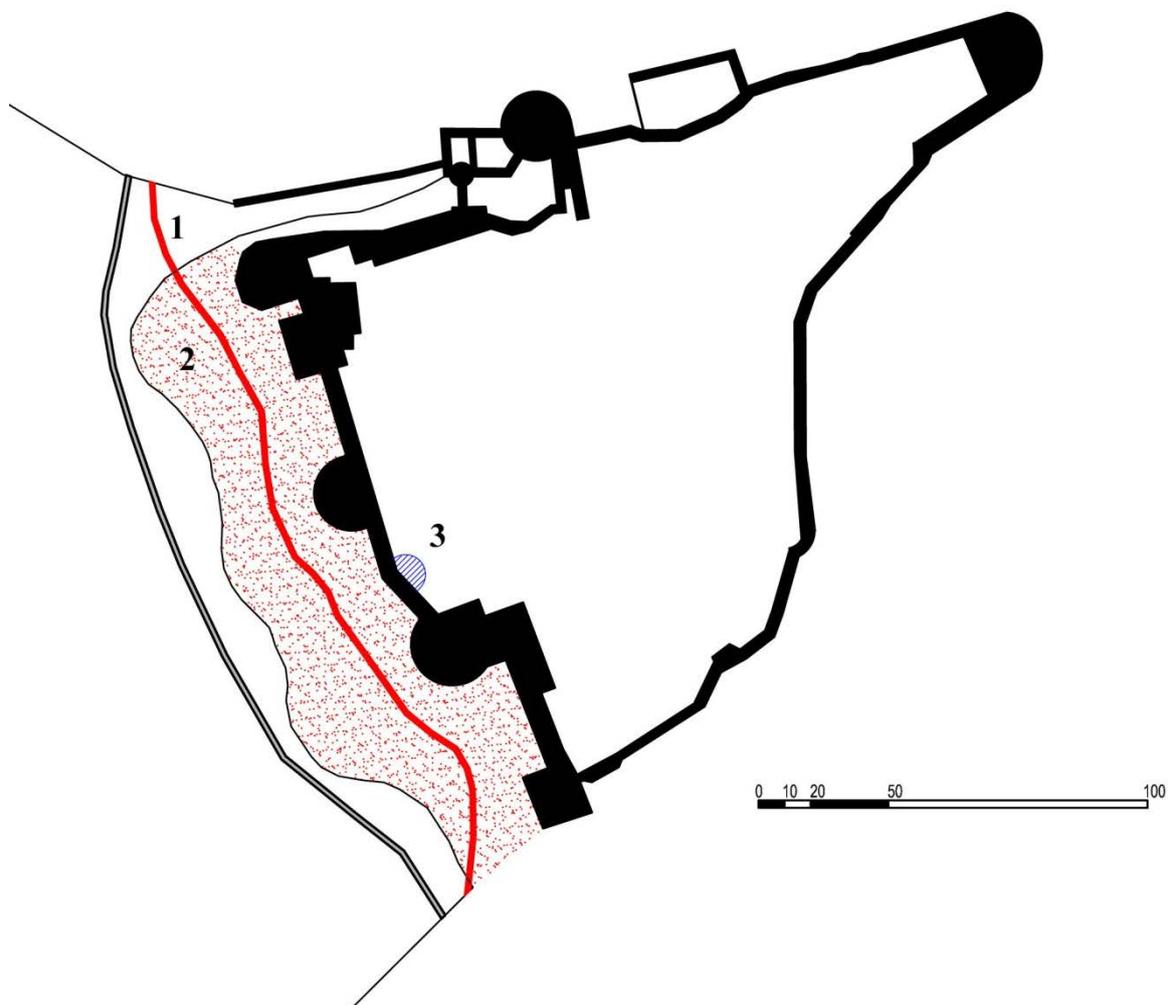
- 7. Torre Nova sobre a porta velha
- 3. Baluarte S. João
- 3. Baluarte S. Tomé
- 10. Torre de S. Tiago
- 11. Fosso



Mapa III

Enchimento do fosso (Abril – Junho)

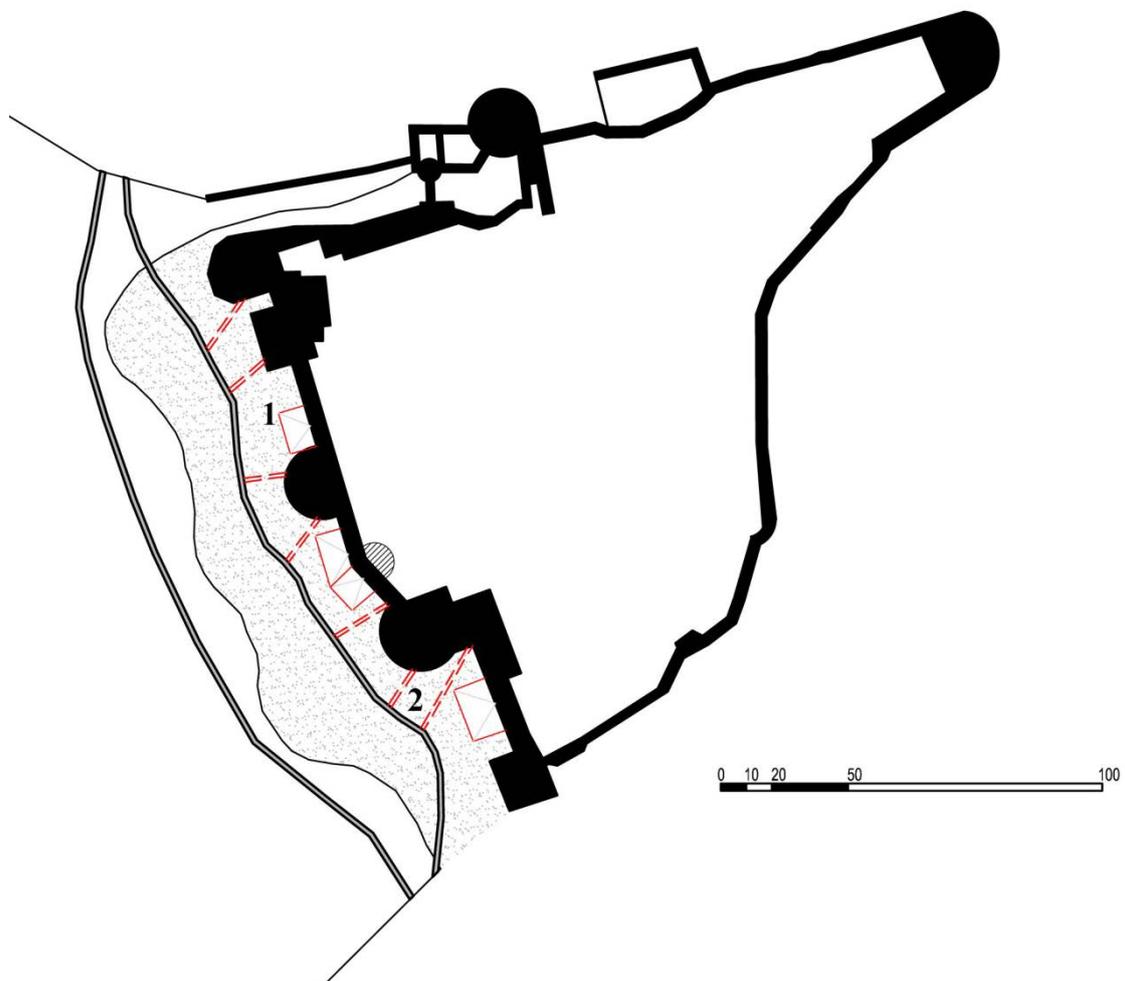
1. Parede guzerate
2. Caneiros de madeira, cobertos de vigas e ramos verdes, utilizados para despejar entulho na cava
3. Entulho



Mapa IV

Avançaço guzerate (Junho - Julho)

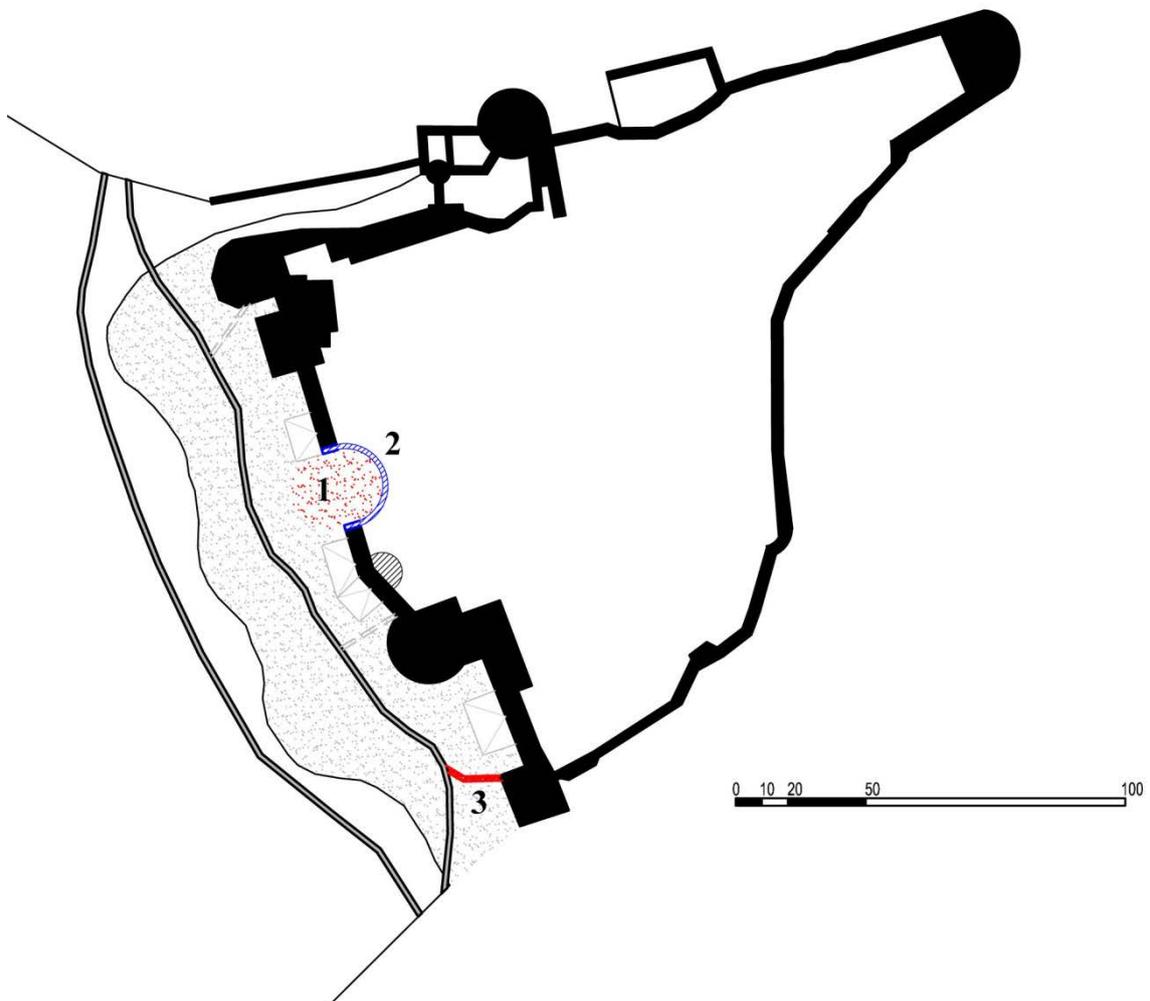
1. Nova parede
2. Fosso entulhado
3. Cubelo construído entre os baluartes S. João e S. Tomás



Mapa V

Assaltos às muralhas e minagem (Julho – Agosto)

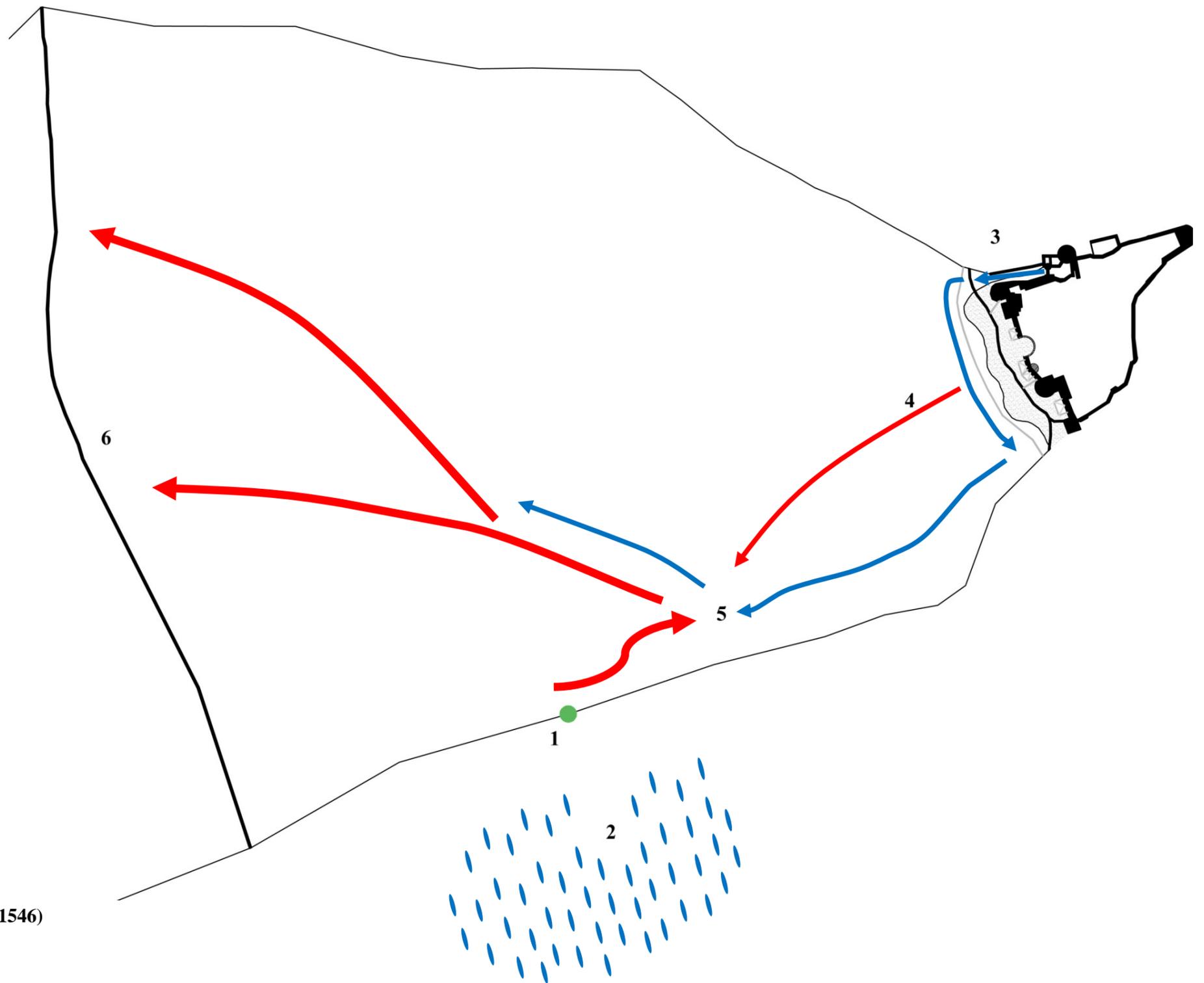
1. *Pasheb* – rampas em pedra e terra, utilizadas para chegar ao topo das muralhas
2. Túneis de minagem



Mapa VI

Defesa portuguesa e último avanço guzerate (Agosto – Novembro)

1. Baluarte S. João destruído
2. Tranqueira portuguesa
3. Parede guzerate até à Torre de S. Tiago, dominando metade da estrutura



Mapa VII

Batalha do segundo cerco de Diu (10 de Novembro de 1546)

1. Baluarte Diogo Lopes de Sequeira
2. Avanço das fustas (comandadas por Nicolau Gonçalves) em direcção ao baluarte Diogo Lopes de Sequeira, simulando o desembarque
3. Saída das forças portuguesas (na vanguarda D. João de Mascarenhas, na rearguarda D. João de Castro), atacando e subindo as paredes guzerates
4. Fuga dos soldados guzerates que defendiam as paredes frente à fortaleza
5. Confronto entre as tropas de Rumeção e as lideradas pelo Governador, seguido da fuga dos guzerates e da perseguição portuguesa
6. Muralha da cidade

3. ICONOGRAFIA



Figura 1

Armada de D. Fernando de Castro

Representação de algumas fustas da armada de socorro de D. Fernando de Castro, atravessando o golfo de Cambaia durante o Inverno, sob mar agitado e tempestade.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Cadaval, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu...*, fl. 114.



Fig. 2

Armada de D. João de Castro

Viagem da armada do Governador do “Estado da Índia”, acompanhado de seres mitológicos. Destaca-se a fusta do capitão-mor de D. João III, com o escudo de armas dos Castro, alguns navios de alto bordo e, provavelmente, um catur, de menores dimensões, no canto superior esquerdo.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Cadaval, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu...*, fl. 165v.



Fig. 3

Armamento guzerate

Representação do ataque português às paredes guzerates na manhã de 10 de Novembro de 1546. Salienta-se o diverso armamento ofensivo local, como lanças, espingardas, arco e flecha, espadas e artilharia ligeira encarretada.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Cadaval, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu...*, fl. 196v.



Fig. 4

Artilharia guzerate e ataque à fortaleza

Momento de retirada de algumas bocas-de-fogo guzerates da frente da fortaleza portuguesa. Observem-se as peças grossas encarretadas, bem como algum material necessário ao uso deste armamento, como a cocharra, o soquete, o picão e pelouros. Ao fundo, ataque à fortaleza portuguesa através do uso de escada, defendido com espingardaria e engenhos explosivos atirados em chuva.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Cadaval, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu...*, fl. 84v.



Fig. 5

Bombardeiras portuguesas e mantas guzerates

Pormenor da fortaleza de Diu, apresentando (erradamente) bombardeiras em plena cortina de muralha e nos baluartes. Atente-se às mantas utilizadas no arraial guzerate para proteger as peças de artilharia.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Cadaval, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu...*, fl. 54.



Fig. 6

Elementos da defesa portuguesa e do avanço guzerate

Roubo de entulho (a partir de um postigo) lançado na cava através de caneiros (representado à direita). Uso profícuo de armas de fogo portáteis pelos portugueses bem como de engenhos explosivos, lançados em chuva para o fosso. Destacam-se novamente as mantas do arraial inimigo enquanto estrutura de suporte ao avanço do assédio.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Cadaval, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu...*, fls. 44.



Fig. 7

Panela de pólvora

Fortaleza de Maputo, Moçambique.

Fotografia de Vitor Luís Gaspar Rodrigues.



Fig. 8

Armamento defensivo português

Cortejo triunfal em Goa, apresentando homens de armas portugueses, segurando lanças e com espadas na cintura. À direita cinco homens com couraças completas (peito e espaldeira), sobressaindo uma cota de malha abaixo da couraça de um dos representados; os restantes possuem vestes acolchoadas. A maioria está equipada de capacetes.

Tapeçarias de D. João de Castro, pp. 212-213.



Fig. 9

Arcabuzeiros portugueses

Homens de armas com vestes acolchoadas, levando arcabuz ao ombro e o polvorinho ao pescoço.

Tapeçarias de D. João de Castro, pp. 226-227.



Fig. 10

Homens de armas

Soldados portugueses, três protegidos com couraças (um com cota de malha pelo braço) e outro com vestes, trazendo lanças e espada de duas mãos (ou montante) ao ombro.

Tapeçarias de D. João de Castro, pp. 220-221.

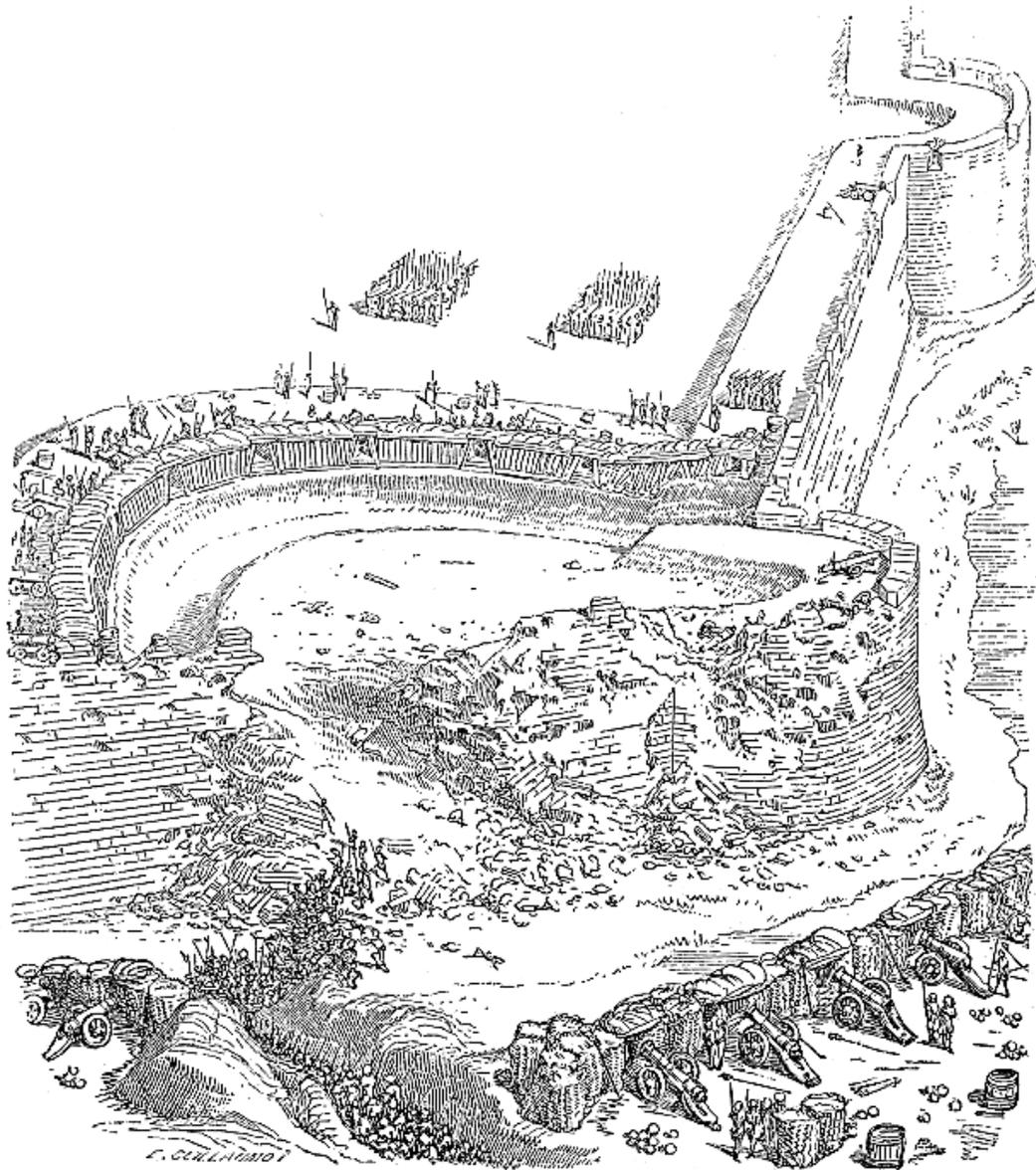


Fig. 11

Tranqueira

Representação de uma tranqueira construída atrás de um baluarte destruído.

Eugène Viollet-le-Duc – *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*. Paris: F. de Nobles, 1967, vol. I, p. 167.



Fig. 12

Lápide da capela de S. Martinho de Diu

Inscrição indicando a construção da capela em louvor de S. Martinho, datando erradamente o dia da batalha do segundo cerco.

apud *Tapeçarias de D. João de Castro*, p. 52. Original na Sociedade de Geografia de Lisboa, N.º de inventário: SGL-6244.

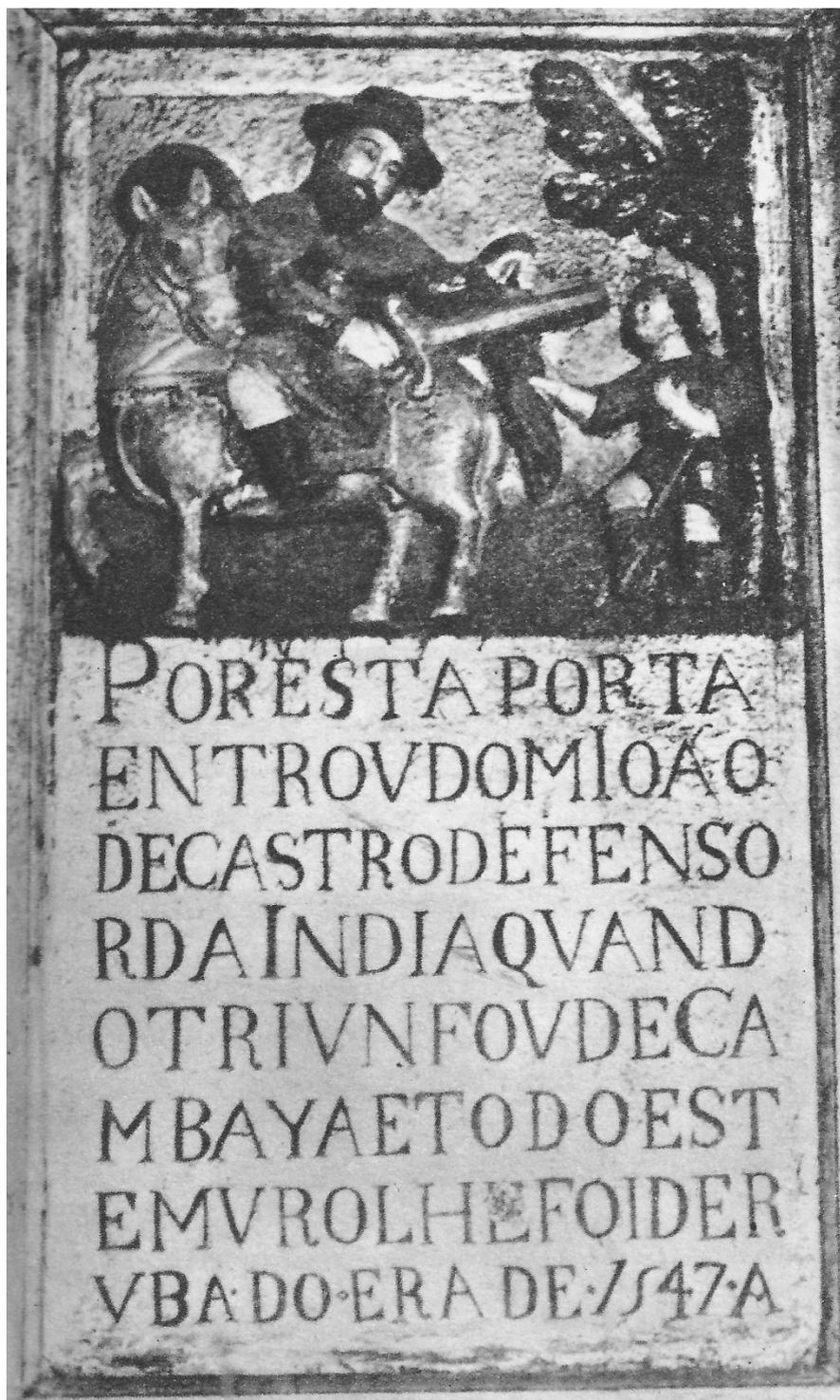


Fig. 13

Lápide da capela de Sta. Catarina de Goa

Pedra assinalando a passagem do cortejo triunfal de D. João de Castro naquela zona da cidade, associando iconograficamente o feito de armas português a S. Martinho. apud António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias (dir.) – *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Editorial Ática, 1939, vol. II, entre as pp. 184 e 185.



Fig. 14

Muralha antiga da fortaleza de Diu

Fotografia tirada a partir do antigo baluarte S. Tomé, apresentando o local do antigo baluarte S. João (actualmente uma porta de passagem para a muralha pós-segundo cerco) e a Torre Nova sobre a porta velha. No esquema inferior direito, apresenta-se a vermelho o local do observador e a azul a perspectiva patente na fotografia.

Fotografia de Joaquim Rodrigues dos Santos.



Fig. 15

Muralha antiga da fortaleza de Diu, com o baluarte S. Jorge e o baluarte do mar

Fotografia tirada a partir do antigo baluarte S. Tomé, apresentando o local do antigo baluarte S. João (actualmente uma porta de passagem para a muralha pós-segundo cerco) e a Torre Nova sobre a porta velha. Ao fundo à direita o baluarte S. Jorge e o baluarte do mar.

Fotografia de Nuno Grancho.



Fig. 16

Torre e capela de S. Tiago

Fotografia tirada a partir do antigo baluarte S. Tomé, mostrando o antigo limite Sul da fortaleza, com o baluarte S. Tiago e a respectiva capela adjacente.

Fotografia de Nuno Grancho.



Fig. 17

Lanço da muralha antiga

Fotografia tirada a partir da nova muralha (onde se encontrava o fosso ao tempo do segundo cerco) apresentando a passagem onde se encontrava o baluarte S. João. Ao fundo a Torre Nova sobre a porta velha.

Fotografia de Nuno Grancho.



Fig. 18

Baluarte S. Tomé em primeiro plano e torre de S. Tiago

Fotografia tirada a partir da nova muralha, mostrando o antigo baluarte S. Tomé, e à direita a torre de S. Tiago.

Fotografia de Nuno Grancho.



Fig. 19

Baluarte S. Tomé e torre de S. Tiago

Fotografia tirada a partir da nova muralha, onde se vê à esquerda parte do baluarte S. Tomé e ao centro a torre de S. Tiago, defendidos pela estrutura construída depois do segundo cerco. Repare-se nas fundações rochosas do primeiro baluarte.

Fotografia de Nuno Grancho.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Portugal

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de D. João III, Doações, ofícios e mercês, Livro 31.

Colecção de São Lourenço: Livros 4 e 5.

Corpo Cronológico: 1-77-70.

Casa Forte: 53 - Papéis da embaixada de Inglaterra e da jornada de Castela sobre a ida da Infanta D. Maria, com outros vários, todos do tempo do senhor Lourenço Pires de Távora.

Desembargo do Paço: Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, Maço 1637, Caixa 1641.

Biblioteca da Ajuda

Códices: 51-VII-21 e 51-VII-19.

Espanha

Biblioteca Nacional de Espanha

Mss. 1094

Fontes impressas

ALBUQUERQUE, Luís de - «Um documento relacionado com o segundo cerco de Dio» in *Estudos de História*, vol. V. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1977, pp. 201-222.

ANDRADE, Jacinto Freire de – *Vida de Dom João de Castro Quarto Viso-Rey da Índia*. Em Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1651.

BAIÃO, António (ed.) – *História quinhentista (inédita) do Segundo Cêrco de Dio ilustrada com a correspondência original, também inédita, de D. João de Castro, D. João de Mascarenhas e outros*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.

BAIÃO, António e CIDADE, Hernani e MÚRIAS, Manuel (dirs.) – *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Editorial Ática, 1939, vol. II.

BARBOSA, Duarte – *O Livro de Duarte Barbosa*, Edição Crítica e Anotada por Maria Augusta Veiga e Sousa. Lisboa, IICT, 1996, vol. I.

BARROS, João de – *Ásia*. Lisboa: INCM, 1988-2001, 4 vols, Décadas I a IV.

CAMÕES, Luís de - *Os Lusíadas*. Lisboa: em casa de Antonio Gonçalvez, 1572.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Porto: Lello e irmão, 1979, 2 vols.

CASTRO, Fernando de – *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, (transcr. e notas) Luis de Albuquerque e Teresa Cunha Matos. Tomar: Escola Superior de Tecnologia de Tomar/CNCDP, 1995.

CASTRO, Nuno de – *De Bartolomeu Dias a Vasco da Gama e as famosas Armadas da Índia, 1496-1650, por Simão Ferreira Paes*. Lisboa: Civilização Editoria, 1997.

Colecção de São Lourenço, vol. II e III. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar / Instituto de Investigação Científica Tropical, 1975/1983.

Corpo Diplomático Portuguez.... Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1884, tomo VI.

CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*, ed. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello e Irmão, 1975, 4 vols.

CORTE-REAL, Jerónimo – *Sucesso do Segundo Cerco de Diu: Códice Cadaval 31 – ANTT*, introd. Martim de Albuquerque. Lisboa: INAPA, 1991.

CORTESÃO, Armando – *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1978.

CORTESÃO, Armando e ALBUQUERQUE, Luís de (ed.) – *Obras Completas de D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968-1984, 4 vols.

COSTA, José Pereira da - *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*. Lisboa: Academia das Ciências, 1992.

COUTINHO, Lopo de Sousa – *Livro primeyro do cerco que os Turcos poseram à fortaleza de Diu*. Coimbra: Por João Alvarez, 1556.

COUTO, Diogo do – *Ásia*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1778-1781, vols. 10 a 14, Décadas IV a VI.

GARCIA, José Manuel e QUINTANS, Maria João – «O segundo cerco de Diu visto por D. João Mascarenhas: uma carta e seu contexto historiográfico», *Mare Liberum*, nº 5, Julho de 1993, pp. 139-150.

GÓIS, Damião de – *Equitis lusitani de bello cambaico ultimo commentarii tres*. Lovanii: Apud Seruatium Sassenum Diestensem, 1549.

MAQUIAVEL, Nicolau – *A Arte da Guerra*, trad. de David Martelo, Lisboa: Edições Sílabo, 2010.

MONTEIRO, João Gouveia e BRAGA, José Eduardo (trad.) – *Vegécio. Compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

NUNES, Leonardo – *Crónica de Dom João de Castro*, ed. J.D.M. Ford. Cambridge: Harvard University Press, 1936.

OLIVEIRA, Fernando – *Arte da Guerra no Mar. Estratégia e guerra naval no tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Edições 70, 2008.

PATO, Raymundo de Bulhão – *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1884-1898, vol. I e II.

Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia, Lisboa: por Jorge Rodrigues, 1630.

REGO, António da Silva – *Documentação para a história das missões do padroado português do Oriente. Índia, vol. III, 1543-1547*. Lisboa: Fundação Oriente e C.N.C.D.P, 1992.

RÊGO, Rogério de Figueiroa – *Soldados da Índia – Século XVI. Notícias genealógicas e biográficas*. Torres Vedras: s.e., 1956.

Relação das náos e armadas da Índia com os successos dellas que se puderam saber, para noticia e instrucção dos curiozos, e amantes da Historia da Índia: British Library, códice Add. 20902, Maria Hermínia Maldonado (leitura e notas). Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985.

RIBEIRO, Luciano – *Registo da Casa da Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, vol. I.

SÃO LUÍS, Francisco de – *Obras completas do Cardeal Saraiva*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, tomo VI.

SBALCHIERO, Patrick (dir.) – *Dictionnaire de l'extraordinaire chrétien*. Paris: Fayard, 2002, pp. 512-513.

Sumário das coisas sucedidas a Dom João de Castro, governador do Estado da Índia... Lisboa: Cotovia/CNCDP, 1995.

TEIVE, Diogo de – *Commentarius de rebus a lusitanis in India apud Diumgestis Anno salutis nostrae MDXLVI – Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*. Lisboa: Cotovia/CNCDP, 1995.

VELHO, Álvaro – *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia*, ed. José Marques. Porto: FLUP, 1999.

Estudos

ALBUQUERQUE, Luís de – «Alguns aspectos da ameaça turca sobre a Índia por meados do século XVI» in *Estudos de História*, vol. V. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1977, pp. 351-398.

ALBUQUERQUE; Luís de - «O inquérito aos clérigos de Diu» in *Alguns casos da Índia Portuguesa no tempo de D. João de Castro - I*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, pp. 105-149.

ALPERS, Edward A. – «Gujarat and the Trade of East Africa, c. 1500-1800», *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 9, No. 1, 1976, pp. 22-44.

AQUARONE, J.-B – *D. João De Castro, Gouverneur Et Vice-roi Des Indes Orientales, 1500-1548: Contribution à L'histoire De La Domination Portugaise En Asie Et à L'étude De L'astronautique, De La Géographie Et De L'humanisme Au XVIe Siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

AUBIN, Jean - «L'apprentissage de l'Inde. Cochin 1503-1504» in *Le Latin et l'Astrobe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales - I*. Lisboa/Paris: CCCB/CNCDP, 1996, pp. 49-110.

AUBIN, Jean - «Albuquerque et les négociations de Cambaye» in *Le Latin et l'Astrobe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales - II*. Lisboa/Paris: CCCB/CNCDP, 2000, pp. 197-250.

AUBIN, Jean - «Lopo Soares en Inde, 1515-1518» in *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. III: *Études inédites sur le règne de D. Manuel - 1495-1521*. Paris: FCG/CCCG, 2006, p. 385-426.

BARATA; José Alberto Leitão - «Como em Melinde: pilotos orientais na base do domínio português dois mares da Ásia» in THOMAZ, Luís Filipe F.R. (org.) – *Aquém e além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: CHAM, 2002, pp. 117-133.

BOUCHON, Geneviève – *Vasco da Gama*. Lisboa: Terramar, 1997.

BOUCHON, Geneviève – «Pour une histoire du Gujarat du XVe au XVIIIe siècle» in *Inde Découverte, Inde retrouvé (1498-1630). Études d'histoire indo-portugaise*. Lisboa/Paris: FCG/CNCDP, 1999, pp. 359-373.

BROCHADO, Costa – *O piloto árabe de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1959.

CASTRO, Tiago Machado de - *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*. Lisboa: FLUL, tese de mestrado policopiada, 2011.

CIPOLLA, Carlo M. – *Canhões e Velas Na Primeira Fase Da Expansão Europeia: 1400-1700*. Lisboa: Gradiva, 1989.

COELHO, António Borges – *O Vice-Rei Dom João De Castro*. Lisboa: Caminho, 2003.

COSTA, João Paulo Oliveira e e RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar – *El proyecto indiano del rey Juan*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

COSTA, João Paulo Oliveira e – «O Império Português em meados do século XVI», *Anais de História de Além-Mar*, vol. III, 2002, pp. 87-121.

COSTA, João Paulo Oliveira – *D. Manuel I. Um príncipe do renascimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

COSTA, João Paulo Oliveira e RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar – *Batalha dos Alcaides - 1514. No apogeu da presença portuguesa em Marrocos*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

COSTA, João Paulo Oliveira e RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar – *Conquista de Goa – 1510-1512. Campanhas de Afonso de Albuquerque, Volume 1*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

COUTO, Dejanirah – «L’espionnage portugais dans l’Empire Ottoman au XVIIe siècle» in *La Découverte, le Portugal et l’Europe*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 243-267

COUTO, Dejanirah – «Em torno da concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)», *Mare Liberum*, Nº9, Julho 1995, pp. 117-132.

COUTO, Dejanirah – «No rasto de Hadim Suleimão Pacha: alguns aspectos do comércio do Mar Vermelho nos anos de 1538-1540» in *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos*. Angra do Heroísmo: s.e., 1998, 483-508.

COUTO, Dejanirah – «Les Ottomans et l’Inde portugaise» in *Vasco da Gama e a Índia. Conferência Internacional*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 181-200.

COUTO, Dejanirah e LOUREIRO, Rui – *Ormuz – 1507 e 1622. Conquista e perda*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

DOMINGUES, Francisco Contente – *Os navios do mar oceano: teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: CEH, 2004.

DOMINGUES, Francisco Contente – *Navios e Viagens. A experiência Portuguesa nos Séculos XV a XVIII*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

DOMINGUES, Francisco Contente – «O poder naval português: um conceito em discussão» in *Revista de História das Ideias*, 2009, pp. 275-292.

FONSECA, Luís Adão da – *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*. Lisboa: Expo98, 1997.

GARCIA, José Manuel – «A Historiografia Quinhentista do Segundo Cerco de Diu», *Mare Liberum*, nº 9, Março de 1995, pp. 133-137.

GARCIA, José Manuel (coord.) – *A viagem de Vasco da Gama à Índia 1497-1499*. Lisboa: Academia da Marinha, 1999.

GARCIA, José Manuel – *A historiografia portuguesa dos descobrimentos e da expansão portuguesa (séculos XV a XVII): autores, obras e especializações memoriais*. Porto: FLUP, tese de doutoramento policopiada, 2006, vol. I.

GARCIA, José Manuel – *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia – séculos XVI e XVII*. Lisboa: Quidnovi, 2009.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa: Editorial Presença, 1987, 2ª ed., vol. III.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar – séculos XIII-XVIII*”. Lisboa: Difel, 1990.

GOERTZ, R.O.W. – «Attack and Defense Techniques in the Siege of Chaul, 1570-1571» in ALBUQUERQUE, Luís e GUERREIRO, Inácio (ed.) - *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa: actas*. Lisboa: ICT, 1985, pp. 265-292.

GOPAL, Surendra – *Commerce and crafts in Gujarat, 16th and 17th centuries. A study in the impact of European expansion on precapitalist economy*. New Delhi: People’s Publishing House, 1975.

KEEGAN, John – *O rosto da batalha*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987.

KEEGAN, John – *Uma história da guerra*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

LEITÃO, Humberto e LOPES, J. Vicente – *Dicionário da linguagem de marinha antiga*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.

LOBATO, Manuel - «Relações Comerciais entre a Índia e a Costa Africana nos Séculos XVI e XVII. O papel do Guzerate no Comércio de Moçambique», *Mare Liberum*, nº 9, Março de 1995, pp. 157-173.

LOUREIRO, Rui – *A biblioteca de Diogo do Couto*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998.

MARKOVITZ, Claude (dir.) – *Histoire de l’Inde Moderne, 1480-1950*. Paris: Fayard, 1994.

MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro – o cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio, 2005.

MATHEW, K.S. – *Portuguese and the Sultanate of Gujarat*. Delhi: Mittal Publications, 1986.

MATHEW, K. M. – «Maritime Trade of Gujarat and the Portuguese in the Sixteenth Century», *Mare Liberum*, nº 9, Março de 1995, 187-195

MATOS, Artur Teodoro de (dir.) – *O Tombo de Diu 1592*. Lisboa: CNCDP, 1999.

MATOS, Gastão de Melo de – «Memória sôbre o alcance das armas usadas nos séculos XV a XVIII», *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. IX, 1945, pp. 100-152.

MATOS, Luís de – *L’expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: FCG, 1991.

MATTOSO, José (dir.) – *Património de Origem Portuguesa no Mundo. Arquitectura e Urbanismo*, vol. III: ROSSA, Walter (coord.) – *Ásia, Oceânia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino – *Batalhas e combates da Marinha portuguesa*. Vol. III – 1539-1579. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1992.

MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Notícias Editorial, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia – «Entre Lisboa e Jerusalém: a poliorcética nas quatro primeiras Cruzadas (1097-1204)» in *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaios de história militar antiga e medieval*. Lisboa: Salamandra, 2010, pp. 203-253.

MOREIRA, Rafael (dir.) – *Portugal no Mundo. História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

NEWITT, Malyn – «Portuguese amphibious warfare in the East in the sixteenth century (1500-1520)» in TRIM, D. J. e FISSEL, Mark Charles (ed.) – *Amphibious Warfare 1000-1700. Commerce, state formation and European expansion*. Leiden: Brill, 2006, pp. 103-121

ÖZBARAN, Salih – «The Ottomans' role in the diffusion of fire-arms and military technology in Asia and Africa in the Sixteenth century» in *The Ottoman response to European expansion. Studies on Ottoman-Portuguese relations in the Indian Ocean and Ottoman administration in the Arab lands during the Sixteenth century*. Istanbul: The Isis Press, 1994, pp. 64-66.

ÖZBARAN, Salih – «Ottomans and the diffusion of fire-arms around the Indian Ocean» in *Ottoman expansion toward the Indian Ocean in the 16th century*. Istanbul: Istanbul Bilgi University Press, 2009, pp. 273-282.

PARKER, Geoffrey – *The Military Revolution. Military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 2ª edição.

PAULINO, Francisco Faria (coord.) – *A arquitectura militar na expansão portuguesa*. Lisboa: CNCDP, 1994.

PAULINO, Francisco Faria (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: CNCDP, 1995.

PEARSON, Michael N. – *Merchants and Rulers in Gujarat. the response to the Portuguese in the sixteenth century*. New Delhi: Mushiram Manoharlal, 1976.

PEREIRA; A.B. de Bragança – «Os Portugueses em Diu», *O Oriente Português*, Nº 11-14 e 18-21, 1935-1938.

PINTO, Carla Alferes – «A Misericórdia de Diu: o castelo, a igreja e o hospital» in MENEZES, Avelino Freitas de e COSTA, João Paulo Oliveira e (coords.) – *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Lisboa: CHAM, 2007, vol. II, pp. 771-784.

PISSARRA, José Virgílio Amaro – *A armada da Índia. Cômputo, tipologia e funcionalidade das armadas de guerra portuguesas do oriente (1501-1510)*. Lisboa: FLUL, tese de mestrado policopiada, 2001.

PISSARRA, José Virgílio Amaro – *Chaul e Diu – 1508 e 1509 – O domínio do Índico*. Lisboa: Tribuna da História, 2002.

RIBEIRO, Luciano – «Preâmbulos do Primeiro Cerco de Diu», *Studia*, 10, Julho 1962.

RIVARA, Joaquim Heliodoro Cunha – *Inscrições de Dio trasladadas das próprias*. Nova-Goa: Imprensa Nacional, 1865.

RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar – *A organização militar do Estado Português da Índia (1500-1580)*. Lisboa: policopiado, 1990.

RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar – *A evolução da arte da guerra dos portugueses no Oriente (1498-1622)*. Lisboa: IICT, provas para a categoria de investigador auxiliar policopiadas, 1998, 2 vols.

RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar – «A Guerra na Índia» in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severino (dir.) – *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2, coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 198-223.

RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar – «A “reformação” das estruturas militares do “Estado da Índia” com D. João de Castro (1545-1548)» in *Os Mares do Oriente. A presença Portuguesa circa 1507. Actas do X Simpósio de História Marítima*. Lisboa: Academia de Marinha, 2011, pp. 137-149.

RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar e COSTA, João Paulo Oliveira e – *Conquista de Malaca – 1511. As campanhas de Afonso de Albuquerque, Volume II*. Lisboa: Tribuna da História, 2012.

RUBIM, Nuno Varela – «Artilharia naval dos descobrimentos» in ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) e DOMINGUES, Francisco Contente (coord.) – *Dicionário de História dos Descobrimentos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 89-93.

RUBIM, Nuno Varela – «O armamento pirobalístico (até fins séc. XV/ inícios séc. XVI)» in BARROCA, Mário Jorge e MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Pera guerrejar. Armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal, 2000.

RUBIM, Nuno Varela – «Notas sobre os armamentos marroquinos e portugueses nos séculos XV e XVI», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 2004-2005, vol. 66, pp. 17-52.

RUBIM, Nuno Varela – *A Organização e as Operações Militares Portuguesas no Oriente, 1498-1580*", volume 1: *Geografia e Viagens*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2012.

SALDANHA, António Vasconcelos de – *Iustum Imperiu. Dos tratados como fundamento do Império dos portugueses no Oriente. Estudo de História do direito internacional e do direito português*. Lisboa: IPO/FO, 1997.

SANCEAU, Elaine – *D. João De Castro*. Porto: Livraria Civilização-Editora, 1978.

SANTOS, Catarina Madeira – «Goa é a chave de toda a Índia». *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: CNCDP, 1999.

SANTOS, João Marinho dos – *Os Portugueses em viagem pelo Mundo. Representações Quinhentistas de cidades e vilas*. Lisboa: GTMECDP, 1996.

SANTOS, João Marinho dos – *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa*. Lisboa: GTMECDP, 1998.

SANTOS, João Marinho dos – «A ideologia dos Descobrimentos e da Expansão e o sistema de “Valores Centrais”» in *Vasco da Gama. A honra, o proveito, a fama e a glória*, Porto: Editora Ausência, 1999, pp. 43-86.

SANTOS, João Marinho dos – «D. Francisco de Almeida e a formação do “Estado da Índia”» in *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa – volume II*. Coimbra: Palimage, 2010, pp. 141-149.

SANTOS, João Marinho dos – «Políticas e estratégias nos primórdios do “Estado da Índia”» in *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa – volume II*. Coimbra: Palimage, 2010, pp. 151-163.

SANTOS, João Marinho dos – «As comunicações por terra entre a Índia e Portugal (século XVI)» in *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa – volume II*. Coimbra: Palimage, 2010, pp. 165-178.

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos e MENDIRATTA, Sidh Losa – «Sistemas defensivos das Ilhas de Tiswadi e Diu. Ocupação e fortificação de dois territórios insulares da Índia portuguesa (Séc. XVI-XVIII)», *Arquitextos* [Em linha], 12.143, *Vitruvius* (Abril 2012), consultado 07.IX.2012], disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.143/4323>.

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos e MENDIRATTA, Sidh Losa – “«...A melhor cousa que Vossa Alteza tem nestas partes». Representações das cidades da província do norte do Estado da Índia (séculos XVI-XVIII)”, *IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica* [Em linha], consultado 07.IX.2012, disponível em <http://eventos.lettras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/29.pdf>.

SARKAR, Jagadish Narayan - *The Art of War in Medieval India*. New Delhi : Munshiram Manoharlal, 1984.

SILVA, Joaquim Candeias – *O Fundador do “Estado Português da Índia” D. Francisco de Almeida, 1457(?)–1510*. Lisboa, CNCDP/INCM, 1996.

SMITH, Ronald Bishop – *The first age of the portuguese embassies, navigations and peregrinations to the ancient kingdoms of Cambay and Bengal (1500-1521)*. Maryland: Decatur Press, 1969.

SOUSA, Armindo de – *A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica*. Lisboa: Fio da Palavra, 2009.

SOUSA, Luís Costa e – *Campanha de Etiópia, 1541-1543. 400 Portugueses em socorro do Preste João*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

SOUSA; Luís Costa e – *Alcácer Quibir, 4 de Agosto de 1578. Visão ou delírio de um rei?*. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

SUBRAHMANYAM, Sanjay – *The career and legend of Vasco da Gama*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

TEIXEIRA, André – *Fortalezas do Estado Português da Índia. Arquitectura militar na construção do Império de D. Manuel I*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

TEIXEIRA, André – *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*. Lisboa: FCSH-UNL, tese de doutoramento policopiada, 2010.

THOMAZ, Luíz Filipe F.R – «L'idée impériale manueline» in *La découverte, le Portugal et l'Europe*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.

THOMAZ, Luíz Filipe F.R. – «Maluco e Malaca» in *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, pp. 537-565.

THOMAZ, Luíz Filipe F.R. – «Os portugueses nos mares da Insulíndia século XVI» in *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, pp. 567-590.

VITERBO, Sousa – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: INCM, 1988, vol. II – H/R.

WIGGINS, Kenneth – *Siege Mines and Underground Warfare*, Princes Risborough: Shire, 2003.

Dicionários

ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) e DOMINGUES, Francisco Contente (coord.) – *Dicionário de História dos Descobrimentos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, 2 vols.

CHALIAND, Gérard e BLIN, Arnaud – *Dictionnaire de stratégie militaire des origines à nos jours*. Paris: Perrin, 1998.

DALGADO, Sebastião Rodolfo – *Glossário Luso-Asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, 2 vols.

Dicionário de termos militares. Lisboa: Estado Maior do Exército, 1977.

MONTBRIAL, Thierry e KLEIN, Jean – *Dictionnaire de Stratégie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène – *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*. Paris: F. de Nobles, 1967, vol. 1.

LISTA DE MAPAS E ICONOGRAFIA

| | |
|---|-----|
| Mapa I – Sultanato do Guzerate no século XVI..... | 150 |
| Mapa II – Fortaleza de Diu antes do segundo cerco..... | 151 |
| Mapa III – Enchimento do fosso (Abril – Junho)..... | 152 |
| Mapa IV – Avanço guzerate (Junho - Julho) | 153 |
| Mapa V – Assaltos às muralhas e minagem (Julho – Agosto)..... | 154 |
| Mapa VI – Defesa portuguesa e último avanço guzerate (Agosto – Novembro)..... | 155 |
| Mapa VII – Batalha do segundo cerco de Diu (10 de Novembro de 1546)..... | 156 |
| | |
| Figura 1 – Armada de D. Fernando de Castro..... | 157 |
| Figura 2 – Armada de D. João de Castro | 158 |
| Figura 3 – Armamento guzerate | 159 |
| Figura 4 – Artilharia guzerate e ataque à fortaleza..... | 160 |
| Figura 5 – Bombardeiras portuguesas e mantas guzerates..... | 161 |
| Figura 6 – Elementos da defesa portuguesa e do avanço guzerate..... | 162 |
| Figura 7 – Panela de pólvora | 163 |
| Figura 8 – Armamento defensivo português | 164 |
| Figura 9 – Arcabuzeiros portugueses..... | 165 |
| Figura 10 – Homens de armas | 166 |
| Figura 11 – Tranqueira..... | 167 |
| Figura 12 – Lápide da capela de S. Martinho de Diu | 168 |
| Figura 13 – Lápide da capela de Sta. Catarina de Goa | 169 |
| Figura 14 – Muralha antiga da fortaleza de Diu | 170 |
| Figura 15 – Muralha antiga da fortaleza de Diu, com o baluarte S. Jorge e o baluarte do mar | 171 |
| Figura 16 – Torre e capela de S. Tiago | 172 |
| Figura 17 – Lanço da muralha antiga | 173 |
| Figura 18 – Baluarte S. Tomé em primeiro plano e torre de S. Tiago..... | 174 |
| Figura 19 – Baluarte S. Tomé e torre de S. Tiago | 175 |

ÍNDICE GERAL

| | |
|---|-----------|
| AGRADECIMENTOS..... | 2 |
| RESUMO | 4 |
| ABSTRACT | 5 |
| ABREVIATURAS MAIS FREQUENTES..... | 7 |
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| CAPÍTULO 1 - DIU: DA CHEGADA DE VASCO DA GAMA AO SEGUNDO CERCO | 17 |
| 1. O ESPAÇO..... | 17 |
| 2. AS RELAÇÕES LUSO-GUZERATES | 20 |
| CAPÍTULO 2 - O CERCO GUZERATE..... | 37 |
| 1. A(S) ESTRATÉGIA(S) | 37 |
| 2. OS EFECTIVOS | 42 |
| 3. A ORGANIZAÇÃO DOS HOMENS DE ARMAS E DO ARRAIAL GUZERATE | 46 |
| 4. O ARMAMENTO..... | 48 |
| 4.1. Armamento individual..... | 48 |
| 4.2. Armamento de sítio | 51 |
| 5. TÉCNICAS E TÁCTICAS | 56 |
| 5.1. O ataque ao baluarte do mar..... | 56 |
| 5.2. Inutilizar o fosso | 58 |
| 5.3. Ultrapassar as muralhas e assaltar a fortaleza | 60 |
| 5.4. A minagem..... | 64 |
| CAPÍTULO 3 - A DEFESA PORTUGUESA | 69 |
| 1. A ORGANIZAÇÃO MILITAR DE DIU E O COMANDO CENTRAL EM GOA | 69 |
| 1.1. D. João de Mascarenhas na capitania da fortaleza | 69 |
| 1.2. D. João de Castro na governação do “Estado da Índia” | 72 |
| 2. OS EFECTIVOS | 80 |
| 3. A ORGANIZAÇÃO DOS PORTUGUESES | 85 |
| 3.1. Os militares..... | 85 |
| 3.2. Os religiosos | 89 |
| 3.3. As mulheres..... | 94 |
| 4. A LOGÍSTICA..... | 97 |

| | |
|--|------------|
| 4.1. <i>O apoio material</i> | 98 |
| 4.2. <i>Os reforços humanos</i> | 102 |
| 5. UM ELEMENTO CHAVE: A INFORMAÇÃO | 109 |
| 6. O ARMAMENTO..... | 112 |
| 6.1. <i>Armamento individual</i> | 112 |
| 6.2. <i>Armamento de sítio</i> | 114 |
| 7. VIVÊNCIAS DE UMA FORTALEZA SITIADA | 117 |
| 7.1. <i>Os valores centrais e a ideologia miraculista</i> | 117 |
| 7.2. <i>O comando, os feitos de armas e o convívio com o adversário</i> | 121 |
| 8. DA ARMADA DE D. JOÃO DE CASTRO À BATALHA DO SEGUNDO CERCO | 124 |
| 8.1. <i>A última armada de socorro</i> | 124 |
| 8.2. <i>«A mor vytorya que se ouve nesta tera depois que se ela descobryo»</i> | 127 |
| CONCLUSÃO | 135 |
| ANEXOS | 142 |
| 1. APÊNDICE DOCUMENTAL | 143 |
| 2. CARTOGRAFIA | 150 |
| 3. ICONOGRAFIA | 157 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA | 176 |
| LISTA DE MAPAS E ICONOGRAFIA | 188 |